Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de História
Programa de Pós-graduação em História Econômica

**Formas de bem morrer em São Paulo: transformações nos costumes
fúnebres e a construção do cemitério da Consolação (1801-1858)**

Breno Henrique Selmine Matrangolo
Dissertação apresentada ao Programa de Pós
Graduação em História Econômica da Faculdade
de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo, para a obtenção do
título de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Midori Deaecto

VERSÃO CORRIGIDA

Exemplar original se encontra disponível no CAPH da FFLCH
(Centro de Apoio à Pesquisa Histórica)

SÃO PAULO

2013

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de História
Programa de Pós-graduação em História Econômica

**Formas de bem morrer em São Paulo: transformações nos costumes
fúnebres e a construção do cemitério da Consolação (1801-1858)**

Breno Henrique Selmine Matrangolo

Orientadora: Profa. Dra. Maria Midori Deaecto

VERSÃO CORRIGIDA

Exemplar original se encontra disponível no CAPH da FFLCH
(Centro de Apoio à Pesquisa Histórica)

SÃO PAULO

2013

A meus pais Paulo e Sônia por sempre estarem ao meu lado, por serem incentivadores dos meus estudos e por todo carinho dispensado nesses anos.

Agradecimentos

No decurso dessa dissertação de Mestrado, foi muito importante a contribuição de instituições e pessoas às quais quero expressar meus sinceros agradecimentos.

Gostaria de agradecer, primeiramente, ao CNPq pela bolsa de iniciação científica que permitiu o desenvolvimento de minhas primeiras pesquisas, ainda durante a graduação, as quais me conduziram até esse momento que vos escrevo, e à CAPES, pelo patrocínio e apoio inestimável durante a vigência deste Mestrado.

Às minhas duas orientadoras. À Eni de Mesquita Samara pela oportunidade de participar de seus projetos de pesquisa, pela sua orientação durante minha iniciação científica e, igualmente, por ter sido a primeira a acreditar no potencial deste trabalho, incentivando-o e auxiliando nos seus alicerces. Sou muito grato também à Marisa Midori Deaecto, por ter-me aceito como orientando após o falecimento de minha primeira mestra, honrando-me com suas contribuições e correções, mas, principalmente, pela sua paciência e incentivo nos meus momentos de incerteza.

Agradeço à equipe do CEDHAL, que me auxiliou em várias ocasiões, especialmente à Igor Lima, Patrícia Ernando da Silva e Caio Henrique Arruda da Silva, pelas discussões e apoio durante a pesquisa acadêmica, bem como por suas amizades.

Aos docentes, Dário Horácio Gutierrez Gallardo, por suas contribuições metodológicas durante a banca de qualificação; Francisco de Assis Queiróz, por sua atenção e por ter me aberto horizontes durante seu curso na pós-graduação; e às professoras Raquel Glezer e Heloisa Maria S. Barbuy pelas críticas e encaminhamentos feitos a este trabalho durante o VI e VII Encontro de Pós Graduandos da FFLCH.

Sou grato aos funcionários do *Arquivo do Estado de São Paulo*, *Arquivo Histórico Municipal Washington Luís*, *Arquivo da Cúria Metropolitana* e *Arquivo Histórico da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo* pela cordialidade e diligência na viabilização das consultas requeridas.

Para além dos muros da academia, destaco a importância de todos os amigos, que tornaram os momentos de minha vida mais alegres e divertidos. Em destaque a Márcia Oliveira Rezende, incentivadora desta dissertação e a Camila dos Santos Paulo, muito mais que uma companheira em meu início de jornada.

Por último, à minha família que faz com que este trabalho tenha um sentido que ultrapassa o âmbito acadêmico. À minha irmã Michelle, e aos meus pais Paulo e Sônia.

Resumo

Este projeto tem como objetivo o estudo das práticas fúnebres paulistanas e sua evolução ao longo do século XIX, período marcado por uma intensa secularização da sociedade. Novas ideias, formas de divertimento e de associação aportavam na cidade e gradativamente modificavam as tradições e costumes dos paulistanos, processo que atingiu igualmente a forma como se lidava com o sagrado e com a morte.

Através dos debates acerca da construção de um cemitério público em São Paulo, buscamos entender como se deu a crítica aos costumes tradicionais na cidade, quais eram as forças motoras dessas transformações e quais as resistências impostas pela população.

Antes entendidos como um dos pilares da Boa Morte cristã, uma garantia no caminho da salvação das almas, os enterros dentro das igrejas foram questionados durante o século XIX por médicos e legisladores que defendiam serem eles prejudiciais à saúde pública. As mudanças, no entanto, não foram recebidas passivamente pela população. Foram quase 30 anos de debates e tentativas frustradas, e, mesmo com a inauguração do cemitério da Consolação em 1858, as críticas não cessaram.

Palavras chave: Cemitérios, Morte, São Paulo, Século XIX

Abstract

This project wants to comprehend the burial practices in Sao Paulo and its evolution throughout the nineteenth century, a period marked by intense secularization of São Paulo's society. New ideas, entertainment's and association's forms landed in the city and gradually modified its traditions and customs, a process that also affected the way people dealt with the sacred and with death.

Through the discussions about the construction of a public cemetery in São Paulo, we seek to understand how the critic of the traditional customs happened in the city, its driving forces and resistances.

Understood as one guarantee on the path of salvation of souls, the burials within churches were questioned during the nineteenth century by doctors and politicians who argued they were harmful to public health. The changes, however, weren't passively received by the population. It took nearly 30 years in debates and failed attempts, and even with the opening of Consolação cemetery in 1858, the critics haven't ceased.

Keywords: Cemeteries, Death, São Paulo, Nineteenth Century

Sumário

Introdução	10
 Capítulo 1: O contexto paulistano	 16
A cidade de São Paulo	16
O catolicismo tradicional paulistano	27
O catolicismo eclético ou iluminista	39
Transformações na cidade (1829-1858)	41
A Igreja em crise e o ultramontanismo	46
 Capítulo 2: A Boa Morte paulistana	 51
Testamentos	55
Irmandades	60
Os cuidados com o moribundo e a extrema unção	65
Os cuidados com o corpo e mortalha	73
O Velório	82
Cortejos Fúnebres	84
Missas	90
Sepultura	94
Legados pios	100
O luto	100
Gastos com a Boa Morte	102
 Capítulo 3: O cemitério da Consolação, discursos parlamentares e saber médico	105
Outras reformas cemiteriais	107
O Modelo civilizador: a França	107
Os cemitérios em Portugal	111
O Regulamento dos cemitérios no Brasil	114
Saber médico e as primeiras disposições legislativas	114
A lei de 1º de outubro de 1828	119
O apelo médico	121
Problemas antigos: os excluídos	125
O cemitério da Glória	126
O cemitério protestante	130
Os debates acerca de um cemitério público em São Paulo	135
As primeiras deliberações (1829-1837)	135
Novas tentativas (1849-1850)	141
Medidas práticas (1854-1858)	146
Algumas considerações	158

Capítulo 4: Resistências ao novo cemitério	162
Os clamores populares: periódicos e abaixo assinados	162
As irmandades	168
Bases da crítica e encaminhamentos da Câmara	171
Um cemitério só para brutos	172
A empresa de condução de cadáveres	174
Novo imposto do cemitério	179
Resistência aos novos costumes	181
Os estrangeiros católicos e protestantes	182
O clero	183
Diversidade de pensamento	184
A questão financeira	188
Administração do cemitério	190
Religiosos contrários ao cemitério	191
Os ultramontanos	192
As ações na Assembleia Provincial (1859-1862)	196
Consequências do exclusivismo sobre as irmandades	200
Dois momentos distintos para a Igreja	202
 Considerações Finais	 204
 Fontes	 208
 Bibliografia	 214

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Produção da cidade de São Paulo em 1836	18
Tabela 2 – Proporção de Escravos por Freguesia na cidade de São Paulo (1836 e 1854)	21
Tabela 3 – Bens e Rendimento das Igrejas Paroquiais do Termo da imperial cidade de São Paulo (1852)	29
Tabela 4 – Irmandades da Cidade de São Paulo (1852-1857) Freguesias da Sé, Santa Ifigênia e Brás	35
Tabela 5 – Índice de recurso aos sacramentos na Freguesia da Sé (1836-1837)	73
Tabela 6 – Escolha das mortalhas segundo a condição jurídica, registros somados das freguesias de Santa Ifigênia (1836-1837), Penha de França (1836) e Bom Jesus do Brás (1836)	75
Tabela 7 – Escolha de mortalhas de criança por sexo em São Paulo	80
Tabela 8 – Escolha de mortalhas de criança por condição social em São Paulo	81
Tabela 9 – Escolha de mortalhas de criança por período em São Paulo	81
Tabela 10 – Descrição gastos fúnebres de Joaquim Paes da Silva (17/01/1857)	102
Tabela 11 – Bens e gastos com funeral entre o grupo de riqueza C (até 10:000\$000) na cidade de São Paulo	103
Tabela 12 – Bens e gastos com funeral entre o grupo de riqueza B (de 10:000\$000 até 50:000\$000) na cidade de São Paulo	103
Tabela 13 – Esquema econômico de Valores de um inventário de 1838	104
Tabela 14 – Assunto e origem dos trabalhos publicados pelo Seminário de Saúde Pública (1831-1833)	123
Tabela 15 – Despesas da Câmara Municipal de São Paulo (1856)	150
Tabela 16 – Orçamento dos Cemitérios em São Paulo (1855)	155
Tabela 17 – Investimentos do caixa provincial na cidade de São Paulo	159
Tabela 18 – Número de artigos publicados na imprensa sobre o cemitério da Consolação (agosto/1858 a maio/1859)	163
Tabela 19 – Preço na Condução dos Cadáveres Adultos	175
Tabela 20 – Preço na condução dos anjinhos	175
Tabela 21 – Aluguel dos caixões para adultos	175
Tabela 22 – Preço dos caixões	176
Tabela 23 – Preços das armações de salas mortuárias	176
Tabela 24 – Orçamento do cemitério para o ano financeiro de 01/1859 a 12/1859	179
Tabela 25 – Orçamento do cemitério para o ano financeiro de 01/1860 a 12/1860	179
Tabela 26 – Orçamento do cemitério para o ano financeiro de 07/1862 a 06/1863	179
Tabela 27 – Orçamento do cemitério para o ano financeiro de 07/1863 a 06/1864	180
Tabela 28 – Rendimentos e Despesas da Igreja do Bom Jesus do Brás	189
Tabela 29 – Rendimentos e Despesas da Igreja de Santa Ifigênia (1850 a 1854) ...	189

Lista de Mapas

Mapa 1 – Cidade de São Paulo em 1832	17
Mapa 2 – Templos paulistanos na primeira metade do XIX	26
Mapa 3 – Detalhe da Região do Cemitério da Glória	127
Mapa 4 – Detalhe da região do cemitério dos Alemães e do cemitério dos Protestantes (1851)	134
Mapa 5 – Detalhe das proximidades do terreno escolhido para cemitério público (1850)	143
Mapa 6 – Detalhe das proximidades do terreno indicado para o cemitério (1855)	153

Lista de Gráficos

Gráfico 1 – Sepultamentos na Freguesia da Sé (1765-1766)	97
Gráfico 2 – Sepultamentos na Freguesia da Sé (jan-jun 1816)	97
Gráfico 3 – Sepultamentos na Cidade de São Paulo (1836-1837)	98
Gráfico 4 – Locais de Sepultura na freguesia da Sé de acordo com o Status Jurídico (1836-1837)	99
Gráfico 5 – Local de falecimento dos cadáveres sepultados no Cemitério dos Aflitos (1836-1837)	129
Gráfico 6 – Receita Anual da Câmara Municipal de São Paulo (1836-1858)	159

Lista de Imagens

Imagem 1 – A morte do pecador	68
Imagem 2 – A morte do justo	68
Imagem 3 – Extrema Unção levada a um doente	70
Imagem 4 – São Francisco resgata almas do Purgatório	77
Imagem 5 – Fotografia de criança falecida	82
Imagem 6 – Fotografia de criança falecida	82
Imagem 7 – Enterro de uma mulher negra e cortejo fúnebre de um filho de rei negro	88
Imagem 8 – Diversos caixões e cortejo fúnebre de um membro da confraria de Nossa Senhora da Conceição	89

Introdução

A preocupação dos historiadores com a morte é relativamente recente. Surgiu na França durante a década de 1970 juntamente com a nova história, com a emergência de novas fontes e temas de pesquisa. A principal referência dessa historiografia foi a obra de Philippe Ariès, que percorreu mil anos de história europeia para nos mostrar os sentidos das lentas transformações nas relações entre o homem e a morte¹. No Brasil, seguindo o caminho aberto pela historiografia francesa, começam a surgir algumas pesquisas.

Já em 1979, Kátia Mattoso apontava num artigo como estudar as atitudes diante da morte a partir dos testamentos de escravos libertos², contudo, os primeiros trabalhos específicos começam a aparecer na década seguinte. Em São Paulo dois seminários foram promovidos pela FFLCH/USP nos anos de 1982 e 1983. Do primeiro, resultaria uma coletânea intitulada *A Morte e os Mortos na sociedade Brasileira* organizada por José de Souza Martins, mas muito relacionada ao campo da sociologia. Em termos de perspectiva histórica, podemos salientar os artigos de Maria Luiza Marcílio, *A Morte de nossos ancestrais*, e Nanci Leonzo, *O culto dos mortos no século XIX*, ambas utilizando-se dos testamentos como fonte documental e apontando para a necessidade de estudos mais aprofundados sobre a temática da morte³.

Além destes, pontilharam pesquisas em diferentes regiões do país. Podemos destacar o mestrado de Inês de Oliveira, *O liberto: o seu mundo e os outros*⁴; os artigos de Adalgiza A. Campos sobre a morte barroca mineira⁵; e o mestrado de Sandra Paschoal de Camargo Leite Guedes, que tratou dos rituais fúnebres na cidade de São Paulo e suas transformações no século XIX⁶.

A publicação do estudo de João José Reis, *A morte é uma festa*, em 1991, trouxe uma contribuição admirável para esse campo de investigação, tornando-se uma das

¹ ARIÈS, Philippe. *História da morte no Ocidente*. Trad. Priscila Vianna de Siqueira, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

² MATTOSO, Kátia. "Testamentos de escravos libertos na Bahia no século XIX: uma fonte para o estudo das mentalidades". Publicações do Centro de Estudos Baianos, UFBa, 85, Salvador, CEB, 1979.

³ MARTINS, José de Souza. *A morte e os mortos na sociedade brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1983.

⁴ OLIVEIRA, Inês. *O liberto: o seu mundo e os outros, 1790-1890*. São Paulo, Corrupio, 1988.

⁵ CAMPOS, Adalgiza A. "Considerações sobre a pompa fúnebre na Capitania das Minas – o século XVIII". *Revista do Departamento de História da UFMG*, número 4 (1987), 3-24. "A presença do macabro na cultura barroca". *Revista do Departamento de História da UFMG*, número 5 (1987), 83-90. "Notas sobre os rituais de morte na sociedade escravista". *Revista do Departamento de História da UFMG*, número 6 (1988), 109-122.

⁶ GUEDES, Sandra Paschoal Leite. *Atitudes perante a morte em São Paulo (séculos XVII a XIX)*. São Paulo: Dissertação (Mestrado), Departamento de História FFLCH/USP, 1986.

principais referências sobre o tema. O autor partiu da *cemiterada*, revolta popular ocorrida em Salvador contra a interdição dos sepultamentos dentro das igrejas, para abordar as práticas e simbologias que envolviam os rituais fúnebres na Bahia oitocentista⁷.

Para a cidade de São Paulo, a partir da década de 90, fez-se presente uma produção considerável, vinculada principalmente a pesquisadores da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, e nos últimos anos com estudos desenvolvidos na Universidade de São Paulo, em seus diversos departamentos.

Dentre o grupo aglutinado na PUC/SP, ressaltamos a dissertação de Tânia Maria Moreno, defendida em 1992, sobre a ordem terceira do Carmo e a sua participação na religiosidade e na sociabilidade paulistana⁸. Já Luis Soares de Camargo, defendeu o seu mestrado em 1995, tendo sido o primeiro a se debruçar sobre a questão dos cemitérios extramuros na cidade de São Paulo⁹. Mais recentemente, em 2004, foi publicado o trabalho da historiadora Amanda Aparecida Pagoto, no qual a autora abordou as resistências à inauguração do cemitério da Consolação através dos periódicos paulistanos¹⁰. Luís Soares de Camargo defendeu seu doutorado em 2007, ampliando seu objeto de estudo, abarcando não só o cemitério da Consolação, mas igualmente as doenças que acometiam os paulistanos e a relação destes com a morte durante o século XIX¹¹.

Nos últimos anos, alguns trabalhos foram defendidos na USP. Josefina Eloína Ribeiro estudou os escultores italianos e a arte tumular em São Paulo entre finais do século XIX e início do XX¹². Renato Cymbalista, docente na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, publicou em 2002 um trabalho acerca da criação de cemitérios extramuros em toda a província de São Paulo¹³. O geógrafo Eduardo Rezende, por sua vez, defendeu em 2004 a sua dissertação de mestrado, na qual buscou estabelecer as

⁷ REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

⁸ MORENO, Tânia Maria. *A Ordem Terceira do Carmo na cidade de São Paulo (1860-1880): um estudo sobre sua participação social e religiosa*. Dissertação de mestrado, PUC-SP, São Paulo, 1992. e “O sagrado e o profano: o cemitério na cidade de São Paulo”. *Cordis*: NEHSC-PUC/SP, número 1, 2009.

⁹ CAMARGO, Luis Soares de. *Sepultamentos na cidade de São Paulo: 1800/1858*. Dissertação de Mestrado PUC-SP, São Paulo, 1995.

¹⁰ PAGOTO, Amanda Aparecida. *Do Âmbito do sagrado da igreja ao cemitério Público: transformações fúnebres em São Paulo (1850-1860)*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

¹¹ CAMARGO, Luis Soares de. *Viver e morrer em São Paulo: A vida, as doenças e a morte na cidade do século XIX*. Tese de Doutorado em História Social PUC-SP, São Paulo, 2007

¹² RIBEIRO, Josefina Eloína. *Escultores italianos e sua contribuição à arte tumular paulistana*. Tede de doutorado, FFLCH/USP, São Paulo, 1999.

¹³ CYMBALISTA, Renato. *Cidade dos Vivos: arquitetura e atitudes perante a morte nos cemitérios do estado de São Paulo*. São Paulo: Annablume, 2002.

dinâmicas por trás da escolha dos terrenos para cemitérios na cidade, destacando a especulação imobiliária em seu entorno ao longo do tempo¹⁴. Não podemos deixar de citar o doutorado de Luiz Lima Vailati, de 2005, em que se buscou compreender a morte infantil em São Paulo e no Rio de Janeiro¹⁵.

Já a ideia desse estudo que ora apresento brotou durante a minha iniciação científica, momento em que tive contato com os testamentos e com parte dessa historiografia acima relatada. Ao me deparar com essa documentação, surpreendi-me com a preocupação demonstrada com a morte pelos testadores, apreensão que muitas vezes ocupava o testamento quase que por completo e que evidenciava uma relação bem diferente da que temos nos dias atuais. A morte ainda não havia se tornado um tabu, um motivo de interdição. Ela fazia parte do cotidiano das pessoas, sendo lembrada pelos toques de sinos, pelas missas, pelos cortejos fúnebres, etc.

Ao mesmo tempo, ficou patente durante minha iniciação científica que houve uma evidente simplificação do conteúdo, argumentos e anseios religiosos nos testamentos no caminhar do século XIX, em destaque para a segunda metade dessa centúria. Esse processo foi constatado pela historiografia e denominado como “secularização da morte”. Foi pensando em melhor compreender essa secularização que enveredei para a questão da Boa Morte paulistana e dos cemitérios extramuros.

Nesse sentido, o século XIX pode ser considerado como o período de transição entre dois modelos de relação entre os vivos e os mortos. Durante os três primeiros séculos da colonização portuguesa, essa relação se aproximou da “morte domesticada” caracterizada por Ariès¹⁶, uma convivência íntima, festiva e cotidiana com os vivos. Os funerais eram pomposos e festivos e para isso contribuía o grande número de participantes dos cortejos: padres, confrades, pobres, músicos, parentes, amigos e estranhos. Contudo, a partir do século XIX, podemos ver um distanciamento dessa visão, como resultado da maior secularização da sociedade brasileira nesse período.

Novas ideias aportavam no Brasil, principalmente a partir da abertura dos portos às nações amigas, em 1808. Em São Paulo, contribuiria nesse processo o estabelecimento da primeira tipografia em 1827 e o consequente desenvolvimento da

¹⁴ REZENDE, Eduardo Coelho. *O Céu aberto na terra: uma leitura dos cemitérios de São Paulo na geografia urbana*. Dissertação de Mestrado, FFLCH/USP, São Paulo, 2004.

¹⁵ VAILATI, Luiz Lima. *A morte menina: práticas e representações da morte infantil no Brasil dos oitocentos (Rio de Janeiro e São Paulo)*. FFLCH/USP, São Paulo, 2005.

¹⁶ ARIÈS, Philippe. *O Homem diante da morte*, tradução de Luiza Ribeiro. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990, Volumes 1 e 2.

imprensa, bem como a criação da faculdade de Direito, em 1828, trazendo consigo contingentes de estudantes com seus divertimentos, luxos e costumes.

Ao mesmo tempo em que essas novas ideias e costumes eram assimilados, eles causavam um maior afastamento para com o catolicismo tradicional. As práticas fúnebres tradicionais e a forma como o povo lidava com o sagrado começaram a ser vistos por setores da elite brasileira como bárbaras, supersticiosas e insalubres. Ansiosos pela modernização do país e dos seus costumes, esses setores passaram a contestar os costumes tradicionais. Desejava-se “civilizar” o povo, processo entendido como a aproximação com os padrões europeus.

Essa criticidade adentrou até mesmo a Igreja brasileira. Em finais do XVIII, existia dentro da estrutura eclesiástica adeptos do pensamento iluminista/racional, ademais, a instituição passava por um momento de crise e claramente perdia parte da sua influência sobre a população. Diante desse quadro, apareceram os ultramontanos, defensores do catolicismo tridentino e de uma maior proximidade com a ortodoxia romana. No que se refere às práticas tradicionais do catolicismo brasileiro, tanto iluministas como ultramontanos colaboraram para minar as suas bases de sustentação.

Nossa pesquisa tenta abarcar e entender, com base na questão dos cemitérios extramuros, como essa secularização foi experimentada pela população paulistana, acreditando que as transformações no estilo de morrer refletiram e implicaram em mudanças no modo de pensar e de sentir dos paulistanos.

O sepultamento dentro das igrejas era um dos pilares da Boa Morte cristã, defendido como uma garantia na salvação das almas dos fiéis e símbolo da proximidade dos vivos e dos mortos. A população conversava, orava e andava por cima das campas, assistia as missas sentadas no chão das igrejas, que, por sua vez, serviam, ao mesmo tempo, de cemitério e local de adoração a Deus.

No entanto, essa prática também vai sofrer questionamentos a partir das primeiras décadas do XIX. Com o desenvolvimento e difusão do saber médico, preconizando a prevenção de doenças, os sepultamentos nas igrejas passaram a ser encarados como prejudiciais à saúde pública, um problema a ser combatido. Médicos e legisladores, embasados na teoria dos miasmas, defenderam a construção de cemitérios extramuros, ou seja, afastados dos centros urbanos.

A construção destes, porém, não seria recebida passivamente pela população, que lhe impôs graves resistências. Em São Paulo foram quase trinta anos entre as

primeiras discussões e a efetiva inauguração do primeiro cemitério público da cidade, o da Consolação. Mesmo assim, a sua abertura não foi experimentada de modo pacífico, contra a sua edificação levantaram-se vozes discordantes. Constantemente os periódicos da capital publicavam as queixas e denúncias contra a nova necrópole, considerada, por muitos, como antirreligiosa e ofensiva aos costumes católicos.

Tendo em vista o enfoque na questão dos cemitérios extramuros, o recorte temporal escolhido (1801-1858) tem como baliza inaugural a carta régia nº 18, de D. João, indicando que as cidades populosas de seu império ultramarino estabelecessem cemitérios afastados dos centros urbanos, se configurando na primeira regulamentação sobre o tema no Brasil. Como limite, está a inauguração do cemitério da Consolação.

Ao longo do texto, fica patente que em alguns momentos extrapolamos os limites temporais, recuamos para dar uma visão geral sobre a forma como aconteciam os rituais fúnebres paulistanos e a simbologia por trás destes, ao mesmo tempo em que avançados para dar vazão às manifestações contrárias às mudanças.

Para dar conta desse tema, o trabalho foi dividido em quatro capítulos:

No primeiro capítulo, *O contexto paulistano*, abordamos o cenário de São Paulo, buscando entender as transformações pelas quais a cidade e sua religiosidade passava. Se não há grandes realizações materiais na capital durante a primeira metade do XIX, pode-se falar ao menos de um amadurecimento intelectual. Novas ideias circulavam entre a população, intelectuais e religiosos, concomitantemente à perda de força das manifestações da religiosidade tradicional. Auxilia-nos nessa jornada, os relatos de viajantes e os levantamentos censitários.

O capítulo 2, *A Boa Morte paulistana*, se propõe a explicitar os rituais fúnebres que envolviam a Boa Morte, a importância de cada um deles, desde os sepultamentos dentro das igrejas, os pedidos de missas e intercessões divinas, até a confecção dos testamentos. Nesta segunda parte, os testamentos e inventários se apresentam como nossa documentação principal, tendo sido utilizados de forma qualitativa.

Apesar da relevância e da quantidade das informações presentes nessa documentação, percebemos que se nos ativéssemos a apenas esses dois tipos documentais, faríamos uma análise que não abarcaria toda a população, pois nem todos os paulistanos faziam testamentos e inventários, apenas os mais abastados. Buscando uma apreciação geral, incluímos outras fontes documentais, como os relatos de contemporâneos e de viajantes, as determinações das *Constituições Primeiras do*

Arcebispo da Bahia, os registros de óbitos e os estatutos e compromissos de diversas irmandades e confrarias paulistanas, que nos auxiliaram na reconfiguração dos costumes da população mais pobre, livre ou escrava. Paralelamente a isso, procuramos evidenciar a geografia da morte, quais os gastos que envolviam o alcance de uma Boa Morte, e as diferenças no tratamento dos mortos entre os ricos, remediados e pobres.

No capítulo 3, *O cemitério da Consolação: Discursos Parlamentares e Saber Médico*, apresentamos a maneira como os debates acerca da proibição dos enterramentos nas igrejas ocorreram na cidade de São Paulo, relacionando-os aos ocorridos em outras localidades do império e fora dele. Os cemitérios eram defendidos em nome do progresso, e civilizar era a ordem do dia. Nesse sentido, evidencia-se o papel de vanguarda desempenhado pela França e o caráter elitista desse projeto, uma proposta de modernização elaborada e defendida pela elite.

Para adentrarmos nas discussões ocorridas entre 1829 e 1858, fizemos uso de uma extensa documentação oficial. Utilizamos-nos das atas, registro geral e papéis avulsos da Câmara Municipal, dos anais e documentos diversos da Assembleia Legislativa Provincial e dos ofícios remetidos aos presidentes de província.

No último capítulo, *Resistências ao novo cemitério*, tencionamos dar voz às manifestações contrárias à inauguração do campo santo, abarcando os questionamentos levantados na imprensa pela população e reações das irmandades, ordens terceiras, de religiosos e do povo. Verificamos quais eram as principais denúncias levantadas e a maneira como o poder público encaminhou as críticas. Demos especial atenção aos posicionamentos dos religiosos e das irmandades, pois foi perceptível a sua ampla participação tanto durante como após a abertura do novo campo santo, com uma clara cisão entre correntes eclesiásticas concorrentes: ultramontanos, iluministas e tradicionalistas. As fontes utilizadas foram novamente as atas e anais da Câmara Municipal de São Paulo, Assembleia Legislativa Provincial e os ofícios do Governo da Província, aos quais foram acrescidas as publicações dos periódicos: o *Correio Paulistano* e o *Publicador Paulistano*, ambos críticos do cemitério.

Capítulo 1

O contexto Paulistano

Entre os anos de 1829 e 1858 ocorreram na cidade de São Paulo os principais debates acerca da construção do cemitério da Consolação e suas consequências para a população. Este capítulo tem como objetivo um maior entendimento da cidade e de suas transformações durante esse período, tanto no que se refere à evolução de seus costumes e de sua religiosidade, como do seu desenvolvimento intelectual, econômico e material, a fim de contextualizar o ambiente onde essas discussões estavam sendo travadas.

A cidade de São Paulo

Nas primeiras décadas que se seguiram à Independência, São Paulo mudou de maneira relativamente lenta. No início da década de 1820, o núcleo urbano da cidade, constituído pelas freguesias da Sé, Santa Ifigênia e Brás¹, não contava com 7.000 habitantes. Sua urbe pouco havia transposto o triângulo histórico, sendo delimitada pelos rios Tamanduateí e Anhangabaú, em cuja área se distribuía suas 23 ruas, 10 travessas e seis becos². Os seus moradores não ostentavam grandes luxos, nem grandes afetações da vida burguesa, e, dessa forma, a rotina da capital paulistana transcorria de forma pacata e silenciosa, o que provocou certo estranhamento por parte de alguns viajantes estrangeiros e dos primeiros estudantes da faculdade de Direito.

Seu núcleo urbano, denominado cidade, era a região onde se concentrava a área mais relevante economicamente do termo, e onde tomavam corpo com mais intensidade as ações do poder municipal, tais como a coleta de impostos, feitura de obras, fiscalização das posturas municipais e prestação de serviços públicos. Dentro dos seus limites, se encontravam os conventos de São Bento e do Carmo, convento de São Francisco e posteriormente a Faculdade de Direito, o Palácio do Governo, a Câmara

¹ As freguesias de Santa Ifigênia e do Brás foram criadas respectivamente em 1808 e 1818, de desmembramentos da freguesia da Sé. Sua criação reflete o começo de um crescimento para além do triângulo histórico, a primeira para além da várzea do Anhangabaú e o Brás para além da Várzea do Carmo. Não temos notícia de suas populações nas proximidades de 1822, mas segundo os maços de população de 1822, o núcleo urbano inteiro contava com apenas 6.920 pessoas. Já em 1836, quando a urbe tinha seus 9.391 habitantes, eles estavam distribuídos da seguinte maneira: 5.668 na Sé, 3.064 em Santa Ifigênia e 659 no Brás. Apud AESP, Maços de População 1822/1823 e MULLER, Daniel Pedro. *Ensaio d'un quadro estatístico da província de São Paulo*. São Paulo: Reedição literal/Secção de obras d'O Estado de S. Paulo, 1923, pp. 148-149.

² D'ALINCOURT, Luiz. *Memória sobre a viagem do Porto de Santos à cidade de Cuiabá*. São Paulo: Martins Fontes, 1953, p. 35.

em 1836 e 31.569 em 1854⁵. No entanto, faltava-lhe pujança econômica. Em 1836, a sua produção figurava apenas na 14ª colocação dentre 45 vilas e cidades da província, com uma produção total no valor de 100:006\$345 réis⁶. Dentre as suas produções destacavam-se os gêneros de primeira necessidade e de abastecimento interno: as culturas de milho, mandioca, feijão e arroz, a criação de gado e porcos, e a fabricação de telhas e aguardente para consumo na cidade ou localidades próximas⁷.

Tabela 1: Produção da cidade de São Paulo em 1836	
Aguardente	2.197 canadas
Milho	45.583 arrobas
Farinha de Mandioca	10.292 arrobas
Feijão	4.368 arrobas
Arroz	2.096 arrobas
Café	879 arrobas
Algodão em rama	540 arrobas
Fumo	342 arrobas
Azeite de Amendoim	4 medidas
Chá	660 libras
Telhas	80.000 unidades
Gado cavalar	1.617 unidades
Gado vacum	901 unidades
Gado lanígero	494 unidades
Gado muar	264 unidades
Porcos	191 unidades
Valor Total	100:006\$345
Fonte: MULLER, Daniel Pedro. Ensaio d'un quadro estatístico da provincia de São Paulo. São Paulo: Typ. De Costa Silveira, 1923.	

⁵ Entre 1822 e 1836 houve o desmembramento da freguesia de Santo Amaro, o que explica o decréscimo populacional entre esses dois períodos. Caso somássemos à população paulistana, aquela referente a da vila de Santo Amaro em 1836 (5.431) e 1854 (7.722), teríamos os seguintes resultados: 27.367 habitantes para o ano de 1836 e 39.291 para 1854. Apud Maços de População 1822/1823, MULLER, Daniel Pedro, op. cit. p. 137; e Documentos com que o Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Dr. José Antonio Saraiva Presidente da Província de S. Paulo instruiu o Relatório de Abertura da Assembléa Legislativa Provincial do dia 15 de fevereiro de 1855. São Paulo: Typographia Dous de Dezembro de Antonio Louzada Antunes, 1855.

⁶ Segundo este levantamento, a capital ficou atrás das cidades ligadas principalmente ao comércio de exportação de açúcar, como Campinas e Itu e de café, no vale do Paraíba. Em ordem decrescente as povoações mais dinâmicas economicamente naquele ano eram: São Carlos (Campinas), 308:325\$620rs; Mogi mirim 308:089\$580rs; Jacaré 301:185\$600rs; Bananal 259:426\$000rs; Castro 247:550\$812rs; Pindamonhangaba 220:090\$440rs, Itu 207:391\$680rs, Lorena 196:638\$240rs, Curitiba 176:824\$000rs; Jundiá 135:439\$720rs, Capivari 128:562\$320rs, Franca 111:882\$920rs e Guaratinguetá 100:017\$400rs. Apud MULLER, Daniel Pedro. Op. cit., pp. 124-129.

⁷ Na freguesia de Nossa Senhora do Ó se estabeleceu uma cultura canavieira, não para a produção de açúcar, mas para a de aguardente. Sua aguardente era afamada e conhecida então como a Caninha do Ó e era comercializada entre os habitantes do planalto, cidades vizinhas e mesmo exportada para fora da Província. Para saber mais sobre o assunto ver: MOURA, Denise Aparecida Soares de. “De uma freguesia serra acima à costa atlântica: produção e comércio de aguardente na cidade de São Paulo (1765-1822)”. *TOPOI*, v. 13, jan-jun 2012, p. 73-93.

Para além das atividades agrícolas, a população paulistana, em destaque para aquela residente nas freguesias centrais, se dedicava a uma variedade de empreendimentos comerciais e artesanais, sobretudo no setor da prestação de serviços. Essas atividades eram facilitadas pela cidade ser capital provincial, sede do bispado e ponto de passagem obrigatório entre o litoral e o interior da província.

São Paulo possuía, assim, uma população com ocupações variadas, o que pode ser vislumbrado pelo levantamento efetuado pelo Marechal de campo Daniel Pedro Muller, no ano de 1836. Segundo este contemporâneo, residiam na cidade, 33 sacerdotes, quatro coletores, cinco médicos, cinco cirurgiões, sete boticários, 401 negociantes e 2.199 proprietários de bens rústicos e urbanos. Haveria ainda 1.009 pessoas, aproximadamente 5% da população do termo, que, sabendo ler e escrever, eram aptas para serem empregadas nos serviços públicos.

Muller também apontou uma série de outras ocupações que tomavam corpo na capital. Pelo seu levantamento, seriam 77 carpinteiros, 69 sapateiros, 54 ferreiros, 49 alfaiates, 38 oleiros, 30 ourives, mesmo número de caixeiros viajantes, 28 marceneiros, 21 músicos, 13 seleiros, dez pintores, sete padeiros, entre outros ofícios⁸.

Nesse sentido, Saint Hilaire, viajante francês que percorreu o Brasil entre 1818-1822, afirmou:

funcionários de todas as ordens, operários de diversas categorias, um grande número de mercadores, proprietários de casas urbanas, proprietários de bens rurais [...], compõem a população da cidade de São Paulo, onde se contam também várias pessoas que vivem da venda de legumes e frutas cultivadas em suas próprias chácaras⁹.

No que se refere às ocupações femininas, os maços de população de 1836 nos apontam algumas possibilidades de ganho para as mulheres pobres. Levando-se em consideração somente os arrolamentos dos quarteirões da freguesia da Sé, podemos constatar a existência de pelo menos 150 costureiras, 78 mulheres que viviam de suas agências, 45 lavadeiras, 18 quitandeiras, 12 engomadeiras e seis cozinheiras¹⁰.

Para além dessas ocupações, a cidade era habitada em 1836 por militares, funcionários públicos de órgãos diversos e estudantes do Curso Jurídico. Ao todo foram

⁸ Além destes, aparece no levantamento referido, sete pedreiros, 7 latoeiros, 6 violeiros, 6 barbeiros, 3 tecelões, 3 serradores, 3 entalhadores, 2 tanoeiros, 2 fogueteiros, 2 caldeiros, 2 chapeiros, 2 sirigueiros e 1 relojoeiro. Apud MULLER, Daniel Pedro. Op. cit., p. 242.

⁹ SAINT-HILAIRE, Auguste. Op. cit., p. 127.

¹⁰ AESP. Maços de População, Capital, 1836. Do arrolamento da freguesia da Sé de 1836 foram coletados registros referentes a 4715 pessoas. Destas temos referências quanto à ocupação de cerca de 1.900 pessoas. Foram citadas aqui apenas as ocupações femininas mais relevantes em relação ao total da população.

citados nos maços de população da freguesia da Sé: 90 militares de diferentes patentes, 31 soldados municipais, 52 empregados públicos e 129 estudantes do Curso Jurídico¹¹.

De acordo com Maria Lucília Viveiros de Araújo, a riqueza paulistana da primeira metade do oitocentos encontrava-se dividida entre três grupos principais¹²: No topo da pirâmide social e econômica e, em número reduzido, estavam os que haviam acumulado riqueza mercantil e reinvestiam seus capitais nos engenhos das novas áreas agrícolas distantes da capital. Um segundo conjunto era composto por negociantes, agricultores e funcionários públicos bem sucedidos, sendo a sua riqueza totalmente aplicada em negócios. Compunha ainda esse quadro, um terceiro grupo, também de negociantes, dedicados à venda de retalhos e que movimentavam os negócios locais. A maioria da população, no entanto, era pobre, viviam ou tentavam sobreviver com o pouco dinheiro que conseguiam na cidade, como bem demonstrou Maria Odila da Silva Dias¹³, para o caso das mulheres pobres livres ou forras.

Se a vida era difícil para os livres pobres, o que dizer dos escravos. Durante a primeira metade do século XIX¹⁴, pelo menos um em cada cinco dos habitantes de São Paulo era cativo. Eram 22,9% no contexto da independência, 25,1% em 1836, decrescendo para 21,5% em 1854, e 12,2% em 1872, em reflexo do deslocamento das escravarias para as regiões cafeeiras com o fim do tráfico internacional de escravos.

Porém, a distribuição dessa escravaria pelo planalto não era equânime, e refletia a maior dinamicidade das freguesias urbanas. Em 1836, a Sé e Santa Ifigênia figuravam como a primeira e terceira freguesia que mais concentravam cativos proporcionalmente, com 35,5% e 26,7% cada, somando 50,9% da escravaria do termo. Em 1854, Sé e Santa Ifigênia reaparecem como as duas principais detentoras de escravos, exibindo uma proporção de população escrava de 29,6% e 26,2% respectivamente, e reunindo 58,2% da escravaria de todo o termo.

¹¹ AESP. Maços de População, Capital, 1836.

¹² ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros. *Os caminhos da riqueza dos paulistanos na primeira metade dos oitocentos*. Hucitec, FAPESP, São Paulo, 2006, pp. 89-150.

¹³ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

¹⁴ 1822 – Maços de População 1822/1823, 1836 - MULLER, Daniel Pedro. Op. cit., 1854 - Documentos com que o Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Dr. José Antonio Saraiva Presidente da Província de S. Paulo instruiu o Relatório de Abertura da Assembléa Legislativa Provincial do dia 15 de fevereiro de 1855. São Paulo: Typographia Dous de Dezembro de Antonio Louzada Antunes, 1855. 1872 – Recenseamento Geral do Império.

Tabela 2: Proporção de Escravos por Freguesia na cidade de São Paulo (1836 e 1854)							
Freguesias	1836			Freguesias	1854		
	Pop. Total	Escravos	(%)		Pop. Total	Escravos	(%)
Sé	5.568	1.975	35,5%	Sé	7.464	2.213	29,6,%
N. Sra do Ó	1.759	524	29,8%	Santa Efigênia	3.621	950	26,2%
Santa Efigênia	3.094	826	26,7%	Penha	1.293	298	23,1%
S. Bernardo	1.347	346	25,7%	N. Sra do Ó	2.020	361	21,7%
Guarulhos	2.265	561	24,8%	Cotia	3.509	677	19,2%
Penha	1.206	260	21,6%	S. Bernardo	2.072	320	18,2%
Brás	659	121	18,4%	Brás	967	148	15,3%
Cotia	3.370	600	17,8%	Guarulhos	2.094	279	13,3%
Juqueri	2.181	273	12,5%	Juqueri	2.213	191	8,6%
Mboy	424	9	2,1%	Mboy	-	-	-
Total	21.873	5.495	25,1%	Total	25.253	5.437	21,5%
Fontes: 1836 - MULLER, Daniel Pedro. <i>Ensaio d'un quadro estatístico da provincia de São Paulo</i> . São Paulo: Typ. De Costa Silveira, 1923. 1854 - <i>Documentos com que o Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Dr. José Antonio Saraiva Presidente da Província de S. Paulo instruiu o Relatório de Abertura da Assembléa Legislativa Provincial do dia 15 de fevereiro de 1855</i> . São Paulo: Typographia Dous de Dezembro de Antonio Louzada Antunes, 1855.							

Em geral, os plantéis paulistanos eram pequenos, marcando uma tendência de manutenção de pequenos e médios plantéis. Para se ter uma ideia, de 912 fogos arrolados nos maços de população da freguesia da Sé para o ano de 1836, 416 (50%) não tinham escravos relacionados. Os fogos restantes, aqueles que possuíam cativos declarados, somavam outros 416, e destes 306 (73,5%) detinham entre um e quatro escravos, 84 (20,1%) possuíam entre cinco e nove cativos, 19 (4,5%) entre 10 a 20, e sete proprietários (1,6%) tinham mais de vinte escravos¹⁵.

De acordo com Maria Helena P. T. Machado, São Paulo era um mercado pouco atrativo para os traficantes e recebia o refugio de outras localidades, “escravos, principalmente escravas, crianças, velhos, portadores de defeitos ou aleijões, deveriam ter como destino final as ruas da Cidade¹⁶”. Nesta tiveram usos variados, e pode-se afirmar que devido às particularidades da capital, ou seja, seu ambiente urbano e a tendência de constituição de pequenos plantéis, muitos dos cativos tiveram a possibilidade de uma maior autonomia e negociação frente ao seu senhor.

Muito disseminada era a utilização do escravo de ganho e o de aluguel, sendo o escravo ao ganho aquele que se lançava às ruas por conta própria, prestando contas ao senhor ou senhora ao final do dia ou em dias estipulados da semana. Segundo Machado, nessa forma de trabalho, o cativo “gozava de notável autonomia, uma vez que esperava-se

¹⁵ AESP. Maços de População, Capital, 1836.

¹⁶ MACHADO, Maria Helena P. T. "Sendo cativo nas ruas: a escravidão na Cidade de São Paulo". In: PORTA, Paula. *História da cidade de São Paulo: a cidade no império 1823-1889*. São Paulo: Paz e Terra, 2004. Volume II, p. 63.

que passasse os dias nas ruas buscando empregar-se a curto prazo em diferentes serviços”¹⁷. Um aspecto importante era a possibilidade, geralmente respeitada pelos senhores, de um ganho extra para o cativo, que poderia juntar pequenas quantias semanais, de \$120 a \$200 réis, empregadas para o seu próprio sustento e quem sabe para a compra de sua alforria.

Outros eram empregados como tropeiros ou como seus auxiliares, sendo esta uma das ocupações mais vantajosas por suas possibilidades de mobilidade e remuneração. Em grande parte, devido a sua localização geográfica, São Paulo, tornou-se desde cedo num local de passagem obrigatório para toda a produção escoada pelo porto de Santos, cujo transporte, muitas das vezes era realizado por cativos.

Muitos escravos eram empregados nos serviços exclusivamente domésticos das famílias mais abastadas. Segundo o reverendo Daniel P. Kidder, as senhoras paulistanas ocupavam-se “muito pouco com assuntos domésticos, confiando tudo quanto se refere às dependências inferiores da direção da casa, ao negro ou à negra cozinheira e deixando todos outros assuntos a cargo dos servos”¹⁸. Por fim, uma prática corriqueira era a dos estudantes da faculdade de Direito trazerem consigo um escravo de sua família para que este o acompanhasse nos anos que passariam na cidade, sendo também comum a concessão da sua alforria quando da formatura deste estudante.

Em linhas gerais este era o quadro social de São Paulo nas proximidades de 1836. Entretanto, esse quadro vai ficando mais complexo ao longo do século com o desenvolvimento gradual e adensamento urbano da Sé, Santa Ifigênia e Brás.

Se até os idos de 1830, a capital era quase uma “formosa sem dote” como exposto pela historiografia, essa situação vai aos poucos se modificando nas décadas seguintes. A cidade estava em transformação, contribuindo nesse processo alguns fatores catalisadores¹⁹, dentre os quais podemos destacar o estabelecimento da primeira tipografia em 1827 e o consequente desenvolvimento da imprensa, e a criação da faculdade de Direito em 1828, trazendo consigo contingentes de estudantes com seus divertimentos, luxos e costumes. Isso não impediu, contudo, que ainda por muito tempo os estudantes e viajantes vissem em São Paulo uma fonte de tédio e aborrecimento.

¹⁷ MACHADO, Maria Helena P. T. Op. cit., p. 69.

¹⁸ KIDDER, Daniel Parish. *Reminiscências de viagens e permanências nas províncias do Sul do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1980, p. 72.

¹⁹ MORSE, Richard. *Formação Histórica de São Paulo (de comunidade à metrópole)*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1979, p. 70. Expressão utilizada pelo autor.

Afinal, como diria Álvares de Azevedo em carta destinada à mãe em 1844, “São Paulo nunca será como o Rio”²⁰. Suas cartas são cheias de comparações entre a cidade de sua infância e de sua vida acadêmica, e colocavam o Rio de Janeiro como exemplo de modernidade, civilização e vida social, enquanto São Paulo aparece como o sinônimo de tédio, aborrecimento, atraso e apego à religião, um lugar onde a vida era um bocejar infindo:

Enquanto no Rio reluzem esses bailes à *mil e uma noites*, com toda sua magia de fulgências e luzes, por aqui arrasta-se o narcótico e único baile da *Concórdia Paulistana*.

Nunca vi lugar tão insípido, como hoje está S. Paulo. Nunca vi coisa mais tediosa e mais inspiradora de *spleen*. Se fosse eu só que o pensasse, dir-se-ia que seria moléstia – mas todos pensam assim. – A vida aqui é um bocejar infindo.

Não há passeios que entrettenham, nem bailes, nem sociedades, parece isto uma cidade de mortos – não há nem uma cara bonita em janela – só rugosas caretas desdentadas – e o silêncio das ruas só é quebrado pelo ruído das bestas sapateando no *ladrilho* das ruas. Esse silêncio convida mais o sono que ao estudo, enlanguesce, e entorpece a imaginação e pode-se dizer que a vida é um sono perpétuo.²¹ (12/06/1849)

A propósito de Vovó – ela veio toda zangada pela falta de religião e tem espalhado por aí que lá em casa não se vai a Missa, mas a bailes, em lugar de decorar rezas, se decoram poesias, etc, etc, etc.²² (03/1847)

Nas primeiras décadas do XIX, ainda eram poucas as opções de lazer na urbe paulistana, e menos ainda as que não trespassavam pela questão da religiosidade. O catolicismo e suas práticas religiosas apresentavam-se com grande força e influência sobre os costumes e crenças da população. Afora as missas de domingo, procissões e festas aos santos, eram escassos os divertimentos, com pequenas exceções como os passeios por trechos da várzea do Tamandateí e ao Jardim Botânico, localizado na Luz, e de um pequeno teatro existente no lado sul do largo do Palácio do Governo.

Havia poucos bailes e, nesse sentido, podemos afirmar que as igrejas constituíam-se em centros privilegiados da sociabilidade dos paulistanos, que nelas se encontravam para as atividades rotineiras do culto e de lazer.

A grande oportunidade de sociabilidade era a missa dominical. Nesta ocasião, a população acorria à igreja trajando suas melhores roupas, os fregueses avaliavam-se mutuamente, contavam novidades e colocava-se em dia a conversa. Os padres chamavam a atenção de alguma ovelha desgarrada e anunciavam casamentos e mortes. As mulheres, em seus trajes de festa, ostentavam joias, e transportadas por cadeirinhas ou a pé, formavam

²⁰ AZEVEDO, Manuel Antônio Álvares de. *Cartas de Álvares de Azevedo*. São Paulo: Academia Paulista de Letras, 1976, volume um, p. 35.

²¹ Idem., p. 110.

²² Idem, p. 59.

pequenos cortejos com seus maridos, filhos e escravos. Era um momento propício inclusive para os namoros e flertes debaixo das vistas de pais e maridos vigilantes.

Nesse processo o poder econômico familiar era re/afirmado. Mesmo durante os ofícios religiosos, a divisão hierárquica da sociedade era mantida. À porta da igreja a família se separava: os homens mais conhecidos e bem vestidos iam para as naves laterais, e as senhoras penetravam no corpo do edifício, sentando-se no chão juntamente com suas escravas. Por fim, os escravos homens e o povo de classe baixa ficavam à porta²³.

Contudo, era nas procissões, novenas e festas, dominadas pelo culto externo e pela pompa das cerimônias, que a religiosidade paulistana mostrava suas feições mais vivas. Por ocasião das festas de importância, os fazendeiros deixavam suas fazendas distantes e vinham para os seus sobrados. As famílias mais ricas não saíam às ruas, mas estendiam colchas de damasco em suas janelas e aí se reuniam para assistir a passagem da procissão, e o povo enfeitava as ruas de flores e de folhas de laranjeira e por vezes a municipalidade ordenava para que os habitantes tivessem suas casas e muros branqueados e suas testadas limpas e varridas²⁴.

Dona Maria Paes de Barros retrata em suas memórias de infância o alvoroço causado por essas festividades no seu ambiente familiar, ainda nas décadas de 1850/1860:

Depois das saudações de estilo, dizia ele que sua senhora mandava convidar toda a família para assistir à procissão. Punha-se logo a casa em rebuliço com os aprestos, pois todos iam à festa, desde os senhores até a última escrava.

Vinha afinal o aviso de que a procissão ia deixando a igreja. Chegavam-se todos às janelas: os senhores com suas famílias às do salão, as meninas às dos quartos, e às da cozinha, todo o pessoal de serviço: pajens, mucamas, crianças. Dirigiam-se os olhares para o portal da igreja, onde apareciam os andores, suportados por ombros másculos, mediante longos varais.

Lá ia passando o pálio, com toda a solenidade. Cobertos de seda branca, com franjas de ouro, os varais eram sustentados pelos camaristas da cidade. Sob este rico dossel, lento e grave caminhava o bispo, rodeado dos mais importantes personagens da cidade. Também ele vinha ricamente paramentado com vestes de seda branca guarneçadas de galões dourados. Nas mãos trazia o cibório de ouro contendo a hóstia. Seminaristas e mocinhos do coro, de batina negra e sobrepeliz branca, agitavam levemente os turíbulo de prata, fazendo subir até as janelas do sobrado a perfumada fumaça do incenso. Todos, sem exceção, punham-se de joelhos, reverentes. Era esse o único momento, durante todo o dia, em que pela numerosa assistência perpassava um vislumbre de espiritualidade. Logo atrás do pálio marchava a banda de música dos permanentes, por fim seguia a enorme populacho, que acompanhava a procissão em todo o seu trajeto.²⁵

²³ BARROS, Maria Paes de. “No tempo de Dantes”, In MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de (org.). *Vida Cotidiana em São Paulo no século XIX: memórias, depoimentos, evocações*. São Paulo: Ateliê, 1999, p. 113.

²⁴ MORSE, Richard. Op. cit., p. 67.

²⁵ BARROS, Maria Paes de. Op. cit., p. 105.

Nesse sentido, a própria imagem exterior de São Paulo já denunciava a influência do sagrado. Qualquer visitante que chegasse à cidade se impressionaria com seus diversos edifícios religiosos, observados tanto nas grandes áreas em seu entorno, quanto nas ruas principais e locais públicos. O domínio do sagrado se fazia presente, sendo raros os locais de onde não se avistasse pelo menos uma igreja. Essa impressão era reforçada pelo acanhamento dos edifícios do governo civil. Ante os dezoito templos e conventos paulistanos, havia apenas cinco construções de porte que lembravam à população uma presença do Estado: o Palácio do Governo (funcionando no antigo colégio jesuíta), o Quartel militar, a Câmara Municipal e Cadeia (juntas), a Casa da Pólvora e a pirâmide ou obelisco do Piques até hoje existente na ladeira da memória. Além destes, havia a Forca, colocada desde o início do século XIX no antigo “Largo da Forca”, atual largo da liberdade, e após 1828 a Faculdade de Direito, estabelecida no antigo Convento franciscano²⁶.

A paisagem sonora era marcada pelos repiques dos sinos das igrejas, em destaque para o de Santa Ifigênia, conhecida como a “igreja dos sinos quebrados” devido à frequência incomum em que eram tocados. Os sinos desempenhavam função vital: marcavam as horas, as mortes, alertavam sobre incêndios, proclamavam festividades, chamavam às aulas e ao trabalho e convidavam o povo para participar das festas.

Mesmo a cidadania durante o império tinha sua dimensão religiosa. Através da Constituição de 1824, a religião Católica Apostólica Romana mantinha-se como a religião oficial do Estado, sendo que, o imperador, os membros do conselho geral e os deputados eleitos deveriam jurar mantê-la e protegê-la²⁷. As paróquias eram as menores unidades políticas, sendo as eleições ali realizadas, e os párocos eram os responsáveis pelos registros de batismo, casamento e falecimento. A Igreja também marcava a sua autoridade sobre os dois momentos de passagem mais importantes para

²⁶ Na freguesia da Sé havia: 1º Igreja da Sé ou Matriz, 2º Convento e Igreja de São Bento, 3º Convento e Igreja do Carmo, 3º Convento e Igreja de São Francisco, 4º Igreja da Ordem Terceira de São Francisco, 5º Convento de Santa Teresa e 6º Recolhimento da Luz; 7º Igreja dos jesuítas, 8º de São Pedro, 9º de São Gonçalo, 10º de Nossa Senhora dos Remédios, 11º de Santo Antonio, 12º de Nossa Senhora do Rosário, 13º da Boa Morte, 14º Capela dos Aflitos, 15º Igreja da Misericórdia. Na freguesia de Santa Ifigênia existia a igreja de mesmo nome e a capela da Consolação, e na freguesia do Brás, a Igreja de Nosso Senhor do Bom Jesus do Brás.

²⁷ IMPÉRIO. Constituição Política do Império do Brasil, de 25/03/1824. Em seu Capítulo I, Título 1º, artigo 5º fica estabelecido que a Igreja Católica Apostólica Romana continuaria sendo a Religião do Império, sendo permitidas o culto domestico e particular de todas as outras religiões. No capítulo II, Artigo 103, o imperador, antes de ser aclamado, deveria jurar manter a Religião Católica Apostólica Romana, bem como o príncipe real ao completar 14 anos. O Mesmo era exigido dos membros do Conselho de Estado Geral, no capítulo VII, artigo 141.

Fonte: Detalhe da planta da Imperial cidade de São Paulo, levantada pelo Capitão de Engenheiros J. Felizardo Rufino José Felizardo e Costa em 1810. Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, São Paulo Antigo Plantas da Cidade, São Paulo: Editora Melhoramentos, 1954. **Destaque para os templos paulistanos, em vermelho.**

o paulistano: o batismo e a morte. Pelo primeiro, dava-se o ingresso na sociedade, que compreendia e confundia o ser brasileiro com o ser católico; já o segundo marcava a saída desta vida pra o além, cujo ato final era o sepultamento dentro de algum templo, ambas cerimônias realizadas por intermédio de um padre.

No entanto, quando afirmamos que o catolicismo teve grande influência na vida paulistana da primeira metade do oitocentos, não queremos dizer com isso, apenas e tão somente, as práticas pregadas e defendidas pela Igreja Católica. Estas foram muito importantes evidentemente, mas neste momento histórico, outras instituições e maneiras de crer foram relevantes no contexto brasileiro e paulistano.

Referimos-nos ao destaque alcançado pelas irmandades e confrarias religiosas, e às crenças e práticas populares, muitas das quais se distanciavam dos dogmas defendidos pela ortodoxia romana. Por esta razão, alguns estudiosos tenderam a dividir a religiosidade de antanho em duas vertentes: a popular e a oficial, que, em seu primeiro momento, não seriam concorrentes, mas suplementares e paralelos. Nesta dissertação utilizamos a distinção feita por Augustin Wernet que dividiu o catolicismo brasileiro em três vertentes principais: o tradicional, o iluminista e o ultramontano.

O Catolicismo tradicional paulistano

O catolicismo tradicional foi a vertente predominante do catolicismo brasileiro, até meados do século XIX. Esta vertente apresentou características próprias que a diferenciou das práticas religiosas europeias, visto que a Igreja que aqui se instalou defrontou-se permanentemente com um espírito pouco ortodoxo, se comparado aos padrões definidos pela cristandade romana⁴⁴, e com a constante carência de recursos materiais. Esses dois fatores teriam resultado num catolicismo “de família com muito Deus, pouco padre, muito céu, pouca igreja, muita reza e pouca missa”⁴⁵.

Dentre as suas características principais estava a pouca influência que o episcopado teve sobre a vida de seus fiéis, devido, em grande medida, ao sistema de Padroado⁴⁶, vigente durante todo o período colonial e imperial e que, na prática, criou uma dependência total da hierarquia eclesiástica ante o governo civil. Por esse sistema,

⁴⁴ BOSCHI, Caio Cesar. *Os leigos no poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986, p. 60.

⁴⁵ NAVA, Pedro. *Baú de Ossos*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1974, p. 36.

⁴⁶ O sistema de Padroado era um conjunto de privilégios concedidos pela Igreja Romana aos reis de Portugal e posteriormente ao imperador do Brasil. Entre os privilégios destaca-se o direito de apresentação de arcebispos e bispos para os seus domínios. O Padroado não é diretamente uma instituição regalista, mas através dela introduziram-se facilmente abusos regalistas.

os bispos eram nomeados pelo Estado, e a Igreja e seus membros eram mantidos pelo governo, que, por isso, enxergava os sacerdotes como seus meros funcionários.

Os proventos recebidos do Estado, contudo, quase sempre eram insuficientes, o que explica muitos dos problemas enfrentados pelo clero e pela Igreja. A carência de recursos fez com que o episcopado fosse sempre pouco numeroso em comparação à população geral, nunca acompanhando o seu aumento e, muito menos, a sua dispersão pelo território, principalmente nos rincões rurais e menos povoados. A ausência de sacerdotes seria menos sentida em São Paulo, capital da província e sede do Bispado, e em outras regiões mais urbanizadas. Mesmo assim, em 1836⁴⁷ residia em São Paulo 33 sacerdotes, revelando uma média de um religioso para cada 664 habitantes, se considerarmos que todos estes desempenhavam suas funções litúrgicas, o que não era o caso, visto que grande parte dos membros eclesiásticos se dedicava a outras atividades mais vantajosas, e não propriamente ligadas à atividade pastoral.

Nesse ponto são numerosos os exemplos paulistanos. Muitos de seus sacerdotes envolveram-se na política durante as primeiras décadas do século XIX, dentre os quais podemos rapidamente citar: o Cônego Ildefonso Xavier Ferreira; político liberal, deputado provincial e Lente Catedrático da Faculdade de Direito; Vicente Pires da Motta, por diversas vezes vice-presidente da província e presidente de outras províncias; Diogo Antonio Feijó, regente e influente político liberal; o Cônego João Vicente Valladão, vigário colado da freguesia da Conceição dos Guarulhos e deputado provincial; Manuel Joaquim do Amaral Gurgel, conselheiro, jornalista e por várias legislaturas deputado provincial; e mesmo o bispo Manoel Joaquim Gonçalves de Andrade (1827-1847), político conservador e dono de uma extensa escravaria.⁴⁸

Referindo-se ao clero do tempo do bispo D. Frei Manuel da Ressurreição (1771-1789), Oscar de Figueiredo Lustosa afirma que “a situação financeira do conjunto do clero paulista não era das mais favoráveis, salvo para alguns poucos padres que, fazendeiros ou negociantes, dedicavam-se assim a misteres seculares ou temporais”⁴⁹.

Esse problema estende-se até o século XIX, a ponto de vários padres paulistanos dependerem das côngruas pagas por confrarias e irmandades, que, nos seus

⁴⁷ MULLER, Daniel Pedro. Op. cit., p. 51.

⁴⁸ Esse fenômeno era verificado também em nível nacional. A participação do clero católico na Câmara dos Deputados era a seguinte: Assembleia Constituinte (1823): constituintes, 90; eclesiásticos 21, ou seja, 23,3%. Primeira Legislatura (1826-1829): deputados, 103; eclesiásticos 23 (22,3%); mantendo um alto índice de participação até o final do período regencial (1840).

⁴⁹ LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. “Situação religiosa da Capitania de São Paulo na palavra de seu bispo, Dom Frei Manoel da Ressurreição (1777)”. *Revista de História*, v. LII, n. 104, Ano XXVI. São Paulo, 1985, p. 917.

compromissos e estatutos estipulavam o ordenado de seu capelão contratado. Outros clérigos complementavam o seu salário cobrando taxas no exercício do seu ministério, ou dedicando-se a outras profissões mais rendosas⁵⁰. Sobre essa situação, o agrônomo alemão Oscar Canstatt, declarou em 1871:

De um modo geral os cuidados espirituais no Brasil são muito falhos, e não obstante o ininterrupto aliciamento de sacerdotes europeus, a população, principalmente nas zonas mais escassamente povoadas do interior, se ressentia da falta de padres. Uma das causas da classe clerical ser tão pouco representada, em comparação com a Europa, é sem dúvida a insuficiência da remuneração dos sacerdotes. São pagos pelo Tesouro do Estado; a Igreja do Brasil não tem patrimônio. Como porém a remuneração é mesquinha demais, para poder viver dela, os párocos são obrigados, como em algumas cidades do Tirol, [...] a albergarem estranhos mediante remuneração ou recorrerem a qualquer outro meio semelhante para aumentarem sua renda.⁵¹

Por sua vez, as igrejas paroquiais da diocese de São Paulo, em geral, eram pobres, e não possuíam muitos bens. No mais das vezes, suas fábricas eclesiásticas detinham unicamente o seu prédio, às vezes um terreno ou uma morada de casa de aluguel; como podemos observar no levantamento efetuado pelo Presidente de Província José Thomaz Nabuco de Araujo, no ano de 1852 (ver tabela 3).

Tabela 3: Bens e Rendimento das Igrejas Paroquiais do Termo da imperial cidade de São Paulo (1852)		
Freguesia	Bens de Raiz	Rendimento Annual da Fábrica Eclesiástica
Sé	Nenhum	Provida pelo Caixa Geral
Santa Ifigênia	Nenhum	40\$000 p/ano
Brás	Uma morada de casa	192\$000 p/ ano
Penha de França	Duas moradas de casas na capital, e outras duas na freguesia.	150\$000 p/ano
Conceição dos Guarulhos	Nenhum	50\$000 p/ano
São Bernardo	Um terreno	Muito limitado
Freguesia do Ó	Uma morada de casas para residência dos vigários	Não consta
Fonte: <i>Documentos que acompanham o discurso com que o Ilustríssimo e Excellentíssimo Senhor Dr. José Thomaz Nabuco de Araujo, Presidente da Província de São Paulo abriu a Assembléa Legislativa Província no dia 1º de Maio de 1852.</i> São Paulo. Na Typographia do Governo Arrendada por Antonio Lousada Antunes, 1852.		

⁵⁰ Na Província de São Paulo, no ano de 1833, os vigários colados recebiam 200\$000, os coadjutores 25\$000. Aos cônegos cabia o vencimento de 300\$000, exceto o arcediogo (500\$000), o arcepreste (400\$000) e o chantre (400\$000), e o bispo que recebia a cônica de 1:800\$000 réis. Apud WERNET, Augustin. *A Igreja Paulista no século XIX: A reforma de D. Antônio Joaquim de Melo (1851-1861)*. São Paulo, Editora Ática, 1987, p. 58.

⁵¹ CANSTATT, Oscar. *Brasil, Terra e Gente (1871)*. Coleção Temas Brasileiros, São Paulo: Conquista, 1975, pp. 144-145.

Esse quadro nos revela a penúria enfrentada pelo clero secular durante o período colonial adentrando o império, e dá sustentação para a afirmação de João Fagundes Hauck, segundo o qual:

A grandiosidade dos templos pode dar a impressão de uma igreja rica, mas, fora a construção monumental de edifícios e o passadio de alguns conventos, todos os seus meios são muito pobres: manutenção do clero, obras assistenciais, etc. O Governo deixava à caridade dos fiéis o encargo de satisfazer às muitas necessidades sociais, mas roubava a Igreja, pelos dízimos, a sua única fonte de sustentação.⁵²

Como consequência dessa carência de recursos, adviria a pouca atuação dos sacerdotes na vida cotidiana de seus fiéis. Nesse sentido, podemos afirmar que até pelo menos o início do século XIX “o relacionamento dos fiéis com os pastores reduzia-se a ocasiões especiais, geralmente no tumulto das grandes festas⁵³”.

Esse relacionamento se via comprometido ainda pela péssima formação dos quadros eclesiais, visto serem poucos os seminários e os cursos esporádicos e inconsistentes⁵⁴. Segundo Canstatt, “a formação do padre deixa, aliás, muito a desejar, e embora existam alguns seminários e cadeiras especiais para o ensino de teologia católica nos institutos de educação superior, não se pode dizer que dele saiam clérigos particularmente ilustrados⁵⁵”. Para o caso paulista, esse problema só começaria a ser resolvido definitivamente com a fundação do Seminário Episcopal em 1858.

Diferentemente do clero secular, os regulares encontravam-se numa situação bem melhor. Livres das amarras do sistema de Padroado, os conventos, recolhimentos e mosteiros puderam adquirir grandes patrimônios através da doação de fiéis. Possuíam muitas fazendas, terras, prédios e escravos, uma riqueza enorme que contrastava com o número reduzido de seu pessoal; o que fez com que seus bens fossem continuamente cobichados pelo Estado. Em 1854, somente o convento carmelita de São Paulo possuía cinco fazendas, uma quinta, dois terrenos, 32 prédios, quatro sobrados e 435 escravos, tudo orçado em 190:700\$000 para o sustento de apenas 10 frades ali residentes. No Mosteiro de São Bento habitavam unicamente um abade e dois monges, que por sua vez possuía 64 prédios, sítios todos em São Paulo, duas fazendas e 100 escravos, somando um patrimônio de 108:000\$000 réis. O recolhimento de Santa Teresa detinha 33

⁵² HAUCK, João Fagundes; “História da Igreja no Brasil: segunda época”, In HAUCK, João Fagundes, FRAGOSO, Francisco; BE OZZO, José Oscar; GRIJP, Klaus Van Der; BROD, Benno (orgs.). *História Geral da Igreja na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Vozes Ltda, CEHILA, 1980, p. 54

⁵³ HAUCK, João Fagundes. Op. cit., p. 13.

⁵⁴ FAUSTINO, Evandro. *O Catolicismo em São Paulo no Segundo Império e o Dilema da Modernidade*. Dissertação de Mestrado FFLCH/USP, 1991, p. 20.

⁵⁵ CANSTATT, Oscar. Op. cit., pp. 144-145.

prédios, 24 escravos e 24 quartos de casas situados na circunferência do recolhimento, num total de 35:000\$000 réis. Por último, o Recolhimento de Nossa Senhora da Luz possuía um terreno que não foi avaliado e 12 escravos, no valor total de 3:700\$000.

Como consequência desse quadro, o catolicismo tradicional desenvolveu-se com um caráter leigo, social e familiar, fazendo com que a religião brasileira fosse “mais doméstica e privatizada do que institucional”⁵⁶. A instrução religiosa dava-se, na maioria dos casos, mais na família do que nas aulas do catecismo oferecidas na paróquia aos domingos. Era no ambiente familiar que grande parte da população aprendia as orações, a moral cristã e os bons costumes.

O papel de relevância não era ocupado apenas pela família, mas também pelos leigos em geral, que desempenharam um papel vital na manutenção do culto, suprindo as lacunas deixadas pela Igreja Católica. Coube-lhes a direção e a organização das principais associações religiosas e festividades mais importantes, bem como a sustentação material da Igreja e a introdução e propagação de devoções. Um fato singular, presenciado pelo protestante Daniel P. Kidder, durante as orações, serve-nos como exemplo da importância que os leigos desempenhavam na manutenção da fé:

“À noite, meia hora era consagrada à oração. Vimos grande número de negros que entravam, e uns após outros, nos saudavam... Depois começavam a cantar no quarto contíguo. O Padre Capelão assistia a essas orações como qualquer membro da família, e quem puxava a reza e mesmo as ensinava era um leigo”⁵⁷

Uma das expressões mais típicas dessa religiosidade tradicional encontra-se nas irmandades. Essas associações existiam desde o século XII, mas tomaram impulso principalmente nos séculos XVII e XVIII, reunindo homens e mulheres para a prática católica, construção e manutenção de igrejas e altares e para a participação em procissões e funerais. Surgidas como uma forma de sobrevivência, na esfera religiosa, das antigas corporações de artes e ofícios⁵⁸, ao longo do tempo, elas assumiram um papel complementar à Igreja. De acordo com João José Reis, elas foram “pelo menos até o Brasil – Império, os principais veículos do catolicismo popular”⁵⁹. Enquanto as igrejas matrizes eram pouco servidas de padres e em pequeno número face da dimensão

⁵⁶ HAUCK, João Fagundes. Op. cit., p. 13.

⁵⁷ KIDDER, Daniel P. Op. cit., 1980, pp. 203-204.

⁵⁸ HOORNAERT, Eduardo. *Formação do Catolicismo Brasileiro, 1550-1800*. Petrópolis: Editora Vozes Limitada, 1978, p. 234.

⁵⁹ REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 59.

do território, só atendendo a população de sua vizinhança, “as capelas, sob a direção dos leigos, tinham movimento muito maior, congregando os fiéis para o culto dos santos”⁶⁰.

De acordo com o objetivo e atuação de cada irmandade, podemos dividi-las em três tipos: devocionais, assistenciais e ordens terceiras. No Brasil, colônia e império, as de caráter devocional foram maioria, reunindo os fieis para o culto de algum determinado santo e promoção de suas festas. Suas denominações mais comuns foram aquelas dedicadas ao Santíssimo Sacramento, à Nossa Senhora, sob as mais diversas invocações, e à São Miguel e Almas, pela qual o povo cultuava os mortos.

Porém, houve exceções. Surgida em Portugal, em 1498, e transplantada para a colônia, a Confraria da Misericórdia tinha, além de finalidades devocionais, outros fins assistenciais e de benemerência. O objetivo principal das Santas Casas de Misericórdia era a caridade para com o próximo e, por isso, cuidavam de doentes desassistidos, defuntos carentes de recursos, presos e condenados, crianças expostas, construía leprosários e hospitais, todos estes, deveres de responsabilidade do Estado⁶¹.

Existiam ademais as Ordens Terceiras, corporações subordinadas às ordens monásticas tradicionais: franciscanos, carmelitas, dominicanos e beneditinos, e que agiam de acordo com o seu espírito. Seguiam, em linhas gerais, os moldes das demais confrarias, incentivando a devoção ao santo patrono e executando fins beneficentes para os seus confrades, mas como estavam ligadas às ordens religiosas tradicionais, sua existência estava condicionada à aprovação dos provinciais ou diretores da sua ordem. Os seus critérios de ingresso eram muito mais seletivos do que os encontrados nas demais irmandades. O candidato devia atender uma série de requisitos, além de aceitar uma sindicância sobre sua vida e passar por um ritual de profissão. Devido a essa maior rigidez na escolha de seus membros e pelo prestígio das ordens monásticas a elas associadas, as ordens terceiras se configuraram nas associações das camadas mais prestigiadas da sociedade. No Brasil, as ordens terceiras mais influentes foram a Venerável Ordem Terceira do Carmo e a Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, ambas presentes na cidade de São Paulo.

Vale destacar que no Brasil, as irmandades apresentaram moldes diferentes de suas congêneres do velho mundo. Na América portuguesa, o critério de raça foi muito

⁶⁰ OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro. *Religião e dominação de classe. Gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil*. São Paulo: Vozes, 1985, p. 131.

⁶¹ SANTOS, Maria da Conceição dos. “Irmandades e confrarias na São Paulo colonial”, In VILHENA, Maria A. e PASSOS, João D. (orgs.), *A Igreja de São Paulo: presença católica na história da cidade*. São Paulo: Paulinas, 2005, p. 245.

mais importante do que o caráter profissional, como ocorria na Europa. Havia irmandades de negros, de pardos e de brancos. Aliás, aqui elas alcançaram especial destaque entre os negros escravizados, pois “eram as únicas instituições às quais eles podiam se associar de forma legal”⁶², e onde podiam manifestar sua solidariedade.

A direção dessas associações estava nas mãos de leigos: os confrades elegiam uma mesa diretora que tinha o poder de deliberar e decidir sobre todos os negócios da confraria. Seu capelão contratado tinha atribuições estipuladas por um contrato, que podia ou não ser renovado, sendo seu ordenado fixado pela Mesa diretora⁶³.

Elas usufruíram, assim, de um alto grau de autonomia, visto que, apesar da necessidade de seus estatutos e compromissos ser aprovados pelas autoridades eclesiásticas competentes, como determinado pelas *Constituições Primeiras do arcebispado da Bahia*⁶⁴, uma vez tendo sido aprovados, a Igreja ou o governo tinha pouco ou nenhum controle sobre elas. Muitas irmandades entravam em funcionamento e redigiam seus compromissos antes de os submeterem a aprovação real. A confraria da Boa Morte da cidade de São Paulo, por exemplo, foi criada por provisão eclesiástica em 1728 e só muito mais tarde, em 1801, os irmãos pediram confirmação régia, apresentando um novo compromisso⁶⁵.

Para além das funções de auxílio aos seus membros no caso de falecimento, pobreza ou doença, as irmandades também se reuniam para festejar o seu santo patrono e no auxílio às procissões ocorridas na cidade. Em outras províncias, elas eram as responsáveis pela maior parte das festividades religiosas e cada uma celebrava seu santo patrono da maneira mais rica e vistosa possível. Contudo, as irmandades paulistanas, estavam longe de se comparar com suas congêneres baianas e mineiras, não dispendo de tantas esmolas e nem organizando festividades com tamanho aparato e pompa⁶⁶.

Por essa razão, por vezes, a Câmara municipal da cidade se responsabilizava por uma parcela dos gastos, despendendo uma parte considerável de sua receita com as

⁶². OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro. Op. cit., p. 131.

⁶³ Em geral, dentre as atribuições do capelão estava rezar missas, encomendar os corpos, confessar os irmãos e fiscalizar a decência do culto.

⁶⁴ VIDE, Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, feitas e ordenadas pelos ilustríssimo e reverendíssimo D. Sebastião Monteiro da Vide. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2007. Título LX. Segundo esta disposição as irmandades eram obrigadas a remeter ao Arcebispado seus Estatutos e Compromissos, para que se evitasse abusos, pensões onerosas e indecentes. O artigo insistia, no entanto, na importância dessas associações na devoção aos santos, e pedindo que a população não deixasse de venerá-los, principalmente a do Santíssimo Sacramento, a do nome de Jesus, a de Nossa Senhora e das Almas do Purgatório, porque era bom que elas existissem em todas as Igrejas.

⁶⁵ SILVA, Maria Beatriz Nizza da(org.) [et al.]. *História de São Paulo Colonial*. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 259.

⁶⁶ Idem, p. 261.

festas obrigatórias pela lei: a da visitação de Maria a Santa Isabel (dois de julho), a do Anjo Custódio no terceiro domingo de julho e a do Corpo de Deus, estipuladas pelas *Ordenações Filipinas*, a que se anexaram mais tarde a de São Sebastião e a de São Paulo, padroeiro da capitania. Em 1796, por exemplo, essas festividades consumiram 365\$610 réis (24,2%), de um orçamento que somava 1:503\$350 réis.

Mesmo assim, uma diversidade de procissões e festas era encabeçada pelas irmandades e ordens terceiras. São alguns exemplos: a procissão de Cinza, organizada pela Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, a dos Passos e do Enterro pela Ordem Terceira do Carmo, a do domingo da ressurreição, com procissão do Santíssimo Sacramento, a festa de São Paulo, que compreendia duas irmandades, uma de brancos e outra de negros, e a de Corpus Christi, que incluía a cavalgada de São Jorge⁶⁷.

Nesse sentido, podemos dizer que, apesar de não serem tão ricas e paramentadas, as irmandades paulistanas se faziam muito presentes no cotidiano da população. Em 1836, a cidade contava com três confrarias e vinte e uma irmandades⁶⁸. Elas eram as responsáveis pela sustentação material da maioria dos templos paulistanos, e quando não possuíam igreja própria, construída a expensas dos irmãos, encontravam-se presentes no altar de outras irmandades ou nas igrejas paroquiais: Catedral da Sé, Igreja do Bom Jesus do Brás e Santa Ifigênia, esta última, inclusive, construída pelos irmãos da irmandade de Santa Ifigênia e Santo Elesbão. Já em 1852, podemos afiançar a existência de pelo menos duas ordens terceiras e 17 irmandades, sob as mais diversas invocações, nas freguesias da Sé, Santa Ifigênia e Brás. (Ver tabela 4).

No que se refere à riqueza, a maioria encontrava-se em melhores condições do que as igrejas paroquiais, em destaque para a Venerável Ordem Terceira do Carmo e a confraria da Misericórdia. Em 1852, esta última possuía 30 prédios e 66 apólices da dívida pública, num total de 102:000\$000 réis. A Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo detinha 12 prédios no valor de 11:900\$000, a Ordem Terceira de São Francisco da Penitência possuía dois prédios no valor de 1:100\$000, a do Santíssimo Sacramento da Catedral da Sé dois prédios e dois quartos no valor de 1:600\$000, a de São Pedro um prédio de 2:200\$000, a de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Brancos dois prédios no valor de 1:500\$000, a do Rosário dos Homens Pretos, quatro prédios na importância de 1:500\$000 e a dos Remédios um prédio no valor de 800\$000.

⁶⁷ CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda. “Vida cotidiana e lazer em São Paulo oitocentista”, In PORTA, Paula (org.). Op. cit, Volume II, p.282.

⁶⁸ BRUNO, Ernani da Silva. *História e tradições da Cidade de São Paulo: o burgo de Estudantes(1828-1872)*. Volume II. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editôra, 1953, p. 763.

Tabela 4: Irmandades da Cidade de São Paulo (1852-1857) Freguesias da Sé, Santa Ifigênia e Brás	
Irmandades	Local que Administram
1º Do Santíssimo Sacramento	Altar na Igreja da Sé
2º De São Miguel e Almas	Altar na Igreja da Sé
3º De Nossa Senhora das Dores	Altar na Igreja da Sé
4º de Nosso Senhor dos Passos.	Altar na igreja do Bom Jesus do Brás
5º De São Pedro	Igreja de S. Pedro
6º De Nossa Senhora da Conceição e S. Gonçalo	Igreja de S. Gonçalo
7º De Nossa Senhora dos Remédios	Igreja de Nossa Senhora dos Remédios
8º De Nossa Senhora da Boa Morte	Igreja da Boa Morte
9º De Nossa Senhora do Rosário dos Brancos	Altar na Igreja de Santo Antonio
10º De Nossa Senhora do Rosário dos Pretos	Igreja do Rosário
11º de São Francisco das Chagas	Igreja de São Francisco das Chagas
18º de Santo Elesbão e Santa Ifigênia	Igreja de Santa Ifigênia
13º de Nossa Senhora dos Aflitos	Capela do cemitério dos Aflitos.
14º de São Jorge	Não consta
15º de Nossa Sra. da Consolação e João Batista	Altar na Igreja da Consolação
16º Ordem Terceira do Carmo	Igreja da Ordem Terceira do Carmo
17º Ordem Terceira de São Francisco	Igreja da Ordem 3ª de S. Francisco da Penitência
18º De São Benedito	Altar na Ordem 3ª de S. Francisco da Penitência
19º da Santa Casa de Misericórdia	Igreja da Misericórdia

Fontes: *Documentos que acompanham o discurso com que o Illustríssimo e Excellentíssimo Senhor Dr. José Thomaz Nabuco de Araujo, Presidente da Província de São Paulo abriu a Assembléa Legislativa Provincial no dia 1º de Maio de 1852.* São Paulo. Na Typographia do Governo Arrendada por Antonio Lousada Antunes, 1852. AESP. Ofícios Diversos, Ofício dirigido ao Presidente de Província José Thomaz Nabuco de Araujo, pelo cônego Marcellino Ferreira Bueno, 20/03/1852. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Província de São Paulo para o anno de 1858.* Organizado e redigido por Marques e Irmão, 2º anno. São Paulo: Typ. Imparcial de J. R. de Azevedo Marques, rua do ouvidor, nº 46, 1857

Juntamente com as ordens terceiras, confrarias e irmandades, existia ainda uma série de agrupamentos sem organização formal como as folias, cavalhadas, congadas e os reisados, que se responsabilizavam pela realização de determinadas festas⁶⁹.

Nesse contexto, o culto aos santos foi um dos elementos agregadores e fundamentais. Um dos objetivos principais da reunião dos fiéis às irmandades e fruto do culto individual da população. De acordo com Aluísio de Almeida, “pela decadência da instrução religiosa e litúrgica, mas com a maior boa fé e mesmo a fé mais viva deste mundo, nossos avós atribuíam muita importância às devoções particulares, às orações numerosas, às novenas e trezenas, à especialização do patrocínio celeste”⁷⁰.

Dessa forma, eram comuns os oratórios familiares, cruzeiros, rosários e amuletos, que estabeleciam uma relação direta com o sagrado. Os fiéis dirigiam-se aos seus santos

⁶⁹ A festa do Divino ou Folia dos Reis: grupo de cantadores e tocadores que saíam às ruas, vestidos de branco, angariando esmolas para as festas do Divino Espírito Santo ou dos Reis Magos, Congadas: um bailado de origem africana em que se representa a coroação de um rei do Congo; cavalhadas: diversão popular, espécie de torneio de cavalos para o jogo da argolinha, reisados: folia popular com que se festejam os Santos Reis Magos.

⁷⁰ ALMEIDA, Aluísio de. “Vida Cotidiana da Capitania de São Paulo (1722-1822)” In MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de (org.). Op. cit., p. 46.

em busca de proteção, cura de alguma doença, arranjos casamenteiros, etc., num relacionamento que nem sempre seguia a ortodoxia católica. Conversava-se com o santo, pedia-lhe proteção e lhe agradecia pelo bem recebido, no entanto, o mesmo poderia sofrer se acaso o pedido não fosse atendido⁷¹. Como explicitado por Maria Alice Setubal, essa relação próxima e sem intermediários com o sagrado fez parte integrante da cultura caipira paulista⁷² do século XIX. Segundo a autora:

Para o caipira, o Deus dos cristãos é o grande juiz, é a fonte de onde emana toda a justiça divina e por onde é permeada a justiça dos homens. A crença na atuação da Virgem Maria e dos santos católicos junto a Deus orienta, ilumina e ordena sua vida. O homem do interior desenvolve assim inúmeros sinais e práticas que aos poucos vão formando sua cultura material e imaterial: não se levanta sem se benzer, não reage às pequenas coisas do dia a dia sem exclamações que invocam o santo protetor, não deixa o dia de São João passar sem plantar um ramo de alecrim. Procura a intervenção constante do curandeiro em sua vida.⁷³

Era também em atenção aos santos que ocorriam algumas das principais festividades religiosas na cidade. Festas em homenagem aos santos padroeiros das irmandades eram organizadas por elas. Um exemplo, era a festa de Nossa Senhora do Rosário dos Homens pretos, que ocorria normalmente no primeiro domingo do mês de outubro. Nesta, depois de um ofício religioso, os negros, com suas vestes coloridas, reuniam-se em frente à igreja dedicada à padroeira, para um dança animada, e em seguida o “rei” e a “rainha” iam para casa e ofereciam um suntuoso banquete aos membros de sua “corte”. Aos músicos, que ficavam na rua, eram distribuídas bebidas em abundância e terminado o banquete, todos voltavam à igreja para uma procissão solene. “As crianças também compareciam, com seus rosários de contas vermelhas e douradas, seus amuletos e seus dentes de onça a defenderem-se dos maus espíritos de duas crenças”⁷⁴.

⁷¹ MOTT, Luis. “Cotidiano e Vivência religiosa: entre a capela e o calundu”, In NOVAIS, Fernando A. (coord.), SOUZA, Laura de Mello e (org.), *História da Vida Privada no Brasil: Cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. Volume um, São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

⁷² A autora entende como cultura caipira: a formação de um conjunto de práticas culturais diferenciadas que se desenvolveu serra acima, nas cidades e zonas rurais sem distinção, graças a um relativo isolamento geográfico do restante da colônia. Um entrelaçamento étnico formador de uma sociedade peculiar, mistura de costumes e hábitos indígenas e portugueses. Segundo a autora, nas cidades, e para nosso caso, em São Paulo (Sé, Santa Ifigênia e Brás), a dissociação com a cultura caipira teria tido início em meados do século XVIII, acelerando-se no século XIX. Com a riqueza trazida à província pelas lavouras canavieiras e cafeeiras. Na cidade e no latifúndio, aos poucos, foi se introduzindo uma transformação no seu modo de vida e visão de mundo. Modifica-se o mobiliário, aprende-se a sentar em cadeiras, a utilizar algum talher, surgem escolas nos conventos, cursos para aprender ler e escrever, etc. É o prenúncio de um afastamento cultural, manifesto no desejo de ser moderno ou ao menos diferente. É a gênese da negação dos hábitos caipiras que, já em finais do XIX, faz surgir uma literatura que faz rir da vida rural paulista.

⁷³ SETUBAL, Maria Alice (coord.). *Terra Paulista: histórias, arte, costumes*. Modos de vida dos paulistas: identidades, famílias e espaços domésticos. São Paulo: CENPEC/Imprensa Oficial, 2004, pp. 32-33.

⁷⁴ HAUCK, João Fagundes. Op. cit., p 65.

Estas festas, bem como as procissões, comportavam dois momentos distintos: o religioso, cujas práticas de expressão de fé eram exteriorizadas nas missas, nos sermões ou nas procissões, e um segundo momento marcado pelo caráter profano/social, de divertimento, com danças, fogos de artifício, barracas de comidas e bebidas. Como já dito anteriormente, essas festas e manifestações religiosas constituíam-se numa forma de reunião social, quebravam a monotonia e a rotina diária, sendo uma das poucas oportunidades de lazer da povoação até meados do século XIX.

Eram nessas ocasiões, dominadas pelo culto externo e pela pompa das cerimônias, que a religiosidade paulistana mostrava suas feições mais vivas, mais do que na liturgia oficial, a missa, à qual se assistia apenas como a um espetáculo, em língua que não se entendia e na qual se executavam atos cujo significado se desconhecia, mas, cujo mistério se respeitava.

Cabe-nos ainda ressaltar outras peculiaridades do catolicismo tradicional brasileiro. Devido a pouca influência do episcopado e também ao grande afluxo de povos de tradições e culturas não católicas (indígenas e africanos), a religiosidade brasileira teria suportado certo sincretismo, desenvolvendo uma religiosidade de forma, atenta às manifestações externas de fé e a inter-relação profunda entre o sagrado e o profano. Augustin Wernet, nos fala de uma “religiosidade de superfície, atenta ao colorido das cerimônias, à pompa exterior, religião de formas e não de conduta”⁷⁵. Ronaldo Vainfas⁷⁶, por sua vez, destaca a plasticidade do catolicismo vivenciado no Brasil, “elástico a ponto de abrigar até outros deuses, demônios misturados com santos, anjos com diabretes” bem como “seu caráter epidérmico e superficial”. Essas características teriam perpassado todas as manifestações de fé.

Segundo Maria Alice Setubal, inserindo dentro de sua concepção de caipira a cidade de São Paulo até pelo menos meados do XVIII, a fé da gente caipira seria meio cristã e meio indígena:

“a cultura caipira era permeada de elementos mágicos e religiosos, de várias origens: indígenas, católicas e próprias. Para o caipira, o mundo natural circundante era povoado de assombrações, lobisomens, mulas-sem-cabeça, sacis e outras entidades. As rezas e benzeduras eram parte das práticas caipiras a fim de afugentar os azares, curar as doenças, controlar a natureza, apaziguar as pessoas”.⁷⁷

⁷⁵ WERNET, Augustin. Op. cit., 1987, p. 24.

⁷⁶ VAINFAS, Ronaldo. *Brasil de todos os santos*. 2ª Edição, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

⁷⁷ IANNI, Octavio. *Uma cidade antiga*. Campinas, São Paulo: Unicamp, 1988, p.65.

Octávio Ianni defende que por trás da devoção aos santos, foi possível aos negros escravizados a manutenção de parte de seu arcabouço religioso.

“Religiosidade ontocrática, que buscava intermediários bem próximos e sensíveis para o relacionamento com o sobrenatural, o divino, sentido como facilmente acessível, servia-se de imagens, fitas, medalhas, rosários, bentinhos, patuás, benzeções. Convivia com a misteriosa presença de almas do outro mundo, num misto de respeito, piedade e medo, protegia-se com rituais que garantiam proteção contra doenças, animais peçonhentos, mau-olhado, quebranto, feitiço. Contra inimigos havia orações bravas que não eram para ser rezadas, mas levadas ao pescoço, em bentinhos ou patuás, ou pregadas atrás das portas da casa.”⁷⁸

O catolicismo brasileiro de antanho teria propiciado a sobrevivência de práticas pagãs de origem europeias, indígenas e africanas, dentro de estruturas aparentemente católicas⁷⁹. É o caso, por exemplo, das congadas, danças e festas dos negros em suas irmandades e confrarias⁸⁰. Essas atitudes e comportamentos pagãos, embora liderados pelos negros, eram amplamente compartilhados pelos diferentes grupos sociais⁸¹.

O profano se fazia presente, inclusive, durante as missas. Até 1852, quando a música foi proibida, esta acompanhava o ambiente litúrgico, e nos intervalos das cantorias se tocavam trechos de contradanças. Sobre elas, o pastor Daniel P. Kidder salientou: “parte das músicas tocadas, durante as cerimônias, eram conhecidas em França, como peças licenciosas e profanas”⁸². Já Maria Paes de Barros, acerca da procissão de Corpus Cristi, nos relata:

Era uma aparatosa exibição, com ares de alegre mundanismo, como muito caracteristicamente a definiu A. Taunay: “préstito profano-religioso com seu mistifório de inclassificável simbolismo católico e infiltrações pagãs”. Seja como foi, a procissão de Corpus Cristi era uma das grandes festas do ano, esperada por todos com ansiedade. Talvez nem sempre edificasse, mas divertia e alegrasse⁸³.

Por fim, Francisco de Assis Vieira Bueno nos narra a forma como a população lidava com a desobrigação da missa dominical. Mais importante do que o conteúdo litúrgico presente nela, ou mesmo o sermão, era a sua presença. Segundo o autor:

Por falar em igreja da Misericórdia,[...] ocorre-me a lembrança da missa que nos dias santificados celebrava o capelão da irmandade.

⁷⁸ HAUCK, João Fagundes. Op. cit., p. 112.

⁷⁹ HOORNAERT, Eduardo. Op. cit.

⁸⁰ Para saber mais veja SOUZA, Marina de Mello e. *Reis Negros no Brasil escravista: história da festa de coroação de Rei Congo*. Belo Horizonte: UFMG, 2006 e COMAR, Michelle. *Imagens de ébano em altares barrocos: as irmandades leigas de negros em São Paulo (século XVIII-XIX)*. Dissertação de Mestrado FFLCH/USP, São Paulo, 2008.

⁸¹ CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda. Op. cit., p.282.

⁸² KIDDER, Daniel Parish. Op. cit., 1980, p. 211.

⁸³ BARROS, Maria Paes de. Op. cit., p. 104.

Era de todas a mais concorrida, por ser a mais curta que havia. Demonstra esse fato como a maioria do povo entendia desobrigar-se da observância dos preceitos religiosos, não se lhe importando que o padre englobasse a missa, contanto que levasse pouco tempo.⁸⁴

Esse catolicismo e essa forma de se lidar com a fé permeou a vida religiosa da cidade de São Paulo durante todo o período colonial, adentrando o império. No entanto, a partir de finais do século XVIII uma série de críticas contundentes a essa maneira pouco ortodoxa de se lidar com o sagrado passa a ser feita por segmentos importantes da sociedade e do clero.

O Catolicismo eclético ou iluminista

A partir de meados do século XVIII começou a surgir uma nova maneira de se lidar com o sagrado. Era o catolicismo iluminista, ou como foi denominado por Paim e Reale⁸⁵, o ecletismo, corrente que perdurou e influenciou o catolicismo brasileiro até meados do século XIX. Em suma, correspondeu à necessidade de se tentar conciliar o pensamento filosófico desenvolvido pela ilustração e o desenvolvimento dos estudos científicos com as crenças tradicionais do catolicismo brasileiro.

Esta corrente de pensamento foi a solução encontrada pelos setores mais ilustrados da sociedade oitocentista brasileira quando se defrontaram com o desafio de, por um lado, promover o conhecimento científico inserindo-o na modernidade, e por outro, atender a um sentimento religioso, alimentado desde o berço. Tendo obtido grande destaque entre a elite letrada brasileira, esse pensamento provocou uma cisão com o catolicismo tradicional, que continuaria a ser seguido pelo povo comum.

O catolicismo iluminista teve seus adeptos também entre o clero paulistano. Sua influência se fez sentir desde o bispado de Dom Frei Manoel da Ressurreição (1771-1789), e tinha clara inspiração nas reformas pombalinas e no pensamento iluminista/racional europeu, veiculado pelas universidades portuguesas e francesas. No entanto, nunca atingiu a maioria dos eclesiásticos, que se mantiveram afastados do catolicismo iluminista, seja por D. Mateus de Abreu Pereira (1821-1824) ter ordenado muitos padres sem a necessária formação, seja pelo procedimento do bispo seguinte, seu

⁸⁴ BUENO, Francisco de Assis Vieira. “A Cidade de São Paulo: recordações evocadas da memória, notas históricas”, In MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de (org.). Op. cit., p. 163.

⁸⁵ PAIM, Antonio. *História das ideias filosóficas no Brasil*. São Paulo: Edusp/Grijalbo, 1974 e REALE, Miguel. *A filosofia em São Paulo*. São Paulo: Edusp/Grijalbo, 1976.

sobrinho D. Manoel Joaquim Gonçalves de Andrade (1827-1847) que ordenou muitos padres sem que passassem por um instituto de Filosofia e Teologia⁸⁶.

Houve, porém, uma grande participação, principalmente entre os sacerdotes da cidade de São Paulo, muitos formados pela Academia Jurídica. Entre alguns de seus expoentes estavam: Diogo Antonio Feijó, Antonio Maria de Moura, Vicente Pires da Mota, Manoel Joaquim do Amaral Gurgel, Ildefonso Xavier Ferreira, Marcelino Ferreira Bueno e José Antonio dos Reis.

Suas crenças distanciavam-se da tradição e da autoridade, aceitando como válido apenas o que resistisse à prova da razão (inteligência) e à prova da experiência (observação)⁸⁷. Essa nova atitude implicou em uma nova apreciação do mundo e das realidades terrestres. Os homens deveriam orientar-se e aspirar a liberdade e a realização de sua felicidade aqui na terra. Os seus defensores mais radicais não atribuíam a Deus outro papel senão o de ter dado o impulso que pusera o universo em movimento. Deus era considerado como o construtor do relógio, tendo-se retirado depois de concluída a sua obra. No entanto, os posicionamentos variaram bastante de pessoa para pessoa, de acordo com as crenças de cada um⁸⁸.

Em relação ao catolicismo tradicional, era postulado uma série de críticas, que classificaram pejorativamente as práticas tradicionais como um sistema de superstições e de abusos antissociais, fetichismo ou politeísmo primitivo⁸⁹. Para os seguidores dessa linha de pensamento, o povo e suas tradições eram associados, antes de tudo, a uma criança que na medida em que fosse crescendo iria abandonar “essas fábulas infantis e evoluiria para uma religião mais pura, mais interior, a religião do coração, da qual a única manifestação externa seria a prática do bem e a ajuda aos necessitados⁹⁰”.

Para os seus adeptos todas as manifestações externas de fé “seriam um conjunto de superstições, úteis apenas para os irracionais⁹¹”. Contudo, o homem ilustrado não deveria combater diretamente as práticas religiosas populares, devendo antes orientá-las na medida em que eram úteis para manter a ordem social. Dentro desse quadro caberia aos párocos, como sua função primordial, levar as luzes do conhecimento ao povo.

⁸⁶ WERNET, Augustin. Op. cit., 1987, p. 80.

⁸⁷ WERNET, Augustin. “Vida religiosa em São Paulo: do Colégio dos jesuítas à diversificação de cultos e crenças (1554-1954)”, In PORTA, Paula (org.), *História da cidade de São Paulo: a cidade colonial*. São Paulo: Paz e Terra, 2004, Volume I, p.282.

⁸⁸ FAUSTINO, Evandro. Op. cit., p. 25

⁸⁹ WERNET, Augustin. Op. cit., 1987, p.40

⁹⁰ FAUSTINO, Evandro. Op. cit., p. 27

⁹¹ BOA-NOVA, Antônio Carlos. *Clero e Povo. O Catolicismo na América Latina nos anos 60*. São Paulo: Ceru e FFLCH/USP, 1981, p. 13. Apud FAUSTINO, Evandro. Op. cit., p. 26.

No que concerne ao sacerdócio se “valorizava as tarefas terrestres e buscava uma laicização da cultura religiosa, fazendo com que clero não se distinguisse na sua vida, dos cidadãos leigos⁹²”. Como resultado, diversas atitudes dos párocos iluministas acabaram sendo vistas como atitudes irreligiosas e como sinais da eminente decadência do clero paulistano por parte de segmentos da população.

Os iluministas se demonstraram favoráveis à união Igreja e Estado, defendendo teorias jansenistas e regalistas. Já em relação à Santa Sé, defendiam uma maior autonomia, chegando, em momentos de maior efervescência, a defender uma Igreja nacional e descentralizada.

Transformações na Cidade (1829-1858)

Segundo Richard Morse, o período de 1830 até 1845 é um momento de transição/indecisão para a cidade de São Paulo. Nesse período o panorama material da cidade pouco se alterou, mas sua química sim. Tratou-se mais de uma mudança interna, de pensamento, do que uma concretização material.

Nesse ponto, o autor destaca principalmente o contato da população com as novas ideias provindas da Academia de Direito, vinculadas na imprensa, bem como a perda de poder político e intelectual da Igreja e sua desmoralização, em parte devido à penetração do secularismo/iluminismo dentro de seus quadros eclesiais. Segundo Morse, até mesmo as festas públicas, principais demonstrações do catolicismo popular perderam parte de seu conteúdo social e simbólico devido à circulação do pensamento e ao aparecimento de novas formas de divertimento.

Não é que o sentimento religioso não continuasse a envolver a população paulistana com seus símbolos, superstições e pela pompa de suas manifestações, mas, sem sombra de dúvidas, as cerimônias da Igreja Católica começaram a perder algo de sua importância e de sua significação para o conjunto da coletividade como também foi apontado por Ernani da Silva Bruno⁹³. Já se criava na cidade um ambiente propício para que a Câmara Municipal cogitasse legislar contra o que se considerava um excesso de fé.

Um dos pontos de atrito com a municipalidade foram os sinos das igrejas. Estes repicavam a todo o momento. Em 1830, o vereador e cura da Sé, Manoel da Costa e Almeida tentou por um fim nos abusos, propondo para isso que a Câmara representasse

⁹² WERNET, Augustin. A Igreja Paulista no século XIX in VILHENA, Maria Angela; PASSOS, João Décio (org). *A Igreja de São Paulo: Presença católica na história da cidade*. São Paulo: Paulinas, 2005.

⁹³ BRUNO, Ernani da Silva. Op. cit., 1984, p. 753.

ao bispo diocesano sobre os inconvenientes do grande número de dobres de sinos que se faziam na cidade por ocasião da morte de algum morador, e solicitando para que este fizesse cessar “um luxo tão prejudicial pelo incomodo que causa, como pelas excessivas despesas aos cidadãos vivos”⁹⁴. Em resposta o bispo afirmou conhecer os abusos cometidos e que iria restabelecer a disciplina como preconizado pelas *Constituições Primeiras*⁹⁵. No entanto, as recomendações não parecem ter sido seguidas corretamente, visto que em 1835, a Câmara aprovava uma postura que previa a quem desobedecesse ao contido nas *Constituições Primeiras*, o pagamento de uma multa no valor de 20\$000 réis, além de oito dias de prisão. Nova postura seria baixada vários anos depois, em 1858, propondo que por “ocasião da morte de qualquer pessoa ou por ofícios de defunto, os dobres fossem breves, não excedendo cada toque mais de três minutos, como estabelecera a Constituição do Arcebispado da Bahia”⁹⁶.

Também nesse período, entre 1829 e 1858, é que ocorrem os debates acerca da construção do cemitério da Consolação e sua inauguração, marcando o fim de um costume centenário e de rico valor simbólico que veremos mais adiante. Até então, era nas igrejas que se enterravam os mortos. Nesse momento foram igualmente inaugurados os cemitérios dos Alemães e dos Protestantes, em 1851, no campo da Luz.

Mesmo os conventos tinham decaído de sua significação e prestígio de outros tempos. O dos jesuítas se convertera no Palácio do Governo e o dos Franciscanos em sede do Curso Jurídico. Dos conventos masculinos mais antigos restava o do Carmo e o de São Bento que, apesar de possuírem grandes patrimônios, abrigavam um número cada vez mais reduzido de religiosos, um dos efeitos do aviso circular de 1855⁹⁷.

As irmandades e confrarias, no entanto, mantinham, pelo menos até a inauguração do cemitério da Consolação, todo o seu prestígio e importância. Muitas

⁹⁴ Atas da Câmara Municipal de São Paulo, Volume 26, p. 102.

⁹⁵ VIDE, Sebastião Monteiro da. Op. cit. Título XLVIII, Dos signaes, que se hão de fazer pelos defuntos. De acordo com essa a vaidade humana e outros menos piedosos respeitos tinham se introduzido na prática do toque dos sinos. Sendo assim, pedia moderação no número de sinais, estipulando três sinais prevês e distintos no caso do falecido ser homem, dois no caso de mulheres, e se forem menores de sete até 14 anos se faria um signal somente. E depois de serem enterrados se dessem o mesmo número de sinais.

⁹⁶ Atas da Câmara Municipal de São Paulo, Volume 44, p. 35.

⁹⁷ As razões para o definhamento do clero regular ao longo do Brasil império apresenta uma série de razões: a assimilação do espírito das Luzes, com os conventos se transformando em centros da cultura iluminista e racional, desmoralização de seus membros, a total identificação com a ordem escravista brasileira, o comportamento do clero regular durante o processo de emancipação política, a legislação do período regencial, e, finalmente, o Aviso Circular do Ministro da Justiça Joaquim Nabuco, do dia 19/05/1855, e que proibia a admissão de noviços. Tal medida previa a médio e longo prazo o definhamento e extinção das tradicionais ordens monásticas. Apud WERNET, Augustin. “Crise e definhamento das tradicionais ordens monásticas brasileiras durante o século XIX”, IN *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo, volume 42, 1997, pp. 115-131.

ruas ainda eram nomeadas com nomes de santos e alguns altares públicos, como o de Nossa Senhora da Lapa, encravado em um prédio de esquina da Rua de São Bento eram mantidos pela população. Por diversas vezes a imagem de Nossa Senhora da Penha ainda foi chamada para acudir os moradores em casos de seca e doenças⁹⁸. Até mesmo as procissões sofreriam. Em 1831 era proibido o uso de máscaras, e com o tempo elas foram perdendo alguns de seus traços dos tempos coloniais, a ponto de, em 1860, o *Correio Paulistano* assim se reportar:

Aperta-se o coração do verdadeiro católico ao contemplar o estado deplorável de abandono e indiferentismo a que se acham reduzidos o culto e festividades religiosas desta capital, outrora tão notavelmente afamadas pelo espírito de devoção e de fervorosa religiosidade de seus habitantes⁹⁹

Por outro lado, a década de 1850 vai representar o início dos grandes avanços materiais para a cidade em reflexo à riqueza trazida pelo café do oeste paulista, e juntamente com ela, uma maior secularização da vida cotidiana. Essas primeiras melhorias refletiam mais o desenvolvimento da província do que da economia da cidade propriamente dita. O centro urbano, formado pelas freguesias da Sé, Santa Ifigênia e Brás somava ainda em 1854 apenas 12.052 habitantes.

Nesse sentido, Eudes Campos afirma:

Apesar de São Paulo constituir, ainda nos meados do século XIX, um núcleo bem pouco expressivo [...] é possível detectar sinais de um ânimo renovado na vida da Capital. Os anos entre 1850 e 1870 podem ser considerados como o início da preparação da cidade capitalista. A mentalidade conservadora estaria sendo continuamente desafiada por aqueles que buscavam introduzir a ideia de *cidade eficiente*. Setores das camadas superiores da população paulistana, impregnados agora pela visão mecanicista do mundo, própria do progressismo burguês, com empenho e ironia, reivindicavam melhorias urbanas, sobretudo, nas páginas da imprensa diária.¹⁰⁰

Por São Paulo se tratar da capital de uma Província em franco desenvolvimento, certos habitantes tornaram-se, aos primeiros sinais de progresso, cada vez mais insatisfeitos com a incompetência da administração pública e com os tradicionais hábitos paulistanos. Era preciso ser moderno. Reclamavam assim por melhoramentos na pavimentação das calçadas, maior limpeza nas ruas e até mesmo a construção de edifícios públicos, entre eles, um teatro. Este último era considerado “um elemento

⁹⁸ Segundo Ernani da Silva Bruno, a imagem foi solicitada pela Câmara e recebida na cidade em diversas oportunidades: 1768, 1780, 1791, 1816, 1817, 1819, 1841, 1846 (Seca), 1847, 1858 (varíola), 1859 (varíola), 1863 (varíola), 1864, 1867, 1869 (seca), 1873 (varíola) e pela última vez em 1876.

⁹⁹ *Correio Paulistano*, 23/09/1860

¹⁰⁰ CAMPOS, Eudes. “São Paulo: desenvolvimento urbano e arquitetura sob o Império”. In PORTA, Paula (org.). Op. cit., Volume II, p. 201.

civilizador e uma necessidade pública”, um lugar de entretenimento que, com o tempo, destronaria a igreja como ponto preferido dos paulistanos para o exercício de sua sociabilidade. No entanto, nem todos eram adeptos inequívocos do progresso.

Em artigo de 1860, publicado no *Correio Paulistano*, um tradicionalista censurava a hostilidade desencadeada na capital paulista contra “os costumes de nossos pais”. A nova sociedade, que se ia aos poucos formando, extinguiu um após o outro, o entrudo, os tradicionais festejos do Natal, da Páscoa, do Espírito Santo, e todos os costumes religiosos dos funerais, entre os quais, o enterramento nas igrejas. Sobreviviam as procissões, mas desde alguns anos, indignava-se o articulista, começava também “contra elas essa guerra da ilustração filosófica que nos tem abastardado”¹⁰¹.

A parte esse debate, não deixaram de ser realizadas importantes obras públicas na capital, numa sequência surpreendente até então, com a Câmara Municipal conseguindo cumprir quase todas as exigências da *Lei de 1º de outubro de 1828*: o Matadouro Municipal (1849-1853) de autoria do engenheiro alemão Bresser, a reconstrução da Ponte do Acu (1851-1853) do engenheiro francês Bastide, o Teatro de São José (1858-64), de iniciativa provincial, e autoria do engenheiro militar Francisco Antonio de Oliveira, o Cemitério Público (1855-58) e sua capela (1857-1859), projeto do engenheiro alemão Carlos Rath, a caixa d’água (1857), do engenheiro Elliot, e o Mercado Municipal, cuja obra começou em 1859 e foi logo interrompida para ser retomada somente entre 1865. Data dessa época o início da abertura do primeiro anel perimetral (rua Formosa, 1855, rua 25 de Março, 1858 – 1º trecho, 1869 – 2º trecho, e rua Riachuelo, 1867-68), de autoria coletiva e que tinha por função circundar a colina central e interligar todas as saídas da cidade, permitindo que carros de boi e tropas seguissem seu curso sem atravessar as ruas do núcleo original¹⁰².

Um novo tipo de revestimento das ruas, com pedras toscamente desbastadas na face superior, foi introduzido. Veio substituir o calçamento tradicional, feito com pedras de má qualidade, tão censurado pelos viajantes e estudantes. A troca teve início pela ladeira do Carmo (1852), rua da Glória (1855) e rua Direita (1855-56), sendo adotada em outras vias menos importantes uma variação do macadame a partir da administração do presidente Joaquim José Fernandes Torres (1857-1859). Juntamente com essas novas formas de revestimento das ruas vieram à criação de sarjetas e passeios laterais,

¹⁰¹ *Correio Paulistano*, 04/05/1860.

¹⁰² CAMPOS, Eudes. Op. cit., p 202.

impondo uma hierarquização espacial das novas vias, facilitando o tráfego de veículos e animais, e privilegiando, portanto, a circulação de mercadorias dentro da cidade.

Em termos econômicos a diferença entre as décadas de 1830 e 1850 pode ser ilustrada pelo Almanak Mercantil e Administrativo de São Paulo para o ano de 1857, levantado por Azevedo Marques. Entre 1836 e 1857, o número de lojas de fazendas secas mais que dobrou, passando de cerca de 20 para 50 estabelecimentos. Existiriam ainda 17 casas de ferragens, seis de comércio de louças, artigos de vidro e gêneros de mar afora, 84 armazéns de molhados e gêneros da terra, cinco tabernas, três lojas de venda e aluguel de mobília, dez ourivesarias e lojas de joias e dez açougues.

No setor de serviços e no ramo das fábricas a mudança foi mais sentida. Além dos tradicionais sapateiros, barbeiros, alfaiates e costureiras, apareceram novos estabelecimentos mostrando a diversificação das atividades na capital. Eram nove os estabelecimentos de alugueis de seges, carruagens, banguês e animais, cinco casas de armadores de galas e funerais, um ateliê de retratista, uma ótica, três tipografias, uma casa de saúde e dois salões de cabeleireiros para senhoras e entrançadores de cabelo, um conjunto de cinco hotéis, inexistentes na década anterior, sendo quatro deles com bilhar e um apenas com café e uma casa exclusivamente de jogo de bilhar. Já entre os estabelecimentos fabris figuravam a Fábrica de hidrogênio líquido, situada no Campo do Curro; a Fábrica Nacional de Tecidos, sita na rua Direita, oito fábricas de velas, sete de chapéus finos de castor, seda e pelo de lebre; mesmo tanto de destilarias de licores, seis de tabaco, três tinturarias e duas fábricas de cerveja. Na circunvizinhança do centro, encontravam-se ainda nove olarias de telhas e tijolos.

Concomitantemente ao desenvolvimento material, ocorre um aceleração cultural causado pela vida acadêmica e intelectual propiciada pela faculdade de Direito. A cidade mostrava na década de 1850 e 1860 um maior amadurecimento e liberdade intelectual. Era o tempo do romantismo e dos periódicos. Surgem revistas literárias, científicas e acadêmicas, bem como periódicos semanais¹⁰³. Para Richard Morse, é possível concluir então que:

a vida paulistana do meio-século era, pelo menos para os cidadãos instruídos ou de classe superior, uma vida mais livre e menos moldada por um padrão unitário do que em 1820. As exigências da Igreja e do sobrado eram menos extensas. Novas correntes de pensamento vindas de fontes exteriores (e os veículos de sua difusão)

¹⁰³ Alguns exemplos são: Ensaio Literário (1847), Ensaio Literário do Ateneu Paulistano (1852), Revista Mensal do Ensino Filosófico (1851), O Acaíaba (1852), O Despertar cristão (1851), O amigo da Religião (1855) e o *Correio Paulistano* (1854).

ofereciam material para uma gama de atividades políticas e intelectuais mais individualizadas.¹⁰⁴

Ao mesmo tempo, hotéis, bailes, teatros e salões de bilhar começam a oferecer ao morador comum uma possibilidade maior de escolha para as suas atividades lúdicas cotidianas. Isso terá como uma de suas consequências o esvaziamento lento e progressivo das procissões e outras festas religiosas, que não conseguiriam mais satisfazer as novas necessidades de divertimento puro e simples dos paulistanos.

A Igreja vinha perdendo espaço e poder social, e reagindo a isso eclodiu o movimento ultramontano em São Paulo exatamente em meados do século XIX, e que, em suma, tentará restaurar a velha base moral e espiritual da Igreja ante uma população culta cada vez mais secularizada e um catolicismo pouco ortodoxo do povo.

A Igreja em crise e o ultramontanismo

No momento posterior à independência do Brasil, a Igreja brasileira viveu momentos de incerteza e de crise interna. Seu poder e liderança intelectual decaíram, surgindo assim, de dentro dos seus quadros eclesiásticos e por demandas de segmentos importantes da sociedade, anseios por uma profunda reforma clerical que reconduzisse e restaurasse as bases morais e espirituais da Igreja.

Esses anseios nasciam de uma situação crítica: falta de moralidade do clero, as deficiências de sua formação intelectual, o espírito de secularização que havia adentrado sua hierarquia (padres de tendência iluminista e regalista), a dependência da Igreja face ao Estado imperial brasileiro, a fé pouco ortodoxa do povo, entre outros.

Nesse contexto, a Igreja paulista não estava excluída. Memórias de contemporâneos e de viajantes estrangeiros apontam o clero dessa época em situação deplorável. O pastor protestante Daniel P. Kidder, em passagem por São Paulo no ano de 1836, criticou: “a educação e a moralidade retrogradaram desde a revolução. O clero de atualmente é mais ignorante e menos respeitável que há muitos anos atrás”.¹⁰⁵

Essas críticas não vinham apenas dos protestantes. Nas memórias de Francisco de Assis Vieira Bueno, estudante na Faculdade de Direito e membro da elite paulistana, aparece a seguinte referência ao bispo diocesano e ao clero de seu tempo:

¹⁰⁴ MORSE, Richard. Op. cit., p. 145.

¹⁰⁵ KIDDER, Daniel Parish. Reminiscências de viagens e permanência no Brasil: Rio de Janeiro e Província de São Paulo. Brasília: Senado Federal, 2001, p. 229.

O bispo diocesano D. Manuel Joaquim Gonçalves de Andrade, nomeado por Dom Pedro por intercessão de uma dama paulista que teve grande influência sobre ele, não era um prelado piedoso que por suas virtudes de dedicações ao serviço da Igreja angariasse a veneração ou pelo menos a simpatia do povo. Bem longe disso: pois era um homem do mundo político partidário, braço forte do partido conservador nos pleitos eleitorais, para isso usando sua autoridade sobre o clero da diocese. Com semelhante Chefe, o clero chegou ao último degrau da decadência, não tendo instrução e menos severidade de costumes. E não podia deixar de ser assim desde que não havia instituição alguma em que ele se educasse e preparasse, e desde que, quanto aos costumes, o mau exemplo partia de cima, na observância do preceito bíblico – cresci e multiplicai -, com postergação da lei do celibato. Não eram poucos os padres que ostensivamente colaboraram para o aumento da população¹⁰⁶

Em alusão à Catedral da Sé, as suas observações não foram mais lisonjeiras:

Naturalmente a corporação eclesiástica da Sé catedral não constituía uma exceção nesse estado de coisas. Os cônegos além de não se distinguirem por sua instrução profissional, não andavam em cheiro de santidade.

Os capelães, muitos dos quais eram moços novos que ainda não tinham ordens sacras, chamados coroinhas, eram sujeitos mandriões, que viviam ali não por serem religiosos e devotos, mas atidos à ninharia que ganhavam.

Os formigões servisais do cabido denominados meninos do coro, mas entre os quais havia alguns barbadões, esses então eram garotos que viviam troçando o infeliz porteiro da maça,[...].

A Sé era, pois, um pandemônio, um foco de intrigas de sacristia, que às vezes produziam atos tão violentos que numa ocasião um cônego puxou um punhal para agredir um colega.

Um foco de desmoralização, onde se ouvia as mais libertinas conversações. Mesmo dentro do templo, durante os ofícios divinos, não havia recolhimento, gravidade e respeito.¹⁰⁷

Nesse mesmo caminho, também José Bonifácio de Andrada e Silva, patrono de nossa independência, taxativamente afirmava:

O nosso clero, em muita parte ignorante e corrompido, é o primeiro que se serve de escravos, e os acumula para enriquecer pelo comércio, agricultura e para fazer, muitas vezes, das desgraçadas escravas um harém turco¹⁰⁸

Não só o clero, mas também o próprio catolicismo tradicional sofreu questionamentos. Segunda Wernet “o catolicismo luso-brasileiro, de certo modo ajustado à sociedade colonial e também à cultura do clero católico, não estava mais em sintonia com as necessidades de uma sociedade em processo de modernização e europeização, e tampouco estava em sintonia com o catolicismo predominante na Europa a partir da Restauração (1815), quando os papas passaram a ampliar a sua esfera de poder espiritual e religioso sobre as igrejas locais, num processo de romanização da Igreja”¹⁰⁹. Havia, no entanto, discordância quanto ao caminho que a reforma deveria trilhar. De um lado se

¹⁰⁶ BUENO, Francisco de Assis Vieira. Op. cit., p. 166.

¹⁰⁷ Idem

¹⁰⁸ SILVA, José Bonifácio de Andrada e. *Apontamentos para a civilização e catequese dos índios*. Santos: Iseb, 1965, p. 31.

¹⁰⁹ WERNET, Augustin. Op. cit. 2004. Pág 216.

colocaram os sacerdotes liberais e regalistas, e de outro os conservadores ultramontanos. Essa disputa tem começo em 1827 com o projeto de reforma clerical encabeçado por Diogo Antonio Feijó, e termina com a vitória dos ultramontanos a partir da década de 1850.

Os ultramontanos ganharam destaque entre o clero e setores da sociedade a partir de meados do século XIX. Entre os clérigos que assumiram essa postura e se notabilizaram na sua adoção no Brasil estão: o arcebispo da Bahia D. Romualdo Seixas (1827-1860), o bispo de Mariana D. Antônio Ferreira Viçoso (1844-1875), os bispos de São Paulo; D. Antonio Joaquim de Melo (1851-1861); do Pará; D. Antonio de Macedo Costa (1861-1890); e Pernambuco; Dom Vital de Oliveira (1872-1878)¹¹⁰.

Sua implantação no Brasil foi favorecida pelo governo imperial que, a partir da década de 1840, passou a adotar medidas com o intuito de inibir a atuação política do clero. Esta decisão era devida à influência moral dos párocos sobre a população, que podia colocar em risco o Estado quando os clérigos participavam ativamente de movimentos sediciosos, como ocorrera nas revoltas regenciais – em destaque para a Revolução Pernambucana (1817) e a Confederação do Equador (1824) – e evidenciado novamente na Revolução Liberal de 1842, em São Paulo e Minas Gerais.

O ultramontanismo foi um movimento cultural surgido na Europa, principalmente na França, dentro do contexto da Restauração, e que se opunha radicalmente ao racionalismo iluminista. Defendia o ponto de vista segundo o qual, ao invés de se tentar colocar a religião a serviço do Estado, o Estado é que deveria estar a serviço da Igreja. Defenderam o predomínio das verdades reveladas sobre as que resistem ao tribunal da razão e a primazia da fé sobre a Ciência.

Seus seguidores no Brasil tinham como principal objetivo a adoção do catolicismo tridentino, que devido ao sistema de padroado ainda não havia sido posto em prática no país. Além deste, teriam como outros alvos a expulsão dos leigos do comando das irmandades e confrarias, visando com isso torná-las mais submissas à Igreja; a “purificação” das práticas religiosas dos fiéis tidas como supersticiosas; maior enquadramento à disciplina por parte do clero e das ordens monásticas, aí incluído o não envolvimento na política e atividades não litúrgicas; maior, senão total, sujeição à Roma e ao Papa, desejando uma maior independência da Igreja em relação ao governo imperial, mas inicialmente não a ponto de uma separação.

¹¹⁰ Logo após a independência, o Brasil contava com uma arquidiocese e oito dioceses. Eram elas: Arquidiocese de Salvador (1551), dioceses do Rio de Janeiro (1676), Olinda (1676), São Luís do Maranhão (1677), Pará (1719), Mariana (1745), São Paulo (1745), Cuiabá (1782). Durante o império foram criadas ainda as dioceses de Goiás (1826), São Pedro do Rio Grande do Sul (1848), Diamantina (1853) e Ceará (1853).

Acerca do catolicismo reformado ou ultramontano, Augustin Wernet nos dá alguns indícios. Segundo ele este apresentou um grau maior de hierarquização e clericalização do que o tradicional catolicismo luso-brasileiro, no qual havia muito espaço para os leigos, especialmente nas irmandades e ordens terceiras.

Se o catolicismo tradicional se assentava sobre organizações e lideranças leigas, o catolicismo romanizado apresentou outra base: a autoridade do papa e, por extensão, dos bispos e padres. Para a sua implantação fazia-se necessário então transferir o poder religioso dos leigos para os clérigos e, assim, sob a égide do ultramontanismo, o enquadramento dos leigos nas novas estruturas eclesiais deu-se por meio de reformas nos estatutos de suas associações ou mesmo pela sua substituição por novas associações de leigos. Estas ficaram, desde o início, sob forte controle do clero, e os leigos acabaram perdendo a autonomia na composição da mesa administrativa e no controle financeiro.

Essas novas associações dependiam muito do vigário ou da autoridade episcopal¹¹¹, ao contrário da autonomia experimentada pelas irmandades durante os séculos anteriores. Dessa forma, a orientação do catolicismo ultramontano instituiu “uma nova mentalidade católica, na qual o poder religioso será concentrado pelo clero e os leigos passarão a ocupar uma posição subalterna e passiva”¹¹².

Em São Paulo, o ultramontanismo começou a ser implementado no bispado de D. Antonio Joaquim de Melo (1851-1861). Seu posicionamento acerca da religiosidade tradicional/popular pode ser expresso no seguinte enxerto:

O Brasil não tem mais fé, a religião aí está quase extinta. Há só da religião o exterior: grandes festas que acabam ordinariamente em dissoluções na baixa sociedade, e uma idolatria material de imagens: mas Aquele que é o caminho, a verdade e a vida, é desconhecido...

Ao estado, Senhor, a que chegamos, a este paganismo na educação da mocidade, ao desmoronamento na ordem social pelos princípios subversivos e anarchicos que corroem a gente de luzes, eu só encontro um remédio... o remédio único, Senhor, é uma concordata franca e leal com a Santa Sé. Assim os bispos, voltando á sua posição natural, recobrando sua antiga força moral de que tanto precisam e não tem, empenhar-se-ão na reforma dos costumes, no melhoramento da educação, e virão em apoio da pátria¹¹³.

Logo que assumiu o bispado em 1852, Dom Antônio promulgou o *Regulamento ao clero*, cujo objetivo era impor uma nova conduta aos sacerdotes, distinta daquela que vinha sendo assumida pelos padres liberais, dispondo sobre sua vestimenta, possibilidades de divertimento, etc. Passo central para o sucesso dessa nova visão

¹¹¹ WERNET, Augustin. “As irmandades e novas associações”. Curitiba, *Revista da SBPH*. 1992. p. 19.

¹¹² QUINHÃO, Antonia Aparecida. *Irmandades negras: outro espaço de luta e resistência (São Paulo: 1870/1890)*. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2002, p. 58.

¹¹³ MORSE, Richard. Op. cit., p. 145.

religiosa perpassava, sobretudo, sobre a resolução da questão da moralidade do clero, visto que este deveria ser a figura central e, portanto, símbolo indiscutível de moral.

Outra medida visando a moralização do clero paulista foi a fundação do Seminário Episcopal, em 1858. Pela primeira vez a cidade de São Paulo contava com uma estrutura concreta, uma grade curricular, com conteúdos que atendiam à proposta da hierarquia romana vigente no Concílio de Trento. Até essa época, existiam somente dois seminários no Brasil, que atuavam dentro das condições previstas por esse Concílio: o seminário da Bahia e o de Mariana, principais centros responsáveis pela definição de um clero conservador e ultramontano. A ideia era proporcionar uma educação qualificada e condizente com a hierarquia católica, garantindo uma nova religiosidade entre os padres e consequentemente entre os fieis. Considerado a principal obra de seu bispado, o novo seminário episcopal foi assim descrito por Tschudi:

O novo seminário, um belo edifício mandado construir pelo bispo dr. Joaquim de Melo, está sob a direção de religiosos franceses. Este instituto apresenta uma perfeita organização, mesmo nos mínimos detalhes. Reina ordem absoluta em toda a parte e obedece o conjunto a um sistema concebido com grande cuidado. Os professores são bastante cultos e experimentados no magistério, sendo de esperar que consigam formar religiosos que se tornem dignos do respeito da nação pela sua moral e cultura, elevando-se a nível superior do atual clero brasileiro.¹¹⁴

Outra medida digna de menção foi a proibição, em 1852, da execução de músicas profanas durante os ofícios religiosos, com o objetivo de assim afastar qualquer vestígio de “mundanismo” do ambiente clerical.

Este é o ambiente onde ocorrem os principais debates sobre a construção do cemitério da Consolação. É sobre a óptica da “modernidade/europeização” em contraposição ao “tradicionalismo” que deve ser entendida a questão dos sepultamentos dentro das igrejas. A cidade transformava-se, materialmente e culturalmente rumo ao “progresso”. Nesse caminho, encontrou opositores e apoiadores. De um lado se colocaram os adeptos da “progresso/civilização”, aos quais se contrapuseram os paulistanos mais tradicionalistas, a São Paulo popular, caipira, escrava, e tradicional. Também o cemitério da Consolação se enquadra nesse contexto, entre aqueles que ainda viam sentido naquele costume, e os que defenderam que este era apenas uma prática bárbara e supersticiosa, responsável por epidemias e moléstias e que por isso deveria ser combatida em nome da civilização.

¹¹⁴ TSCHUDI, J. Von. *Viagem às províncias do Rio de Janeiro e São Paulo*. São Paulo: Livraria Martins Editora S. A., 1953, p. 204.

Capítulo 2:

A Boa Morte Paulistana

O catolicismo tradicional teve na morte um dos seus rituais mais importantes. Nesse ponto, as tradições e crenças religiosas, tanto portuguesas como africanas, reconheciam a importância da preparação para a morte. Ambas culturas eram minuciosas no cuidado com os seus mortos, vestindo-os com suas melhores roupas e produzindo elaborados funerais, cheio de rituais simbólicos. Criam que os vivos muito podiam fazer pelos seus mortos, tornando sua passagem para o Além mais segura e definitiva, até alegre, e assim defendendo-se de serem atormentados pelas almas dos que não conseguiram atravessar para o outro mundo pela falta de rituais adequados.

Na tradição africana essa preocupação com os mortos era muito grande. Entre os angolanos, atribuíam-se aos espíritos ancestrais uma influência sobre o dia-a-dia das pessoas, maior até do que a das próprias divindades. Na escatologia iorubá, por sua vez, havia dois além-mundos ou *Orun*, e a depender de seu merecimento, os mortos poderiam ir para uma dessas regiões do além, penar em regiões específicas da terra ou ainda, em alguns casos, reencarnar em pessoas ou metamorfosear-se em animais¹.

As semelhanças entre essas diferentes culturas e as práticas católicas no que se refere à visão sobre seus mortos possibilitou algumas resignificações no contexto do cativeiro. Segundo Cláudia Rodrigues, “os negros [...] certamente enxergaram as práticas rituais do catolicismo como algo que tinha seu fundamento, que lhes fazia algum sentido e que tinha sua justificação”². Ao mesmo tempo, foi possível aos diferentes grupos escravizados manter uma parte de suas tradições, mascaradas dentro de formas eminentemente católicas – irmandades, congadas, reisados, etc – mesmo considerando a grande repressão das autoridades às suas danças e crenças religiosas³.

Já pela escatologia cristã oficial, três poderiam ser os caminhos dos mortos: o Céu, o Inferno e o Purgatório, no entanto, não era incomum entre as pessoas a crença em almas penadas e espíritos. O destino da alma dependeria da forma como o indivíduo teria levado sua vida, mas, sobretudo, da forma como se daria sua morte. Acreditava-se então que uma série de procedimentos poderiam aliviar as dores e aflições das almas

¹ REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 91.

² RODRIGUES, Cláudia. *Nas fronteiras do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro (Séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 2005, p. 98.

³ REIS, João José. Op. cit., 1991, p. 92.

dos entes queridos, e coloca-las no caminho da salvação. Por outro lado, a ausência destes poderia provocar a ira do defunto ou a sua não salvação.

Por esse motivo, o momento da morte era marcado por uma extraordinária mobilização ritual e social, coerente com um catolicismo que enfatizava as manifestações externas de fé: a pompa, as procissões festivas, a decoração elaborada dos templos, etc. Ela era pensada como uma ocasião de suma importância, na qual ocorreria o julgamento divino individual e onde tomaria palco o último e mais intenso embate entre as forças do bem e do mal pela alma do moribundo. Momento em que tudo poderia ser ganho ou perdido. Toda uma vida de pecados podia ser corrigida, bem como toda uma vida correta e contida poderia igualmente ser desperdiçada, já que o doente sem auxílio espiritual poderia, nos últimos sopros de vida, entregar-se às tentações.

Por tudo isso, a preparação para a própria morte se fazia sentir. As pessoas organizavam-se antecipadamente para esse momento, filiando-se em irmandades, fazendo seus testamentos, etc, a fim de que não fossem pegas despreparadas. Também os padres e demais membros da hierarquia eclesiástica insistentemente aconselhavam aos seus fiéis para que se preparassem para esse momento, sendo comum no Brasil colônia os manuais de assistência à Boa Morte⁴, nos quais eram ensinadas as melhores maneiras e orações mais efetivas para se obter uma Boa Morte⁵.

Era preciso estar pronto quando esse momento se avizinhasse, estando o indivíduo munido de todos os instrumentos e rituais capazes de trazer-lhe alguma segurança espiritual. Provém daí, que a simples ideia da morte sem aviso, repentina e trágica, exatamente por não deixar tempo para que o morto se preparasse para o seu fim, assustava, e muito, nossos antepassados. Numa época em que as doenças eram vistas como desígnios de Deus, morrer tragicamente por acidente ou algum acometimento súbito era considerado como resultado da cólera divina.

Um exemplo desse pensamento está explicitado no manual “Práticas exhortatorias para socorro dos moribundos” do padre Bernardo José Pinto de Queirós,

⁴ Dois exemplos importantes e de ampla divulgação no século XIX foram o “Breve aparelho e modo fácil para ensinar a bem morrer um cristão”, de Manuel Estevam de Castro e “Práticas exhortatorias para socorro dos moribundos” de Bernardo José Pinto de Queirós, estudados respectivamente por RODRIGUES, Cláudia. Op. cit., 2005, pp. 59-72, e REIS, João José. Op. cit., 1991, pp. 95-96.

⁵ A expressão Boa Morte se é de época, presente nos diversos manuais de bem morrer. Essa expressão foi largamente utilizada pelos historiadores brasileiros que se detiveram sobre o tema da morte no Brasil colônia e império, em destaque para o trabalho de João José Reis (1991), estudo de referência sobre o tema, e precursor dessa historiografia. Outros autores a utiliza-la, foram Sandra Paschoal Leite Guedes (1986), Luís Soares de Camargo (1995), Amanda Aparecida Pagoto (2004) e Cláudia Rodrigues (2005).

segundo o qual a doença era a prova do empenho de Deus em facilitar a salvação, “porque se assim não fosse, ele [...] mandaria uma morte repentina”⁶.

A crença vigente era de que a morte comum, normal, não se apoderava de forma traiçoeira, mesmo quando era acidental, consequência de algum ferimento grave. Sua principal característica residia no fato de que ela dava tempo para ser percebida. Furtar-se ao seu aviso era expor-se ao ridículo. Mesmo o louco Dom Quixote não procurara fugir à sua morte. Ao contrário, os sinais de que seu fim estava próximo o reconduziram à razão, dando-lhe tempo para o arrependimento e para fazer seu testamento⁷.

Ao mesmo tempo, a morte não era encarada ainda com aversão ou como um tema tabu, como procedemos nos dias atuais. Era vista como algo natural e inevitável, não como um fim. Essa atitude estava amparada na forte crença nos dogmas da Ressurreição e da imortalidade da alma, e, por essa ótica, ela podia ser compreendida até mesmo com alegria e tranquilidade, como um renascimento em Cristo. O que se temia não era a morte física propriamente dita, mas o destino que a alma do falecido teria após esse momento. Contudo, se todos os rituais funerários adequados fossem seguidos, não haveria nada com que fosse preciso se preocupar.

A morte não era um motivo de interdição, os ritos que a deviam preceder e suceder, o local de sepultura, o destino da alma, entre outros assuntos eram todas questões sobre as quais as pessoas muito pensavam, falavam e escreviam. Ela fazia parte do cotidiano, era “lembrada constantemente por meio dos dobres de sinos, pelas inúmeras missas ditas em intenção de algum falecido, pelos cortejos fúnebres que diariamente atravessavam as cidades, acompanhados por mulheres, escravos, padres e irmandades trajando suas melhores vestimentas, etc...”⁸. Era, sobretudo, uma festa, como dito por João José Reis, um evento social no qual afluíam grandes parcelas da população em verdadeiras procissões, e onde participavam mesmo aqueles que nem conheciam o defunto.

A atenção aos mortos, as orações por suas almas e os acompanhamentos às sepulturas eram consideradas então como obras de misericórdia e caridade cristã, e

⁶ QUEIRÓS, José Pinto de Queirós. *Práticas exhortatorias para socorro dos moribundos*, Apud REIS, João José. “O cotidiano da morte no Brasil oitocentista” In SOUZA, Laura de Mello e. *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, volume II, p. 104.

⁷ CERVANTES Saavedra, Miguel de. *O engenhoso fidalgo Dom Quixote de La Mancha*. São Paulo: Martins, 2005, Capítulo LXXIV: De Como Dom Quixote Adoeceu, do testamento que fez, e da sua morte. Disponível online <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/eb000014.pdf>. Último acesso 08/05/2013.

⁸ PAGOTO, Amanda Aparecida. *Do Âmbito do sagrado da igreja ao cemitério Público: transformações fúnebres em São Paulo (1850-1860)*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004, p. 19.

comportavam, concomitantemente, manifestações de caráter religioso e profano, unindo fé e lazer, e ocupando lugar de destaque na vida das populações. Relação festiva que pode ser vislumbrada nas descrições de funerais na literatura oitocentista, como em *Memórias de um Sargento de Milícias*, de Manuel Antonio de Almeida, e nos relatos de diversos viajantes estrangeiros que por aqui passaram, como Morales de Los Rios, Thomas Ewbank⁹, Daniel P. Kidder¹⁰, entre outros:

O enterro saiu acompanhado pela gente da amizade, os escravos da casa fizeram uma algazarra tremenda. A vizinhança pôs-se toda à janela, e tudo foi analisado, desde as argolas e galões do caixão até o número e qualidade dos convidados, e sobre cada uma desses pontos apareceram três ou quatro opiniões diversas.¹¹

Naqueles tempos, o enterro de alguém era cerimônia à qual compareciam os moradores da cidade com um certo prazer... Ali se encontravam os amigos e inimigos do morto, contava-se anedotas, falava-se mal da vida alheia, conversava-se em voz alta, exaltavam-se, de rijo, na sua pele ainda quente, e comentava-se a pobreza ou fortuna deixada pelo mesmo.¹²

Essa relação mais próxima com a morte vigorou, com suas peculiaridades regionais, em todo o Ocidente cristão do século V até meados do XVIII, quando esta visão começou a sofrer suas primeiras críticas. Esses questionamentos nasceram das novas ideias iluministas e racionalistas surgidas na Europa, em destaque ao desenvolvimento do campo médico. A partir daí, membros civis, médicos e da própria hierarquia eclesiástica, imbuídos do espírito racionalista do Século das Luzes, passaram a entender que muitos dos costumes funerários praticados ao longo dos séculos precedentes eram, segundo as novas acepções, prejudiciais à salubridade pública, e, além disso, possivelmente causadores de epidemias que constantemente assolavam as cidades. Outros costumes, por sua vez, seriam associados à categoria das superstições, crendices populares, e que por isso deveriam ser combatidas em nome da civilização.

No Brasil, tais questionamentos iniciam-se no início do século XIX. É nesse período que ocorre a inflexão entre um ideal de morte amplamente aceito nos séculos anteriores, a “morte domesticada”, para um modelo mais próximo do que vemos nos dias atuais, a “morte selvagem”, distante e cruel, sobre qual evitamos pensar ou falar¹³.

⁹ EWBANK, Thomas. *Vida no Brasil ou Diário de uma visita à Terra do Cacaueiro e da Palmeira*. São Paulo: Edusp Belo Horizonte: Itatiaia, 1976.

¹⁰ KIDDER, Daniel Parish. *Reminiscências de viagens e permanência no Brasil: Rio de Janeiro e Província de São Paulo*. Brasília: Senado Federal, 2001.

¹¹ ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um Sargento de Milícias*. Rio de Janeiro: Ediouro, Coleção Prestígio, s/d, p. 117.

¹² MORALES DE LOS RIOS, Adolfo. *O Rio de Janeiro imperial*. Rio de Janeiro: A Noite, 1946, p. 149.

¹³ Esses termos, morte domesticada e morte selvagem, foram cunhados por Phillippe Ariés, um dos primeiros historiadores a se dedicar sobre o tema, para melhor esclarecer a mudança de pensamento em

Neste capítulo, pretendemos destrinchar os rituais fúnebres que envolviam a Boa Morte em São Paulo, como ocorriam e qual a sua importância para a população paulistana. Buscamos com isso uma melhor compreensão de como a morte era vista e vivida na capital até meados do século XIX, quando a sociedade como um todo passou por profundas transformações no campo das ideias. Nesse caminho, objetivando um maior entendimento e aprofundamento das etapas que envolviam a Boa Morte, achamos por bem dividirmos esse capítulo em alguns subtítulos.

1. Testamentos

Vigiai, pois, porque não sabeis a hora em que virá o Senhor. Sabei que se o pai de família soubesse em que hora da noite viria o ladrão, vigiaria e não deixaria arrombar a sua casa. Por isso, estai também vós preparados porque o Filho do homem virá numa hora em que menos pensardes. (Mateus, versículo 24. 42-44)

Um dos primeiros passos pregados pela Igreja Católica para a salvação das almas de seus fiéis era de que estes fizessem seus testamentos. Criado pelos romanos, os testamentos ganharam uma dimensão eminentemente religiosa a partir da idade média, configurando-se num instrumento de preparação para a morte e de salvação da alma, expressão de última vontade e de quitação dos pecados. Era importante fazê-lo, e nele deixar claro que se estava bem com Deus e com sua consciência.

Seu conteúdo incluía desde pedidos de missas, escolha de mortalhas, local de sepultura, legados a pobres e instituições pias até o reconhecimento de dívidas e a legitimação de filhos naturais ou espúrios. Para os testadores, esse documento era entendido como “um instrumento, o último em vida, para se redimirem dos pecados numa última tentativa de preparar sua entrada no céu quando morressem”¹⁴.

A preocupação com a salvação das almas ditava a própria estruturação desse documento. Apesar de algumas variações no espaço e tempo, a maioria tinha uma estrutura bastante clara e definida. Iniciava-se com uma abertura religiosa declarada, seguida da encomendação da alma a Deus, declaração de crença na religião católica apostólica romana e pedidos de intercessão aos santos protetores, espécie de advogados celestes. Após, vinham as informações pessoais: naturalidade, filiação, estado conjugal, etc.; ao que se passava à distribuição dos bens, descrição de dívidas ativas e passivas e

relação à morte a partir do XVIII. Para saber mais veja: ARIÉS, Philippe. *História da morte no ocidente: da idade média aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

¹⁴ GUEDES, Sandra Paschoal Leite, *Atitudes perante a morte em São Paulo (séculos XVII a XIX)*. São Paulo: Dissertação (Mestrado), Departamento de História FFLCH/USP, 1986, p. 14.

pedidos de sufrágios da alma e para o enterro. Na conclusão, indicavam-se três ou quatro testamenteiros, os quais seriam os responsáveis pela sua execução¹⁵.

As preocupações com a sua alma foram o motivo para que D. Clara de Souza¹⁶ fizesse seu testamento em 21/08/1810, por não saber o que Deus dela desejava. Nele, encomendou a sua alma à Santíssima Trindade, pedindo ao Eterno Pai que pela morte de seu Santíssimo Filho a quisesse receber, e à Virgem Maria, Santa Clara e à todos os anjos da corte celestial que intercedessem por sua alma, para assim gozar da boa-aventurança para que foi criada, porque como verdadeira cristã protestava viver e morrer na sua santa fé católica, crendo em tudo que cria a Santa Madre Igreja.

A testadora pediu para que seu corpo fosse sepultado na capela do Santíssimo Sacramento na igreja da Sé, amortalhada no hábito de Nossa Senhora do Monte do Carmo e acompanhada pelo seu reverendo pároco e doze reverendos sacerdotes pela esmola de costume. Seu corpo deveria ser acompanhado pelos irmãos da Boa Morte pela esmola de 6\$400 réis, e pelas irmandades de Nossa Senhora dos Remédios e de São Gonçalo, as quais se daria a esmola de 4\$000 réis para cada.

No dia de seu falecimento deveriam ser ditas seis missas de corpo presente por sua alma, e além dessas, mais cinco missas às Dores de Nossa Senhora e outras cinco à Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. D. Clara declarou pertencer às irmandades do Santíssimo Sacramento, Rosário dos Homens Pretos, São Benedito, Senhora das Dores, São Miguel e Almas, Santa Ifigênia e da Boa Morte. Ademais, a testadora libertou seu escravo Elesbão, para que vivesse “como se de ventre livre nascesse”, e pediu que no dia de sua morte fossem ditos dois ofícios na Igreja de São Francisco. Um, de corpo presente e outro pela alma de seu finado marido Manuel Barboza, pela esmola de 12\$000 réis cada.

¹⁵ Os títulos LXXX ao CV, Livro Quarto do *Código Filipino* regiam todo o relativo aos testamentos. De acordo com essa legislação, vigente no Brasil até 1917, todo testador tinha o direito de dispor livremente de um terço de seus bens como bem lhe aprouvesse, a assim chamada terça, ficando os outros dois terços obrigatoriamente para os seus herdeiros. Essa parcela podia ser alterada de acordo com cada caso. Se o testador não tivesse herdeiros, poderia legar todos os seus bens ao seu bel prazer. No caso de testadores casados, estes dispunham de seu patrimônio de acordo com o contrato de casamento adotado. O mais comum eram os casamentos por cartas de ametade ou comunhão de bens, sendo assim, os bens do casal seriam divididos em seis partes iguais, sendo três destinadas ao cônjuge, duas aos herdeiros necessários e uma a quem interessasse o testador. Caso o testador fosse casado por comunhão de bens, mas sem filhos, ele poderia dispor da metade dos bens do casal como bem quisesse. Apud Ordenações Filipinas, Livro IV. (Edição fac-símile da edição feita por Candido Mendes de Almeida, Rio de Janeiro, 1870). Lisboa: Fundação Calouste Gulbentakian, 1985

¹⁶ CEDHAL. Testamentos do 3º Ofício da Família e das Sucessões, São Paulo (Capital e Interior), 1763-1877. Testamento de Clara de Souza, 21/08/1810, caixa 01, documento nº 012, processo 935.

Também o Brigadeiro Luís Antonio de Souza¹⁷, fazendeiro e negociante português, residente na cidade de São Paulo, declarava fazer seu testamento em 24/05/1819 e codicilo¹⁸ de 26/05/1819 para precaver-se da morte que a todos é natural, e colocar sua alma no caminho da salvação. O Brigadeiro encomendou a sua alma à Santíssima Trindade que a criou, a seu Unigênito e dileto filho que a remiu e ao Santo Espírito que a vivificou e iluminou com a tocha da Santa fé revelada, como ensina a Santa Madre Igreja católica, crença que protestava viver e morrer para a salvação de sua alma. Rogava ao Eterno Pai que quisesse receber sua alma como recebeu seu filho, quando este para nos salvar expirou na cruz. Pedia também à Virgem Maria Santíssima, aos Santos Apóstolos e demais santos da corte celestial, especialmente aos de sua devoção pessoal, que intercedessem por ele junto ao Trono do Altíssimo.

Seu corpo deveria ser amortalhado no hábito de São Francisco e enterrado no jazigo de sua Ordem Terceira de São Francisco. Tudo o mais deixava ao arbítrio de seu testamenteiro, a quem rogava fizesse seu enterro sem vaidade. A todos os pobres que o acompanhassem e assistissem ao seu Ofício de corpo presente se daria a esmola de \$960 réis, e no dia de seu falecimento ou no seguinte se diria missas de corpo presente por sua alma, bem como um oitavário, rezado por todos os reverendos sacerdotes seculares e regulares da cidade, cada uma de esmola de \$400 réis. Além destas, se diriam outras cinquenta missas pelas almas de seus irmãos terceiros, que por sua negligência não acompanhou à sepultura, dez missas em louvor da sagrada paixão e morte de Jesus Cristo nosso senhor, cinco a Nossa Senhora das Dores, cinco a Nossa Senhora da Conceição, todas pela esmola de \$960 réis cada.

Do que sobrasse de sua terça depois de cumpridos todos os seus legados e despesas com o enterro, metade seria destinada a Portugal onde seria entregue a Santa Casa de Misericórdia da vila de Amarante, para curativos e sustentação dos pobres enfermos, e a outra metade seria repartida da seguinte forma: 200\$000 à Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, para o seu Lazareto; 100\$000 ao Recolhimento de Nossa Senhora da Luz; 100\$000 ao de Santa Thereza; 100\$000 a Ordem Terceira de São Francisco; 100\$000 ao Convento de São Francisco; 50\$000 a capela da Consolação, para alguma obra exterior ou interior e/ou ornamentos; 50\$000 para as obras da Igreja

¹⁷ CEDHAL. Testamentos do 3º Ofício da Família e das Sucessões, São Paulo (Capital e Interior), 1763-1877. Testamento de Luís Antonio de Souza, 24/05/1819, codicilo de 26/05/1819, caixa 01, documento nº 024, processo 907.

¹⁸ Codicilo era um documento pelo qual o indivíduo alterava o seu testamento, acrescentando disposições e cláusulas, mas sem deixa-lo sem efeito e nem instituir herdeiro.

de Santa Ifigênia; 50\$000 para as obras da capela de Nossa Senhora dos Remédios; 50\$000 as obras de São Gonçalo; 50\$000 a capela da Senhora da Boa Morte; 50\$000 ao altar de São Luiz, rei da França, que erigiu na sua Venerável Ordem Terceira de São Francisco; 25\$600 a irmandade de São Benedito, ereta no convento de São Francisco, e o restante seria distribuído entre os templos que necessitassem socorros para obras e pelos pobres, donzelas, órfãos e viúvas que vivessem honestamente.

Ambos testamentos são exemplos da grande preocupação com a morte presente nessa documentação. Nos dois casos são listados minuciosamente uma série de detalhes e costumes funerários da época e que serão melhor elucidados à frente.

O código Filipino permitia a “faculdade de livre testar” a uma grande parcela da população. Esse direito ficava vedado unicamente aos homens menores de quatorze anos, mulheres abaixo de doze anos, o louco, o *filho de famílias* a menos que o pai o consentisse, o filho pródigo e o surdo mudo de nascença. Além destes, era vedado aos hereges, apóstatas, escravos e religiosos professos¹⁹. Também a Igreja Católica buscava garantir o direito de testar, tendo em vista o grande número de legados pios que angariava através dos testamentos. Segundo o título XXXVIII, livro Quarto das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, de 1707, todo aquele que por alguma razão impedisse uma pessoa de fazer seu testamento ou a obrigasse a modificar suas últimas vontades, seria punido com a pena da excomunhão total, e se este fosse padre, a essa pena seria acrescida a prisão²⁰. Apesar disso, o testamento acabou sendo utilizado principalmente pelas pessoas mais abastadas, que tinham do que dispor.

Isso é atestado pelo levantamento dos testamentos abertos entre 1836 e 1837 na freguesia da Sé. De um total de 637 registros de óbitos constavam 212 pessoas com idades acima de 22 anos, livres ou libertas, e que estavam aptas a confeccionarem seus testamentos. Dessas apenas 19 (8,9%), o fizeram. Da mesma forma, os locais de sepultura destas pessoas mostram que em geral tinham alguma distinção social, oito foram sepultadas na igreja da Ordem Terceira do Carmo, cinco na igreja da Ordem Terceira de São Francisco e quatro na igreja da Sé, locais onde tradicionalmente as

¹⁹ Ordenações Filipinas, Livro IV. (Edição fac-símile da edição feita por Candido Mendes de Almeida, Rio de Janeiro, 1870). Lisboa: Fundação Calouste Gulbentakian, 1985, título LXXXI, Das pessoas a que não é permitido fazer testamento, pp.908-911

²⁰ VIDE, Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, feitas e ordenadas pelo ilustríssimo e reverendíssimo D. Sebastião Monteiro da Vide*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2007. Livro Quarto, título XXXVIII, Que nem-uma pessoa impida por força, ou engano aos testadores disporem livremente de seus bens, pp. 279-280.

pessoas mais abastadas eram enterradas, contra apenas um sepultamento na igreja da irmandade dos Remédios e outro no Cemitério dos Aflitos.

Cláudia Rodrigues²¹ encontrou uma participação próxima disto para a cidade do Rio de Janeiro nesse período. A autora analisou 23.924 registros de óbitos das freguesias da Sé e Santíssimo Sacramento. Para a primeira metade do XIX, apenas 6,5% que podiam testar o fizeram. Revelou ainda que essa proporção era maior no século anterior, apresentando uma longa tendência de declínio. Pelo seu estudo, na primeira metade do XVIII, 45% dos que podiam fazer testamento assim procederam, proporção que caiu para 29,6% na segunda metade desse mesmo século.

No entanto, não eram apenas aqueles abastados que testavam. Eventualmente pessoas com menores poderes aquisitivos fizessem seus testamentos. De modo modesto, Efigênia Maria do Rosário²², parda e forra procedeu em 11/09/1810. Na presença do tabelião Manoel Joaquim Coelho, declarou desejar que seu corpo fosse envolto no hábito de São Francisco, que já havia comprado, e que, além deste, deixava uma saia e uma camisa para com elas ser vestida. Seu corpo seria enterrado na Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte, a cuja irmandade pertencia, e acompanhado pelo seu reverendo pároco e mais quatro sacerdotes. No dia de seu falecimento ou no seguinte seriam ditas duas missas de corpo presente, e mais dez por sua alma pela esmola de costume, deixando todo o resto ao arbítrio de seu testamenteiro.

Outro caso foi o do liberto André da Cunha²³, em 20/05/1858, então com cerca de 70 anos e muito doentio, fez o seu testamento “por temer a morte que a todos é natural”. Nele declarava querer ser sepultado sem pompa alguma, mas com decência, sendo o seu corpo amortalhado em hábito de São Francisco e acompanhado pelo seu reverendo pároco, conduzido em enterro solene pelos seus irmãos de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos até a Igreja do Rosário, onde seria sepultado. Solicitava que se dessem dois dobres de sinos nesse templo, um ao chegar o seu corpo e outro na encomendação, e igualmente se desse um sinal nos sinos da Matriz de Santa Ifigênia, onde era freguês. Concluindo, mandava que no mesmo dia de seu falecimento, ou nos seguintes, fossem rezadas quatro missas de corpo presente.

²¹ RODRIGUES, Cláudia. *Op. cit.*, 2005, p. 131.

²² CEDHAL. Testamentos do 3º Ofício da Família e das Sucessões, São Paulo (Capital e Interior), 1763-1877. Testamento de Efigênia Maria do Rosário, 11/09/1810, caixa 01, documento nº 013, processo 1011.

²³ CEDHAL. Testamentos do 3º Ofício da Família e das Sucessões, São Paulo (Capital e Interior), 1763-1877. Testamento de André da Cunha, 20/05/1858, caixa 05, documento nº 265, processo 644.

2. Irmandades

As irmandades e ordens terceiras também tiveram sua importância na Boa Morte. Para além da manutenção dos templos, realização de festas e culto aos santos patronos, os seus compromissos e estatutos garantiam um enterro cristão aos seus membros. Todos eles tinham, ao morrer, o direito ao acompanhamento dos religiosos e irmãos da confraria a que fizesse parte, como também o direito às missas e orações durante o velório, e uma cova dentro da igreja ou próximo ao altar. Da mesma forma, os associados eram obrigados, enquanto vivos, a assistir e auxiliar com suas próprias preces às exéquias dos seus irmãos defuntos.

Por essa razão, boa parte da população paulistana ingressava nessas associações. “Participar de uma irmandade ou ordem terceira significava garantia de ritos fúnebres dignos”²⁴. Nesse quesito, pode-se dizer que os paulistanos contavam com uma grande variedade de associações ao seu dispor, a depender do seu status jurídico, cor, riqueza e santo de devoção. Segundo Ernani da Silva Bruno, em 1836, eram três confrarias e vinte e uma irmandades²⁵ na cidade. Vejamos algumas delas²⁶.

A irmandade mais antiga de São Paulo era a confraria da Misericórdia, instituição de caráter assistencial e hospitalar, fundada por volta de 1560, a qual tinha sua principal atuação área assistencial, no cuidado com os doentes, miseráveis, presos e órfãos. Era uma irmandade que congregava a elite para a realização de obras de benemerência e caridade. A fundação do primeiro hospital da cidade, “o hospital da pobreza ou da Misericórdia” e do leprosário foi de sua iniciativa. No século XIX estava ao seu encargo não só o Hospital da Misericórdia e o Leprosário, mas igualmente a Casa dos expostos e a sepultura dos miseráveis e sentenciados à força.

Segundo seu compromisso de 1836, todo membro da Misericórdia quando falecesse tinha direito a seis missas pela sua alma, uma sepultura no seu cemitério e o acompanhamento da irmandade, sem despesa alguma. Já nos casos de pobreza e enfermidade, o associado deveria ser atendido com prioridade ante os demais. Seus critérios de ingresso eram mais rígidos do que a maioria das confrarias, e seus membros

²⁴ FARIA, Sheila de Castro. “A morte de livres e escravos em registros católicos – séculos XVIII e XIX”. In *Revista População e Família*. São Paulo, número 3, pp. 181-206, p. 193.

²⁵ BRUNO, Ernani da Silva. *História e tradições da Cidade de São Paulo: o burgo de Estudantes (1828-1872)*. Volume II. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editôra, 1953, p. 763.

²⁶ WERNET, Augustin. “Vida religiosa em São Paulo: do Colégio dos jesuítas à diversificação de cultos e crenças (1554-1954)”, In PORTA, Paula (org.), *História da cidade de São Paulo: a cidade colonial*. São Paulo: Paz e Terra, 2004, Volume I.

ingressavam-na mais pelo prestígio de pertencê-la do que pelas benesses em relação aos rituais fúnebres. Os seus critérios de admissão eram os seguintes:

Art. 3º. Para que alguém seja recebido nesta Irmandade, além de ser homem de boa consciência e fama, temente á Deus, modesto, caritativo, qual se requer para servir á Deus e a seus pobres com a perfeição possível, há de ter as condições seguintes, nas quais não pode haver dispensa alguma:

1ª Que seja livre de toda a infâmia, de fato e de direito;

2ª Que seja de idade ao menos de vinte anos;

3ª Que seja de bom entendimento, e saiba ao menos ler e escrever;

4ª Que tenha algum meio de subsistência honesto²⁷

Vinculado ao estabelecimento das ordens conventuais do Carmo e dos Frades Menores, surgiram em seguida as suas ordens terceiras. A Venerável Ordem Terceira do Carmo foi a primeira. Fundada em 1594, e era composta por homens e mulheres que recebiam assistência espiritual dos frades carmelitas calçados. Desde o seu início, figurou entre as principais entidades católicas de São Paulo, reunindo membros das elites paulistanas. A sua igreja própria foi erguida na segunda metade do XVII, como uma capela contígua à igreja conventual, sendo a estrutura atual erguida entre 1747-1758. Era responsável em nível litúrgico pela Procissão da Sexta-Feira Santa.

A Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, por sua vez, foi criada em 1641, e concedeu o seu hábito aos primeiros irmãos leigos que queriam pautar a sua vida pela regra e pela espiritualidade franciscana. Em 1689 iniciou a construção de suas dependências próprias na lateral da igreja franciscana, sendo igualmente uma confraria das elites e responsável pela realização da Procissão do Enterro.

A irmandade do Santíssimo Sacramento da Eucaristia foi erguida em 1695, tendo se estabelecido na Igreja da Sé. Essa associação detinha grande prestígio, e atuava auxiliando nas atividades do clero secular, na celebração da missa, consagração da hóstia, e no acompanhamento do viático aos doentes, além disso, os seus irmãos promoviam a festa do Corpo de Deus ou procissão do Triunfo Eucarístico²⁸. Seu compromisso, aprovado em 1736, reservava os postos da mesa diretora unicamente aos homens, mas encarregava-se de acompanhar o enterro das esposas, filhos e filhas dos seus filiados, conquanto as mulheres não tivesse se casado novamente ou se os filhos estivessem sob o pátrio poder. Quem desejasse fazer parte dela, não precisava pagar

²⁷ Lei n. 2, de Fevereiro de 1836. Aprovação do Compromisso da Santa Casa de Misericórdia da Cidade de S. Paulo, In *Coleção das Leis aprovadas pela Assembleia da Província de São Paulo*. São Paulo: tipografia a vapor de Jorge Seckler, 1835-1889.

²⁸ SANTOS, Maria da Conceição dos. “Irmandades e confrarias na São Paulo colonial” In VILHENA, Maria A. e PASSOS, João D. (orgs.), *A Igreja de São Paulo: presença católica na história da cidade*. São Paulo: Paulinas, 2005.

joia, mas daria duas patacas (\$640) anualmente. No caso do falecimento de algum irmão, um andador, com cabeça coberta em sinal de luto, era mandado às ruas tocando uma campainha para avisar a todos os demais filiados para que acompanhassem o corpo do falecido à sepultura. Além disso, tinha direito a vinte missas por sua alma²⁹.

A partir do século XVIII começam a aparecer irmandades negras, em resposta ao aumento de africanos na cidade. Em 1711, foi estabelecida pelos jesuítas, a primeira destas, a irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. Os escravizados, tendo proibidas as suas danças e manifestações religiosas de origem africanas procuraram alternativas, dentre as quais a participação nas irmandades. Cabia aos irmãos e irmãs do Rosário tomar conta da igreja e promover a festa de sua santa padroeira, celebrada geralmente no primeiro domingo de outubro. Por volta do ano de 1737, a sua primeira igreja, com um cemitério anexo, foi erguida no local onde hoje fica a Praça Antonio Prado. Ambos não resistiram ao progresso e descaso das autoridades e foram demolidos nas reformas urbanas de finais do século XIX. O compromisso do Rosário dos Homens Pretos, renovado em 1778, estipulava uma joia/entrada de três patacas e meia (1\$120), e esmola anual de \$480 réis e cera. Aos seus membros garantia a realização de sete missas pela alma do defunto, sepultura na irmandade e acompanhamento com todo o aparato, “o esquife, guião, cruz e capelão”. Explicava ainda como deveria ser este acompanhamento:

“irá diante o guião [...] e seguirão logo os irmãos com suas capas brancas e velas acesas, quando levarem o irmão defunto a enterrar, e no fim desta Irmandade a cruz e atrás da cruz logo irá o capelão e mais atrás o esquife e todo o aparato sairá de onde estiver a fábrica e levará o irmão defunto até a sepultura”.³⁰

Ainda em 1711, encontrava-se no Mosteiro de São Bento a Irmandade de Nossa Senhora do Pilar, que celebrava sua festa no dia 25 de março. Já a confraria de Nossa Senhora dos Remédios foi fundada em 1722 por um grupo de escravos que se reunia no altar dedicado a essa santa na igreja do Mosteiro de São Bento. Em 1782, ela era composta tanto por negros como por brancos, e em 1836 concluía a construção da sua igreja própria na atual Praça João Mendes. O seu compromisso data de 1836, e permitia o ingresso de todo católico, sem distinção de sexo, condição ou idade, bastando pagar uma entrada de 2\$000 réis e anuais de \$640. Para a admissão em caso de morte e para aqueles que não desejassem pagar anuais, se cobraria a quantia de 16\$000 réis.

²⁹ Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Compromisso da irmandade do Santíssimo Sacramento (1736).

³⁰ Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Compromisso da irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos (1778), capítulo IV.

Uma vez por ano, a confraria mandava dizer 50 missas pela alma dos seus irmãos vivos e mortos. Além dessas, realizava uma missa na véspera do espírito santo, uma no segundo domingo de outubro, outra no dia de São Vicente Ferreira e uma no dia da Conceição, aplicadas aos irmãos vivos e benfeitores, bem como oito missas na semana de finados para os irmãos e benfeitores falecidos. Seus membros tinham direito a sete missas por sua alma, sepultura para si e para seus filhos até sete anos, recomendação do capelão da irmandade, além da paroquial, acompanhamento e condução no caixão da confraria. No dia da Padroeira, se houvesse dinheiro em caixa, um cativo, filho de algum irmão, deveria ser liberto. Sua festa ocorria no dia da maternidade de Nossa Senhora, no primeiro domingo de maio³¹.

Por volta de 1724, os irmãos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Brancos se reuniam na Igreja de Santo Antônio. Também em 1724, era ereta a confraria de Nossa Senhora da Conceição e São Gonçalo Garcia. Sua igreja foi erguida nas proximidades de 1756-57, feita à custa dos devotos no antigo largo da Cadeia, era uma confraria pobre, sendo a própria escolha do local da construção de seu primeiro templo devido ao baixo custo dos terrenos daquela região.

A Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte foi ereta em 1728, e teve como sede nos seus primeiros anos, o colégio dos jesuítas. Após a expulsão destes, os irmãos se transferiram para a igreja conventual do Carmo. Era formada principalmente por pardos e negros e, apenas em 1810 conseguiu construir um templo próprio. Seu estatuto estabelecia uma joia de \$320 réis e anuais de \$160. Em contrapartida, aos seus afiliados, e aos filhos e filhas destes, com até sete anos, era garantida uma sepultura, seis missas na capela e altar e acompanhamento fúnebre com os paramentos competentes³².

Em 1730, a irmandade de São Miguel e Almas aprovava seu compromisso, estabelecendo-se num altar da Igreja da Sé, e por ela os paulistanos cultuavam os mortos. Para a admissão na confraria, era preciso ter limpeza de sangue, vida e costume, e pagar uma joia de 2\$000 réis e anuais. Aos seus membros e suas mulheres era concedido o acompanhamento com cruz, e aqueles irmãos que não comparecessem a algum cortejo fúnebre deveriam mandar rezar 10 missas pela alma do defunto³³.

³¹ Lei 22 de 09/02/1836. Aprovação do Compromisso da Confraria de Nossa Senhora do Remédio. In *Coleção das Leis aprovadas pela Assembleia da Província de São Paulo*. São Paulo: tipografia a vapor de Jorge Seckler, 1835-1889.

³² Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte (1813).

³³ Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo Compromisso da Irmandade de São Miguel e Almas (1730).

Do seio da Igreja do Rosário dos Homens Pretos surgiu, em 1758, outra confraria negra, a Irmandade de Santa Ifigênia e Santo Elesbão. Em 1794 esta já se encontrava estabelecida em capela própria com um cemitério contíguo, situada na Igreja de Nossa Senhora da Conceição, que a partir desta data passou a ser conhecida como a igreja de Santa Ifigênia. Ainda em meados do século XVIII foi ereta outra irmandade negra, a de São Benedito, que se localizava na Igreja da Ordem Terceira de São Francisco.

Já a Irmandade de São Pedro dos clérigos foi criada em 1762, pelo frei Antonio da Madre de Deus Galvão para reunir os padres seculares de São Paulo, tendo como sede a antiga igreja da Sé, que já abrigava as irmandades do Santíssimo Sacramento (1695) e a de São Miguel e Almas (1730). A irmandade de Nossa Senhora das Dores, por fim, foi ereta em 1780, e dela poderiam fazer parte tanto homens como mulheres, exceto pardos e pretos. Estabeleceu-se num altar da catedral da Sé, e cobrava \$160 reis anuais com a garantia do acompanhamento ao enterro dos seus irmãos³⁴.

Essas eram as principais irmandades paulistanas no século XIX, mas havia outras de menor importância e cabedais. Através do cruzamento de diversas fontes, podemos confirmar a presença de pelo menos 19 dessas associações nas freguesias centrais de São Paulo, Sé, Santa Ifigênia e Brás, entre 1852-57. (Ver tabela 4, pág. 35)

Não era incomum o pertencimento a mais de uma dessas associações entre as pessoas com mais posses. Foi o caso de Manuel da Cunha de Azeredo Coutinho Souza Chicorro³⁵, cavaleiro da casa imperial e comendador da ordem de Cristo, que declarou em seu testamento de 15/10/1838, fazer parte das irmandades da Santa Casa de Misericórdia, do Santíssimo Sacramento, de Nossa Senhora das Dores, do Senhor dos Passos, da Ordem Terceira do Carmo e da de Nossa Senhora da Boa Morte, todas na cidade de São Paulo, e bem assim, às dos Santos lugares de Jerusalém e do Senhor do Bom Jesus de Matozinhos, em Congonhas do Campo. Também Ana Bernardina de Araujo³⁶, em 27/06/1840, dizia pertencer à Ordem Terceira do Carmo, e às irmandades de Nossa Senhora dos Remédios, Senhor dos Passos e a de Nossa Senhora das Dores.

³⁴ Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora das Dores (1780).

³⁵ CEDHAL. Testamentos do 3º Ofício da Família e das Sucessões, São Paulo (Capital e Interior), 1763-1877. Testamento de Manuel da Cunha de Azeredo Coutinho Souza Chicorro, 15/10/1838, caixa 01, documento nº 052, processo 1033.

³⁶ CEDHAL. Testamentos do 3º Ofício da Família e das Sucessões, São Paulo (Capital e Interior), 1763-1877. Testamento de Ana Bernardina de Araujo, 27/06/1840, caixa 01, documento nº 058, sem número de processo.

Outro testador, Domingos José de Oliveira Guimarães³⁷, em 17/07/1848, declarava ser membro da Ordem Terceira de São Francisco, da confraria da Santa Casa de Misericórdia, e das irmandades da Boa Morte e do Santíssimo Sacramento.

O pensamento era o de quanto maior fosse o cortejo fúnebre, maior seria o número de orações pela alma do defunto, e mais rapidamente este se livraria das penas impostas no Purgatório. Além disso, o pertencimento a uma irmandade garantia a realização de missas pela alma do falecido. Contribuía nesse processo a concorrência entre as famílias paulistanas, que mediam o prestígio do morto e sua família através do tamanho e imponência do seu cortejo fúnebre.

No entanto, nem todos os moradores da capital estavam filiados às irmandades. Muitos escravos e pobres livres não tinham condições de arcar com a joia e taxas anuais e, por isso, acabavam seus dias enterrados nos adros das igrejas ou cemitérios extramuros, locais altamente desprestigiados. A freguesia da Sé nos serve como exemplo. Entre 1765 e 1766, pelo menos 28,6%(24) das pessoas falecidas na freguesia não pertenciam a nenhuma irmandade, pois foram sepultados no adro da Igreja da Sé, representando 65,4% dos escravos e 12,5% dos livres sepultados. Já entre os meses de janeiro a junho de 1816, 27,6%(46) dos mortos acabaram no cemitério dos Aflitos, campo santo inaugurado em 1774 e destinado para miseráveis, escravos e prisioneiros. No primeiro semestre de 1816, esse cemitério foi o destino de 52,7% dos cativos e de 14,0% dos livres. Já entre os anos 1836 e 1837, a porcentagem de sepultamentos ocorridos nos Aflitos representou 24,2%(153) do total dos enterros entre a população, sendo responsável por 28,4% dos cativos e 19,7% dos livres enterrados naquele período.

3. Os cuidados com o moribundo e a Extrema Unção

A importância do momento antecedente à morte ganhou muito destaque com o desenvolvimento da doutrina do Purgatório³⁸ e do Julgamento Individual das almas a

³⁷ CEDHAL. Testamentos do 3º Ofício da Família e das Sucessões, São Paulo (Capital e Interior), 1763-1877. Testamento de Domingos José de Oliveira Guimarães, 17/07/1848, caixa 02, documento nº 086, processo 825.

³⁸ A concepção sobre o Purgatório surgiu na segunda metade do século XII para matizar o rígido dualismo bem/mal, céu/inferno. Provêm da ideia de que pecados “quotidianos” poderiam ser perdoados, ideia já vagamente presente em Santo Agostinho (354-430) e em Gregório Magno (540-604). Contudo a Igreja formulou a doutrina relativa ao Purgatório, sobretudo, nos Concílios de Florência (1438-1445) e Trento (1545-1563). Dante Alighieri (1265-1321) nos fornece uma das mais impressionantes concepções de Purgatório em sua *Divina Comédia*. Em linhas gerais Dante seguia a cosmologia medieval. Embaixo de Jerusalém, numa profunda depressão em forma de cone, provocada pela queda de Lúcifer, estava o inferno. O impacto da queda do Demônio levantara no outro hemisfério uma montanha que formava o Purgatório, no topo do qual estava o Paraíso Terrestre. Cada uma dessas instâncias estava dividida em

partir dos séculos XIV e XV. Até então, a visão dominante era a do julgamento coletivo de todos os fiéis, e que ocorreria no final dos tempos, quando as almas seriam julgadas pelos seus pecados e boas ações. Até que este momento chegasse, acreditava-se que a alma entraria num espécie de sono. Com o desenvolvimento gradativo da ideia do Purgatório como local de expiação dos pecados, as almas não ficariam mais à espera pelo julgamento no final dos tempos, mas este ocorreria no momento posterior à morte.

Devido a essa mudança de pensamento, a agonia ganhou importância dentre os rituais fúnebres, visto que esta poderia influenciar no destino da alma do moribundo por sua proximidade com o julgamento individual, sendo o leito do doente visto como o palco entre o embate das forças do bem e do mal pela sua alma³⁹.

Nesse sentido, um dos principais passos a ser tomado era o de que a morte não fosse vivida na solidão, sendo importante estar acompanhado quando esta viesse, e por isso, a solidariedade para com os doentes e agonizantes era considerado um dever de todo bom cristão. Sendo assim, no primeiro sinal de que alguém estava morrendo, os vizinhos e amigos vinham reunir-se ao agonizante e sua família em vigília.

Nessa ocasião as mulheres lançavam-se a muitas tarefas, cozinhavam, lavavam e passavam as roupas do doente, costuravam sua mortalha, ajudavam no banho, e no cuidado com o acamado. Os homens, por sua vez, se reuniam na sala para conversar sobre a doença e a morte. E assim, na presença de parentes, amigos, vizinhos e padres, que se morria antigamente como bem observado pelo inglês Thomas Lindley, em 1802, quando visitou em Porto Seguro um senhor vítima de um ataque de apoplexia.

O agonizante visto por Lindley encontrava-se cercado por sua mulher e filha, parentes e outros visitantes, numa aglomeração tal que tornavam o seu quarto “imensamente quente e pequeno”⁴⁰, para espanto e horror do viajante.

Pensava-se então que a grande afluência de pessoas ao redor do enfermo e a soma de suas rezas o beneficiariam, talvez até restituindo a sua saúde ou auxiliando no caso dos doentes “sem forças para morrer”. Por outro lado, a morte solitária e/ou violenta eram muito mal vistas. Esta última interpretada como um castigo de Deus, pois não deixava espaço para que o falecido se preparasse para o seu fim. Igualmente ruim era a morte solitária visto que apenas uma pessoa com péssima índole seria abandonada pelos seus familiares e conhecidos nesse momento tão crucial.

partes hierarquizadas onde as almas dos mortos pagavam pelos seus pecados, purgavam seus erros (Purgatório) ou eram recompensadas por suas virtudes (Paraíso).

³⁹ VOVELLE, Michel. *La mort et l'Occident: de 1300 à nos jours*. Paris: Gallimard, 1983, p. 146.

⁴⁰ LINDLEY, Thomas. *Narrative of a voyage to Brazil*. London, J. Johnson, 1805, pp. 18-19.

A ideia recorrentemente retratada na iconografia e nos manuais de boa morte dos séculos XV ao XVIII abordam os últimos momentos com grande dramaticidade, reforçando sempre a ideia da luta entre as forças do bem e do mal. Um exemplo interessante dessa iconografia encontra-se atualmente na Igreja do Bonfim, na cidade de Salvador, em dois de seus painéis.

No primeiro deles, intitulado *A Morte do Pecador*, observamos um homem acamado, acompanhado somente por um pároco que ministra-lhe os últimos sacramentos. A presença do religioso e do anjo na cena, únicos elementos de luz presentes, representam a possibilidade do arrependimento de seus pecados em seu momento final. Todo o resto do quadro encontra-se ocupado por demônios que circundam o pecador e o puxam para si. Estes seguram alguns símbolos do pecado e da danação: a cobra, o fogo, o dinheiro e a adaga. Na segunda pintura, denominada *A Morte do Justo*, vemos um senhor, também acamado, amparado por anjos e pelo pároco. O justo encontra-se acompanhado por alguns entes queridos, que não o abandonaram neste momento decisivo. Aliás, é visível o sofrimento destes. Um dos personagens segura em uma de suas mãos um vela em sinal de vigília pela alma do moribundo e, diante de tamanho apoio espiritual, o demônio nada pode fazer e se afugenta. O ambiente é preenchido por luz e o doente tem uma expressão de plenitude e serenidade. A ideia presente é a de que o homem religioso e justo nada teria para temer a morte. Esta, aliás, não representaria o fim. Diferente da finitude da vida humana, ela marcaria o princípio de outros tempos, da eternidade em Cristo.

Lindley nos aponta outros cuidados tidos com o moribundo na busca do restabelecimento de sua saúde e na preparação de sua morte. Eram práticas comuns do catolicismo tradicional ou popular, permeadas por fortes componentes mágicos. Segundo seu relato, o agonizante se encontrava num cômodo absolutamente fechado e iluminado unicamente por uma vela. João José Reis nos lembra de um ditado português do século XVIII, segundo o qual “Da porta cerrada o Diabo retorna”, sugerindo a possibilidade de que o quarto fechado representaria uma tentativa de impedir uma visita indesejada, a morte⁴¹. Já sobre a importância do uso das velas, o folclorista Walter Spalding nos relata uma crença presente nas cidades de colonização portuguesa do Rio Grande do Sul e que pode nos ser esclarecedora. Segundo essa crença popular, não

⁴¹ REIS, João José. Op. cit., 1991, p. 101

se deve “deixar alguém morrer sem vela na mão – porque a alma fica no escuro. – Alguns dizem que o demônio aparece e leva a alma para o inferno, ou para as trevas”⁴².

A Morte do Pecador

Fonte: Foto do autor, painel exposto na Igreja do Bonfim/Salvador

A Morte do Justo

Fonte: Foto do autor, painel exposto na Igreja do Bonfim/Salvador

⁴² SPALDING, Walter. *Tradições e Superstições do Brasil Sul*. Rio de Janeiro: Edição da Organização Simões, 1955, p. 59.

Igualmente, outros objetos “mágicos” velavam pela saúde do moribundo. Sob a sua cabeceira “estavam colocadas várias imagens, uma perna e um pé, uma pequena espada, outras relíquias e uma coroa de galhos retorcidos sempre suspensa sobre ele⁴³”. Comuns também eram os pedidos de ajuda aos santos, as promessas e benções, e a realização de missas de agonia pelo restabelecimento da saúde do adoentado⁴⁴.

No entanto, caso todos esses rituais fracassassem e a morte parecesse eminente, era chamado o pároco para administrar-lhe os sacramentos da penitência, eucaristia e extrema-unção, ou o que destes fosse possível chegar, dependendo do estado de saúde e necessidade do doente. A presença do pároco era solicitada pelo moribundo, por seus parentes ou amigos, para que este auxiliasse o doente no momento de sua partida.

Os sacramentos eram levados pelo pároco vestido de sobrepeliz e estola roxa e carregando em suas mãos os santos óleos. Nessa tarefa era acompanhado pelos membros da irmandade do Santíssimo Sacramento⁴⁵ da paróquia, que saíam em procissão solene até a sua residência. Os membros da procissão eram convocados pelos toques dos sinos da Igreja, e na falta de uma irmandade do Santíssimo, o acompanhamento era feito por pessoas comuns que acorriam ao chamado.

Nesse último caso, não eram raras as disputas entre os paroquianos por um lugar na procissão, como o ocorrido no romance *Dom Casmurro*⁴⁶ de Machado de Assis, onde o protagonista, Bentinho, se viu envolvido no meio de uma contenda entre seu agregado José Dias e o pai de Capitu o Sr. Pádua por uma vara do pátio⁴⁷.

À passagem do préstito, as pessoas se ajoelhavam e rezavam pela alma do enfermo, em sinal de respeito ao Santíssimo Sacramento, muitas vezes juntando-se à procissão. Não era difícil para os acompanhantes reconhecerem a casa do moribundo, onde já se encontravam amigos, parentes e vizinhos. Sobre o viático, o botânico alemão Johann Baptist Pohl, observou espantado que:

se, por exemplo, o Santíssimo era levado a um enfermo, não só se juntavam ao préstito, rezando, pessoas de todas as condições, como quem, vindo de coche, encontrasse o

⁴³ LINDLEY, Thomas. Op. cit., p. 19.

⁴⁴ ALMEIDA, Aluísio de. “Vida Cotidiana da Capitania de São Paulo (1722-1822)” In MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de (org.). *Vida Cotidiana em São Paulo no século XIX: memórias, depoimentos, evocações*. São Paulo: Ateliê, 1999, p. 58.

⁴⁵ As irmandades do Santíssimo Sacramento, responsáveis por tudo que tivesse relação com o Santíssimo Sacramento nas paróquias, tinham como função, dentre outras, a obrigação de estarem presentes no acompanhamento do viático à casa do moribundo, juntamente com o pároco. Por esse motivo, as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* recomendavam a instituição da devoção ao santíssimo Sacramento em todas as suas paróquias.

⁴⁶ ASSIS, Machado de. *Dom Casmurro*. Objetivo: CERED, s/d, p. 44-47.

⁴⁷ Espécie de toldo que cobria o pároco.

cortejo, tinha a obrigação de descer, desocupando o lugar para um sacerdote e acompanhando o carro a pé.⁴⁸

Jean Baptiste Debret⁴⁹ esteve no Brasil na década de 1820 e retratou minuciosamente uma dessas procissões: segundo ele o pároco seguia sob um pálio carregado por seis irmãos do Santíssimo; outros irmãos na frente carregavam uma cruz ladeada por tocheiros, e mais à frente, um homem com capa agitava uma campainha. Na retaguarda vinham soldados, uns com as armas voltadas para o chão em sinal de luto, outros a tocarem tambores; e além destes, uma banda de músicos negros tocava instrumentos de sopro e percussão. O artista explicou ainda que na Corte havia pelo menos três tipos de cortejo do viático, sendo este o mais completo.

Extrema Unção levada a um doente

LE S¹VIATIQUE PORTÉ CHEZ UN MALADE .

Fonte: Jean Baptiste., *Viagem Pitoresca e histórica ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia/EDUSP, 1989, Tomo II, Volume III, prancha nº 12, p. 189.

Debret interpretou a profusão de sons, ladainhas, sinos, etc, como um sinal de barbárie. Seu olhar não percebeu que a festa em torno do cortejo não excluía a “dignidade religiosa”. O barulho relacionava-se com a ideia de funeral festivo,

⁴⁸ POHL, Johann Emanuel. “*Viagem ao interior do Brasil*”, EDUSP/Itatiaia, 1976, pág. 48.

⁴⁹ DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem Pitoresca e histórica ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia/EDUSP, 1989, Tomo II, Volume III, p. 188.

percebido, segundo João José Reis, como “facilitador da comunicação entre o homem e o sobrenatural”, sendo a morte solitária considerada como uma má morte⁵⁰.

Também o historiador Aluísio de Almeida nos narra como ocorriam as procissões do Viático ou nosso Pai na cidade de São Paulo. Aparentemente estes não apresentavam toda a pompa e detalhes de riqueza observados no município da Corte, mas fica explícito que a religiosidade, imponência e respeito ao ritual se mantêm.

[...] depois e também antes a família proporcionava ao enfermo de idade de razão os sacramentos da então chamada Extrema-unção e da Eucaristia em modo de Viático, isto é, espiritual alimento para a grande viagem.

Na capital, em Santos e em vilas maiores já então de mais de cem ou duzentos anos, levava-se o Viático solenemente, em procissão, sob o pálio e com o acompanhamento dos Irmãos do Santíssimo em suas opas vermelhas, o sacristão ou o coroinha tocando à frente uma campainha especial já conhecida. Iam os outros homens que podiam.

Já o sino, coração do povoado, vibrara as badaladas anunciando: Senhor Fora. “Nosso Pai”, como diziam até o começo deste século, ia sair.

Na passagem pelas ruas, a gente se ajoelhava, os militares encontrados em corpo paravam e prestavam as honras, as mulheres abriam as rótulas, acendiam velas e se ajoelhavam. Na casa do enfermo entravam os que cabiam.⁵¹

Ao chegar ao seu destino, o pároco ministrava os sacramentos ao enfermo que, assim, estaria preparado para a “chegada da morte”. A Penitência significava a renovação do perdão dos pecados após o batismo. Em perigo de morte era a oportunidade para o moribundo reconciliar-se com Deus, a fim de receber o viático, sendo a absolvição dada imediatamente após a confissão penitencial. Após, se recebia a eucaristia, entrando em comunhão com o “Corpo de Cristo ressuscitado”, de forma a garantir a sua própria ressurreição; e, era-lhe ministrada a extrema unção, de modo a, eliminar com os santos óleos todos os sinais da presença “maligna”. No entanto, se fosse evidente que o doente não suportaria todas as preces, se daria logo o viático.

Terminada a cerimônia, o pároco retornava com o mesmo acompanhamento à sua Igreja, o Santíssimo era recolocado no altar e o padre concedia a todos que tivessem acompanhado o Santíssimo Sacramento um indulto de 40 dias.

De acordo com as *Constituições Primeiras*, esses últimos sacramentos davam “especial ajuda, conforto, e auxílio na hora da morte, em que as tentações de nosso comum inimigo costumam ser mais fortes, e perigosas, sabendo que tem pouco tempo para nos tentar”, e teriam três efeitos principais:

O primeiro é, perdoar-nos as relíquias dos pecados, pelos quais ainda faltava satisfazer da nossa parte, ficando por isso aliviada a alma do enfermo. O segundo é, dar muitas

⁵⁰ REIS, João José. Op. cit., 1991, p. 105.

⁵¹ ALMEIDA, Aluísio de. Op. cit., p. 57.

vezes, ou em todo, ou em parte a saúde corporal ao enfermo, quando assim convêm para bem de sua alma. O terceiro é, consolar ao enfermo, dando-lhe confiança, e esforço, para que na agonia da morte possa resistir aos assaltos do inimigo, e levar com paciência as dores da enfermidade.⁵²

Para a Igreja, os sacramentos representavam uma provisão indispensável para o doente. Um reforço contra as forças do mal que disputavam sua alma. Por esse motivo, decretavam que os párocos deveriam atender aos doentes necessitados dos últimos sacramentos com toda a diligência possível. No caso da Penitência, se ordenava impondo multas aos contraventores, que médicos, cirurgiões e barbeiros recuperassem os enfermos primeiramente com a “medicina da alma”, antes de aplicarem as medicinas do corpo. Dessa forma, eles deveriam persuadir os doentes graves a confessarem-se, visto que em muitos casos a enfermidade do corpo poderia advir de uma “alma enferma com o pecado”⁵³. Acreditava-se que os sacramentos eram capazes de recuperar o doente, restabelecendo-lhe a saúde do corpo. Fruto da associação entre doença e pecado, muito presente na sociedade brasileira da época, era para os santos, anjos e demais membros da corte celestial, bem como para os amuletos e outras práticas associadas ao sagrado, que a população voltava-se nos momentos de enfermidade.

Os últimos sacramentos foram largamente utilizados pelos paulistanos na primeira metade do XIX. A julgar pelos anos de 1836-1837, houve na freguesia da Sé, 364 falecimentos de pessoas acima de 10 anos, e destes, 77,2% foram atendidos por pelo menos um sacramento. Nesse recurso não ocorreram distinções consideráveis entre livres e escravos. As porcentagens de não recebimento de sacramento giraram entre 22,4% entre os livres e 23,6% para os cativos, sendo o principal motivo para a sua ausência, as mortes violentas e repentinas, e que, por isso, não possibilitaram o tempo necessário para a chegada do pároco. Não foram consideradas as pessoas com até dez anos, visto que segundo a Igreja, era “inocente” a criança até os sete de idade, impossibilitada de pecar, o que a dispensava de receber os sacramentos da extrema unção, penitência e eucaristia. Na prática, esta idade parece ter se estendido um pouco, visto que não foram encontradas crianças abaixo de dez anos com registro de recebimento de sacramentos. Para estes, era-lhes ministrado apenas o batismo, caso necessário. Como ocorreu com 35 dos 49 recém-nascidos que faleceram na freguesia da Sé durante esses dois anos.

⁵² VIDE, Sebastião Monteiro da. Op. cit., Livro Primeiro, título XLVII. Do sacramento da extrema unção: da instituição, matéria, forma, ministro e efeitos deste sacramento, e a quem se deve administrar, pp. 83-85.

⁵³ Idem., Livro Primeiro, Título XL, Como os médicos, e cirurgiões devem admoestar aos doentes, que se confessem, e comunhem, pp. 68-69.

Tabela 5: Índice de recurso aos sacramentos na Freguesia da Sé (1836-1837)						
Sacramentos	Livres		Escravos		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Todos	109	46,0%	40	31,5%	149	40,9%
Penitência e Extrema Unção	47	19,8%	31	24,4%	78	21,4%
Extrema Unção	23	9,7%	12	9,4%	35	9,6%
Penitência	4	1,7%	7	5,5%	11	3,0%
Batismo <i>sub conditione</i>	0	0,0%	5	3,9%	5	1,4%
Penitência e Eucaristia	1	0,4%	1	0,8%	2	0,5%
Confissão	0	0,0%	1	0,8%	1	0,3%
Sem Sacramentos p/ morrer de repente	40	16,9%	23	18,1%	63	17,3%
Sem Sacramentos, sem referência	9	3,8%	7	5,5%	16	4,4%
Sem Sacramentos por não pedir	1	0,4%	0	0,0%	1	0,3%
Sem referência de recebimento	3	1,3%	0	0,0%	3	0,8%
TOTAL	237	100,0%	127	100,0%	364	100,0%
Fonte: Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Registros de óbitos da freguesia da Sé, 1836-1837. Ordem 11, Localização 03-01-34.						

4. Os cuidados com o corpo e mortalha

O momento da morte era também a hora da preparação do falecido para o seu velório e posteriormente para o seu funeral. Cortava-se seu cabelo, barba, unhas e aplicava-lhe um banho. Esse processo era realizado geralmente por um agente funerário especializado⁵⁴ ou por algum irmão de sua irmandade. Na falta destes, a preparação podia ser feita por algum parente ou amigo que já tivesse alguma experiência.

O cuidado com o corpo tinha justificativas religiosas, o morto deveria deixar uma boa impressão no momento de seu julgamento. No entanto, às vezes, alguns exageros nos enfeites e cuidados com os cadáveres eram cometidos. Isso chamou a atenção e provocou o estranhamento de alguns viajantes estrangeiros. Segundo o inglês John Luccock, que chegou ao Rio de Janeiro em 1808:

Os míseros despojos do homem vão cobertos de todos os galantes atavios de um dia de festa, o rosto pintado, os cabelos empoados, a cabeça enfeitada com uma guirlanda de flores ou coroa de metal, não havendo para essa faceirice outros limites além dos que lhe impõe a habilidade dos amigos sobreviventes. Fica assim o defunto em condições de comparecer perante o guarda das chaves dos céus e de ser por este apresentado ao Juiz

⁵⁴ Em 1857 existiam na cidade de São Paulo pelo menos cinco armadores de galas e funerais. Eram eles: Benedito Joaquim Taborda, Celestino José Carlos d'Escobar, Francisco Luz Caminha, João Alexandrino e Pedro de Alcântara. Apud *Almanak Administrativo, mercantil e Industrial da Província de São Paulo para o anno de 1858*. Organizado e redigido por Marques e Irmão, 2º anno. São Paulo: Typ. Imparcial de J. R. de Azevedo Marques, rua do ouvidor, nº 46, 1857.

das almas, que dele terá, ao que nos asseguram seus delegados terrenos, uma excelente impressão.⁵⁵

Essa preocupação com a aparência do falecido encontra-se presente nos inventários paulistanos. Em 1856, a viúva de Manoel Ribeiro da Silva Porto pagou a Manoel José Vieira Braga, 32\$000 réis, por este ter feito a barba do finado⁵⁶. Também o tenente João Brás da Silva, inventariante do vigário Antonio Joaquim da Silva, entregou em 1858, 12\$000 a Aleixo de Paula Penha⁵⁷ por este ter feito a barba do falecido. Igualmente, em 1855, o Doutor Diniz Augusto de Araujo Azambuja despendeu 6\$000 réis na compra de água de cheiro para o corte da barba de Antonio Barbosa⁵⁸.

A indumentária fúnebre era outra preocupação. O imaginário religioso cristão de antanho apresentava a roupa mortuária como sendo uma das chaves para a Boa Morte, facilitadora da passagem e do além-túmulo. Sendo assim, na escolha das mortalhas estava presente toda uma simbologia que tinha como objetivo permitir à alma um bom descanso. Elementos como a cor eram observados. Thomas Ewbank nos relata a importância que os brasileiros davam às roupas com que seriam enterrados, bem como alguns dos códigos de conduta que estavam presentes na sua escolha:

Preocupados com as roupas enquanto vivos, os brasileiros são enterrados com seus melhores trajes, salvo quando outros são preferidos por motivos religiosos. Formalistas ao máximo, impõem etiqueta mesmo aos mortos. Estes devem seguir para o outro mundo em atitudes e trajes convenientes: as mulheres casadas com vestido preto, véu preto, braços cruzados e as mãos descansando no cotovelo oposto; as solteiras, vestidas de branco, véus e grinalda de flores brancas, as mãos fechadas como em adoração, com folhas de palmas entre elas. As mãos dos homens e meninos são cruzados sobre o peito, e, se não forem ocupadas por outros símbolos, coloca-se nelas uma pequena taça que é retirada antes do caixão descer para o túmulo. Os que desempenhavam qualquer autoridade são vestidos com trajes oficiais, os padres com suas vestes, os soldados com seus uniformes, os membros de irmandades com suas alvas, as irmãs das sociedades religiosas em hábito preto, capa azul e uma fita azul na cabeça.⁵⁹

Para a cidade de São Paulo podemos verificar quais eram os tipos de mortalhas mais utilizadas através dos registros de óbitos. Infelizmente o pároco responsável pelos registros da freguesia da Sé não teve a preocupação de anotar essa informação, mas foi possível observar os dados referentes a três freguesias próximas – Santa Ifigênia, Penha e Brás – e que nos dão uma noção aproximada do padrão de escolha na cidade.

⁵⁵ LUGGCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Tradução do Prof. Milton da Silva Rodrigues. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Belo Horizonte: Livraria Itatiaia Editora Ltda., 1973, volume 21, p. 40.

⁵⁶ CEDHAL. Processo 929. Inventário de Manoel Ribeiro da Silva Porto, 19/05/1856.

⁵⁷ CEDHAL. Processo 041. Inventário de Antonio Joaquim da Silva, 26/05/1858.

⁵⁸ CEDHAL. Processo 2256. Inventário de Antonio Barbosa, 07/04/1855.

⁵⁹ EWBank, Thomas. Op. cit., p. 58-59.

Para os adultos livres e libertos, as vestes dos santos, sobretudo a da ordem franciscana, foram as mais utilizadas durante os anos de 1836 e 1837, totalizando 49,9% das vestes escolhidas por este segmento. No entanto, representaram apenas 5,0% da escolha dos escravos, demonstrando um claro sinal de distinção social.

Tabela 6: Escolha das mortalhas segundo a condição jurídica, registros somados das freguesias de Santa Ifigênia (1836-1837), Penha de França (1836) e Bom Jesus do Brás (1836)						
Mortalhas	Livres		Escravos		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Hábito de São Francisco	42	40,0%	1	2,5%	43	29,9%
Hábito do Carmo	8	7,6%	1	2,5%	9	6,3%
Hábito de Santa Teresa	1	0,9%	0	0,0%	1	1,4%
Habito das Recolhidas da Luz	1	0,9%	0	0,0%	1	1,4%
Total hábitos de santos	52	49,4%	2	5,0%	54	37,2%
Pano Branco	16	15,2%	11	27,5%	27	18,8%
Lençol branco	5	4,8%	6	15,0%	11	7,6%
Caçagorraz branco	2	1,9%	2	5,0%	4	2,8%
Total recurso ao branco	23	21,9%	19	47,5%	42	29,0%
Pano Preto	18	17,1%	16	40,0%	34	23,6%
Zuarte preto	1	0,9%	1	2,5%	2	1,4%
Tunica de Baeta preta	3	2,9%	0	0,0%	3	2,1%
Tunica de Dragete preto	1	0,9%	0	0,0%	1	0,7%
Tunica preta e manto branco	0	0,0%	1	2,5%	1	0,7%
Total recurso ao preto	23	21,8%	18	45,0%	41	28,3%
Seda Branca e Azul	1	0,9%	0	0,0%	0	0,0%
Zuarte	1	0,9%	0	0,0%	1	0,7%
Zuarte azul	1	0,9%	1	2,5%	2	1,4%
Total recurso outras cores	2	2,7%	1	2,5%	3	2,8%
Uniforme/Manto de Cavaleiro	3	2,9%	0	0,0%	3	2,1%
Roupa que estava vestido	1	0,9%	0	0,0%	1	0,7%
Total outros	4	3,7%	0	0,0%	4	2,8%
Soma	105	100,0%	40	100,0	145	100,0%
Fonte: Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Registros de óbitos das freguesias de Santa Ifigênia (1836-1837), Brás (1836) e Penha de França (1836)						

Durante toda a primeira metade do século XIX, o preço médio do hábito de São Francisco na cidade de São Paulo girou em torno de 6\$000 réis, enquanto que o hábito carmelita custava 12\$000, o que em parte pode justificar sua menor preferência.

Apesar de não representar valores exorbitantes para o período, essas mortalhas eram de difícil acesso para parte significativa da população que vivia com os jornais que aquinhoava na lida diária, sendo poucos os habitantes que ultrapassavam o

rendimento anual de 400\$000 réis⁶⁰. Ser sepultado com um hábito de alguma ordem monástica, a mesma roupa utilizada por frades e freiras, “significava a posse de um corpo tão santo quanto o de um religioso”⁶¹. Seu uso invocaria o santo patrono para que protegesse a alma do fiel no seu julgamento. Sua escolha serviria como mais uma garantia na viagem rumo ao Paraíso, na qual a proeminência de São Francisco de Assis e de Nossa Senhora do Monte Carmelo não são mera coincidência.

São Francisco nasceu em Assis em 1182, na região da Úmbria/Itália, numa família de ricos comerciantes, e após sua conversão se dedicou a uma vida religiosa de abnegação, dedicada aos pobres, desprezando a riqueza e as demais coisas mundanas. Foi o criador de uma nova regra religiosa, a franciscana, cujas diretrizes principais eram a pobreza e a humildade, pregando uma restauração dos valores verdadeiros da religião cristã. Não bastando sua vida exemplar e desprendida de posses materiais, o que fez com que fosse cultuado como um santo ainda em vida, surgiu posteriormente à sua morte e canonização a *lenda franciscana das almas*:

Baseia-se a citada lenda franciscana das almas no precioso livro “I Fioretti” que nos transpõe ao Monte Alverne onde Cristo teria falado ao santo recém-estigmatizado, nos seguintes termos: “Sabes o que te fiz? Dei-te os sinais de minha paixão a fim de que sejas o meu gonfaloneiro. E como no dia de minha morte, desci ao limbo, e todas as almas que ali achei, em virtude dos meus estigmas, tirei-as e levei-as ao paraíso, assim te concedo desde já a fim de que sejas tão conforme na morte como o tens sido na vida, que tu desde que passes desta vida, cada ano, no dia de tua morte, vás ao purgatório e todas as almas de tuas três Ordens, i é., menores, irmãs e continentes, e além destas, todos os teus devotos que encontrares, dali as tires em virtude dos teus estigmas os quais te dei e as leves ao paraíso”⁶².

São Francisco de Assis aparece como um interlocutor privilegiado dos padecentes, com o poder de, uma vez por ano, ir e voltar ao purgatório e salvar todas as almas de seus devotos. Provavelmente descende dessa crença um ditado sertanejo citado por Reis, segundo o qual o cordão do hábito do santo “afasta o inimigo e serve aos anjos para puxarem o finado”⁶³. Logo, não é por acaso que o seu hábito esteja entre os preferidos entre os paulistanos e brasileiros desse período.

⁶⁰ De acordo com as informações prestadas por Ezequiel de Moraes Santos nos Maços de População de 1836, referentes ao 9º quarteirão do Distrito Sul da freguesia da Sé, as rendas anuais daquele quarteirão variaram da seguinte maneira: os ourives recebiam de 192\$000 até 240\$000 réis anualmente, os negociantes, de 120\$000 até 240\$000, os alfaiates de 72\$000 até 240\$000, sapateiros de 72\$000 até 192\$000 e os ferreiros de 70\$000 até 240\$000. Apud AESP. Maços de População, Capital, 1836, lata 42.

⁶¹ GUEDES, Sandra Paschoal Leite. Op. cit., p. 42.

⁶² WILLEK, Frei Venâncio. “Origem da Devoção a São Francisco das Chagas de Canindé”, IN *Revista do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico)*, 1959. O livro referido na citação é “I Fioretti”. Tradução de Durval de Moraes, Petrópolis, 1940.

⁶³ REIS, João José. Op. cit., 1991, p. 117.

São Francisco resgata almas do Purgatório

Fonte: Foto do autor. Quadro presente no Museu de Arte Sacra do Convento Franciscano de Potosi/Bolívia, obra do século XVIII.

Nossa Senhora do Carmo ou do Monte Carmelo, escolhida por 7,6%(8) dos livres e libertos e 2,5%(1) dos escravos é uma das mais antigas invocações sob a qual Maria é cultuada. Reza a tradição que Santo Elias, estando em oração no Monte Carmelo, na Palestina, viu surgir uma nuvem do mar e sobre ela estava Nossa Senhora. No ano de 930, alguns monges construíram ali uma capela e dedicaram-na à Nossa Senhora do Carmo. Um episódio ocorrido em 1251 daria força a essa Ordem, fazendo crescer os seus devotos. No dia 16 de julho daquele ano, Nossa Senhora teria aparecido a Simão Stock segurando nas mãos o escapulário da Ordem e teria lhe dito: “Meu dileto filho, eis o escapulário que será o distintivo de minha Ordem. Aceite-o como um penhor de privilégio, que alcancei para ti e para todos os membros da Ordem do Carmo, aquele que morrer vestido deste escapulário está livre do fogo do inferno.”⁶⁴ Colaborando com esta ideia, uma bula do Papa João XXIII (1410-1415), garantia que ficariam livres do inferno e do purgatório no primeiro sábado após a morte, todos aqueles que vestissem o escapulário de Nossa Senhora do Carmo, contribuindo para a disseminação do costume.

⁶⁴ SGARBOSSA, Maria e GIOVANINNI, Luigi. *Um santo para cada dia*. Tradução de Onofre José Ribeiro. São Paulo: Paulus, 2005, p. 223.

Luís Soares de Camargo, estudando o uso de mortalhas na cidade de São Paulo, informa que a de Nossa Senhora do Monte Carmo era a preferida pelos testadores entre os séculos XVII e XVIII. De um total de 84 testamentos levantados para este período, 45 (53,4%) pediram o uso dessa mortalha, 37 (44,1%) desejavam a de São Francisco e apenas dois fizeram uso do hábito de São Bento (2,2%)⁶⁵. Resultados diferentes foram alcançados por Sandra Paschoal Leite Guedes que observou uma longa preferência dos testadores paulistanos pelo hábito franciscano nos séculos XVII, XVIII e XIX⁶⁶.

Nos inventários paulistanos encontramos outras possibilidades de mortalhas para as famílias mais situadas economicamente: a confecção de seu próprio hábito. Nesse caso a quantia despendida podia variar bastante. De um lado temos a vestimenta de Dona Maria Bernarda Leite Penteado⁶⁷, falecida em 10/10/1855, no qual foram gastos 12\$000 réis, pagos a Francisco da Luz Caminha pelo “feitio de um hábito, e por forrar a casa e o corredor”. De outro, quantias bem maiores foram feitas em outros inventários do período. Com o vestuário de Manoel Ribeiro da Silva Porto⁶⁸, falecido em 19/05/1856, foram consumidos 37\$040 réis, a saber: 11\$640 por 18 e ¼ côvados⁶⁹ de lila⁷⁰ preta, 12\$800 com 16 côvados de lila branca fina, 2\$560 com cordão e fivela e 8\$000 pelo feitio com o hábito do finado. Quantias parecidas foram utilizadas nos trajes de Ana Margarida Rodrigues de Toledo Arouche (30\$280)⁷¹, Ana Francisca da Anunciação Alvarenga (26\$520)⁷² e de Antonio Barbosa (26\$920)⁷³, todos falecidos

⁶⁵ CAMARGO, Luis Soares de. *Sepultamentos na cidade de São Paulo: 1800/1858*. Dissertação de Mestrado PUC-SP, São Paulo, 1995, p. 52.

⁶⁶ A autora utilizou 180 testamentos distribuídos entre os séculos XVII e XIX, sendo 60 para cada século, selecionados da seguinte maneira: 20 no início, 20 no meio e 20 no final de cada centúria. Parte dessa documentação foi publicada pelo Arquivo do Estado de São Paulo e outra foi levantada nos microfilmes pertencentes ao Fórum João Mendes. Através destes a autora constatou que em meados do século XVII, 14% dos testadores revelaram preferência pelo hábito de São Francisco e 5% pelo de Nossa Senhora do Carmo. Para o final do XVII, 45% preferiam o hábito franciscano e 35% do Carmo. Já para o século XVIII, foram encontrados respectivamente os seguintes valores para o início, meio e fim do século: para a mortalha franciscana: 56%, 31,2% e 33,3%; para o hábito do Carmo 19%, 6,2% e 22,2%. No início do século XIX, 40% dos testadores teriam solicitado o hábito de São Francisco, contra 25% que pediram o hábito do Carmo. A partir de então a autora constatou uma forte tendência a deixar a escolha da mortalha nas mãos de parentes e por isso a informação deixou cada vez mais de ser registrada na documentação por ela utilizada. Vale dizer que esses dados, bem como os de Soares representam não a preferência da população em geral, mas daquelas pessoas que podiam fazer testamento, ou seja, do segmento mais favorecido economicamente. Para saber mais veja GUEDES, Sandra Paschoal Leite. Op cit., p. 42-46.

⁶⁷ CEDHAL. Processo 5012. Inventário de Maria Bernarda Leite Penteado, 10/10/1855.

⁶⁸ CEDHAL. Processo 929. Inventário de Manoel Ribeiro da Silva Porto, 19/05/1856.

⁶⁹ Medida de comprimento equivalente a 66 centímetros. Apud Dicionário Houaiss da lingual portuguesa. São Paulo: Objetiva, 2009.

⁷⁰ Espécie de tecido antigo, de lã, fino e lustroso. Apud Dicionário Houaiss da lingual portuguesa. São Paulo: Objetiva, 2009.

⁷¹ CEDHAL. Processo 701. Inventário de Anna Margarida de Toledo Arouche, 25/05/1860.

⁷² CEDHAL. Processo 2019. Inventário de Anna Francisca da Anunciação Alvarenga, 19/08/1863.

⁷³ CEDHAL. Processo 2256. Inventário de Antonio Barbosa, 17/04/1855.

nesse período e que apresentavam riquezas consideráveis. Nos dois últimos casos citados aparecem ainda outros pontos interessantes. Para o sepultamento de Ana Francisca foi comprado um par de sapatos de Dunque por 2\$500 réis, e no inventário de Antonio Barbosa aparecem os gastos com a ornamentação de seu caixão: 12\$600 com belbutina⁷⁴ francesa e 1\$920 de holanda preta para forrar o caixão por dentro.

Os clérigos eram sepultados com a mesma roupa com que celebravam suas missas, os monges revestidos nos seus vestidos comuns, os diáconos e subdiáconos com roupas mais elaboradas, tudo conforme determinado nas *Constituições Primeiras*⁷⁵. Os militares podiam e muitas vezes eram sepultados com suas fardas.

Para além desses casos, e de forma bem mais acessível para os pobres, estavam as mortalhas mais simples, prevalecendo duas cores, o branco e o preto. Como observado na tabela 3, 21,9% dos livres e 47,5% dos escravos escolheram a cor branca para servir de mortalha, entre os anos de 1836-1837. Essa cor era associada à pureza, humildade e à inocência, sendo a cor adotada pelos devotos da Virgem Maria. Pode-se fazer também uma relação da mortalha branca com o Santo Sudário, pano que envolveu o cadáver de Cristo e com o qual ele mais tarde resuscitou e ascendeu ao Céu. João José Reis aponta para o branco como a tradicional cor funerária do candomblé (cor de Obatalá e Oxalá), bem como para os escravos muçulmanos.

O preto, tradicional cor do luto, foi a escolha de 21,8% dos livres e 45,0% dos escravos. Sobre essa mortalha João José Reis⁷⁶, utilizando o caso da cidade de Salvador, aponta para o crescimento de seu uso a partir do início do XIX. Até então as mortalhas franciscana e a branca eram as mais usadas pelos soteropolitanos. Talvez o mesmo processo tenha ocorrido em São Paulo, mas não podemos fazer essa afirmação por falta de documentos. O que é possível dizer é que preto era mais utilizado pelas mulheres do que pelos homens, a ponto de Thomas Ewbank⁷⁷ afirmar que no Rio de Janeiro, esta era a cor funerária das mulheres casadas. Em contrapartida as solteiras, virgens, aquelas consideradas puras, baixavam à sepultura vestindo o branco.

Os funerais de crianças, em especial, eram marcados pela pompa e alegria. Isso se deve a dois fatores principais: a crença de que suas almas iam diretamente para o céu para servir como anjinhos na corte celestial e de que serviriam como intercessores

⁷⁴ Tecido grosso e pesado, de algodão, que se assemelha ao veludo. Apud Dicionário Houaiss da língua portuguesa. São Paulo: Objetiva, 2009.

⁷⁵ VIDE, Sebastião Monteiro da. Op. cit., Livro Quarto, Título XLVII, Como hão de ser levados á sepultura, e enterrados os sacerdotes e clérigos, p. 291.

⁷⁶ REIS, João José. Op. cit., 1991, p. 119.

⁷⁷ EWBANK, Thomas. Op. cit., p.59.

junto às autoridades celestes pelo bem de seus familiares. Por esses motivos, os funerais infantis deviam ser vistos com alegria e sem choro.

Segundo a francesa Adèle Toussaint-Samson, que viveu algum tempo no Rio de Janeiro na década de 1850, “o enterro de uma criança não evoca nenhuma ideia lúgubre. Convencidos de que são anjos que vão para o céu, os brasileiros, depois de ter exposto a criança, vestida de branco e coroada de rosas, a deitam num pequeno caixão rosa ou vermelho”⁷⁸. Igualmente para o francês Jean Fernand Denis, que visitou o Rio em 1816:

Os enterros de crianças fazem-se no Brasil, com uma pompa entre nós ignorada, e que nada tem de fúnebre. A ideia, geralmente admitida, de que uma criança não abandona a terra senão para voar a uma morada mais ditosa, faz esquecer todas as demonstrações de dor.⁷⁹

Devido a isso, as mortalhas das crianças raramente eram pretas, cor associada à tristeza e à dor da perda. Como demonstrado por Luiz Lima Vailati⁸⁰, em São Paulo, o branco era a cor predominante nas mortalhas para as crianças, correspondendo a 60,6% do total de registros computados, tendo sido utilizada em 67,7% dos sepultamentos de crianças livres, 78,0% de escravas e em 88,9% das forras. Como já comentado anteriormente, o branco era sinal de pureza e alegria, e estava associado à inocência infantil, intimamente ligada à ausência do ato sexual.

Tabela 7: Escolha de mortalhas de criança por sexo em São Paulo				
Mortalha	Homens		Mulheres	
	nº	%	nº	%
Branca	256	58,3%	251	63,2%
Vermelha	138	31,4%	115	29,0%
Azul	20	4,6%	13	3,3%
Branca e vermelha	8	1,8%	5	1,3%
Branca e azul	6	1,4%	7	1,8%
Vermelha e azul	6	1,4%	1	0,3%
Outras	5	1,1%	5	1,3%
Total	439	100,0%	397	100,0%

Fonte: Livros de assentamentos de óbitos do Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo, das freguesias de Nossa Senhora da Assunção, Bom Jesus do Matozinhos, Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora da Expectação, Nossa Senhora da Penha, Nossa Senhora do Monte Serrat, Nossa Senhora dos Prazeres, Nossa Senhora do Rosário, Santo Amaro e São Roque. Apud: VAILATI, Luiz Lima. *A morte menina: práticas e representações da morte infantil no Brasil dos oitocentos (Rio de Janeiro e São Paulo)*. Tese de Doutorado FFLCH/USP, São Paulo, 2005, p. 96.

⁷⁸ TOUSSAINT-SAMSON, Adèle. *Uma parisiense no Brasil*. Tradução do original Maria Lucia Machado. Rio de Janeiro: Editora Capivara, 2003, p. 165.

⁷⁹ DENIS, Jean Ferdinand. *Brasil*. Belo Horizonte: EDUSP/Itatiaia, 1980, volume 46, p.148.

⁸⁰ VAILATI, Luiz Lima. *A morte menina: práticas e representações da morte infantil no Brasil dos oitocentos (Rio de Janeiro e São Paulo)*. FFLCH/USP, São Paulo, 2005, pp. 96-97.

Tabela 8: Escolha de mortalhas de criança por condição social em São Paulo						
Mortalha	Livres		Escravos		Libertos	
	nº	%	nº	%	nº	%
Branca	375	67,7%	124	78,0%	8	88,9%
Vermelha	103	18,6%	31	19,5%	1	11,1%
Azul	29	5,2%	4	2,5%	0	0,0%
Branca e vermelha	13	2,3%	0	0,0%	0	0,0%
Branca e azul	13	2,3%	0	0,0%	0	0,0%
Vermelha e azul	11	2,0%	0	0,0%	0	0,0%
Outras	10	1,8%	0	0,0%	0	0,0%
Total	554	100,0%	159	100,0%	9	100,0%

Fonte: Livros de assentamentos de óbitos do Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo, das freguesias de Nossa Senhora da Assunção, Bom Jesus do Matozinhos, Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora da Expectação, Nossa Senhora da Penha, Nossa Senhora do Monte Serrat, Nossa Senhora dos Prazeres, Nossa Senhora do Rosário, Santo Amaro e São Roque. Apud: VAILATI, Luiz Lima. *A morte menina: práticas e representações da morte infantil no Brasil dos oitocentos* (Rio de Janeiro e São Paulo). Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, do Departamento de História da FFLCH/USP, São Paulo, 2005, p. 97.

As mortalhas coloridas, dentre aquelas que não exatamente reproduziam hábitos de santos, foram frequentes. O branco, com efeito, foi gradativamente sendo superado pelo vermelho durante todo o XIX, com 26,9% dos registros computados nesta centúria. A presença de cores vivas e alegres, em destaque para o vermelho, estava de acordo com a visão sobre a morte infantil como momento de comemoração e júbilo. O vermelho, em particular, estava relacionado com outros símbolos. De acordo com Vailati, se ligava aos Santos Mártires, em referência ao sangue vertido em defesa da fé cristã, e em suas tonalidades mais claras aos anjos e querubins⁸¹.

Tabela 9: Escolha de mortalhas de criança por período em São Paulo												
Mortalha	1808		1828		1848		1868		1888		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Branca	177	89,8%	212	91,4%	90	51,1%	80	38,8%	49	38,0%	608	64,7%
Vermelha	8	4,1%	9	3,9%	68	38,6%	101	49,0%	67	51,9%	253	26,9%
Azul	11	5,6%	8	3,4%	2	1,1%	11	5,3%	0	0,0%	32	3,4%
Branca e vermelha	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	4	1,9%	9	7,0%	13	1,4%
Branca e azul	0	0,0%	0	0,0%	10	5,7%	1	0,5%	2	1,6%	13	1,4%
Vermelha e azul	0	0,0%	0	0,0%	4	2,3%	7	3,4%	0	0,0%	11	1,2%
Outras	1	0,5%	3	1,3%	2	1,1%	2	1,0%	2	1,6%	10	1,1%
Total	197	100,0%	232	100,0%	176	100,0%	206	100,0%	129	100,0%	940	100,0%

Fonte: Livros de assentamentos de óbitos do Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo, das freguesias de Nossa Senhora da Assunção, Bom Jesus do Matozinhos, Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora da Expectação, Nossa Senhora da Penha, Nossa Senhora do Monte Serrat, Nossa Senhora dos Prazeres, Nossa Senhora do Rosário, Santo Amaro e São Roque. Apud: VAILATI, Luiz Lima. *A morte menina: práticas e representações da morte infantil no Brasil dos oitocentos* (Rio de Janeiro e São Paulo). Tese de Doutorado, FFLCH/USP, São Paulo, 2005, p. 98.

⁸¹ VAILATI, Luiz Lima. Op. cit., p. 102.

Fontes: Fotografias de Militão Augusto de Azevedo, sem título, 1877 e 1880. Acervo do Museu da Universidade de São Paulo.

Os cuidados com a preparação e ornamentação do corpo das crianças também tomavam corpo. Arago lembra-nos de uma menina morta cujas faces lhe foram pintadas em abundância, resultando sua aparência lhe fazer recordar “les acteurs au théâtre”⁸². Conforme verificado pelo mesmo viajante, na ornamentação de seus pequenos corpos não podiam faltar outros adereços, que iam de fitas coloridas, flores artificiais até pedras preciosas, e uma peça fundamental, a coroa sobre a cabeça.

5. O Velório

Logo após a morte, os familiares e amigos deviam ser avisados sobre o ocorrido. Segundo Thomas Ewbank, pendurava-se na porta da rua uma cortina para informar os transeuntes. Se o morto fosse casado o pano era preto e dourado, se solteiro era lilás e

⁸² ARAGO, M. J. *Souvenirs d'un Aveugle Voyage autour Du Monde*. Paris: Hortet et Ozanne, 1839, Tomo I, p. 102.

preto, e para as crianças usava-se o branco ou azul e dourado⁸³. Em outras localidades carpideiras eram contratadas para percorrer as ruas e anunciar a morte⁸⁴, no entanto, este não parece ter sido o caso de São Paulo nos séculos XVIII e XIX. Eram os andadores, pessoas contratadas pelas irmandades e particulares que atravessavam a cidade avisando com suas campainhas aos irmãos de confraria, amigos e parentes do falecido.⁸⁵

As famílias mais abastadas podiam empregar o uso de cartas convites, entregues por seus escravos ou pelos próprios andadores. Foi o que fizeram os inventariantes de Antonio Barbosa⁸⁶, falecido 07/04/1855, e de Gertrudes Maria de Oliveira⁸⁷, falecida em 19/10/1856. O primeiro pagou 5\$000 réis pela impressão de 50 convites, e o segundo 12\$000 pela impressão de 200 cartas-convite.

Convites desse tipo eram enviados a todos os conhecidos da família enlutada, e esperava-se que pelo menos os familiares e amigos mais íntimos acorressem ao velório. O importante era não deixar o cadáver sozinho, porque “defunto sozinho era presa fácil do demônio”⁸⁸. Sendo assim, o defunto passaria toda a vigília na companhia de seus conhecidos, que em sua chegada o saudavam com água benta e preenchiam o ambiente com muita reza, cânticos por sua alma e conversas aleatórias.

O cadáver, colocado na melhor sala da residência, permanecia nesse ambiente não menos que 24 horas, período de tempo exigido pela lei⁸⁹. Segundo Câmara Cascudo, a posição correta do cadáver no espaço do velório era receita certa de eficácia simbólica: sempre com os pés voltados para a rua e quando carregado para fora da casa, conservado nessa direção. Os sapatos do defunto deviam estar limpos de poeira e areia, elementos do mundo dos vivos, “levando qualquer areia a alma volta, saudosa, atraída pela recordação”⁹⁰. Em suas mãos podiam figurar outros elementos simbólicos: rosários, crucifixos ou uma vela para iluminar os seus caminhos.

⁸³ EWBANK, Thomas. Op. cit., p. 58.

⁸⁴ REIS, João José. Op. cit., 1991, p. 128.

⁸⁵ Apud *Almanak Administrativo, mercantil e Industrial da Província de São Paulo para o anno de 1858*. Organizado e redigido por Marques e Irmão, 2º anno. São Paulo: Typ. Imparcial de J. R. de Azevedo Marques, rua do ouvidor, nº 46, 1857. Neste almanaque estão registradas algumas irmandades que tinham andadores fixos em sua organização. Hugo Damiano Frederico Franzem era andador pela irmandade do Bom Jesus e da do Santíssimo Sacramento e Rogério Maria de Andrade, da confraria de Nossa Senhora da Boa Morte.

⁸⁶ CEDHAL. Processo 2256. Inventário de Antonio Barbosa, 07/04/1855.

⁸⁷ CEDHAL. Processo 137. Inventário de Gertrudes Maria de Oliveira, 19/10/1856.

⁸⁸ VIANNA, Hildegardes. *A Bahia já foi assim*. Salvador: Itapuã, 1973, p.58

⁸⁹ WALSCH, Robert. *Notícias do Brasil*. Tradução Regina Régis Junqueira. Belo Horizonte/São Paulo: Editora Itatiaia Limitada/EDUSP, 1985, p. 208.

⁹⁰ CASCUDO, Luís da Câmara. *Anubis e outros ensaios*. 2ª Ed. Rio de Janeiro, Funarte/INF/Achiamé/UFRN, 1983, p. 15

Em alguns casos, providenciava-se inclusive comida e bebida para aqueles que acompanhavam o defunto. Nesse ponto, nem sempre a moderação foi observada, realçando o caráter festivo da morte até então. No velório de Francisco Xavier de Oliveira⁹¹, falecido em 1862 na freguesia de Santa Ifigênia, foram distribuídos aos presentes: seis garrafas de cerveja (6\$000), doze garrafas de vinho (9\$600), duas latas de goiabada (2\$000), dois queijos (2\$000), pães (\$640) e carne (3\$520).

Quantias significativas também eram despendidas na “armação da casa”, ou seja, em sua decoração. Veludos, baetas, belbutinas e galões ornamentavam a sala onde ficava o cadáver durante a vigília. Maria Inácia da Silva Porto, viúva e inventariante de Manoel Ribeiro da Silva Porto⁹² gastou, só na armação da casa para o velório de seu marido em 1856, cerca de 30\$000 réis, sendo 10\$000 pela armação, 12\$000 pelo aluguel de doze peças de zuarte para enfeite, e 4\$000 a Ezequiel de Moraes Santos e Ponciano Joaquim de Goes pela ajuda no funeral. Já o cônego Joaquim do Monte Carmelo, inventariante de Maria Izabel da Silva Bueno⁹³, falecida em 19/02/1858, pagou 46\$560 réis a José Benedito da Pureza pela armação da casa.

6. Cortejos Fúnebres

Após o velório, o corpo era transportado em cortejo solene até a igreja onde seria sepultado. Nesse percurso, o defunto era acompanhado por uma grande quantidade de pessoas, que iam rezando e cantando por sua alma. Um cortejo concorrido e pomposo demonstrava o prestígio social do morto e de sua família.

Os acompanhamentos variavam bastante de acordo com a condição financeira do defunto. Aqueles que tinham meios de se filiar a uma irmandade, seja pobre ou rico, tinham garantido o seu acompanhamento. A pompa fúnebre fazia parte da tradição cerimonial dessas associações, e todas elas se comprometiam a conduzir solenemente os seus membros à sepultura, com seu capelão, cruz e guião. Ademais, os irmãos vivos eram obrigados a comparecer às cerimônias fúnebres aparatados com suas opas, velas, tochas e emblemas. Como vimos, os mais ricos ingressavam em mais de uma confraria, e por isso, tinham assegurado um acompanhamento bastante amplo.

O sucesso de um funeral se media, sobretudo, por um acompanhamento numeroso. Vários paulistanos, não satisfeitos com o séquito de suas irmandades,

⁹¹ CEDHAL. Processo 40. Inventário de Francisco Xavier de Oliveira, 12/10/1862.

⁹² CEDHAL. Processo 929. Inventário de Manoel Ribeiro da Silva Porto, 19/05/1856.

⁹³ CEDHAL. Processo 327. Inventário de Maria Isabel da Silva Bueno, 19/02/1858.

distribuíam esmolas aos pobres que os acompanhassem. Foi o que fez o alferes Jose Antonio Fernandes, falecido em 16/09/1837, e que declarou no seu testamento pertencer às Ordens Terceiras do Carmo e de São Francisco, deixando 200\$000 réis para serem distribuídos no dia de seu falecimento entre os pobres da cidade de São Paulo⁹⁴.

Entre os integrantes dos funerais, se destacavam os padres. As *Constituições Primeiras*⁹⁵ obrigavam a participação dos párocos na encomendação, acompanhamento e sepultamento de seus paroquianos. Entretanto, nem todos os fiéis se contentavam somente com a presença de seu pároco. D. Gertrudes Maria Pinalva, por exemplo, faleceu em 26/01/1836, e foi acompanhada por oito padres até a igreja da Sé. Também D. Maria Emília de Castro foi conduzida, em 19/02/1836, pelo seu pároco e mais seis sacerdotes até a igreja da ordem terceira do Carmo. Poucos foram os escravos que tiveram o mesmo privilégio. Entre os anos de 1836 e 1837, apenas a escrava Benedita, propriedade de D. Francisca Mendes o teve. Esta, não só pertencia à irmandade de São Benedito, como foi acompanhada pelo pároco e cinco capelães⁹⁶.

Além de padres, pobres e membros de irmandades, alguns paulistanos abastados pediam a presença de músicos. Estes tocavam na saída do funeral e na missa de corpo presente. Seu custo era alto, aos músicos presentes na encomendação de D. Maria Isabel da Silva Bueno⁹⁷, em 19/02/1858, foram pagos 100\$000 réis, já na orquestra de D. Gertrudes Maria de Oliveira⁹⁸, falecida em 19/10/1856, foram gastos 30\$000 réis.

Todavia, o som fúnebre mais comum era a percussão dos sinos. Os seus dobres visavam fazer com que os fiéis se lembrassem da morte, pois assim “reprimimos e abstermos dos pecados”⁹⁹. Nesse ponto, a Igreja receitava moderação, a fim de que o recurso didático não virasse sinal de pompa e vaidade. Pelas *Constituições Primeiras*, deviam ser feitos três sinais breves para o defunto homem, dois para mulher e um para as crianças entre sete e catorze anos. Esses sinais deveriam ser tocados unicamente na igreja onde o morto fosse cliente e em três ocasiões: logo após a morte, na saída do

⁹⁴ Arquivo da Cúria Metropolitana. Registros de Óbitos da Freguesia da Sé, ordem 01, localização 03-01-34. Registro de José Antonio Fernandes, 16/09/1837.

⁹⁵ VIDE, Sebastião Monteiro da. Op. cit., Livro Quarto, Título XLV, Dos enterramentos, exéquias, e suffragios dos defuntos. Como os defuntos hão de ser encommendados pelo seu pároco antes que vão a enterrar, pp. 287-289.

⁹⁶ Arquivo da Cúria Metropolitana. Livro de Registro de Óbitos da Freguesia da Sé, ordem 001, localização 03-01-34. Registros de D. Gertrudes Maria Pinalva, 26/01/1836, D. Maria Emília de Castro, 19/02/1836 e Benedita, 07/10/1836.

⁹⁷ CEDHAL. Processo 327. Inventário de Maria Isabel da Silva Bueno, 19/02/1858.

⁹⁸ CEDHAL. Processo 137. Inventário de Gertrudes Maria de Oliveira, 19/10/1856.

⁹⁹ VIDE, Sebastião Monteiro da. Op. cit., Livro Quarto, Título XLVIII, Dos sinais, que se hão de fazer pelos defuntos, pp. 291-292.

cortejo fúnebre e na cerimônia de sepultamento. Contudo, as diversas tentativas da Câmara Municipal paulistana de tentar colocar um fim nos abusos cometidos nos toques de sinos durante o século XIX demonstram que essa legislação não era seguida. Na prática imperava a vontade e bens da família. Na ocasião da morte do francês Jacques Gil La Tour¹⁰⁰, em 14/08/1856, foram dados um sinal e três dobres, tudo por 3\$000 réis. Já no cortejo de Manoela da Piedade Soares¹⁰¹, falecida em 16/08/1855 foram quatro dobres e dois sinais, por 4\$000, e, o inventariante de Ana Joaquina Galvão de Moura Lacerda¹⁰², falecida em 27/06/1860, deu 6\$000 réis por seis dobres.

Dessa forma, o cortejo daqueles mais abastados percorria a cidade, embaixo de muita reza, pompa, música e dobres de sino. A ele se juntavam inclusive transeuntes que muitas vezes nem conheciam o defunto. Jacques Arago¹⁰³ e John Luccock¹⁰⁴ se viram em situação embaraçosa ao serem convidados a participar de um desses eventos. Este último, vendo uma oportunidade de retirar-se e com medo de ofender os parentes da falecida, ausentou-se, para depois descobrir que se tivesse prosseguido, isso teria sido considerado como uma homenagem à finada e uma atenção para com os amigos dela. Também Ferdinand Denis achou peculiar que não somente amigos e parentes acompanhassem os funerais, mas que “todo indivíduo vestido com decência, que ante a casa do falecido passa, é convidado a pegar uma tocha e a seguir o enterro”¹⁰⁵.

Muitas vezes, esse acompanhamento era feito ao entardecer ou mesmo à noite, destarte a proibição eclesiástica aos enterros noturnos. Para acrescentar mais brilho à celebração, adotou-se o uso de velas ou tochas acesas, as quais eram distribuídas a quem se dispusesse a seguir o cortejo. Era uma prática onerosa dependendo de suas proporções, enquanto os mais pobres compravam apenas uma vela para ser carregada pelo seu pároco, outros paulistanos despendiam quantias substanciais.

Com certo exagero, o governador da província de São Paulo, Martim Lopes Lobo de Saldanha, preocupou-se com o exagero do uso das velas. Tanto que em 1775, ele reclamava à Corte:

tal o amor próprio das famílias nobres de São Paulo, neste particular, que muitas delas, decadentes ou reduzidas á pobreza, e não podendo fazer as despesas de tochas, ocultavam com o maior cuidado o falecimento dos seus membros, fazendo-os sepultar

¹⁰⁰ CEDHAL. Processo 629. Inventário de Jacques Gil La Tour, 14/08/1856.

¹⁰¹ CEDHAL. Processo 309. Inventário de Manoela da Piedade Soares, 16/08/1855.

¹⁰² CEDHAL. Processo 71. Inventário de Anna Joaquim Galvão de Moura Lacerda, 27/06/1860.

¹⁰³ ARAGO, M. J. *Souvenirs d'un aveugle. Voyage au tour du monde*. 3a Edição. Paris: Gayet et Lebrun, 1840, volume, I, pp. 102-103.

¹⁰⁴ LUCCOCK, John. Op cit., p. 40.

¹⁰⁵ DENIS, Ferdinand. Op. cit., p. 265.

furtivamente e conduzindo-lhes pela madrugada os cadáveres, ao túmulo em rede. Outras havia a quem semelhantes processos repugnava e a quem a perda de um parente representava a agravação da já penosa situação financeira. Nas funestas ocasiões em que falecia alguém das suas casas ficavam reduzidas á consternação pelo vaidoso abuso de se dar cera nos acompanhamentos e ofícios não só aos eclesiásticos mas também a todos os seculares que acorriam. Tão arraigado o preconceito, que muitas famílias graves, não tendo com que comprassem se viam precisadas ou a venderem ou empregarem alguma cousa que lhes restava!¹⁰⁶

Os inventários nos dão alguns indícios sobre esse costume. Ao lado de inventariantes que despenderam pequenas quantias, como o de Gertrudes Maria de Oliveira¹⁰⁷, falecida em 19/10/1856, e que gastou 1\$920 réis com quatro velas, figuravam outros que utilizaram quantias consideráveis. Em 14/08/1856, no acompanhamento de Jacques Gil La Tour¹⁰⁸ foram gastos 26\$160 réis com 30 tochas e treze libras e meia de velas. Já no cortejo de Ana Joaquina de Moura Lacerda¹⁰⁹, falecida em 27/06/1860, um total de 56\$790 réis foi consumido com velas e 92 tochas.

Paralelamente à riqueza desses cortejos pomposos, a escuridão noturna também servia para ocultar a pobreza daqueles que não podiam arcar com funerais suntuosos. Até a construção do cemitério da Glória ou dos Aflitos, em 1774, era muito comum o abandono de cadáveres de pobres, miseráveis e escravos na porta das igrejas durante a noite. Seus familiares, impossibilitados de arcar com as despesas, e senhores inescrupulosos recorriam à caridade pública e ao espírito cristão dos párocos, esperando que estes se responsabilizassem por esses sepultamentos. Algumas famílias decadentes recorriam ao subterfúgio dos cortejos noturnos para mascarar seu empobrecimento, conduzindo silenciosamente os seus mortos na calada da noite.

Grandes eram as disparidades sociais no modo como os defuntos eram conduzidos. Os mais ricos eram transportados em esquifes e caixões até a igreja onde seria sua última morada. Somente no início do XIX se tornou um costume entre eles, o enterro juntamente com o caixão. Paralelamente a isso, algumas irmandades alugavam seus esquifes e caixões para que fossem utilizados durante o funeral, no cortejo e missa de corpo presente. Os pobres, no entanto, não os utilizavam, sendo conduzidos em redes, e aqueles em pior situação financeira, levados pelo banguê da Santa Casa de Misericórdia.

¹⁰⁶ TAUNAY, Affonso. *História da cidade de São Paulo no século XVIII*. Volume XXXVI da Coleção Departamento de Cultura, publicado pela divisão do Arquivo Histórico. São Paulo, 1949, volume um, 2ª parte, p. 132.

¹⁰⁷ CEDHAL. Processo 137. Inventário de Gertrudes Maria de Oliveira, 19/10/1856.

¹⁰⁸ CEDHAL. Processo 629. Inventário de Jacques Gil La Tour, 14/08/1856.

¹⁰⁹ CEDHAL. Processo 71. Inventário de Anna Joaquim Galvão de Moura Lacerda, 27/06/1860.

Fonte: Jean Baptiste., *Viagem Pitoresca e histórica ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia/EDUSP, 1989, Tomo II, Volume III, prancha nº 16, p. 207.

Essa distinção se justifica pelo alto preço alcançado pelos caixões e esquifes. Em meados do XIX, o seu preço de venda girava entre 15\$000 até 40\$000 réis. No enterro de Antonio Barbosa¹¹⁰, em 07/04/1855, foi utilizado um caixão no valor de 36\$000 réis. Já no de Antonio Joaquim da Silva¹¹¹, em 26/05/1858, gastou-se 44\$240 réis com o feitiço de um caixão de madeira e sua ornamentação.

Ainda nesse período, muitos paulistanos continuavam a recorrer às irmandades e ordens terceiras no que se refere ao aluguel desse aparato. No enterro de D. Maria Bernarda Leite Penteado¹¹², em 1855, foram pagos 13\$960 réis à irmandade de Nossa Senhora dos Remédios, pelo caixão, urna e tochas que estes providenciaram. Já a inventariante de Manoel Ribeiro da Silva Porto¹¹³ recorreu em 1856 à Ordem Terceira de São Francisco, alugando um de seus caixões e pagando por ele 40\$000 réis.

¹¹⁰ CEDHAL. Processo 2256. Inventário de Antonio Barbosa, 07/04/1855.

¹¹¹ CEDHAL. Processo 041. Inventário de Antonio Joaquim da Silva, 26/05/1858.

¹¹² CEDHAL. Processo 5012. Inventário de Maria Bernarda Leite Penteado, 10/10/1855.

¹¹³ CEDHAL. Processo 929. Inventário de Manoel Ribeiro da Silva Porto, 19/05/1856.

Outra novidade da primeira metade do século XIX foi a condução dos cadáveres em coches e seges. Para o enterro de Gertrudes Maria de Oliveira¹¹⁴, em 1856, foram alugados alguns carros por 60\$000 réis. Nesse mesmo ano, para o cortejo de Manoel Ribeiro da Silva Porto¹¹⁵, foram locados dois seges, por 40\$000 réis.

Fonte: Jean Baptiste., *Viagem Pitoresca e histórica ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia/EDUSP, 1989, Tomo II, Volume III, prancha nº 26, p. 245.

Todavia, o acompanhamento da maioria da população, que tentava conseguir um enterro decente na medida de suas oportunidades, estava longe dessa realidade. No XIX, eles continuariam a ser conduzidos em suas redes ou carregados nos esquifes de suas irmandades. Igualmente, seus préstitos não seriam recheados com tamanha pompa e suntuosidade: velas, caixões, armação da igreja, música, etc. Os remediados e pobres acabavam seguidos unicamente por seus familiares, amigos, pároco, e alguma irmandade caso fosse afiliado, sem grandes exageros.

¹¹⁴ CEDHAL. Processo 137. Inventário de Gertrudes Maria de Oliveira, 19/10/1856.

¹¹⁵ CEDHAL. Processo 929. Inventário de Manoel Ribeiro da Silva Porto, 19/05/1856.

Parcela significativa da população optava por funerais mais simples, tendo em vista sua situação financeira. Até 1748, estes custavam 1\$040 réis, quantia referente a uma vela, missa de corpo presente e encomendação. A partir daí estabeleceu-se na província de São Paulo, a obrigatoriedade do acompanhamento pelo pároco, elevando a taxa para 3\$200 réis. Ainda em 1855, um funeral modesto não ultrapassava 6\$000 réis.

7. Missas

Na chegada do féretro à igreja, o pároco realizava uma missa de corpo presente e encomendava o defunto. A encomendação nada mais era que um pedido de intercessão pela alma do falecido. As missas de corpo presente, por sua vez, se realizadas modestamente apenas pelo pároco custavam, no século XIX, 2\$000 réis.

No entanto, dependendo do cabedal do morto e de seus familiares, esses ofícios podiam ser ocasião de grande aparato e solenidade, assistidos por um bom número de fieis, cantadas e acompanhadas por orquestra, diversos padres e imponente decoração. O inventário de Antonio Barbosa¹¹⁶, falecido em 07/04/1855, nos mostra alguns dos gastos que envolviam essas cerimônias. Seu inventariante teve uma despesa total de 200\$000 apenas com seu ofício solene. Foram 49\$000 gastos com os celebrantes na Igreja da Misericórdia, a saber: o pároco, um diácono, um subdiácono, cerimônias e outros sete padres. Outros 80\$000 réis com a música e 71\$000 com a decoração da igreja. Além disso, por outras dez missas de corpo presente ditas pelo Cura Marcelino Ferreira Bueno, foram entregues 20\$000 réis. (2\$000 réis pra cada). Nessa época, eram consideradas missas de corpo presente àquelas ditas até o sétimo dia após a morte.

Já o inventariante de Manuel Ribeiro da Silva Porto¹¹⁷, gastou pelo menos 159\$820 réis em seu ofício solene. Foram 20\$000 réis pelo acompanhamento de dez capelães, 80\$000 com a armação da Igreja do Carmo, 50\$000 com música, e 9\$820 com os emolumentos paroquiais. Além dessas, despendeu 5\$000 com uma missa de sétimo dia, e 50\$000 com 50 missas pela alma do inventariado (1\$000 cada).

Alguns parentes chegavam, inclusive, a publicar convites chamando seus conhecidos para as missas de corpo presente, sétimo dia e de mês, bem como agradecimentos a quem tivesse acompanhado o cortejo fúnebre:

Thomaz Alves Junior, convida seus amigos e os do seu falecido mui prezado amigo o capitão J. Jacques da Costa Ourique, assim como companheiros de armas do mesmo

¹¹⁶ CEDHAL. Processo 2256. Inventário de Antonio Barbosa, 07/04/1855.

¹¹⁷ CEDHAL. Processo 929. Inventário de Manoel Ribeiro da Silva Porto, 19/05/1856.

capitão, á assistirem a uma missa pelo descanso da alma do mesmo, hoje 19 do corrente, as 11 horas da manhã, na Igreja de S. Francisco.¹¹⁸

Lourenço José Correia Guimarães muito agradece ás pessoas, de sua amizade que tiverão a vondade de acompanhar, ao seu ultimo jazigo os restos mortais de sua muito prezada esposa D. Maria Bernardina Moreira Guimarães, e ao mesmo tempo as convida para assistir a missa do sétimo dia, que para repouso eterno de sua alma se tem de celebrar na capela do SS. Sacramento, quarta-feira 12 do corrente, as 10 horas e meia da manhã.¹¹⁹

Mesmo após o término do sepultamento, a preocupação com o destino da alma ainda permanecia¹²⁰. Desde o século XIII, com o desenvolvimento da crença no Purgatório, passou-se gradativamente a acreditar que poucos seriam os que iriam diretamente para o Céu. Para a maioria da população, o destino certo seria o Purgatório, uma espécie de “inferno temporário”, para onde eram enviadas as almas salvas do Inferno, mas não puras o suficiente para entrarem diretamente no Paraíso. Nele as almas sofreriam penas de acordo com os seus pecados, mas acreditava-se que o tempo de seu sofrimento poderia ser abreviado pelos vivos, através de orações e missas, assim como pela intervenção direta, junto a Deus, de santos, anjos e almas benditas, antes, durante e depois do julgamento individual da alma¹²¹.

Tornou-se, dessa forma, costume entre os cristãos mandar realizar missas em intenção da alma de seus entes queridos falecidos. Nesse sentido, pertencer a uma irmandade era mais uma garantia. Pelos seus estatutos e compromissos, todos os membros falecidos tinham direito a certa quantidade de missas realizadas pelos seus capelães. A irmandade de São Miguel e Almas, por exemplo, por compromisso aprovado em 1730, se obrigava a dizer dez missas pela alma de cada um de seus membros falecidos. Já os confrades do Santíssimo Sacramento, segundo estatuto de 1736, seriam auxiliados com vinte missas para cada irmão falecido¹²².

Muitos testadores, no entanto, não pertenciam a essas instituições ou não se contentaram com as missas devidas por elas, exagerando no número de pedidos. Um desses casos foi o de Mathias Teixeira Chaves, português, proprietário de terras e negociante nas bandas de Goiás e Tocantins. Em testamento de 27/07/1800¹²³, Mathias solicitava que todos os religiosos que se achassem na localidade onde falecesse

¹¹⁸ *Correio Paulistano*, Ano I, nº 46, 19/08/1854.

¹¹⁹ *Correio Paulistano*, Ano I, nº 12, 10/07/1854.

¹²⁰ GUEDES, Sandra Paschoal Leite. Op. cit., p. 54.

¹²¹ REIS, João José. Op. cit., 1991, p. 203

¹²² Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Compromisso da irmandade de São Miguel e Almas (1730), e Compromisso da irmandade do Santíssimo Sacramento (1736).

¹²³ CEDHAL. Testamentos do 3º Ofício da Família e das Sucessões, São Paulo (Capital e Interior), 1763-1877. Testamento de Mathias Teixeira Chaves, 27/07/1800, caixa 01, documento nº 009, processo 1035.

deveriam dizer missas de corpo presente no dia de seu falecimento, pela esmola de costume, bem como missas por sua alma no segundo e terceiro dia de sua morte. Além disso, seu testamenteiro mandaria dizer 1.000 missas por sua alma, 250 pela alma de sua falecida mulher, seus pais e parentes, 500 pelas das pessoas com quem travou negócios, 200 pelas almas mais respeitadas e que estão no Purgatório, ao agrado de Deus e de sua Mãe Santíssima, todas pela esmola de \$150 réis cada e ditas no Reino. Outras 300 pelos seus falecidos escravos, de esmola de \$200 réis. O testador não esqueceu-se das missas aos seus santos de devoção. Seriam 20 à pureza da Virgem Nossa Senhora da Conceição, 10 missas à Nossa Senhora do Rosário, 10 à Nossa Senhora da Agonia, 10 à Nossa Senhora da Soledade, 10 à Nossa Senhora de Santa Anna, 10 ao Senhor São José, 10 ao apóstolo Santiago maior, 10 ao apóstolo Pedro, 10 ao apóstolo São Paulo, 10 ao seu anjo da guarda, 10 a Santo Ildefonso, todas de esmola de \$320 réis. Tudo isso, totalizaria 390\$900 réis. Por fim, depois de cumpridas todas as suas disposições testamentárias, deixava metade do que sobrasse da sua terça, para ser usada em missas daquelas almas do Purgatório que fossem do agrado de Deus.

Esse exagero tem explicação na crença de que quanto maior o número de missas celebradas, menores seriam as penas sofridas no Purgatório, e menor o tempo que suas almas demorariam a alcançar o Céu. Nesse aspecto, a própria Igreja, pelas suas leis, incentivava a prática dos sufrágios como forma de redução das penas impostas às almas. Em seu título L, Livro Quarto das *Constituições Primeiras*, consta o seguinte:

É coisa santa, louvável, e pia o socorro de sufrágios pelas Almas dos defuntos, para que mais cedo se vejam livres das penas temporais, que no Purgatório padecem em satisfação de seus pecados, e aos que já gozam de Deus se lhes acrescente a gloria accidental. Por tanto exortamos muito a todos nossos súditos, que em seus testamentos, e ultimas vontades se lembrem não só de mandarem dizer Missas, e fazer Offícios costumados, mas alem disso os mais, que cada um puder, conforme sua devoção e possibilidade.

E do mesmo modo exortamos, e admoestamos aos herdeiros, e testamenteiros daqueles, que não declaram as Missas, e Offícios, que por suas almas se hão de fazer, que mandem se facão pelas almas dos ditos defuntos os sufrágios que for possível. E esta advertência tem muito maior lugar nos herdeiros daqueles, que morrerem sem fazer testamento. E quanto á esmola, que se há de dar por cada Offício, mandamos se guarde o costume.¹²⁴

A Igreja não se esquecia de recomendar o cuidado com as almas das pessoas que haviam morrido sem testamento, bem como dos menores e escravos, chamando à responsabilidade dos pais de família e dos senhores:

¹²⁴ VIDE, Sebastião Monteiro da. Op. cit.. Livro Quarto, título L, Dos officios, que se hão de fazer pelos defuntos, p. 293.

[...] ordenamos que assim como os que morrem com testamentos mandão fazer Ofícios, e exéquias de corpo presente, mês, e ano, assim morrendo alguma pessoa ab intestado, o Pároco d'onde o tal defunto for freguês lhe faça também seus sufrágios de corpo presente, mês, e ano, considerando a qualidade da pessoa, possibilidade da fazenda, e numero de herdeiros, que lhe ficam, obrigando-os a que assim o cumpram.

E mandamos outrossim, que falecendo em nosso Arcebispado alguma pessoa maior de quatorze anos, que estiver debaixo do pátrio poder, e não tiver ainda legitima, ou fazenda bastante para todos os sufrágios costumados, se diga por sua alma a Missa de corpo presente, e um Ofício de três lições.

E porque é alheio de razão, e piedade Cristã, que os Senhores, que se servirão de seus escravos em vida, se esqueçam deles em sua morte, lhes encomendamos muito, que pelas almas de seus defuntos escravos mandem dizer missas, e pelo menos sejam obrigados a mandar dizer por cada um escravo, ou escrava, pela qual se dará a esmola costumada.¹²⁵

Nos testamentos as missas não eram encomendadas apenas para a própria alma, mas igualmente para as almas de parentes e, mais raramente, para amigos, parceiros comerciais, almas do Purgatório e até mesmo escravos e ex-senhores. Assim, José Maria da Conceição¹²⁶, em testamento de 12/02/1841, pedia que no dia de seu falecimento ou nos seguintes se dissesse duas missas de corpo presente, 50 missas por sua alma, três pela alma de seu pai e mais três pela alma de sua mãe. Maria Custódia do Sacramento, por sua vez, queria um oitavário de missas ditas pelos sacerdotes da freguesia de Juqueri, de onde era freguesa, e além destas, 50 missas por sua alma, 50 pela de seu marido, filhos e escravos falecidos.

Muito difundido era o costume de se realizar missas em nome de santos ou santas de devoção, aos santos de mesmo nome e aos anjos da guarda¹²⁷, buscando, dessa maneira, a proteção/intercessão destes durante o julgamento final ou seu auxílio no alívio dos pecados no Purgatório. Nesse ponto, alguns testadores chegavam a dispor o necessário para que se realizassem missas eternamente a um santo de sua devoção, para tentar garantir o bem estar perpétuo de sua Alma.

A maioria das missas, seja em intenção aos santos, à alma do falecido ou de seus parentes, eram realizadas privadamente, celebradas por um único padre, que cobrava pelo serviço e passava um recibo de sua realização. Se fossem muitas, podiam ser

¹²⁵ VIDE, Sebastião Monteiro da. Op. cit., Livro Quarto, título LI, Como se farão os suffragios aos que morrem ab intestado, aos menores, e escravos, pp. 293-294.

¹²⁶ CEDHAL. Testamentos do 3º Ofício da Família e das Sucessões, São Paulo (Capital e Interior), 1763-1877. Testamento de José Maria da Conceição, 12/02/1841, caixa 02, documento nº 060, processo 944.

¹²⁷ Os santos e santas mais evocadas nos testamentos (séculos XVII, XVIII e XIX) estudados por ela foram: Anjo da Guarda, Todos os Santos, Santíssimo Sacramento, Virgem Maria Senhora Nossa, Santa Catarina, Santo Alberto, Santo Antônio, Santo Antonio, São João Batista, São José, São Miguel, São Pedro, São Sebastião, Nossa Senhora da Boa Morte, Nossa Senhora do Bom Sucesso, Nossa Senhora das Candeias, Nossa Senhora do Carmo, Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora do Desterro, Nossa Senhora da Luz, Nossa Senhora da Misericórdia, Nossa Senhora da Penha, Nossa Senhora da Piedade e Nossa Senhora do Rosário. Apud GUEDES, Sandra Paschoal Leite. Op. cit., pp. 54-55.

celebradas simultaneamente em vários altares e igrejas, durante vários dias e por diversos padres. Nesse caso, não eram raros os abusos, como nos relata Thomas Ewbank:

O preço habitual de uma, mandada rezar pela família logo após o enterro, é dois solares. Os ricos naturalmente, não estão limitados a isso. Para as missas subsequentes, faz-se um acordo especial. J. contou ter sido, com outro senhor, executor das últimas vontades de um conhecido que deixara 500 mil réis para serem gastos em missas por intenção de sua alma. Combinaram com um padre, como é habitual, o preço de cada uma. Toda missa, para ser e ficar precisa ser oficiada em jejum e antes de meio dia. No caso mencionado, devia ser celebrada apenas uma missa por dia em intenção exclusiva da alma do falecido. Muito pouco tempo depois, o padre apresentou sua conta, passou logo o recibo e perguntou pelo dinheiro. Foram levantadas objeções por não haver decorrido sequer metade do tempo necessário para cumprir honestamente sua parte do acordo. O padre insistiu, porém, em que tudo foi convenientemente feito. Relutaram, mas finalmente pagaram-no¹²⁸.

8. Sepultura

No que se refere à preparação para uma Boa Morte, um aspecto fundamental da cultura funerária do passado era a escolha adequada do lugar de sua sepultura. Era indispensável ser enterrado em solo sagrado, ou seja, nas igrejas ou em seus adros.

Naqueles tempos as igrejas não eram mobiliadas com bancos ou cadeiras. Dessa forma os seus frequentadores oravam e assistiam a missa de pé nas laterais, ou sentados sobre as sepulturas, o que, até o século XIX, não causava nenhuma estranheza. Na hora do enterro, a campa era levantada, abria-se uma cova e tombava-se o defunto juntamente com um pouco de cal para ajudar no processo da decomposição. Em seguida cobria-se o cadáver com terra, que era socada por pesados pilões, como no episódio narrado por Antonio Egydio Martins, sobre como os escravos da irmandade do Rosário dos Homens Pretos da cidade de São Paulo procediam com os seus enterros:

À proporção que iam pondo terra sobre o cadáver, socavam este com uma grossa mão de pilão, cantando o seguinte: - Zi zóio que tanto vê. Zi bocca que tanto falla. Zi bocca que tanto zi comeo e zi bebo. Zi cropo que tanto trabaíou. Zi perna que tanto andô. Zi pe que tanto zi pizou¹²⁹.

Esse costume teve início no século V, quando os corpos dos mártires foram levados para o interior das basílicas e com o tempo a associação entre o culto destes, de seus túmulos e a fé na ressurreição permitiu a aproximação gradativa dos vivos com os mortos. De início reservada apenas aos nobres e membros da Igreja, essa prática foi

¹²⁸ EWBANK, Thomas. Op. cit., p. 61.

¹²⁹ MARTINS, Antonio Egídio. *São Paulo Antigo: 1554-1910*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1973, p. 82.

sendo estendida para todas as camadas sociais, a ponto de se tornar um dos pilares da Boa Morte cristã. De acordo com as *Constituições Primeiras*:

É costume pio, antigo e louvável na Igreja Católica, enterrarem-se os corpos dos fieis Cristãos defuntos nas Igrejas e Cemitérios delas: porque como são lugares, a que todos os fieis concorrem para ouvir, e assistir às Missas, e Ofícios Divinos, e Orações, tendo à vista as sepulturas, se lembrarão de encomendar a Deus nosso Senhor as Almas dos ditos defuntos, especialmente dos seus, para que mais cedo sejam livres das penas do Purgatório, e se não se esqueçam da morte, antes lhes será aos vivos mui proveitoso ter memória delas nas sepulturas. Por tanto, ordenamos, e mandamos, que todos os fieis que neste nosso Arcebispado falecerem, sejam enterrados nas Igrejas, ou Cemitérios, e não em lugares não sagrados, ainda que eles assim o mandem: porque esta sua disposição como torpe, e menos rigorosa se não deve cumprir.¹³⁰

Eram três as alegações mais recorrentes para a justificativa dos enterramentos dentro das igrejas. Os vivos que frequentassem os cultos, missas e ofícios; ao olhar para as sepulturas se lembrariam das almas dos defuntos ali enterrados, lembrando-se de rezar por suas almas, o que aliviaria suas penas no Purgatório. Ao mesmo tempo, a presença dos mortos nas igrejas lembraria aos vivos sobre a morte, natural e inevitável, e, portanto, da futilidade dos caprichos mundanos.

Em segundo lugar, acreditava-se que apenas uma sepultura adequada e inviolada possibilitaria a salvação, na medida em que esta era associada à conservação do corpo. Segundo a religiosidade popular, a violação da sepultura comprometia o despertar do defunto no dia do juízo final, e, como consequência, a sua ressurreição para a eternidade. Sendo assim, estar sepultado dentro de um templo se configurava numa garantia de que seu corpo não seria violado após o seu falecimento.

Em terceiro lugar, concedia-se à proximidade dos santos um papel importante na expiação e no perdão dos pecados. Estando mais próximos dos alteres dos santos, estes se lembrariam com mais facilidade dos que estivessem à sua volta, e perdoariam os seus pecados mais rapidamente. Nesse sentido, o local de sepultura, se no altar ou no adro, estava carregado de sentido simbólico, quanto mais próximo ao altar, mais rápido seria o seu caminho em direção à salvação da alma.

Os arredores do altar-mor surgiam, naturalmente, como o objeto mais cobiçado para a definitiva morada. Não poderia ser de outro modo, aliás, dado que dele provinha o essencial do culto. Ali se localizava a imagem da padroeira desterrada; dali emanava a voz imperativa de Deus através de seu pastor e intérprete, lá estava, enfim, o pão da alma. Todo o espaço restante da nave – no fundamental, as áreas entre os bancos e aquelas próximas às portas – configurava pontos distantes do altar, na geografia e no significado. Embora internos ao templo, estavam fadados a se converter nas derradeiras habitações daqueles que, em vida, não se mostraram dignos ou hábeis o suficiente para

¹³⁰ VIDE, Sebastião Monteiro da. Op. cit.. Livro Quarto, título LIII, Das sepulturas, que os corpos dos fieis se enterrem em lugares sagrados, e na sepultura, que escolherem, pp. 295-296.

desfrutar da proximidade do altar. Havia, por fim, o adro. Zona sagrada, porém fora do templo, era, por isso mesmo, uma espécie de região fronteira entre o sacro e o profano. Nele habitavam, obviamente, os corpos incautos, aqueles que talvez tenham construído a sua vida como todos nós, prisioneiros que somos do ténue, território que junta a fé ao pó que nos constitui.¹³¹

Essa distinção entre o adro e os altares acabou por transplantar para dentro das igrejas a estratificação econômica e social da sociedade paulistana. Em parte, o pertencimento a determinada irmandade já contribuía nesse processo. Nas ordens terceiras do Carmo e São Francisco e na igreja da Sé concentravam-se os habitantes mais ricos da freguesia, como demonstrado no estudo de Luís Soares de Camargo¹³². Os remediados eram sepultados nas igrejas de suas irmandades, cuja sepultura era concedida gratuitamente aos seus membros. Já os miseráveis e/ou muito pobres acabavam seus dias nos adros ou cemitérios extramuros. Sobre os sepultamentos destes últimos na cidade do Rio de Janeiro, John Luccock nos deixou suas impressões:

A gente mais pobre, ou pelo menos os pretos, é tratada com muito menos cerimônia, nestes ritos supremos. Logo em seguida ao falecimento, costura-se o corpo dentro de uma roupa grosseira e envia-se uma intimação a um dos dois cemitérios a eles destinados para que enterre o corpo. Aparecem dois homens na casa, colocam o defunto numa espécie de rede, dependuram-na num pau, e, carregando-o pelas extremidades, levam-no através das ruas tal como se estivessem a carregar uma qualquer coisa. Se acontece de pelo caminho encontrarem com mais um ou dois que de forma idêntica estejam de partida para a mesma mansão horrível, põem-nos na mesma rede e levam-nos juntos para o cemitério. Abre-se transversalmente, ali, uma longa cova, com seis pés de largo e quatro ou cinco de fundo, os corpos são nela atirados sem cerimônia de espécie alguma, de atravessado e em pilhas, uns por cima dos outros, de maneira que a cabeça de um repousa sobre os pés do outro que fica imediatamente por baixo, e assim vai trabalhando o preto sacristão, que não pensa nem sente, até encher a cova, quase que por inteiro, em seguida põe terra até para cima do nível.¹³³

Nesse ponto, os registros de óbitos ocorridos na freguesia da Sé nos permitem compreender um pouco do perfil social da capital em diferentes períodos, através da análise dos locais de sepultamento da sua população.

Entre 1765 e 1766, ocorreram 76 falecimentos na freguesia, sendo que a igreja que mais concentrou sepultamentos nesse período foi a da Sé com 30 (39,5%) enterros, seguida de 12 (15,8%) na Ordem Terceira do Carmo, 10 (13,2%) na Ordem Terceira de São Francisco e 5 (6,6%) na Igreja da Misericórdia. A predominância da igreja matriz se deveu principalmente ao enterro de escravos e miseráveis em seu adro, que totalizaram 31,6% dos sepultamentos do período.

¹³¹ GÓES, José Roberto & FLORENTINO, Manolo. Crianças Escravas, Crianças dos Escravos. In DEL PRIORE, Mary. *História das Crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2007, p. 195

¹³² CAMARGO, Luis Soares de. Op. cit., p.43.

¹³³ LUCCOCK, John. Op cit., p. 39.

Já no primeiro semestre de 1816, foram registrados 164 sepultamentos, sendo que 46 (28,0%) ocorreram no cemitério dos Aflitos, ou da Glória, campo santo que passou a receber os corpos indesejáveis dos miseráveis, escravos e prisioneiros executados a partir de 1774. Em seguida vinha a Igreja dos Remédios com 19,5% das destinações, a do Rosário dos Homens Pretos, 10,4%; a da Boa Morte com 9,8% e a Sé com 7,3%. As ordens terceiras de São Francisco e do Carmo, locais onde a elite era sepultada, figuravam respectivamente com 6,7% e 1,8% dos destinos.

Fonte: Arquivo da Cúria Metropolitana. Livro de Óbitos da Sé, 1765-1766.

Fonte: Arquivo da Cúria Metropolitana. Livro de Óbitos da Sé, jan-jun de 1816.

Novamente entre os anos de 1836 e 1837, o cemitério dos Aflitos apareceu como o principal destino dos cadáveres paulistanos, com 24,2% dos enterramentos, seguido de perto pela Igreja dos Remédios com 23,3%, e pelas igrejas do Rosário dos Homens Pretos (10,4%), Sé (10,1%) e da Boa Morte (7,1%). Já as ordens terceiras de São Francisco e do Carmo apresentaram taxas de 3,8% e 5,5%.

Fonte: Arquivo da Cúria Metropolitana. Livro de Óbitos da Sé, 1836-1837.

Essas altas taxas no que se referem ao uso dos adros e cemitérios nos mostram como o ideal da Boa Morte estava longe para praticamente um quarto da população da freguesia da Sé nos três recortes feitos. Por outro lado, o baixo número relativo dos sepultamentos nas igrejas das Ordens Terceiras não indica uma decadência, mas concretizam a ideia de que era o destino preferencial da classe alta, em parte verificado pelo status da população ali sepultada. Não apenas eram livres e brancos, mas possuíam sobrenomes importantes. Eram políticos, donas e fazendeiros do império.

Segundo Luís Soares de Camargo, uma sepultura em um bom lugar da igreja da Ordem Terceira de São Francisco custaria 600 réis, por uma em lugar próximo ao altar se pagaria 1\$200. As covas mais baratas na igreja da Ordem Terceira do Carmo valeriam em média 2\$000 réis, enquanto as mais caras poderiam ultrapassar os 14\$000. Nelas eram sepultados apenas os membros filiados à Ordem terceira, além disso, estas já faziam uso no século XIX de carneiras, hermeticamente fechadas, enquanto a maioria dos templos paulistanos ainda realizavam sepultamentos no corpo de sua igreja. Já na

igreja Matriz, outro templo prestigiado, os preços variavam entre \$500 réis para as mais simples até 10\$000 réis para aquelas situadas em locais mais nobres¹³⁴.

Fonte: Arquivo da Cúria Metropolitana. Livro de Óbitos da Sé, 1836-1837.

Os escravos e libertos, ao contrário do que poderíamos imaginar, estavam presentes em quase todas as confrarias, mas configuravam-se maioria em apenas cinco localidades: na igreja de Santo Antonio (100%), onde curiosamente se localizava a irmandade do Rosário dos Homens Brancos, no jazigo da irmandade de São Benedito na igreja da ordem terceira de São Francisco (84,4%), nas confrarias do Rosário dos Homens Pretos (65,2%) da Boa Morte (55,5%), e no cemitério dos Aflitos (56,2%). Somente nas Ordens Terceiras do Carmo e São Francisco (4,2%) é que aparentaram ser uma pequena minoria. Por esses dados podemos supor que as diferenças raciais e jurídicas não foram tão marcantes/excludentes entre a população remediada e pobre, no que se refere à filiação às irmandades e à concessão de sepulturas em seus templos, contudo, como não foi possível saber em quais localidades dentro do templo e por qual forma foram adquiridas as covas – se no adro ou perto do altar, gratuitamente ou covas pagas, etc. - não podemos fazer essa afirmação com veemência.

A Igreja da Misericórdia não apareceu no gráfico por ter sido palco de apenas oito enterros durante 1836-1837, o que diminui a credibilidade sobre qualquer afirmação que possamos fazer. Apesar disso, pela recorrência das mesmas

¹³⁴ CAMARGO, Luis Soares de. Op. cit., p. 41

características para esses oito sepultamentos, ela parece ter funcionado durante o século XIX, apenas para o enterramento das crianças falecidas na Casa dos Expostos.

9. Legados pios

Outro costume expresso nos testamentos era a doação de dinheiro para algumas instituições pias e aos pobres, como uma maneira de se redimir dos pecados através da caridade. Foi o que fez Maria Clara de Souza¹³⁵. Em seu testamento, deixou 50\$000 réis à Ordem Terceira do Carmo, 50\$000 à Nossa Senhora do Rosário e outros 50\$000 ao senhor do Bom Jesus do Brás.

Outros testadores estipulavam como condição ao legado a realização de missas por sua alma. Francisco Gomes Neto¹³⁶, por exemplo, deixou à capela de Santo Antonio 1:000\$000 réis, com a condição de lhe mandarem rezar todos os anos, no dia de Santo Antonio, uma missa por sua alma. Já o vigário geral Lourenço Justiniano Ferreira¹³⁷, declarava em testamento de 20/04/1842, deixar 100\$000 réis para se repartir pelos pobres, 1:000\$000 à Santa Casa de Misericórdia, 100\$000 réis à Fabrica da Sé, 100\$000 réis à Fábrica do Senhor dos Passos, 80\$000 para o recolhimento de Santa Tereza e mesma quantia para o Recolhimento da Luz, em troca de algumas orações que sua caridade inspirasse. Deixava também 1:200\$000 ao recolhimento de Santa Tereza para que este, mandasse celebrar anualmente, nos dias de aniversário de sua morte, um ofício de defuntos e uma missa rezada, além de outra missa rezada no dia da ascensão do Senhor e no dia do nascimento de Nossa Senhora.

10. O luto

O sepultamento não era o fim das cerimônias que circundavam a morte. Além da importância das missas e legados, o luto tinha suas funções: prestar respeito ao falecido, expressar prestígio social, mostrar a dor familiar, defender a família enlutada do retorno do defunto, etc.¹³⁸ Sobre ele Adèle Toussaint-Samson relata:

as brasileiras, quando perdem seus maridos elas devem permanecer oito dias encerradas em um quarto, no qual todos os postigos são cuidadosamente fechados. É lá que,

¹³⁵ CEDHAL. Testamentos do 3º Ofício da Família e das Sucessões, São Paulo (Capital e Interior), 1763-1877. Testamento de Maria Clara de Souza, 12/09/1854, caixa 03, documento nº 148, processo 698.

¹³⁶ CEDHAL. Testamentos do 3º Ofício da Família e das Sucessões, São Paulo (Capital e Interior), 1763-1877. Testamento de Francisco Gomes Netto, 11/08/1849, caixa 02, documento nº 093, processo 612.

¹³⁷ CEDHAL. Testamentos do 3º Ofício da Família e das Sucessões, São Paulo (Capital e Interior), 1763-1877. Testamento de Lourenço Justiniano Ferreira, 20/04/1842, caixa 02, documento nº 066, sem número de processo.

¹³⁸ REIS, João José. Op. cit., 1991, p. 132.

mergulhadas na mais profunda escuridão, recebem as visitas de seus parentes e amigos. Uma vez viúvas, as mulheres não abandonam mais o luto, a não ser quando se casam novamente, apenas, ao fim de alguns anos, usam antes um meio-luto; assim, as viúvas sempre se devem vestir apenas de preto, violeta ou azul escuro, que se considera como um cor de luto no país¹³⁹

Segundo Thomas Ewbank, logo após o falecimento de uma pessoa, as portas e janelas da casa de seus parentes eram todas fechadas¹⁴⁰. Se o morto fosse pai, mãe, marido, esposa, filho ou filha, a casa ficaria fechada por sete dias, e o luto deveria ser vestido por um ano. Se fosse irmão ou irmã, a residência fecharia por quatro dias, e o período de luto seria de quatro meses. Já para os primos, tios e tias, o luto deveria ser respeitado por dois meses. No quarto ou sétimo dia, os enlutados que tivessem se encerrado em casa assistiriam a uma missa e depois voltariam a tratar de suas vidas. Ainda, de acordo com esse viajante, muitos pobres recorriam à ajuda de amigos ou vendiam móveis e roupas para arcar com esse costume antigo.

Eventualmente, despesas com luto apareciam nos inventários paulistanos. D. Maria Inácia, viúva de Manoel Ribeiro da Silva Porto¹⁴¹, gastou 54\$140 réis com fazendas para seu luto. Foram, 17 e 1/6 côvados de alpaca preta (12\$360), 136 côvados de chita preta (20\$400), um par de meias de seda preta (4\$500), seis xales de chita preta para luto das escravas (7\$680) e dois pares de brincos pretos (\$800).

Outras práticas podiam tomar corpo nesse momento. João José Reis observou um costume interessante na cidade de Salvador. Na ocasião da morte, as portas e janelas, da casa do falecido, fechadas durante a agonia do moribundo como que para evitar a entrada da morte, agora se abriam para facilitar a saída do espírito do morto¹⁴². Da mesma forma, tendo saído o seu corpo de casa, varria-se cuidadosamente a mesma, lançando-se a poeira pela porta da frente, que permanecia semicerrada como sinal de luto e para facilitar a saída da sua alma, caso seu espírito rondasse por ali. Já segundo Câmara Cascudo, a viúva não pronunciava mais o nome do marido falecido, referindo-se a ele como “meu defunto” ou “meu finado marido”, visto que o espírito do morto podia interpretar a pronuncia de seu nome como um chamado, sugerindo-lhe seu retorno à este mundo. Se isso não fosse respeitado, “o espírito do morto obedecerá e comparecerá, na forma corpórea do defunto”¹⁴³.

¹³⁹ TOUSSAINT-SAMSON, Adèle. Op. cit., p. 165.

¹⁴⁰ EWANK, Thomas. Op. cit., p. 66-71.

¹⁴¹ CEDHAL. Processo 929. Inventário de Manoel Ribeiro da Silva Porto, 19/05/1856.

¹⁴² REIS, João José. Op. cit., 1991, p. 114

¹⁴³ CASCUDO, Câmara. Op. cit., p. 15

11. Gastos com a Boa Morte

Na primeira metade do oitocentos, os preços de um funeral e enterro podiam variar bastante de acordo com as posses de cada um. Os mais pobres, ou seja, aqueles sem condições de arcar nem mesmo com os emolumentos paroquiais e cova, ficavam ao encargo da Santa Casa de Misericórdia que por eles se responsabilizava totalmente, conduzindo-os através de uma rede até o cemitério dos Aflitos onde eram sepultados.

Aqueles com uma condição um pouco melhor, eram sepultados nas covas de suas irmandades, e gastavam ao menos com os emolumentos paroquiais, a saber: encomendação e acompanhamento do pároco, uma missa de corpo presente e vela.

Já os remediados conseguiam usufruir de algumas pompas em seus funerais. Eram ainda simples, mas contrastavam com os sepultamentos de parcelas consideráveis da população que nada tinham. Um exemplo de simplicidade foi o funeral do sitiante Joaquim Paes da Silva¹⁴⁴, detentor de um patrimônio bruto de 1:864\$520 réis distribuído entre bens de raiz, animais e móveis de casa, e que gastou em todo a sua cerimônia fúnebre 39\$140 réis, assim distribuídos:

Tabela 10: Descrição gastos fúnebres de Joaquim Paes da Silva (17/01/1857)	Valor
Cera para o funeral	15\$080
Despesa com as missas dizer	11\$000
Missa de corpo presente, a saber: - Ao pároco pelo acompanhamento, Missa, Recomendação e Cera(3\$420) - Ao Sacristão e dobres(5\$320) - Cruz de Fabrica (\$320)	9\$060
Esmola deixada em testamento ao senhor morto da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Vila de Santo Amaro.	4\$000
Total	39\$140
Fonte: CEDHAL. Processo 1393. Inventário de Joaquim Paes da Silva, 17/01/1857	

Seguindo a divisão da riqueza paulistana feita pela historiadora Maria Lucília Viveiros de Araújo¹⁴⁵ para a primeira metade do oitocentos, podemos tentar vislumbrar algumas tendências. Vale ressaltar, no entanto, que nossa amostra é bem reduzida e por isso carece de confiabilidade estatística, que estudos posteriores podem vir a lançar.

Araújo dividiu a riqueza paulistana em três grandes grupos. O denominado grupo C seria formado principalmente por negociantes locais dedicados à venda de retalhos e que aquinhoaram patrimônios de até 10 contos de réis. Entre eles, o valor

¹⁴⁴ CEDHAL. Processo 1393. Inventário de Joaquim Paes da Silva, 17/01/1857.

¹⁴⁵ ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros. *Os caminhos da riqueza dos paulistanos na primeira metade dos oitocentos*, Hucitec, FAPESP, São Paulo, 2006, pp. 89-150.

médio das cerimônias fúnebres foi de 62\$095 réis. Logo acima destes viria um segundo conjunto, o grupo B, composto por negociantes, agricultores e funcionários públicos bem sucedidos, com patrimônios entre 10:000\$000 e 50:000\$000 réis. Seus funerais gastaram em média 544\$955 réis, e já apresentaram pompas maiores no que se refere a (crase) presença de cartas convites, armação de igrejas, velas, etc.

Tabela 11: Bens e gastos com funeral entre o grupo de riqueza C (até 10:000\$000) na cidade de São Paulo			
Falecimento	Inventariado	Bens (em réis)	Gastos com funeral
10/10/1855	Maria Bernarda Leite Penteado	4:430\$682	95\$800
14/08/1856	Jacques Gil la Tour	2:613\$780	97\$480
19/05/1856	Maria Antonia da C. de Andrade	2:115\$580	15\$960
17/01/1857	Joaquim Paes da Silva	1:864\$520	39\$140
Média		2:756\$140	62\$095
Fonte: ATJSP. Inventários Diversos			

Tabela 12: Bens e gastos com funeral entre o grupo de riqueza B (de 10:000\$000 até 50:000\$000) na cidade de São Paulo			
Falecimento	Inventariado	Bens (em réis)	Gastos com funeral
19/02/1858	Maria Izabel da Silva Bueno	45:994\$750	903\$520
16/08/1855	Manoela da Piedade Soares	40:296\$400	545\$300
19/05/1856	Manoel Ribeiro da Silva Porto	39:663\$272	672\$300
19/10/1856	Gertrudes Maria de Oliveira	20:128\$500	286\$000
26/05/1858	Antonio Joaquim da Silva	19:219\$838	172\$560
07/04/1855	Antonio Barbosa	13:222\$840	690\$050
Média		29:754\$266	544\$955
Fonte: CEDHAL. Inventários Diversos			

No topo da pirâmide social e econômica figuravam os grandes fazendeiros, donos de engenhos, políticos e cafeicultores, com patrimônios acima dos 50 contos de réis. No entanto, não tivemos contato com nenhum inventário desse segmento. É de se esperar, porém, que seus velórios fossem mais dispendiosos e cheios de pompas fúnebres.

Podemos verificar através desses poucos inventários que quantias significativas foram despendidas pelos paulistanos na esperança da obtenção de uma Boa Morte. Oferecer um funeral digno a um membro familiar era prova de consideração e preocupação com a salvação de sua alma, o que era atendido na medida das possibilidades de cada família. Os mais pobres lutavam para adquiri-la. Entre os mais abastados era um momento em que se gastavam inclusive quantias suficientes para a compra de algum terreno ou escravo, como podemos ver pela tabela seguinte, apresentada por Richard Morse, e referente a valores declarados em um inventário de 1838:

Tabela 13: Esquema econômico de Valores de um inventário de 1838	
Descrição	Valor em réis
10.000 m ² de terreno perto da cidade	100\$000
Morada de casas na Rua da Boa Vista, dois lanços, firmados em paredes de pilão	1:000\$000
Escravos que iam de:	
- Maria, 60 anos, Benguela	40\$000
- Faustino, 35, mulato, alfaiate	600\$000
Bois	De 12\$000 a 15\$000
Novilhas	5\$000
Cadeira com trabalho em couro	\$300
Cama de casal	4\$000
Mesa grande de jantar	1\$250
Piano	100\$000
Tacho	3\$440
Bacia de cobre	60\$800
Visita ao médico	\$640
Fonte: MORSE, Richard. <i>Formação Histórica de São Paulo (de comunidade à metrópole)</i> . São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1979, p. 73.	

Todos esses rituais fúnebres acima relatados, porém, vão passar por uma série de transformações no decorrer do século XIX. Fruto da progressiva secularização da sociedade paulistana, da circulação de ideias e do surgimento de novas formas de divertimento e lazer. Em nosso estudo decidimos pelo privilegiar a questão dos sepultamentos dentro das igrejas, um dos pilares da Boa Morte cristã e que passou a ser visto como prejudicial à saúde pública. A visão sobre a morte e a maneira como a população lidava com ela vão ser alvo de debates e de transformações. Nosso objetivo é tentar mostrar como a questão dos cemitérios extramuros se insere nesse contexto, como a necessidade de sua construção foi levantada nos órgãos públicos, de que maneira ocorreram as discussões, quais as resistências impostas pela população e como os cemitérios foram concretizados no contexto paulistano.

Capítulo 3:

O cemitério da Consolação: Discursos Parlamentares e Saber Médico

A morte era experimentada de uma maneira bem mais próxima no passado. Muito se pensava e escrevia sobre ela, contudo, essa relação, assim como o próprio catolicismo tradicional brasileiro começaram a entrar em decadência a partir de finais do século XVIII, tomando impulso após a vinda da família real em 1808. Cada vez mais os costumes religiosos tradicionais serão vistos como supersticiosos e bárbaros por parte de nossas elites ilustradas, e combatidas em nome do progresso e da civilização.

Pensado como uma espécie de motor da trajetória dos povos, o progresso era interpretado pela intelectualidade oitocentista, como o caminho que inevitavelmente levaria a raça humana à civilização, conceito entendido como a passagem do estado de barbárie para uma forma superior de organização social. Com base nesse julgamento, em todo o ocidente, os setores mais abastados e intelectualizados das respectivas sociedades foram se afastando de determinadas práticas sociais populares e tradicionais, relegando-as às classes baixas¹. Renúncia que pressionou o próprio Estado e o povo a reformar a sua cultura. Dentre os hábitos considerados como anti-higiênicos, ou seja, contrário à civilização estavam alguns dos rituais da Boa Morte, que a partir de então passaram a ser alvo de reformas, de um esforço consciente de transformação de atitudes e valores por meio da qual estes costumes foram eliminados ou controlados.

Nesse processo de reforma, ocupou papel de destaque a ampliação dos conhecimentos médicos e a preocupação de se enfrentar as doenças, reunindo as forças da ciência e da política através da chamada “polícia médica”, a partir da segunda metade do século XVIII. Progressivamente a doença deixava de ser vista pelo viés espiritual, como um castigo de Deus ou influência de demônios, para se transformar num mal contagioso perfeitamente explicável pela lógica racional. Simultaneamente, o cuidado com a saúde pública foi sendo transformado, do ponto de vista social, em uma questão humanitária, e, do ponto de vista econômico, em uma condição para o progresso². Tornava-se nítida a percepção de que as enfermidades exerciam grande entrave à prosperidade material dos povos devido aos seus profundos impactos na estrutura demográfica e aos seus efeitos desestabilizadores nas atividades produtivas.

¹ BURKE, Peter. *Cultura Popular na Idade Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 291.

² MACHADO, Roberto. *Danação da norma*. Rio de Janeiro. Graal, 1978.

A medicina foi então transformada em um instrumento de intervenção na sociedade, pois “sem gente robusta, nem a agricultura, nem as artes, nem as ciências poderão dar passo”³. Caberia aos médicos auxiliar o Estado e “promover, quanto lhes fosse possível, a felicidade dos seus vassalos”⁴, fazendo chegar ao legislador e ao governo a necessidade de ações que salvaguardassem a população das doenças.

No que se refere aos sepultamentos dentro das igrejas, foi levantada uma série de questionamentos que levaram a reformas cemiteriais em todo o Ocidente cristão a partir do século XVIII. Os médicos e legisladores, amparados pela teoria dos miasmas⁵, e vendo-se como a vanguarda das ideias civilizadoras, passaram a defender que “uma organização civilizada do espaço urbano requeria que a morte fosse higienizada, sobretudo que os mortos fossem expulsos de entre os vivos em cemitérios extramuros”⁶.

Segundo a teoria dos miasmas, a decomposição de cadáveres humanos e animais ou mesmo de restos vegetais, bem como a estagnação da água dos rios e o

³ FRANCO, Francisco de Mello. *Tratado de educação física dos meninos para uso da nação portuguesa*. Lisboa; Tipografia da Academia Real das Ciências de Lisboa, 1790, p. VI.

⁴ SILVA, Manuel Vieira da. *Reflexões sobre alguns dos meios propostos por mais conducentes para melhorar o clima da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1808, p. 5.

⁵ Nos séculos XVIII e XIX, o campo médico estava dividido entre duas teorias acerca da origem e desenvolvimento das doenças: os contagionistas e os infeccionistas. Os primeiros defendiam a tese microbiana, pela qual a transmissão das doenças ocorria por meio de microorganismos patológicos, pelo contato direto ou indireto. A esta se contrapunha a teoria dos miasmas, consolidada em meados do XVIII. Os infeccionistas entendiam que as doenças eram transmitidas mediante a ação de substâncias animais e vegetais em putrefação exerciam no ar ambiente. Essa ideia estava baseada na noção de que quando o ar fosse de má qualidade, cheio de miasmas, as pessoas que o respirassem se tornariam doentes. Ambas as explicações tem raízes no pensamento grego antigo. A palavra *miasma* deriva do grego *μίασμα* e significa impureza ou mancha. Durante a antiguidade a medicina grega centralizava-se na ideia de que a saúde estava relacionada ao equilíbrio de humores no organismo, mas também considerava as influências do ar. Obras datadas dos séculos V e IV a. C, indicavam a influência dos ares e dos lugares sobre o desenvolvimento do feto, a constituição dos temperamentos, a gênese das paixões, as formas de linguagem e o gênio das nações. Autores medievais europeus, como Isidoro de Sevilha, continuaram a se referir à transmissão de doenças pelo contato e também pelo ar corrompido ou estragado, mas foi entre os pensadores islâmicos que a teoria atingiu maior desenvolvimento durante a idade média. Dentro eles destacou-se o médico Ibn Sina, mais conhecido como Avicena (980-1037). Inspirado neste último, a escola médica de Salerno, no século XIII, produziu a obra *regimen sanitatis Salernitanum* onde foram descritos cuidados contra os ares infectados, com maus odores, capazes de produzir doenças. Através desta e de outras obras, a ideia de que os maus cheiros podiam produzir doenças se popularizou e continuou a ser aceita durante o Renascimento, mas apenas em meados do século XVIII que a teoria dos miasmas se consolidou definitivamente levando a grandes reformas higiênicas em toda a Europa. Por sua vez, os gregos antigos também explicavam algumas das doenças através da transmissão por seres vivos invisíveis, mas apenas em 1835 surge um primeiro estudo que demonstra de forma conclusiva essa perspectiva, era o do advogado italiano Agostino Bassi (1773-1856), que defendeu que a muscardina, uma doença dos bichos-da-seda, era produzida por um fungo microscópico. Essa tese demorou a se impor, sendo confirmada apenas na segunda metade do século XIX, com os estudos de John Snow (1813-1858) sobre o surto do cólera-morbo de 1854, em Londres, e posteriormente com as descobertas de Louis Pasteur (1822-1895), Robert Koch (1843-1910) e de outros cientistas europeus. Apud MARTINS, Lilian Al-Chueyr Pereira; MARTINS, Roberto de Andrade; FERREIRA, Renata R e TOLEDO, Maria Cristina F. *Contágio: história da prevenção das doenças transmissíveis*. São Paulo: Moderna, 1997.

⁶ REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 247.

acúmulo de lixo produziria gases metíficos que poluíam o ar, contaminavam os vivos e eram causadores de doenças e epidemias. Por essa razão, os enterramentos dentro das igrejas deviam ser encarados como um sério problema de saúde pública a ser resolvido, era preciso afastar os mortos dos centros urbanos.

As formulações da teoria miasmática produziram todo o arcabouço ideológico que resultou nas reformas sanitárias de várias cidades europeias e brasileiras no decorrer dos séculos XVIII e XIX, fundamentando as suas propostas de intervenção⁷. Ocorridas em diversos países, elas envolveram desde o alargamento de ruas, dessecamento de áreas úmidas, implantação de redes de captação de esgoto e distribuição de água potável até a construção de cemitérios afastados dos núcleos urbanos das cidades, trazendo mudanças profundas no cotidiano dessas populações.

Os reformadores, porém, não se concentraram unicamente nos sepultamentos, a crítica caía igualmente sobre os velórios, cortejos fúnebres, dobres de sinos e outros usos funerários tradicionais que seriam segundo as novas acepções: focos de doença, práticas mantidas pela resistência de uma mentalidade atrasada. Ao mesmo tempo, o catolicismo tradicional perdia terreno ante as tendências do catolicismo iluminista e posteriormente do ultramontano que o viam como um conjunto de superstições sem sentido. Nesse caminho, o favorecimento da questão dos sepultamentos neste trabalho não se deve à falta de críticas aos demais costumes funerários, mas se configura na tentativa de aprofundamento da questão da religiosidade paulista, buscando entender melhor os anseios e as tensões que envolveram os embates entre o “moderno” e “civilizado” contra o catolicismo tradicional, “atrasado” e “supersticioso”, e pelo fato de os sepultamentos dentro das igrejas terem sido um dos pilares da Boa Morte e uma das bases de sustentação das irmandades, principais veículos do catolicismo tradicional.

Outras reformas cemiteriais

O Modelo Civilizador: A França

Na história da cultura brasileira há um momento em que ela passa nitidamente a sofrer a influência da cultura francesa. Essa época sem dúvidas é o século XIX. Desde a colônia as ideias francesas já adentravam o Brasil por via indireta, contudo, a sua influência ficava restrita a um número pequeno de pessoas e limitada

⁷ ROSEN. George. *Uma História da Saúde Pública*. São Paulo: Editora UNESP, 1994. CHALHOUB, Signey. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

essencialmente ao campo das ideias. A vida cotidiana ainda mantinha seu aspecto tradicional, não abalada pela importação de objetos e costumes franceses.⁸

No entanto, a partir de 1814, destituído Napoleão e varridos os empecilhos até então existentes, homens, livros, ideias e coisas de procedência francesa penetraram em larga escala nos meios brasileiros. As obras francesas inundaram as livrarias, a sua língua foi amplamente divulgada, professores, comerciantes e artesãos de todos os ramos, provenientes daquele país, aportaram aqui, influenciando sobre a vida, os costumes e as ideias da sociedade brasileira. Daí por diante a nossa mentalidade afinou-se pelas cordas francesas, e sua influência passou a dominar quase soberana. Se o povo continuava a comprar em Londres, em seus usos e costumes imitava Paris.

Essa influência foi maior em alguns núcleos urbanos como Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia e São Paulo, onde vários agentes colaboraram nesse sentido. Nestes primeiros ela já se encontrava amadurecida desde a primeira metade do século XIX. Em São Paulo, por outro lado, apenas se esboçava e só alcançaria igual importância a partir da segunda metade do oitocentos. Entretanto, ela não se limitou aos núcleos urbanos, atingindo mesmo as zonas rurais onde imperou em muitos solares de grandes fazendas da Baixada de Campos, do Vale do Paraíba, do Centro e Oeste paulista, ou do Nordeste. Não se pode esquecer, contudo, que ela atuou principalmente num grupo de elite – no sentido mais amplo e flexível da palavra: econômico, social ou intelectual.

Pelo destaque que a cultura francesa tinha entre nós, foi natural a influência e o papel de vanguarda desempenhado por aquele país no contexto das reformas higienistas, mais especificamente na questão dos sepultamentos. A França foi o primeiro Estado a proibir os enterros dentro das igrejas, sendo seguido de perto por outros, que se serviram do modelo francês como símbolo “de civilização e progresso”.

Por volta da metade do século XVIII, apareciam os primeiros questionamentos franceses à prática dos sepultamentos dentro das igrejas. Um exemplo foi o abade Porée⁹, que em 1745, contestava o princípio dos enterros *ad sanctos*. Segundo ele as igrejas deveriam ser salubres, limpas e bem arejadas, e por isso, indicava que se deslocassem os cemitérios para fora das cidades. Em sua concepção a separação dos vivos e dos mortos não prejudicaria estes, sendo que o seu único objetivo era a restituição da decência aos lugares de culto dos vivos e às moradas dos mortos.

⁸ COSTA, Emília Viotti da. “Alguns aspectos da influência francesa em São Paulo na segunda metade do século XIX”, In *Revista de História*, nº 142-143, 2000, p. 279.

⁹ Abbé PORÉE. *Lettres sur la sépulture dans les Églises*. Caen, 1745. Apud ARIÉS, Philippe. *O Homem diante da morte*, tradução de Luiza Ribeiro. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990, p. 522.

Apesar da participação de membros da hierarquia eclesiástica, os líderes da crítica aos enterramentos nas igrejas francesas foram os médicos. Para estes, os cadáveres estavam entre as principais causas da formação dos miasmas, e afetavam com particular virulência a saúde dos vivos porque eram depositados em igrejas e cemitérios paroquiais nos centros urbanos, ambientes muito frequentados pela população.

Nesse ponto, são vários os exemplos. O Dr. Henri Huguenot¹⁰ publicou em 1746 suas experiências sobre os efeitos mortíferos dos vapores cadavéricos. Afirmara que gatos e cães lançados nas covas da Igreja de Nossa Senhora de Montpellier morriam em poucos minutos em meio a convulsões. O médico Hugues Maret¹¹, professor na Faculdade de Medicina de Montpellier, relatou, em 1773, o caso de um indivíduo extremamente gordo, cuja sepultura foi aberta prematuramente, causando a morte do cura e mais trinta pessoas! Contudo, o tratado que mais marcou o debate sobre a teoria miasmática foi o do Dr. Vicq d'Azir, membro da academia francesa e secretário da sociedade real de medicina. Em seu ensaio, publicado em 1778¹², defendeu a necessidade de distanciar as sepulturas das cidades, baseando-se nos danos aos quais as populações estariam expostas pelas emanações dos cadáveres.

Em meio a uma extensa literatura médica, e através de denúncias dos habitantes e dos problemas dos inúmeros cemitérios parisienses, o parlamento de Paris, após um inquérito decretou em 12/03/1763 a interdição dos enterramentos nas igrejas da cidade.

A ideia do Parlamento era fechar os cemitérios existentes e criar, fora e no entorno de Paris, oito grandes campos santos, dispondo cada paróquia de sua própria vala comum no cemitério coletivo. Desta proibição, ficavam livres os párocos, superiores de conventos, membros de famílias fundadoras de capelas, e quem se dispusesse a pagar a pequena fortuna de duas mil libras. Em Paris deveriam subsistir apenas alguns depósitos perto das igrejas, onde os mortos seriam colocados depois do serviço religioso, sendo levados todos os dias por carretas fúnebres que os apanhariam e conduziriam para o cemitério comum para ali serem enterrados. No entanto, o decreto acabou não sendo aplicado em sua totalidade, e os enterros nas igrejas continuaram a acontecer.

Uma nova ordem régia foi emitida por Luís XIV, em 1776, reafirmando a lei anterior e ampliando sua jurisdição para todo o reino, incluindo a proibição de enterros nas capelas de mosteiros e conventos. A nova legislação, contudo, deixava uma brecha,

¹⁰ REIS, João Jose. Op. Cit., 1991, p. 257.

¹¹ MARET. Mémoire sur l'usage où l'on est d'enterrer les morts dans les églises et dans l'enceinte des villes. Dijon, 1773. Apud ARIÈS, Philippe. Op. Cit., p. 524.

¹² VICQ D'AZIR. Essai sur les liex et les dangers dès sepultures. Apud ARIÈS, Philippe. Op. Cit., p. 525.

pois os cemitérios só seriam transferidos dos centros urbanos se as circunstâncias permitissem¹³. O que em si não seria uma tarefa fácil, já que no final do antigo regime, somente Paris tinha 600 mil habitantes, e possuía 290 cemitérios, espalhados por igrejas paroquiais, abadias, mosteiros, conventos, colégios, seminários e hospitais¹⁴.

A fim de cumprir a lei, as autoridades municipais e nacionais intervieram, em geral, com a anuência da Igreja, procurando reviver antigas leis eclesiásticas que proibiam os enterros nas igrejas, no entanto, foi apenas com uma campanha médica vigorosa que os legisladores agiram com maior determinação. Caso exemplar ocorreu em 1780, quando o cemitério parisiense de Saints-Innocents¹⁵ foi fechado. Vários relatórios já denunciavam suas péssimas condições sanitárias como foco potencial de epidemias, mas como se temia que o seu fechamento causaria distúrbios entre a população, nada tinha sido feito até finais de 1779. Neste ano, as paredes de uma fossa comum começaram a ruir e liberaram “vapores insalubres”, o que incomodou e assustou os moradores vizinhos. Os governantes aproveitaram essa circunstância para fecharem definitivamente os cemitérios de Paris, a começar pelo Saints Innocents em 1780, continuando pelo da Chaussée-d’Aurin (Saint-Roch), o da rua Saint-Joseph (Saint Eustache), o de Saint-Suplice em 1781, e o da Ilha de Saint-Louis em 1782. Ao mesmo tempo eram fundados na margem esquerda do rio Sena os cemitérios de Clamart e Vaugirard, e na margem direita os de Montmartre e Santa Margarida.

Resolvido o problema dos enterros nas igrejas de Paris, o tema dos sepultamentos só reapareceria em cena em 1801, tendo em vista a desorganização dos serviços funerários, em destaque para a condução dos cadáveres entre os depósitos estabelecidos pela lei de 1763 e os cemitérios propriamente ditos. Nesse ano, o ministro do interior Lucien Bonaparte resolveu reorganizar os serviços funerários, lançando através do Instituto de França um concurso com o tema: “Quais as cerimônias a serem feitas para os funerais, e o regulamento a adotar para o local das sepulturas”.

Consagraram-se vencedores os senhores Amaury Duval e o abade Mulot, antigo deputado na Assembleia Legislativa¹⁶. Os princípios das sepulturas ficaram assim estabelecidos: os enterros seriam feitos fora das cidades por razões de higiene, mas as sepulturas privadas foram defendidas. Os concorrentes foram unânimes na crítica à cova

¹³ ARIÈS, Philippe. Op. Cit., p. 522.

¹⁴ REIS, João José. Op. Cit., 1991, p. 77.

¹⁵ Com uma área de 120 por 60 metros, servia a mais de 20 paróquias, recebendo pobres e ricos havia 800 anos, com um ossário que continha os restos mortais de um milhão de parisienses.

¹⁶ ARIÈS, Philippe. Op. Cit., p. 551.

comum e no elogio ao túmulo individual e jazigos de família, coerentes com a mentalidade de devoção familiar burguesa que começava a florescer.

Desse modo, em 1804, um novo decreto estabeleceria regras detalhadas sobre os enterros, reafirmando a proibição de sepulturas nas igrejas, abolindo as covas comuns e a superposição dos cadáveres, ordenando a distância entre cemitérios e a cidade, e a distância entre as sepulturas. Surgia o modelo de cemitério que seria adotado por todo o mundo ocidental, inspirado nas medidas higiênicas e de salubridade pública, mas também na individualização dos cadáveres, que a partir daí se tornaria regra absoluta.

Os cemitérios em Portugal

Em Portugal essas mudanças demoraram mais a ocorrer. As primeiras críticas aos enterramentos nas igrejas começam por volta da segunda metade do XVIII. Escorando-se nas tradições gregas e romanas, e nas deliberações de alguns Concílios, o médico português Ribeiro Sanches mostrava em 1756, “os danos que causa à Saúde o enterrar nos templos”¹⁷. Em seu trabalho, aconselhava que os cemitérios fossem cercados de muros altos e erguidos em lugares altos e ventilados. No mesmo ano, o Dr. José Alvarez da Silva denunciava “o grande dano a que se expõem os homens enterrando nos Templos os cadáveres, especialmente de doenças malignas e contagiosas”¹⁸. Contudo, pouco foi deliberado efetivamente nesse caminho.

Sendo assim, ainda nas primeiras décadas do XIX, obras médicas de grande importância defendiam o fim dessa prática, são elas: *Memoria sobre os Perigos Causados pelas Sepulturas dos Cadaveres nos Templos e Methodos de os Prevenir*¹⁹ do Cirurgião e lente da Universidade de Coimbra, o brasileiro Vicente Coelho Seabra e Telles (1800); e o *Ensaio sobre o Perigo das Sepulturas nas Cidades e nos seus Contornos*²⁰ do futuro barão de Goiânia José Correia Picanço (1808), médico e tradutor,

¹⁷ SANCHES, Antonio Nunes Ribeiro. Obras, volume 2, Coimbra, Por Ordem da Universidade, 1966, p. 232. Apud CATROGA, Fernando. “*Descristianização e Revolução dos Cemitérios em Portugal*”, IN COGGIOLA, Osvaldo (org.). A Revolução Francesa e seu Impacto na América Latina. São Paulo: Nova Stella: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília, DF: CNPq, 1990, p. 109.

¹⁸ SILVA, José Alvarez. Precauções Medicas contra algumas Remotas Consequencias que se Podem Excitar do Terramoto de 1755. Lisboa: Na Officina de Joseph da Costa Coimbra, 1756, p. 10. Apud CATROGA, Fernando. Op. cit., p. 109.

¹⁹ TELLES, Vicente Coelho Seabra e. Memoria sobre os Perigos Causados pelas Sepulturas dos Cadaveres nos Templos e Methodos de os Prevenir. Lisboa: Offic. da Casa Literária, 1800. Apud CATROGA, Fernando. Op. cit., p. 109

²⁰ PICANÇO, José Correia. Ensaio sobre o Perigo das Sepulturas nas Cidades e nos seus Contornos. Rio de Janeiro: Imp. Régia, 1812. Referência Apud CATROGA, Fernando. Op. cit., p. 109.

professor da Universidade de Coimbra. Também José Pinheiro de Freitas Soares, médico formado em Coimbra, insistia em 1818 nesse mesmo sentido²¹.

Algumas tentativas de se instituir cemitérios fora das cidades ocorreram na década de 1820, mas se depararam com um forte muro de resistências. Parte delas provinha da conotação política que a questão levantava, o cemitério era uma das bandeiras dos liberais. Tanto que, em 1835, o médico Francisco d'Assis de Souza Vaz lembrava que a criação dos novos cemitérios impunha-se não só por motivos de ordem sanitária, mas também por exigências de natureza política²².

Devido a isso, somente com a derrota do Miguelismo, do catolicismo ultramontano e com o enraizamento das estruturas do novo estado liberal português é que se reuniram as condições necessárias para a gradual aceitação das novas formas de sepultamento. Com os liberais no governo, os preceitos de saúde pública e de administração dos cadáveres integraram-se num projeto de transformação da sociedade.

Surgiram então, os decretos de 08/01/1835 e de 21/09/1835, ambos assinados pelo liberal Rodrigo da Fonseca Magalhães, proibindo os sepultamentos dentro das igrejas e instruindo as autoridades locais a construir cemitérios fora dos limites urbanos dentro de um prazo de quatro anos. Estipulavam uma série de preceitos higiênicos, determinando que as covas fossem individuais e que os padres que permitissem enterros fora dos cemitérios públicos perderiam seus empregos. Ademais, colocavam os sepultamentos como uma prática filha da “ignorância da idade média”²³.

Claramente inspirados nas leis de saúde francesas do princípio do século e no pensamento racional, os liberais propunham a extinção daquela “prática obscurantista”

Em Lisboa, a presença do *colera-morbus* acabou pressionando a criação de dois novos cemitérios: o dos Prazeres e do Alto de São João, já em 1835. Outros foram construídos pelo país, principalmente nos centros mais populosos²⁴, mas numa velocidade muito baixa. Mesmo em Lisboa a lei não foi totalmente respeitada e os enterros nas igrejas e cemitérios paroquiais continuaram a acontecer por um tempo. As

²¹ SOARES, José Pinheiro de Freitas. *Tratado de polícia médica*. Lisboa. Tipografia da Academia Real das Ciências de Lisboa, 1818, p. 351-2. In EUGÊNIO, Alisson. *Reforma dos costumes: elite médica, progresso e o combate às más condições de saúde no Brasil do século XIX*. Doutorado, FFLCH/USP, 2008, p. 62.

²² VAZ, Francisco d'Assis de Souza. *Memoria sobre a Inconveniencia dos Enterros nas Igrejas e Utilidade de Construção de Cemitérios*. Porto: Impensa Gandra&Filhos, 1835, p. 6. Apud CATROGA, Fernando. Op. cit., p. 110.

²³ CATROGA, Fernando. Op. cit., p. 115.

²⁴ A saber na cidade do Porto (Prado do Repouso: 1839; Agramonte: 1856); Santarém (1835); Aveiro (1838), Évora (1840); Vila Real(1841), Funchal (1842); Horta (1846), Ponta Delgada (1846); Angra do Heroísmo (1848); Viseu (1856); Coimbra (1858) e Braga (1878).

Câmaras municipais reclamavam da falta de fundos para cumprir com o decreto de 1835, mas na opinião de Catroga, estavam cedendo à pressão popular quanto às novas medidas sanitárias. Nesse ponto, vários decretos e posturas denunciavam as dificuldades que as Câmaras e as juntas de paróquia encontraram na realização dessa tarefa²⁵.

Recebida com bom grado ou sem muitas queixas nas cidades, o decreto de 1835 sofreu grandes resistências nas áreas rurais. Uma série de pequenos conflitos foi deflagrada. Em Trás-os-Montes, no dia 29/07/1836 ocorreu um tumulto onde um bando de mulheres deu sepultura a um cadáver na Igreja Matriz. Em 1837, o pároco de Póvoa do Varzim opunha-se a dar cumprimento à medida. Na região de Coimbra, houve hostilidade e bloqueios nas povoações de Pampilhosa (1837), Fajão (1837), Soure (1838), Góis (1838), Coja (1838), Cantanhede (1839) e Mealhada (1840).

Por sua vez, o governo liberal de Antonio Bernardo da Costa Cabral promulgou em 1844 a Lei de Saúde Pública. Nesta, renovaram-se as disposições da legislação anterior e criava-se uma série de autoridades sanitárias responsáveis por vigiar as práticas de sepultamento, passar certidões e cobrar o tributo de covato. Novamente o povo resistiu, principalmente nas populações rurais da região do Minho, norte de Portugal. Em março de 1846, soldados enviados de Braga a Póvoa do Lanhoso prenderam algumas mulheres acusadas de realizarem um enterro ilegal. Pouco depois, uma multidão em que a participação feminina era numerosa tomou de assalto a cadeia e libertou as presas, episódio que ficou conhecido como Maria da Fonte. A este se seguiram dezenas de incidentes desse tipo em toda a região, que se misturaram a protestos contra o recadastramento de terras e finalmente dissolveram-se nos conflitos políticos entre liberais e miguelistas, resultando na queda do governo de Costa Cabral.

Devido a essa grande resistência, os novos costumes funerários demoraram a ser aceitos pelo povo. Para os camponeses, as leis de saúde eram injustas, fruto da impiedade do governo, armas de guerra dos “malhados” contra o trono e o altar. Por esse motivo, ainda em 1860, os enterros nas igrejas persistiam, representando o destino de 20% dos falecidos no sul de Portugal e 30% dos falecidos no norte. Na visão de Fernando Catroga, esses conflitos seriam o reflexo da defasagem de um projeto cultural vinculado pela elite portuguesa, influenciada pelo racionalismo e pelas ideias da ilustração, e a mentalidade popular dominante ligada à religiosidade e à tradição.

²⁵ Decretos e posturas reforçando o decreto de 1835 são promulgados em 04/01/1836, 03/01/1837, 10/01/1838, 18/09/1844, 26/11/1845, 09/08/1851, 03/08/1863, 16/09/1863, 08/04/1866, 26/09/1866, 11/03/1867, 24/08/1868, 19/03/1881.

O Regulamento dos Cemitérios no Brasil

Saber médico e as primeiras disposições legislativas:

O Brasil também vai experimentar mudanças importantes em sua visão sobre a morte a partir de finais do século XVIII. Igualmente aqui os enterros passaram a ser objeto de questionamentos por parte de médicos, legisladores e engenheiros que, tendo na França o seu ideal civilizador, defenderam o fim do costume dos sepultamentos dentro das igrejas.

O primeiro documento que aborda o tema data de 1798. Neste ano a cidade do Rio de Janeiro foi assolada por uma epidemia, e por isso, a Câmara Municipal carioca encarregou uma comissão de médicos a relatarem quais os problemas sanitários da cidade. As respostas oferecidas por essa comissão, formada pelos médicos Bernardino Antonio Gomes, Antonio Joaquim de Medeiros e Manoel Joaquim Marreiros, são reveladoras do saber médico da época. Em seus pareceres, os doutores postularam um pensamento fortemente embasado na teoria dos miasmas. Foram unânimes em afirmar que o clima quente e úmido do Rio de Janeiro, as águas estagnadas dos pântanos e mangues, além da falta de circulação do ar, eram as principais causas imediatas das doenças que acometiam os habitantes da cidade. Mas apontaram também como aspectos do péssimo quadro sanitário carioca, outros pontos de origem não natural, relacionados, sobretudo, à desordem urbana²⁶. De acordo com o Dr. Manoel Joaquim Marreiros, dentre os aspectos não naturais, evitáveis pela ação das autoridades, estavam “as igrejas loucamente recheadas de cadáveres por uma indiscreta devoção”²⁷.

O problema dos sepultamentos não aparecia ainda de forma evidente nesses pareceres, sendo lembrado somente por um dos membros da comissão, o acima citado Dr. Manoel Joaquim Marreiros. Da mesma forma, entre as proposições para a melhoria da qualidade sanitária do Rio de Janeiro não houve nenhuma proposta para a construção de um cemitério extramuros na cidade, demonstrando a força desse costume entre a população, apesar do aparecimento dos primeiros questionamentos.

Dois anos mais tarde, em 1800, um pequeno trabalho intitulado *Memória sobre os prejuízos causados pelas sepulturas dos cadáveres nos templos e methodo de os prevenir*²⁸ foi publicado em Lisboa. Essa obra era de autoria do mineiro e homem da ilustração Vicente Coelho de Seabra Silva Telles. O objetivo do seu estudo consistia em

²⁶ FERREIRA, L. O. “Os periódicos médicos e a invenção de uma agenda sanitária para o Brasil (1827-43). In *História, Ciências, Saúde*. Manguinhos, Volume VI(2), pp. 331-51, jul-out 199.

²⁷ O Patriota, Jornal Litterario, Político, Mercantil, &c. do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Na impressão régia, Número 1, janeiro/1813 Resposta, que deu o Doutor Manoel Joaquim Marreiros, aos quesitos precedentes. p. 60

²⁸ TELLES, Vicente Coelho Seabra e. Op. Cit., 1800. Apud CATROGA, Fernando. Op. cit., p. 109

demonstrar que a prática das sepulturas nos templos era prejudicial à saúde e ensinar os meios de remediar os seus efeitos. Telles afirmou que “seria desnecessária a presente Memória se as Luzes das Ciências Naturais estivessem essas espalhadas entre nós”²⁹.

Depois de descrever os efeitos físicos e químicos da putrefação dos cadáveres, Telles discorreu sobre os meios de evitar ou diminuir os maus efeitos das sepulturas fora e dentro dos templos, propondo quatro maneiras de lidar com os cadáveres: I – destruindo-os imediatamente após a morte; II – sepultando-os de tal forma e em tal sítio que as suas emanções fossem logo diluídas pelos ventos e águas; III – extraíndo as terras infeccionadas das sepulturas dentro dos templos e substituindo-as por outras sadias e puras; e IV – lançando, nas novas sepulturas, ou nas renovadas, substâncias que neutralizassem ou destruíssem a má qualidade das emanções. Ao desenvolver a sua segunda hipótese, sugeria que se construíssem grandes e espaçosos cemitérios fora das povoações, em sítios que:

[...] possam ser bem lavados dos ventos, e umedecidos pelas chuvas, cujo terreno seja barrento, ou misturado com alguma área, ou terra calcária e fazer as sepulturas fundas ao menos de 7 palmos... por este modo os corpos apodrecem logo, e as emanções nocivas se dissolvem e se diluem de tal sorte pelo ar e água, que se tornam nulas.³⁰

O autor afirmava que este procedimento já era muito utilizado na Europa, e evitava os maus efeitos das emanções dos cadáveres, embasando-se no ensaio de Vicq d’Azir e nas “sábias leis e regulamentos, civis e eclesiásticos publicados na França, Alemanha e Itália para prevenir tão grandes danos causados à humanidade”.

Um ano após a publicação dessa obra, foi assinada pelo príncipe regente D. João a primeira lei regulamentando as práticas de sepultamento nas colônias portuguesas. Era a carta régia nº 18, de 14/01/1801, segundo a qual ficava estabelecido que:

[...] tendo chegado a minha presença uma atendível representação sobre os danos a que está exposta a Saúde Publica, por se enterrarem os Cadáveres nas Igrejas que ficam dentro das Cidades Populosas dos Meus Domínios ultramarinos: visto que os vapores que de si exalam os mesmos Cadáveres impregnando a Atmosfera vem a ser causa de que os vivos respirem um ar corrupto e inficionado, e por isso estejam sujeitos a muitas e que repetidas vezes padeçam moléstias epidêmicas e perigosas [...] sou servido ordenar vos que logo receberdes esta Carta régia, procureis de acordo com o Bispo dessa Diocese fazer construir em Sítio Separado dessa cidade [...] um, ou mais Cemitérios, onde hajam de ser sepultados, sem exceção, todas as Pessoas que falecerem.³¹

Por essa carta régia os cemitérios deveriam ser construídos fora das cidades populosas e em local seco e varrido pelos ventos, sendo amplos o suficiente para “que

²⁹ TELLES, Vicente Coelho Seabra e. Op. Cit., 1800. Apud CATROGA, Fernando. Op. cit., p. 109.

³⁰ Idem.

³¹ Coleção IHG/RJ, documento 03, lata 10.

não fosse necessário abrirem-se as sepulturas antes que estejam consumidos os corpos, que nelas se houwerem depositado”. Além disso, era concedido o direito das famílias possuírem “carneiro sem luxo” e era patente a preocupação com o ritual religioso: cada cemitério teria um capelão próprio e capela decente onde se rezariam missas fúnebres, inclusive missa solene no dia de Finados. Ademais, todas essas medidas deveriam ser coordenadas pelo Arcebispo da Bahia e finalizada a construção dos cemitérios, ficariam proibidos definitivamente os enterros nas igrejas. No entanto, apesar dessas disposições, a ordem régia não foi posta em prática pelas autoridades.

Somente com a transferência da sede da Coroa portuguesa para o Brasil se criariam condições para o fomento do debate relativo à questão dos sepultamentos, pois juntamente com D. João VI vieram transformações importantes. A vinda da família real marcou o início do ensino superior de medicina no Brasil, com a criação da Escola de Cirurgia da Bahia e a Escola Anatômica Cirúrgica do Rio de Janeiro já em 1808. Além disso, desembarcaram renomados médicos: o português Manuel Vieira da Silva, formado em Coimbra e José Correa Picanço, formado em Montpellier.

A criação destes primeiros estabelecimentos de ensino médico representou um marco na medida em que tornou possível a formação de quadros profissionais na colônia e colocou um fim nas restrições impostas pela metrópole portuguesa. Até essa época, o exercício da medicina era uma atividade não institucionalizada e os seus profissionais não recebiam uma formação adequada que lhes garantisse legitimidade. Devido as restrições ao ensino de medicina, era reduzido o número de doutores e o exercício de sua profissão muitas vezes era marcado pelo forte entrelaçamento entre magia, religião e ciência. Situação que vai aos poucos se alterando no XIX³².

No que se ao refere ao questionamento dos sepultamentos nas igrejas, os dois médicos citados se destacaram. Manuel Vieira da Silva, físico-mor do reino³³ e primeiro cirurgião da Real Câmara, publicou um texto em 1808 no qual apontava os meios para melhorar a situação sanitária da cidade do Rio de Janeiro. Neste trabalho, lembrou que “os enterros dentro das igrejas têm merecido a reprovação de todas as sociedades cultas”, motivo pelo qual tal hábito deveria ser reprovado “nesta cidade em razão do calor atmosférico, da pouca largura das suas ruas e do modo porque se sepultam os

³² PAULA, Leandro Silva de. *Higiene, educação e cuidados com a infância: o discurso médico nas teses da faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1840-1882)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011, p. 45.

³³ Competia ao físico-mor e aos seus delegados nas capitanias tudo o que se referia ao ensino de medicina, às questões entre médicos e clientes, ao exercício da farmácia, a boticários, droguistas, curandeiros, a cirurgiões que tratassem de moléstias internas, à profilaxia das moléstias epidêmicas e ao saneamento da cidade.

corpos na Misericórdia, deixando-os quase expostos ao calor e ao ar”, situação que contribuía para a formação de “gazes sufocadores da vida”. Por isso, “é necessário estabelecer cemitérios nas extremidades da cidade” e ter mais cuidados com as inumações, como jogar uma porção de terra calcária nas sepulturas e esperar o tempo suficiente para a perfeita decomposição dos cadáveres antes de um novo sepultamento³⁴.

José Correia Picanço era pernambucano e retornou para o Brasil com D. João VI, foi cirurgião-mor dos exércitos³⁵, tendo sido um grande incentivador da criação da Escola de Medicina e Cirurgia da Bahia. Sua única publicação conhecida foi editada pela Imprensa Régia em 1812, e intitulava-se *Ensaio sobre o perigo das sepulturas nas cidades e nos seus contornos*, obra que se tornou uma das referências mais citadas pelos profissionais que abordaram esse assunto posteriormente. Porém, há dúvidas se esta é uma obra original ou uma tradução da obra de Vicq d’Azir publicada em Paris³⁶.

Paralelamente à contribuição desses doutores provindos da Corte e à institucionalização da profissão médica, a imprensa aparece como outro fator de relevância, oficialmente instituída em 13/05/1808 com a criação da Imprensa Régia. Sua atuação será cada vez mais marcante na disseminação de informações antes inacessíveis para parte significativa de seu público, auxiliando na formação de opiniões e na propagação dos novos conhecimentos médicos e científicos. Um exemplo foi *O Patriota, Jornal Literário, Político, Mercantil, &c. do Rio de Janeiro*, primeiro periódico científico do Brasil, publicado entre os anos de 1813 e 1814. Apesar de sua tiragem limitada, teve colaboradores notórios como José Bonifácio e Silvestre Pinheiro Ferreira, dentro outros expoentes do iluminismo português e em seus primeiros três números publicara os pareceres médicos da já citada comissão sanitária de 1798.

Em decorrência dessas transformações, as décadas de 1810 e 1820 vão assistir ao aparecimento de novos estudos acadêmicos defendendo o fim dos sepultamentos dentro das igrejas. Um destes foi a *Memória sobre os enterramentos nas igrejas*³⁷ do baiano Luís José de Carvalho Mello (1764-1826), primeiro visconde da Cachoeira, senador e desembargador do Tribunal da Relação no Rio de Janeiro.

³⁴ FILHO, Lycurgo de Castro Santos. *História da medicina brasileira*. 2ª Ed. volume 2, São Paulo: Hucitec, 1991, p. 503

³⁵ Ao Cirurgião-mor dos Exércitos estavam subordinados os demais cirurgiões, juízes comissários, seus delegados, nas capitanias, que superintendiam no que era relativo ao ensino e exercício da cirurgia, aos sangrados, parteiras, dentistas, aos que se ocupavam de aplicar bichas e ventosas, aos que locavam ossos deslocados, aos hospitais, médicos e serviços médicos.

³⁶ PIATTOLI, Scipion. Saggio intorno al luogo Del seppellire, 1774. Apud REIS, João José. Op. Cit., 1991, p. 255.

³⁷ Apud REIS, João José. Op. Cit., 1991, p. 255.

A frequente reafirmação dos argumentos contrários aos sepultamentos nas igrejas e o já deliberado pela carta régia nº 18 de 1801 levaram D. Pedro I a impor em 17/11/1825 a transferência do cemitério da matriz de Campos dos Goytacazes, na província do Rio de Janeiro³⁸. Em seu preâmbulo o decreto 265 classificava as práticas tradicionais de enterro como anti-higiênicas e supersticiosas, e recomendava a medida para evitar o “gravíssimo dano da saúde de seus habitantes, mormente dos que respiram por vizinhos a tais lugares o ar infeccionado pela corrupção dos cadáveres”.

Essa decisão motivou um debate muito interessante. Em apoio ao decreto, um correspondente do *Diário Fluminense* publicou um artigo em 27/12/1825, no qual louvava a decisão do imperador e defendia a supressão dessa prática sem sentido, criada pelo clero para impressionar os homens. O articulista comparou a “terrível superstição” de tempos “mui modernos” com os hábitos salutareis das grandes civilizações antigas que tinham seus cemitérios fora das cidades e felicitou a França que soubera se livrar do “odioso costume”. Afirmava que os enterros só continuavam em vista da avareza dos padres, que procuravam ganhar dinheiro, impedindo que os sepultamentos fossem realizados em locais mais adequados, perpetuando hábitos nocivos à saúde dos fiéis.

Indignado com essas palavras, Luiz Gonçalves dos Santos, mais conhecido como padre Perereca, responderia, em 1826, com um panfleto de 30 páginas intitulado *Dissertação sobre o direito dos catholicos de serem sepultados dentro das igrejas, e fora dellas, nos seus adros, cemitérios e catacumbas, etc*³⁹, no qual defendeu de forma veemente os enterramentos dentro dos templos, prática considerada por ele como pia e adequada à salvação das almas, afirmando que as opiniões expressas pelo “Correspondente” não passavam de análises advindas de “sectários modernos e anti-religiosos”, e acusando o articulista de ser adepto de gozos materiais, de defender filosofias baratas e de idolatrar o corpo enquanto vivo. Segundo o religioso, o autor acreditava que as pessoas mortas não passavam de invólucros sem valor, e que deveriam ser jogadas junto aos cadáveres de burros e de cavalos no manguê de São Diogo.

Em sua opinião, os que combatiam os enterros eclesiásticos e citavam como modelo ideal os antigos egípcios, gregos e romanos, seguiam modelos pagãos. Sobre a França, modelo incontestado de civilização, alegava que os cristãos deviam ver com horror

³⁸ IMPÉRIO. Decreto nº 265, de 17/011/1825. Manda remover o cemitério da Matriz da Villa de Campos de Goytacazes para logar fora da mesma Villa.

³⁹ GONÇALVES DOS SANTOS, Luís. *Dissertação sobre o direito dos catholicos de serem sepultados dentro das igrejas, e fora dellas nos seus adros, cemitérios e catacumbas, etc.* (1826). Rio de Janeiro, 1839. Apud REIS, João José. Op. Cit., 1991, p. 268.

o que acontecia por lá depois da secularização dos cemitérios, com o sepultamento promíscuo de pessoas de diferentes religiões em locais onde se lia “a morte é sono eterno”, numa demonstração de “filosofismo incrédulo”. Entre os seus argumentos estava o de que a carne humana era digna, sagrada e amada pelo seu criador.

Questionou ainda se o cheiro exalado pelos cadáveres realmente se constituía em uma ameaça a saúde pública, como diziam os reformistas. Os perigos seriam “remotíssimos”, desde que fossem sepultados de forma adequada, em covas fundas, bem cobertas de terra, com pelo menos cinco palmos de altura, ou em carneiros hermeticamente fechados e rebocados, só abertos a cada dois anos. O que, segundo ele, era o caso do Rio de Janeiro, onde se observava, em quase todos os templos, modernas catacumbas, inclusive nas confrarias negras. A única circunstância em que tolerava a interrupção desse costume era no caso de epidemias, que o Rio de Janeiro desconheceria justamente por ter sepulturas construídas de forma higiênica. Concluindo, Perereca terminava seu folheto prevendo resistências de várias partes. A Câmara Municipal não teria fundos suficientes para as construções, as confrarias já tinham as suas catacumbas e cemitérios próprios, as paróquias também, e o povo se queixaria da distância dos novos campos santos. Restaria aos empresários essa tarefa, o que significaria a submissão da piedade religiosa à lógica do lucro. E rematava pedindo que caso a mudança fosse irreversível, que fosse feita com o devido cuidado.

A lei de 1º de outubro de 1828

Como pudemos notar, pouco foi feito até 1828. Grande parte do debate e das disposições se concentrou no município da Corte, pouco adentrando às demais províncias. Essa situação vai começar a se alterar com a assinatura da lei de 1º de outubro de 1828⁴⁰, que *Dá nova forma às Camaras Municipaes, marca suas atribuições e o processo para a sua eleição*. Entre outras questões o regimento das Câmaras regulou sobre os sepultamentos, deixando a responsabilidade pelo estabelecimento de cemitérios fora do recinto dos templos aos municípios.

Art. 66. Terão a seu cargo tudo quanto diz respeito á policia, e economia das povoações, e seus termos, pelo que tomarão deliberações, e proverão por suas posturas sobre os objetos seguintes:

[...]

§ 2º Sobre o estabelecimento de cemitérios fora do recinto dos templos, conferindo a esse fim com a principal autoridade eclesiástica do lugar; sobre o esgotamento de

⁴⁰ IMPÉRIO. Anais da Câmara Federal. Lei de 1º de Outubro de 1828. “Dá nova forma às Camaras Municipaes, marca suas attribuições, e o processo para a sua eleição, e dos Juizes de Paz”.

pântanos, e qualquer estagnação de águas infectas; sobre a economia e asseio dos currais, e matadouros públicos, sobre a colocação de curtumes, sobre os depósitos de imundices, e quanto possa alterar, e corromper a salubridade da atmosfera.^{41 42}

O espírito dessa lei manteve uma postura conciliatória entre, a obrigação das Câmaras e o respeito aos preceitos da fé e à Igreja católica. Se por um lado, os legisladores demonstraram-se convencidos dos efeitos prejudiciais da prática dos sepultamentos nas igrejas à saúde dos povos, obrigando as Câmaras municipais a construírem seus cemitérios afastados dos centros urbanos, por outro lado, o domínio da Igreja sobre a morte foi mantida e respeitada, a principal autoridade eclesiástica de cada localidade precisava ser consultada antes que qualquer medida fosse realizada.

Com base nessa lei, as cidades começaram a elaborar suas posturas, revogando as anteriores. Em Salvador, um novo código foi aprovado pelo Conselho Geral da Província, em 21/07/1829. Sobre os sepultamentos era prescrito: “é absolutamente proibido o enterrarem-se corpos dentro das Igrejas, e nos seus adros...”⁴³. No entanto, a tentativa de cumprir esta postura motivou uma revolta popular em outubro de 1836, evento que ficou conhecido como a “cemiterada”, e que resultou na depredação do cemitério público recém construído e convenceu as autoridades a revogarem a proibição⁴⁴.

A Câmara do Rio de Janeiro teve seu novo código de posturas aprovado em 28/01/1832. Era um código bastante amplo e seguia todas as orientações prescritas pelo regimento de 1828. A lei tratava dos cemitérios e enterramentos, prescrevendo: “Fica absolutamente proibido enterrarem-se corpos dentro das Igrejas, ou sacristias, claustros dos Conventos, em quaisquer outros lugares nos recintos dos mesmos”⁴⁵.

⁴¹ O artigo 66 da lei de 1º de outubro de 1828, tinha doze incisos que incumbiam a Câmara dos mais variados assuntos, desde a construção e reparo das estradas e obras públicas, passando pelo cuidado com os loucos e embriagados que incomodassem a população, vozerias e obscenidades contra a moralidade pública, demarcação dos pastos, até a demarcação dos locais das feiras e mercados, salubridade dos mantimentos e da autorização dos espetáculos públicos.

⁴² Além de legislar sobre a atribuição das Câmaras Municipais de construírem cemitérios afastados dos centros urbanos, a dita lei, de 1º de Outubro de 1828, estipulou as normas para estruturação e funcionamento das Câmaras Municipais, subordinando-as, administrativamente e politicamente, aos Presidentes das Províncias. Por sua vez, o Ato Adicional de 1834, estabeleceu a forma como se daria a relação entre as Câmaras Municipais e as Assembleias Legislativas Provinciais, deixando sobre o encargo das últimas a fiscalização das despesas municipais e o poder de legislar sobre as despesas das Câmaras, obras públicas, estradas, casas prisionais, conventos, casas de socorro público, entre outros.

⁴³ Posturas aprovadas pelo Conselho Geral de Província em sessão de 21 de julho de 1829 (organizadas pela Câmara Municipal de Salvador), Salvador, Livro de Posturas (119.5) 1829-1859, Arquivo Público Municipal, Fundação Gregório de Mattos. Apud JORGE, Karina. *Urbanismo no Brasil império: a saúde pública na cidade de São Paulo no século XIX (Hospitais, lazaretos e cemitérios)*. Dissertação de Mestrado na área de Arquitetura e Urbanismo, PUC/Campinas, 2006, p. 87.

⁴⁴ Para saber mais ver REIS, João José. Op. cit., 1991.

⁴⁵ IMPÉRIO. Coleção de Leis, Império do Brasil, Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1878, Lei de 28 de janeiro de 1832. Apud JORGE, Karina. Op. cit., p.87.

Em São Luís do Maranhão, a postura que proibiu os enterros dentro das igrejas data de 1831, vetavam-se todos os sepultamentos dentro da capital, com exceções para os ocorridos nos cemitérios dos Ingleses, da Misericórdia e do Hospital Militar. Também a Câmara de Recife regulamentou sobre o assunto em 1832. Antes mesmo da sua aprovação, a Câmara Municipal já se correspondia com o Presidente da Província, comunicando-lhe a pretensão de construir um cemitério e apresentando-lhe uma série de terrenos. Segundo suas disposições:

§1º Nenhum cadáver será enterrado dentro das igrejas, sacristias, claustros de convento ou qualquer outros lugares do recinto dos mesmos sob a pena de seus administradores pagarem 25\$600 rs. de condenação e os seus sacristãos sofrerem 6 dias de prisão por cada infração. Essa disposição terá o seu efeito desde que se estabeleçam cemitérios públicos ou haver procedido publicação da Câmara Municipal designando os lugares em que se deverão fazer os enterros definitivamente ou provisoriamente.⁴⁶

Em Cuiabá, essa preocupação se refletiu no primeiro código de posturas da cidade, elaborado em 1832, e que trazia os seguintes artigos:

Art. 9º - Nesta cidade se farão os cemitérios fora do recinto dos templos, para serem neles enterradas todas as pessoas de qualquer estado, ou condição, que seja. Depois de feitos, a Câmara organizará suas posturas.

Art. 10º - Semelhante serão feitos freguesias e capelas fora desta cidade, para que dentro das igrejas não se enterre pessoa alguma.⁴⁷

No caso de São Paulo, um novo código foi terminado em 1830. Embora não abrangesse todos os aspectos da lei de 1º de outubro, em especial no que se refere aos enterramentos nas igrejas, as recomendações dessa lei estavam presentes nas discussões e resoluções da Câmara Municipal desde os primeiros meses de 1829. Se houve poucos resultados imediatos, o regimento de 1828, serviu ao menos para catalisar os debates acerca dos sepultamentos nas diversas províncias do império, visto que até então, estes haviam se concentrado no município da Corte.

O Apelo Médico

Concomitantemente aos debates travados em cada uma das municipalidades brasileiras, observamos ao longo do século XIX mudanças significativas na medicina no

⁴⁶ Diário de Pernambuco. 05/08/1831. Nº 167. Posturas Municipais. Apud SANTOS, Manuela Arruda dos. *Recife: entre a sujeira e a falta de (com)postura) 1831-1845*. Recife, Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura Regional da Universidade Federal Rural de Pernambuco/UFRPE, Recife, 2009, p. 57.

⁴⁷ Código de Posturas Municipais de 1832. Apud ROCHA, Maria Aparecida Borges de Barros. *Igrejas e cemitérios: as transformações nas práticas de enterramentos na cidade de Cuiabá, 1850 a 1889*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2001, p. 23.

Brasil que contribuíram para a questão dos sepultamentos: a institucionalização do saber médico e a transferência de seu objeto de atuação, da doença para a prevenção⁴⁸.

Desejosos por uma atuação mais ampla, os médicos organizaram-se em associações científicas, sendo a mais importante delas a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro (SMRJ), concebida em 1829 com claras influências francesas⁴⁹. Dentre seus objetivos estava a pesquisa médica e a assessoria ao governo em temas relacionados à saúde pública. Definia-se como a “guarda vigilante da Saúde Pública”, que iria “esclarecer as questões numerosas que respeitam a salubridade nas grandes Cidades, e do Interior das Províncias do Império” e fazer avançar o “interesse da Humanidade”⁵⁰.

Por meio de jornais médicos, palestras públicas e relatórios, a SMRJ transformou-se num centro de discussão e divulgação das ideias higienistas em nível nacional, com representantes em várias cidades do império. Por uma questão de higiene pública, muitas de suas falas e páginas de seus periódicos foram dedicadas à crítica aos enterramentos, além de outros costumes funerários, como os dobres de sinos, os funerais demorados e o transporte dos cadáveres em redes e caixões precários⁵¹.

Já em 1830, a Sociedade de Medicina, condenava por meio de um relatório de sua comissão de salubridade geral os enterramentos nas igrejas⁵². Em 17/02/1831, um relatório dessa mesma Comissão⁵³ acusava a negligência do poder público quanto às condições higiênicas do Rio de Janeiro. O parecer sustentava que a contaminação do ar era causada pela ação dos miasmas, sobretudo pelas pútridas emanações provenientes dos cemitérios localizados no interior das igrejas, bem como do lixo e do esgoto lançados livremente pelas ruas e praias da cidade. Assinalava-se que as causas da infecção atmosférica já eram bem conhecidas e que por essa razão não havia justificativa para a omissão do poder público, este deveria promover o dessecamento dos pântanos, a transferência dos cemitérios para lugares mais adequados, a limpeza das ruas e a implantação de um sistema de esgotos.

⁴⁸ GONDRA, José Gonçalves. *Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte imperial*. Rio de Janeiro: Ed UERJ, 2004, p. 44.

⁴⁹ A influência francesa da SMRJ se reflete na própria reunião onde foi concebida. Num encontro na casa de um famoso médico francês aqui residente, José Francisco Xavier Sigaud. Aliás, dos cinco participantes dessa reunião, dois eram franceses e um italiano. Os brasileiros eram o mulato mineiro Joaquim Candido Soares Meireles, e o branco gaúcho José Martins da Cruz Jobim, depois senador do Império, ambos haviam estudado em Paris.

⁵⁰ REIS, João José. Op. cit., 1991, p. 259.

⁵¹ Idem, p. 132.

⁵² RODRIGUES, Cláudia. *Lugares dos mortos na cidade dos vivos, tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1997, p. 57.

⁵³ FERREIRA, Luiz Otávio. “Os periódicos médicos e a invenção de uma agenda sanitária para o Brasil (1827-43). In *História, Ciências, Saúde*. Manguinhos, Volume VI(2), pp. 331-51, jul-out 1999.

No ano seguinte, em meio ao medo de uma possível introdução do cólera-morbo no país, um novo parecer veio a público. O documento produzido pela Comissão de Salubridade Pública da SMRJ não era otimista quanto à chance de se evitar a instalação da epidemia. Advertia que em virtude da falta de estabelecimentos sanitários e da penúria financeira dos municípios parecia-lhes impossível a implantação imediata das medidas que se faziam necessárias. Além do afastamento dos cemitérios, indicavam a adoção da quarentena para os navios nos portos, a retirada dos escravos e mendigos da cidade, a adequação de hospitais para que estes não se transformassem em focos de propagação da moléstia e, além disso, recomendavam para que a população evitasse os exageros físicos e alimentares, cuidassem do asseio de suas residências e senzalas.

A pressão quanto aos problemas de salubridade pública também se fez presente nos primeiros periódicos médicos brasileiros. O pioneiro foi *O Propagador das Ciências Médicas* ou *Anais de Medicina, Cirurgia e Farmácia para o Império do Brasil e Nações Estrangeiras*, lançado pelo médico francês José Francisco Xavier Sigaud⁵⁴, em 1827. Posteriormente, Sigaud seria um dos membros fundadores da SMRJ e o responsável pela edição de seu primeiro periódico, o *Seminário de Saúde Pública*, que circulou entre os anos de 1831 e 1833. Neste, os artigos relacionados com a higiene predominavam, representando 33,2% de todas as publicações.

Tabela 14: Assunto e origem dos trabalhos publicados pelo Seminário de Saúde Pública (1831-1833)			
Assunto/Origem	Internacional	Nacional	Total
Higiene	23	59	82
Terapêutica	33	10	43
Clínica	21	13	34
Cirurgia	22	11	33
Profissão/Ensino	10	7	17
Fisiologia/Anatomia	12	3	15
Farmácia	4	5	9
Botânica/Zoologia	3	6	9
Física/Química	5	0	5
Total	133	114	247
Fonte: FERREIRA, Luiz Otávio. “O Viajante estático: José Francisco Xavier Sigaud e a circulação das ideias higienistas no Brasil oitocentista (1830-1844)”, In BASTOS, Cristiana; BARRETO, Renilda (organizadoras). <i>A circulação do Conhecimento: Medicina, Redes e Impérios</i> . Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2011, p.89			

⁵⁴ FERREIRA, Luiz Otávio. “O Viajante estático: José Francisco Xavier Sigaud e a circulação das ideias higienistas no Brasil oitocentista (1830-1844)”, In BASTOS, Cristiana; BARRETO, Renilda (organizadoras). *A circulação do Conhecimento: Medicina, Redes e Impérios*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2011, p.89.

Obras de relevância apareceram nesse período. Em 1832, foi publicada na Bahia a tese do médico Manuel Maurício Rebouças⁵⁵, defendida um ano antes na Escola de Medicina de Paris, obra considerada por João José Reis como o primeiro estudo nacional de fôlego sobre o tema dos sepultamentos. Rebouças pregava a transferência dos enterros para localidades fora do perímetro urbano, em lugares elevados e arejados, cercados de árvores que ajudassem a limpar o ar, longe de fontes de água potável e fora da rota dos ventos que soprassem para cidade. Os novos cemitérios deveriam ser organizados segundo normas técnicas estritas, a profundidade das covas seria de sete pés, mantendo-se uma distância conveniente entre elas, e um período de dois anos deveria separar um enterro de outro numa mesma quadra.

Ainda em 1832 foram criadas as Escolas de Medicina do Rio de Janeiro e de Salvador, seguindo os moldes franceses, instituições que vão alavancar a literatura médica. Com a organização dos médicos em torno dessas faculdades, sociedades e periódicos especializados a partir da década de 1830, esses puderam encampar uma verdadeira batalha pela reforma dos costumes da população brasileira. Formados em Paris ou Montpellier, ou mesmo nas novas Escolas de medicina do Rio de Janeiro e Salvador, os doutores influenciados pelos ideais da ilustração e pela crença no progresso, enxergavam-se como a vanguarda civilizatória do Brasil, e viam no seu saber, a medicina, o instrumento que levantaria o Brasil à altura da civilizada Europa.

Nesse caminho, a lista de maus hábitos a ser combatido era grande e variada: ia desde a disposição do lixo nas vias públicas, a falta de sistemas de coleta de esgoto, até os costumes funerários e alimentares⁵⁶. A reforma dos rituais que envolviam a Boa morte se fazia premente. A morte tal qual preconizada pelos médicos devia ser inodora, higiênica e silenciosa⁵⁷, bem diferente da visão predominante dos rituais de Boa Morte. Contudo, se esse discurso foi recebido favoravelmente pelas classes mais abastadas, ansiosas pela modernidade e pelo progresso, obtendo uma atenção crescente das autoridades imperiais, o povo era mais reticente às mudanças, valorizando suas tradições, seus rituais fúnebres e as práticas de curas “mágicas”.

⁵⁵ REBOUÇAS, Manuel Maurício. “Dissertação sobre as inhumações em geral”, exemplar da BNRJ, Apud REIS, João José. Op. Cit., 1991, p. 262.

⁵⁶ REIS, João José. Op. cit., 1991, p. 249.

⁵⁷ Idem, p. 266.

Problemas antigos: os excluídos

Antes mesmo de ser levantada a bandeira médica da higiene e salubridade pública, São Paulo já apresentava problemas com os sepultamentos nas igrejas. Muitas vezes, a população pobre e/ou indigente abandonava os corpos de seus parentes nas portas dos templos, buscando a caridade pública. Aqueles que não tinham condições de comprar uma sepultura dentro das igrejas e pagar o acompanhamento do pároco recorreriam ao auxílio de terceiros ou da própria instituição eclesiástica, sendo sepultados nos adros ou cemitérios adjacentes dos templos, locais sagrados, mas desprestigiados por sua localização exterior e concessão gratuita⁵⁸. Nesses casos, os abusos não eram poucos, o primeiro bispo de São Paulo, Dom Bernardo Rodrigues Nogueira (1746-1748), afirmava em 1748, que era praxe o depósito clandestino e abandono à noite dos cadáveres junto às igrejas, como havia ocorrido em data próxima ao seu relato, quando avistou o corpo de uma mulher branca, semidevorada por cães, depositado em um dos cantos da igreja matriz⁵⁹:

indo nós á Igreja que serve de Sé e vendo para um canto dela um vulto embrulhado em cousa branca, perguntando o que era se nos disse ser um defunto que ai foram por, e o era efeito. E chamado o pároco lhe dissemos que semelhantes desordens, e abuso se não deviam admitir por serem contra os preceitos e rituais da Igreja, e que ao menos ele, e a cruz deviam acompanhar todo o defunto pelo amor de Deus sendo pobre e não o sendo, pelo benesse costumado.⁶⁰

O prelado declarava não ser costume o acompanhamento dos defuntos pelos sacerdotes quando não expressamente chamados para tal fim e pagos por isso. Ocorria assim que os corpos dos pobres eram carregados em banguê e depositados à porta das igrejas, sem pároco nem cruz e sem cerimônia alguma. Pior destino teriam os escravos cujos senhores não se responsabilizassem pelo seu enterro. Muitos destes acabaram sepultados nos campos e matos. Tudo isso em evidente desacordo com o legislado pelas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, pelas quais:

Conforme a direito, nenhum defunto pode ser enterrado sem primeiro ser encomendado pelo seu Pároco, ou outro Sacerdote de seu mandado. Por tanto ordenamos e mandamos, que assim se cumpra, e execute em todo nosso Arcebispado [...] E, ainda que alguns defuntos se mandem enterrar fora de suas Freguesias, sempre serão acompanhados

⁵⁸ A gratuidade da sepultura nos adros era garantida pelas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, em seu livro quarto, Título LVI. Da Decência das sepulturas, e que se não vendão perpetuas, nem se concedão na capella-mor sem nossa licença, e do modo que haverá com os que se enterrão nas capellas fora das igrejas matrizes.

⁵⁹ TAUNAY, Affonso de E. *História da Cidade de São Paulo no século XVIII*, Volume XXXV da Coleção Departamento Cultura, publicado pela Divisão do Arquivo Histórico de São Paulo, 1949, volume um, parte 1, p. 234.

⁶⁰ Registro Geral da Câmara de São Paulo, volume IX, p. 99. Apud TAUNAY, Affonso de E. Op. cit., p. 235.

pelos seus Párocos, de quem em vida receberão Sacramentos; aos quais Párocos se dará a porção, que o direito dispõem [...]⁶¹

E porque na visita, que temos feito de todo nosso Arcebispado, achamos, (com muito grande magoa de nosso coração) que algumas pessoas esquecidas não só da alheia, mas da própria humanidade, mandão enterrar os seus escravos no campo, e mato, como se foram brutos animais sobre o que desejando Nós prover, e atalhar esta impiedade, mandamos, sob pena de excomunhão maior *ipso facto incurrenda*, e de cinquenta cruzados pagos do aljube, aplicados para o acusador, e sufrágios do escravo defunto, que nenhuma pessoa de qualquer estado, condição, e qualidade que seja, enterre, ou mande enterrar fora do sagrado defunto algum, sendo Cristão batizado, ao qual conforme o direito se deve dar sepultura Eclesiástica [...]⁶²

Devido a esta situação pouco religiosa e caridosa, Dom Bernardo Rodrigues Nogueira (1746-1748) determinou que não mais ocorresse um único sepultamento sem que um dos capelães da Sé, acompanhasse os pobres, pelo amor de Deus, e os mais, de cruz alçada. Entretanto, esta medida sofreu séria contestação da Câmara, já que com as novas determinações, os preços dos sepultamentos aumentariam consideravelmente.

Até 1748 era costume se pagar pelo enterro de um escravo a quantia de 1\$040 réis, sendo \$640 para uma missa de corpo presente, \$320 pela encomendação e \$160 para uma vela. Com as novas obrigações as despesas atingiam 3\$200, o que desagradou os senhores de escravos que se viam prejudicados.

Para além desses casos, os condenados à morte e aqueles que haviam sido atingidos por alguma doença contagiosa constituíam-se em um problema grave para o poder laico e religioso, no que se refere à sua destinação. Em tempos de epidemia, por exemplo, os variolosos eram enterrados na igreja matriz da freguesia do Ó.

O Cemitério da Glória

Para tentar solucionar o problema dos sepultamentos das camadas mais pobres e excluídas foi construído o cemitério da Glória ou dos Aflitos. A obra foi baseada na ideia dos cemitérios de bexigentos, afastados do núcleo urbano e, segundo consta, foi realizado à custa da Igreja para evitar os casos de pessoas sem sepultura. Localizado no caminho que levava para Santos, o campo santo foi concluído em 1774, entrando em funcionamento no ano seguinte, mas sendo sagrado apenas quatro anos depois, aos 27/06/1779 pelo bispo D. Frei Manoel da Ressurreição (1771-1789).

⁶¹ VIDE, Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, feitas e ordenadas pelo ilustríssimo e reverendíssimo D. Sebastião Monteiro da Vide. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2007, Livro Quarto, título XLV. Dos enterramentos, exéquias e suffragios dos defuntos. Como os defuntos hão de ser encommendados pelo seu Parocho, antes que vão a enterrar.

⁶² VIDE, Sebastião Monteiro da. Op. cit. Livro Quarto, Título LIII. Das sepulturas. Que os corpos dos fieis se enterrem em lugares Sagrados, e na sepultura que escolherem.

Detalhe da Região do Cemitério da Glória

Fonte: Mappa da cidade de São Paulo e seus subúrbios feito por Ordem do Exmo. Sr. Presidente o Marechal de Campo Manoel da Fonseca Lima e Silva, pelo Engenheiro civil C. A. Bresser, 1842. Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, São Paulo Antigo Plantas da Cidade, São Paulo: Editora Melhoramentos, 1954. Original pertencente à Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro.

Não se tratava de um cemitério público como seria o da Consolação, pois à ele seriam destinados apenas os cadáveres indesejáveis pelas diversas igrejas paulistanas. Para além do cemitério, foi edificada uma pequena capela, intitulada de Nossa Senhora dos Aflitos e entregue a zeladores e posteriormente a uma irmandade ali criada⁶³.

Nossa Senhora dos Aflitos representa a mãe de Jesus Cristo no momento em que este agonizava na cruz. Essa Santa é venerada pelo sentimento experimentado, a aflição, angústia e tristeza a que foi submetida durante a crucificação. Nesse sentido, há uma estreita ligação entre a Santa e os indivíduos ali sepultados. Eram indigentes falecidos no Hospital da Santa Casa e sepultados pela irmandade da Misericórdia. Os enforcados e os mortos na cadeia cuja sepultura ficava sob a responsabilidade da Câmara Municipal. Os escravos, cujo enterro era cobrado de seu senhor, e os livres e libertos muito pobres e que por esse motivo tinham isenção de taxas.

As sepulturas nesse cemitério levavam apenas uma cruz de pau, sem nomes, datas, bênçãos ou encomendações. “Era o cemitério dos anônimos, dos desprezíveis e dos indignos. Naturalmente era também o cemitério dos escravos”⁶⁴. Os corpos eram carregados no banguê, instrumento constituído de uma rede amarrada em uma madeira e

⁶³ De 1836 até 1852 sabemos que o zelador do cemitério era o Cônego Ildefonso Xavier Ferreira. Em 1857 funcionava dentro dessa capela a Irmandade de Nossa Senhora dos Aflitos.

⁶⁴ SEVCENKO, Nicolau. “A cidade metástasis e o urbanismo inflacionário: incursões na entropia paulista”, In *Revista USP*, São Paulo, nº 63, p. 16-35, setembro/novembro 2004, p. 19.

carregado por dois condutores pelas extremidades, ou por uma tosca padiola. Ser sepultado em suas quadras era sinônimo de vergonha e de desprestígio perante a sociedade. Vieira Bueno nos dá algum indício sobre o abandono e a falta de cerimônias nos enterros acontecidos nos Aflitos:

Para o enterramento da arraia miúda só havia um cemitério de pobre e humilde aparência, no fim da rua da Glória, que geralmente chamavam rua do cemitério. Dentro das taipas nuas, que o fechavam, crescia o ervaçal, havendo num dos lados um pequeno campanário, com um pequeno sino.

Ficava ele embaixo do morro da Forca, vulgo três Paus [...] O pequeno sino desse humilde campanário soava tristemente, quando lá em cima na Forca era cortado o baraço em que balouçava o cadáver de uma vítima do bárbaro suplício, e dali mesmo partia uma padiola para trazer o cadáver para ser enterrado.⁶⁵

Nem o cemitério, nem os corpos à ele destinados recebiam a devida atenção da Igreja, que era a sua responsável, visto que funcionou durante seus primeiros quatro anos sem que tivesse sido consagrado. Outro aspecto que demonstra a indiferença com que era tratado está relacionado com sua estrutura. Parte desse problema já se encontra explícito no relato de Vieira Bueno quando nos informa que lhe cobria o ervaçal. No entanto, o problema aparenta ter sido maior. Em 1852, o cemitério dos Aflitos não contava sequer com o equipamento básico para proceder aos enterramentos, “[...] no cemitério não há enxada, e nem pá para os enterros que ali se fazem, sendo por isso preciso fornecer-se ao carcereiro esses instrumentos para o enterro dos presos”⁶⁶.

A despeito dessa situação, as quadras da Glória foram responsáveis por 28,0% dos sepultamentos ocorridos na freguesia da Sé no primeiro semestre de 1816, e por 24,4% dos sepultamentos entre os anos de 1836-1837. Foi a localidade que mais recebeu corpos durante esse período.

Entre 1836-1837, dentre os 153 enterros ocorridos nos Aflitos, 77 (43,9%) eram de pessoas livres, 65 (42,4%) de escravos e 21 (13,7%) de libertos, 11 (7,1%) pessoas haviam falecido na Cadeia Pública, e 64 (41,8%) no Hospital de Caridade da Santa Casa da Santa Casa de Misericórdia, para onde eram enviados os que não tinham condições para pagar um tratamento médico em casa.

⁶⁵ BUENO, Francisco de Assis Vieira. “A Cidade de São Paulo: recordações evocadas da memória, notas históricas”, In MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de (org.). *Vida Cotidiana em São Paulo no século XIX: memórias, depoimentos, evocações*. São Paulo: Ateliê, 1999, p. 168.

⁶⁶ Atas da Câmara Municipal de São Paulo, Volume 38, p. 113.

Fonte: Arquivo da Cúria Metropolitana. Livro de Óbitos da Sé, 1836-1837

Apesar do elevado índice de enterramentos, os problemas de abandono de cadáveres ou dos sepultamentos clandestinos não acabaram com a sua construção. Tanto que, no dia 08/01/1831, o médico do corpo militar, Álvares Machado, apresentou uma proposta ao Governo Provincial, tentando regulamentar a questão dos enterramentos dos pobres, tendo em vista que os párocos se negavam a dar-lhes sepultura:

Posto que raros, contudo, vêm-se ainda exemplos dessa hedionda avareza com que os Párocos negam sepultura aos cadáveres, enquanto não aparece quem se obrigue pelos emolumentos que lhes são devidos pela encomendação e outros últimos ofícios prestados aos católicos. Sem dizer coisa alguma sobre este cúmulo de perversidade humana porque nada se pode dizer que contente o coração do homem que ainda é homem, cumpre unicamente remediar este mal e para isso proponho:

Art. 1º - Os Párocos da Província de São Paulo sob pena de perdimento do benefício ou emprego não deixarão de encomendar as Almas de todos os Cristãos Católicos sob pretexto de não haver quem lhes pague os emolumentos de tais encomendações.

Art. 3º Aos fabriqueiros compete dar sepultura aos mortos.

Art. 4º Os cadáveres dos pobres e cativos terão covagem gratuita e o Fabriqueiro que a isto se opuser será multado em 10\$000 rs. para despesas da Fabrica.⁶⁷

Interessante notar que enquanto o debate sobre a insalubridade dos sepultamentos dentro das igrejas ganhava cada vez mais relevância no contexto da medicina brasileira, em destaque para a cidade do Rio de Janeiro, o médico paulistano não chegou a reclamar das condições higiênicas desse costume. Sua crítica e seu projeto pesavam sobre a falta de caridade dos párocos, sobre o “cúmulo da perversidade humana que se nega a dar sepultura digna a um cristão”. Sua proposta acabou não sendo aprovada, mas motivou o Conselho Geral, por indicação do sacerdote Joaquim Manuel do Amaral Gurgel a encaminhar um ofício ao Bispo Diocesano Dom Manuel Joaquim

⁶⁷ Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Documentos do Primeiro Reinado. Doc. 383.

Gonçalves de Andrade (1827-1847) sobre o assunto, para que este instasse aos párocos sobre a obrigatoriedade de enterrarem os pobres em suas freguesias.

Nesse mesmo caminho um correspondente do *Farol Paulistano*, identificado apenas como “Um amigo da humanidade”, defendia em 25/02/1830, que as Câmaras Municipais deveriam denunciar e punir os párocos que assim procedessem. Pois segundo as Disposições do Ritual Romano do papa Paulo V (1605-1621):

Aos pobres que morrendo não tenham bens alguns, ou [...] tão poucos, de maneira que não possam eles ser enterrados á custa dos mesmos bens, dê-se-lhes sepultura no todo gratuita; e, sendo necessário, sejam feitos os gastos da cera á custa dos Sacerdotes, a quem pertence o cuidar do defunto, ou de alguma pia Irmandade, se a houver, segundo for o costume do lugar.⁶⁸

O Cemitério Protestante

A construção do cemitério dos Aflitos resolveu, em certa medida, o problema dos enterramentos de uma parcela significativa da população paulistana. Mas, a partir de 1808, com a abertura dos portos às nações amigas e posteriormente com a independência, a cidade de São Paulo passou a receber um número cada vez maior de estrangeiros protestantes, em destaque para os alemães. Até então eram poucos os estrangeiros que se aventuravam pela cidade, tão raros que chegavam a causar certo reboliço entre os moradores, como o relatado pelo inglês John Mawe, por volta de 1810:

Raramente estrangeiros visitam a cidade. [...] A nossa presença em São Paulo excitou de maneira indescritível a curiosidade do povo, que parecia nunca ter visto ingleses, até então; as próprias crianças demonstravam o seu espanto, algumas fugindo, outras contando os nossos dedos, constatando, admiradas, termos o mesmo número que elas. Muitos dos bons cidadãos convidaram-nos a ir às suas casas e mandaram chamar os amigos para que nos viessem ver. Como a casa que ocupávamos era muito grande, vimo-nos, frequentemente, cercados por uma multidão de jovens de ambos os sexos, que vinham até a porta para ver como comíamos e bebíamos. Sentimo-nos gratos ao verificar que esta admiração geral converteu-se num sentimento mais sociável; encontramos bom acolhimento em toda a parte e fomos convidados, várias vezes, para jantar com os habitantes.⁶⁹

Essa situação começou a mudar em dezembro de 1827, por ocasião da chegada dos primeiros imigrantes alemães a São Paulo, em vista de um plano de colonização do governo imperial. Assim, em dezembro de 1827 chegavam à província os primeiros 226 alemães a bordo da galera holandesa *Maria*, e provenientes da região de Bremen, aos quais foram se juntando outros grupos menores, que ao cabo de dois anos

⁶⁸ *Farol Paulistano*, de 25/02/1830, número 112.

⁶⁹ MAWE, John. *Viagens ao Interior do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978. Coleção Reconquista do Brasil, volume 33, p. 71.

representavam quase mil pessoas⁷⁰. Esses imigrantes foram inicialmente recebidos na capital, sendo posteriormente enviados para a aldeia de Itapecerica, e finalmente assentados no sertão de Santo Amaro, em fevereiro de 1829.

É nessa época que começam os primeiros problemas em relação aos enterros dos protestantes. Em 18/07/1828, devido ao falecimento de um jovem luterano, o diretor da colônia Dr. Justiniano de Mello Franco solicitou ao governo, em nome de todos os alemães protestantes instalados em Itapecerica, um terreno para que estes pudessem enterrar seus mortos conforme os seus ritos religiosos⁷¹. Não sabemos como o governo procedeu com essa questão, mas já em 1829 era edificado o primeiro cemitério protestante de São Paulo, o cemitério dos alemães, na antiga colônia agrícola estabelecida em Santo Amaro, atual bairro de Parelheiros⁷².

Com a decadência da colônia devido ao pouco apoio governamental, a grande distante em relação à vila de Santo Amaro (35 km) e a péssima qualidade das terras, os colonos começaram a deixar a região em direção ao interior e aos núcleos de Santo Amaro, Itapecerica e São Paulo⁷³. Deste modo, já em 1830 encontramos a seguinte distribuição: em Itapecerica habitavam 38 famílias alemãs, somando 163 pessoas, em Santo Amaro, incluída a colônia, existiam mais 62 famílias, totalizando 229 pessoas⁷⁴. Outras 25 famílias teriam se estabelecido no centro da cidade de São Paulo onde exerceriam as mais variadas atividades comerciais: eram pedreiros, farmacêuticos, relojoeiros, artesãos, donos de armazém e padaria⁷⁵, entre outras ocupações.

⁷⁰ SIRIANI, Silvia Cristina Lambert. *Uma São Paulo alemã: Vida quotidiana dos imigrantes germânicos na região da capital (1827-1889)*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2003.

⁷¹ ZENHA, Edmundo. *A Vila de Santo Amaro*. São Paulo: Instituto Histórico Geográfico de São Paulo, 1977, p. 67.

⁷² Esse cemitério funcionou até a década de 1990, mas desde a década de 1970, são comuns os relatos de seu total abandono. No ano 2000 a Associação dos Cemitérios Protestantes assumiu a sua administração, reabrindo-o, mas preservando as características históricas e culturais. Hoje está protegido por uma legislação de zoneamento, e em 2004 foi incluído na ZEPEC (Zona Especial de Preservação Cultural).

⁷³ Segundo SIRIANI, Silvia Cristina Lambert. *Uma São Paulo alemã: Vida quotidiana dos imigrantes germânicos na região da capital (1827-1889)*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2003. Duas regiões que apresentaram uma alta concentração de alemães foram as freguesias de Santa Ifigênia (após 1870 e 1880) e o Distrito do Sul da Sé, mais especificamente o atual bairro da liberdade, onde predominavam comerciantes e artesãos, coincidentemente no caminho que ligava a capital à vila de Santo Amaro.

⁷⁴ ZENHA, Edmundo. “A colônia Alemã de Santo Amaro, sua instalação em 1829”. *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*. São Paulo: Departamento de Cultura. Divisão do Arquivo Histórico, 1950, volume CXXXI, pp. 93-96.

⁷⁵ Para mais informações sobre essas famílias, seus nomes e atividades ver: RIBEIRO, Evanice Maria Höglér. *Os alemães dos núcleos coloniais de Santo Amaro e Itapecerica da Serra (1831-1914)*. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Orientado por Inez Garbuio Peralta. São Paulo, 2002.

Apesar dessa dispersão, até meados do XIX, os estrangeiros representaram uma população pequena nas áreas centrais de São Paulo. Segundo o censo de 1854, eram 656, entre católicos e protestantes, os que viviam nas freguesias da Sé, Santa Ifigênia e Brás, aproximadamente 5,4% da população dessas freguesias⁷⁶. Nem todos estes eram católicos, mas o aumento da população protestante trouxe consigo o problema dos sepultamentos desse segmento populacional. Segundo o exposto nas *Constituições Primeiras*, aos protestantes, hereges e cismáticos ficava vedada a sepultura eclesiástica. Os infratores, seja o pároco ou qualquer outra pessoa que transgredisse a lei, seriam punidos com a prisão, excomunhão e a pena de cinquenta cruzados (24\$000). Além disso, o corpo sepultado dentro da igreja deveria ser desenterrado e novamente sepultado em outra localidade, tudo à custa do infrator.

Ainda que regularmente a sepultura Eclesiástica é concedida ao cadáver de qualquer fiel Cristão, com tudo os Sagrados Cânones declaram alguns casos, porque se deve negar aos que neles caírem; os quais declaramos também nestas Constituições, assim para que os Párocos os não ignorem, como para que vendo os vivos que a Igreja castiga aos que cometeram em vida tão graves, e enormes pecados, separando-os depois de mortos da comunhão, e ajuntamento dos fieis, se abstenham de cometer semelhantes casos, e são os seguintes:

I. Não se dará sepultura Eclesiástica aos Judeus, Hereges, cismáticos, e apóstatas da nossa Santa Fé, que a Igreja tem julgado por tais, ou por outra via for notório que o são: nem aos que o favorecem, ou defendem. [...]

X. Aos infiéis, e pagãos, que nunca receberão, nem pedirão o Sacramento do Batismo, mas não se lhes negará Eclesiástica sepultura, constando por prova legítima, ao menos de duas testemunhas fidedignas, que na hora da morte clara, e expressamente pedirão o Batismo. [...]

E toda a pessoa, que contra a forma de direito, e desta Constituição enterra em lugar sagrado alguma pessoa, de quem se verifique algum dos casos acima declarados, por cuja causa lhe seja proibida sepultura Eclesiástica, além da excomunhão a Nós reservada, e outras penas, que por direito incorre a tal pessoa, ou seja Eclesiástica, ou secular, será preso, e do aljube pagará cinquenta cruzados, e á sua custa se fará logo desenterrar o corpo do defunto, podendo-se apartar dos corpos, e ossos dos fieis Cristãos, para se enterrar em outro lugar não sagrado. E sendo Pároco, ou Clérigo de Ordens Sacras será suspenso do Ofício, e Benefício até nossa mercê. E incorrerão na mesma pena os que na Igreja violada, ou interdita, derem sepultura Eclesiástica a pessoa alguma, salvo nos casos permitidos em direito.⁷⁷

Sendo assim, os protestantes não tinham lugares dignos para enterrar seus mortos. Por esse motivo e pela interdição à sepultura sagrada, alguns autores⁷⁸

⁷⁶ *Discurso com que o illustrissimo e excellentissimo senhor Dr. Antonio Roberto d'Almeida, vice-presidente da província de S. Paulo, abriu a Assembléa Legislativa Provincial no dia 15 de fevereiro de 1856.* S. Paulo, Typ. 2 de Dezembro de Antonio Louzada Antunes, 1856, s/ p.

⁷⁷ VIDE, Sebastião Monteiro da. Op. cit. Livro Quarto, Título LVII. Das pessoas, a quem se deve negar a sepultura ecclesiastica

⁷⁸ Entre eles: CAMARGO, Luis Soares de. Sepultamentos na cidade de São Paulo: 1800/1858. Dissertação de Mestrado PUC-SP, São Paulo, 1995. PAGOTO, Amanda Aparecida. Do Âmbito do sagrado da igreja ao cemitério Público: transformações fúnebres em São Paulo (1850-1860). São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004. REZENDE, Eduardo Coelho. *O Céu*

acreditam que eram destinados aos campos fora da cidade. Contudo, podiam ter sepultura no cemitério da Glória, como ocorreu em 14/05/1836, com Agostinho, alemão protestante de 40 anos, que recusou os últimos sacramentos, “por não querer”⁷⁹.

Mesmo o cemitério dos Aflitos não era desejado pelos protestantes que viviam na cidade, como podemos averiguar pelo célebre caso do alemão Julius Frank, afamado professor do Curso Anexo da Faculdade de Direito de São Francisco. Constantemente doente em decorrência de sua vida desregrada, Julius Frank adquiriu uma forte pneumonia após um banho no Anhangabaú que acabou por ceifar a sua vida na madrugada do dia 19/06/1841, quando tinha apenas 32 anos de idade.

Por ser protestante, o sepultamento de seu corpo nas igrejas era proibido, sobrando-lhe o cemitério da Glória. Seus alunos recusaram-se a enterrar seu amado professor no cemitério dos pobres e escravos, conseguindo-lhe uma sepultura dentro da própria faculdade onde ministrava suas aulas. Seu túmulo encontra-se até hoje num dos pátios da Faculdade de Direito, tendo sobrevivido a diversas reformas do edifício. Entre os relatos de sua morte, se destaca o romance histórico de Afonso Schmidt, em cujas páginas podemos imaginar como teria ocorrido a discussão entre os jovens estudantes:

Os Galvões, que embora jovens, eram muito circunspetos e dispunham de meios, chamaram logo a si a tarefa de prestar ao professor as últimas homenagens. Então, na roda dos íntimos, começou-se a falar de como e onde Júlio Frank seria enterrado. Disse alguém:

— Poderá ir para o cemitério da Glória.

— Não — disse o Ourique — nosso professor e amigo não deverá ser enterrado no cemitério dos pobres, como os mendigos, os enforcados, os escravos e as peças. Acho que devemos dar-lhe condigna sepultura.

— Será difícil — objetou Antônio Joaquim Ribas — porque sendo ele de origem protestante não permitirão o enterramento numa igreja.

Nesse ponto, José Antônio Pimenta Bueno, que já havia iniciado a sua luminosa carreira e, de passagem por São Paulo, fora fazer uma última visita ao amigo, lembrou-se daquela noite, na rua da Constituição, em que Júlio Frank, talvez por pilhéria, fizera uma melancólica profecia. Assim, de acordo com as palavras que ainda ecoavam em seus ouvidos, sugeriu:

— Vamos sepultá-lo na Faculdade; sei que ali existem outros mortos, do tempo em que ainda era convento.⁸⁰

A morte de Julius Frank serviu como ponto culminante para a tomada de atitude dos alemães protestantes residentes na cidade. Em 19/10/1842, Henrique Henrichen, enquanto procurador de diversos estrangeiros, encaminhou um requerimento à Câmara

aberto na terra: uma leitura dos cemitérios de São Paulo na geografia urbana. Dissertação de Mestrado, FFLCH/USP, São Paulo, 2004.

⁷⁹ Arquivo da Cúria Metropolitana. Livro de Óbitos da Sé, 1836, p. 52.

⁸⁰ SCHMIDT, Afonso. *A Sombra de Júlio Frank*. São Paulo: Associação dos Antigos Alunos da Faculdade de Direito da Universidade de Direito de São Paulo, 2008, p. 273.

Municipal solicitando a faculdade de fazer um cemitério no largo do Jardim Botânico⁸¹.

Alguns meses depois, em 19/01/1843, a Câmara dava o seu deferimento à obra:

A comissão permanente tendo em vista o requerimento incluso de Henrique Henrichsen como procurador de vários estrangeiros, que querem fazer um cemitério no largo do Jardim Botânico, sobre o que já informou favoravelmente o fiscal desta Câmara é de parecer favorável, declarando-se que a Câmara pela sua [...] convém no referido estabelecimento visto que pela localidade em que o projetam não pode prejudicar a salubridade da atmosfera⁸².

Esse documento é importante, pois revela a presença dos preceitos higienistas defendidos na época. Percebe-se a preocupação dos vereadores de que o cemitério fosse edificado numa área que não oferecesse riscos à salubridade pública, devidamente afastado e onde os ventos não pudessem levar os temíveis miasmas em direção ao núcleo urbano da cidade.

Detalhe da região do cemitério dos Alemães e do cemitério dos Protestantes (1851)

Fonte: Mappa da cidade de São Paulo e seus subúrbios feito por Ordem do Exmo. Sr. Presidente o Marechal de Campo Manoel da Fonseca Lima e Silva, pelo Engenheiro civil C. A. Bresser, 1842. Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, São Paulo Antigo Plantas da Cidade, São Paulo: Editora Melhoramentos, 1954. Original pertencente à Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro

⁸¹ Atas da Câmara Municipal de São Paulo, Volume 34, Sessão do dia 19/12/1842, p. 124.

⁸² Câmara Municipal de São Paulo, 19/01/1843. Coleção Papéis Avulsos, do Arquivo Histórico Municipal de São Paulo, Vol. 113, 1843.

Apesar da aprovação dos vereadores, a construção não foi realizada. Em 1845, foi requisitada pelas religiosas do Convento da Luz uma autorização da Câmara para que em um terreno contíguo ao seu convento fosse feito um cemitério para servir às religiosas e seus capelães⁸³. Entendendo que o terreno escolhido estava localizado distante do núcleo urbano e que não apresentaria nenhum perigo à saúde pública, os médicos da Câmara aprovaram-no e um cemitério foi ali edificado. Em 1851, parte deste seria concedido para o sepultamento dos estrangeiros católicos e protestantes. A parcela destinada aos estrangeiros católicos ficou denominada de cemitérios dos Alemães e a outra parcela ficou conhecida como o cemitério dos Protestantes, resolvendo assim a questão dos enterramentos dos seguidores das religiões cristãs não católicas.

Os debates acerca de um cemitério Público em São Paulo

Como vimos, o artigo 66º §2 da lei de 1º de outubro de 1828 atribuiu às câmaras municipais a tarefa de construírem cemitérios públicos fora do recinto dos templos. Nessa época, já existiam em São Paulo alguns cemitérios, o dos Aflitos e outros contíguos às igrejas, como na igreja do Rosário dos Homens Pretos. No entanto, estes eram lugares desprestigiados, pois o ideal de Boa Morte ditava que o corpo devia ser sepultado dentro de algum templo, e quanto mais próximo ao altar, melhor. Para além, o que se passa a discutir a partir dessa lei não é a construção de mais um cemitério de excluídos, mas um campo santo que seguisse estritamente os padrões higiênicos da época, afastado e público, para onde todos os indivíduos seriam enviados independentemente de sua origem social, cor ou raça. Diversas foram as tentativas da Câmara paulistana de colocar a medida em prática, o que veremos a partir de agora.

As primeiras deliberações (1829-1837)

À luz do regimento outubro de 1828, iniciaram-se no ano seguinte os debates que levariam à construção de um cemitério público municipal. Apesar de ser da alçada da Câmara, a primeira deliberação nesse sentido se deu na Assembleia Provincial de São Paulo, em 24/01/1829, com a proposta do Deputado Antonio Bernardo Bueno da Veiga:

Esta nossa Província sofre o foco de um tão transcendente mal epidêmico contra a saúde publica, e decência dos Templos, que [...] merece a atenção deste Conselho para o fazer remover quanto antes: mal este sido conservado, pelo prejuízo fanático de se enterrarem os cadáveres nos Templos, que sendo salutífera [...] para curar os males [...].

⁸³ LOUREIRO, Maria Amélia Salgado. *Origem Histórica dos Cemitérios*. São Paulo: Secretaria de Serviços e Obras da Prefeitura do Município de São Paulo, 1977, p. 60.

Os países civilizados, e providentes, que respeitam a saúde pública, como suprema lei, há muito tem abandonado este bárbaro prejuízo, que nos é tão degradante de nossa civilização, em que a província de Minas Gerais, sendo filha desta, se acha mais adiantada, tendo já há anos, desterrado este costume tão maléfico, mediando as providências, do seu Exmo. Diocesano, portanto – Proponho:

Artigo 1º - Que a Câmara desta cidade eleja e designe dois terrenos próprios nos seus subúrbios, um para a parte de Santa Ifigênia, e outro para o curral do matadouro, para se estabelecerem mais dois cemitérios universais, que sendo concluídos, ficarão proibidos os das igrejas, sendo livre a qualquer formar ali o seu túmulo para a sua família.

Artigo 2º - Que se depreque do nosso Exmo Diocesano que haja de ir aplicando algumas quantias das Obras pias para tão necessário e útil estabelecimento a bem da saúde publica e decência dos Templos, cooperando igualmente quanto couber de sua parte para com todos os párocos sobre estas tão interessantes providencias que sendo extensiva a toda província, todas as Câmaras devam também preencher os deveres de suas respectivas municipalidades.⁸⁴

O deputado defendia a criação de dois cemitérios na cidade, proposta que foi rejeitada sete dias depois talvez mesmo pela questão não ser de responsabilidade da Assembleia. Passado pouco tempo, a Câmara de São Paulo tomava as suas primeiras medidas em sessão do dia 21/03/1829⁸⁵. Nessa data, o vereador Joaquim Antonio Alves Alvim pediu a nomeação de uma comissão para exigir esclarecimentos do bispo sobre quais obstáculos impediam que se proibissem as sepulturas nas igrejas, que porção de terreno seria precisa e qual o local conveniente para a fundação de um novo cemitério.

Entretanto, o trajeto percorrido pelos reformistas não foi nada fácil. Os médicos, políticos e religiosos paulistanos tiveram um difícil caminho a percorrer antes de verem suas teorias e ideias aprovadas ou bem aceitas por uma grande parcela da população. Se legislar era mais fácil, colocar em prática a lei já se tornava bem mais complicado.

Entre 1829 e 1837, foram tomadas diversas providências sobre a construção de um cemitério público, mas as deliberações foram marcadas pela demora, paralisações e por uma série de entraves. Somente quatro meses após a indicação do vereador Alves Alvim, em sessão do dia 03/08/1829⁸⁶, é que a Câmara resolveu enviar um pedido de esclarecimento ao bispo Dom Manuel Joaquim Gonçalves de Andrade (1827-1847). Em Setembro, com um parecer favorável deste, encarrega-se uma comissão, formada pelos doutores Justiniano de Mello Franco, João Badaró⁸⁷ e o cirurgião-mor Candido Gonçalves Gomide para escolher a melhor localidade para um cemitério.

⁸⁴ ALESP, Indicação de terrenos para a criação de cemitérios fora da cidade. Documento 23340, Código 39, Caixa C-29, 1829.

⁸⁵ Atas da Câmara Municipal de São Paulo, Sessão Ordinária de 21/03/1829. Volume 24, p. 335-336.

⁸⁶ Atas da Câmara Municipal de São Paulo, Sessão Ordinária de 03/08/1829. Volume 24, p. 482.

⁸⁷ Giovanni Battista Libero Badaró, era italiano, médico, e mudou-se para o Brasil em 1826, radicando-se na cidade de São Paulo em 1828. Destacou-se pelo seu posicionamento liberal, tendo fundado na capital paulistana um jornal, *O Observador Constitucional*. Na noite de 20 de novembro de 1830 foi assassinado por quatro alemães, provavelmente por uma desavença política.

Por sinal, os referidos médicos não pareciam muito preocupados com esse problema à época, visto que demoraram 11 meses para responder os insistentes requerimentos da Câmara, indicando apenas em 07/08/1830 um terreno no alto do Piques, contíguo à Capela da Consolação como o mais adequado⁸⁸. Por sua vez, logo após a apresentação desse parecer, as deliberações da municipalidade se interrompem.

Em vista disso, o Presidente de Província Manoel Teodoro de Araujo Azambuja, em ofício de 01/07/1831⁸⁹ pedia para que a Câmara desse cumprimento ao §2 do artigo 66 da Lei de 1º de outubro de 1828. Os vereadores então voltaram a oficiar ao bispo diocesano em 29/02/1832⁹⁰, inquirindo-lhe quais as providências que havia tomado.

Apenas na sessão de 17/07/1832⁹¹, após vários ofícios da Câmara, chegou a resposta do prelado, informando que nada tinha feito por não considerar o tema de seu encargo. Nesse momento, há claro um desentendimento entre os vereadores e o bispo sobre qual seria a atribuição de cada um. De acordo com os vereadores, era de sua responsabilidade apenas confeccionar leis e posturas, ficando a construção a cargo da Igreja. O Bispo, em réplica, acusava a municipalidade de não entender o exposto no artigo da lei não acreditando ser da alçada da Igreja a construção de um cemitério.

Com esse choque com o bispo, a Câmara decide, em 21/08/1832⁹², realizar o empreendimento por conta própria, mudando o local escolhido das proximidades da capela da Consolação para um terreno pertencente ao Convento da Luz, contíguo ao Hospital dos Lázaros, por ser este mais fácil de conseguir. Nomeou-se para isso uma comissão formada pelos vereadores Alves Alvim, Nogueira e Santos Silva para avaliar o terreno, contudo, os três vereadores deixam a Câmara em questão de poucos meses, ou por motivos médicos ou pelo final de seus mandatos.

A partir daí o tema, que já andava a passos muito lentos, fica esquecido, reaparecendo apenas em 1834, em razão do medo que a invasão do cólera-morbo causava no país. Em abril daquele ano, a sociedade de medicina do Rio de Janeiro encaminhou à Câmara Municipal de São Paulo um parecer informando as medidas que deveriam ser tomadas para evitar o ingresso da epidemia. Os vereadores encarregaram então aos médicos Candido Gonçalves Gomide e Constâncio José Xavier Soares da análise do parecer, vendo no que este poderia ser aplicado para São Paulo. Assim, em

⁸⁸ Atas da Câmara Municipal de São Paulo, Sessão Ordinária de 07/08/1830. Volume 25, p. 200.

⁸⁹ Registro Geral da Câmara Municipal de São Paulo, 01/07/1831. Volume 21, p. 159.

⁹⁰ Registro Geral da Câmara Municipal de São Paulo, 29/02/1832. Volume 22, p. 90.

⁹¹ Atas da Câmara Municipal de São Paulo, Sessão Extraordinária de 17/07/1832. Volume 26, p. 491.

⁹² Atas da Câmara Municipal de São Paulo, Sessão Ordinária de 21/08/1832. Volume 26, p. 530.

29/07/1834, era apresentado pelos dois médicos paulistanos um relatório. No que se refere aos sepultamentos dentro das igrejas:

Os abaixo assinados recomendam com veemência para que a Câmara Municipal cuide do estabelecimento de cemitério fora da cidade a fim de que prontamente se prescreva o bárbaro costume de fazerem-se as inumações dos cadáveres dentro do recinto das Igrejas, costume que lesa sobremaneira a saúde dos cidadãos.⁹³

Ainda como consequência do medo do cólera-morbo, Vicente Pires da Mota, sacerdote e presidente de província à época, oficiou à Câmara Municipal, em 30/08/1834, pedindo para que se desse real cumprimento à lei de 1º de Outubro de 1828, no referente aos sepultamentos⁹⁴. Em vista do exposto, os vereadores nomeiam no dia 14/11/1834⁹⁵, uma nova comissão formada pelo coronel Antonio da Silva Prado, pelo Doutor Rodrigo Antonio Monteiro de Barros e José Manoel de França para que tratassem da aquisição do terreno das religiosas da Luz. Dessa forma, o ano de 1835 foi marcado pela tentativa de diálogo com as religiosas, que repetidas vezes se negaram a vender o terreno pretendido, numa das correspondências a comissão informava:

não vendo as religiosas qual a vantagem que disso lhes viria, para compensar a cessão de um pequeno terrão, quase única propriedade que o recolhimento desfrutava, e mesmo, para lhes tornar mais suscetível o vexame que viriam a sofrer com a proximidade de um estabelecimento tão incompatível com o isolamento que é da essência do seu instituto, resolverão elas de acordo com o mesmo Exmo Diocesano, que faltariam a verdade se não declarassem francamente que ser lhes ia sobremaneira penoso anuir ao que pretende a Câmara.⁹⁶

No entremeio das negociações, a Assembleia Provincial e o presidente de província passaram a cobrar atitudes mais contundentes da Câmara Municipal. Em sessão de 09/02/1835⁹⁷ o deputado Ildefonso Xavier Ferreira oferecia um projeto de lei ordenando a Câmara a proibir os sepultamentos nas igrejas, por essa prática ser contra o “bem ser e saúde pública”. O cônego Ildefonso acreditava que o cemitério dos Aflitos era suficiente pra a demanda da capital, mas caso não fosse, seu projeto ordenava que a municipalidade escolhesse, o quanto antes, um terreno adequado para esse fim. Também o presidente de província, o liberal Rafael Tobias de Aguiar,

⁹³ Atas da Câmara Municipal de São Paulo, Sessão Ordinária de 29/07/1834. Volume 27, p. 394.

⁹⁴ Registro Geral da Câmara Municipal de São Paulo, Ofício de 30/08/1834. Volume 24, p. 184-185.

⁹⁵ Atas da Câmara Municipal de São Paulo, Sessão Extraordinária de 14/11/1834. Volume 27, p. 518. E Registro Geral da Câmara Municipal de São Paulo, Ofício de 14/11/1834. Volume 24, p. 241.

⁹⁶ ALESP. Caixa 325, código 39, documento 11442. Solicitação de Desapropriação de terreno para a construção de cemitério, 1837. Documento anexo: Ofício de 12/12/1834.

⁹⁷ ALESP, Anais da Assembleia Legislativa Provincial, de 09/02/1835, ano 1835-1836, p. 48-49.

ordenava em maio de 1835⁹⁸ para que a Câmara marcasse em prazo breve o lugar onde seria construído o cemitério, em comum acordo com a autoridade eclesiástica e que se declarasse quais os fundos necessários para a sua efetivação.

Como consequência dessa pressão, os vereadores responderam ao presidente de província, no dia 09/07/1835⁹⁹, informando que a Câmara não possuía os meios pecuniários e por isso requeria à Assembleia Legislativa Provincial a conversão do rendimento das fábricas eclesiásticas¹⁰⁰ em favor do estabelecimento de um cemitério de interesse civil e religioso. Sobre o terreno, informava que caso não encontrasse outro apropriado, pediria à mesma Assembleia a desapropriação do cercado pertencente ao Convento da Luz. Assim, em sessão de 27/01/1836¹⁰¹, tendo em vista a constante negativa das religiosas, os vereadores decidem pelo pedido de desapropriação.

Novamente em 1836, a pressão da Assembleia Provincial se fez presente. Em 12/02¹⁰², o deputado José Antonio Pimenta Bueno oferecia um projeto proibindo os sepultamentos para toda a província. Tratava-se de um decreto quase idêntico ao aprovado pelo governo Português em setembro de 1835, determinando a construção de cemitérios fora das cidades com um número de sepulturas suficientes para que não houvesse enterros num prazo de cinco anos em cada cova, e estipulando a sua profundidade, espaço de separação, prazos de construção e multas às Câmaras e párocos infratores à medida. Como consequência do debate, a Assembleia Legislativa decide no dia 18/02/1836¹⁰³, oficializar ao Presidente de Província para que este cobrasse das Câmaras municipais planos e orçamentos, meios de se conseguir o capital, e informações sobre as quantias que as fábricas e irmandades poderiam auxiliar nas obras para os cemitérios públicos, remetendo-os impreterivelmente até o dia 30/11/1836.

⁹⁸ Registro Geral da Câmara Municipal de São Paulo, Ofício de 04/05/1835. Volume 25, p. 109.

⁹⁹ Atas da Câmara Municipal de São Paulo, Sessão Extraordinária de 09/07/1835, Volume 28, p. 101.

¹⁰⁰ A administração das rendas e do patrimônio das igrejas e capelas era contralado pelas fábricas eclesiásticas. As paróquias e capelas fundadas pelos monarcas recebiam da fazenda real um dote para constituir suas fábricas. Esse dote deveria ser enviado todos os anos. No caso das capelas erigidas por leigos, ordenavam as Constituições que os fundadores deveriam dotar ao menos de seis mil réis as fábricas todos os anos. Além disso, parte das taxas cobradas por ocasião das missas festivas e fúnebres, enterros, multas e rendas territoriais pertenciam à fábrica da igreja. No entanto, os dotes das fábricas não se mostravam suficientes às necessidades materiais das igrejas e, por outro lado, os párocos tinham dificuldade de submeter as atividades dos fabriqueiros à sua autoridade como ordenavam os bispos. Apud ZANON, Dalila. "A missa e a fábrica: tentativas de controle dos espaços das igrejas pelos bispos coloniais paulistas (1745-1796)". *Revista História*, São Paulo, volume 28(2), 2009, p.79-106, p. 95.

¹⁰¹ Atas da Câmara Municipal de São Paulo, Sessão Ordinária de 27/01/1836, Volume 29, p. 19.

¹⁰² ALESP, Anais da Assembleia Legislativa Provincial, de 12/02/1836, ano 1835-1836, pp. 56-61

¹⁰³ Registro Geral da Câmara Municipal de São Paulo, Ofício de 18/02/1836. Volume 26, p. 109-110.

Em abril de 1836¹⁰⁴, o Presidente de Província, José Cesário de Miranda Ribeiro cobrava à Câmara paulistana para que prestasse as informações solicitadas. Esta por sua vez, no dia 10/12/1836¹⁰⁵ aprovava o seu parecer: o cemitério seria construído no terreno das religiosas da Luz e, além disso, todas as irmandades, confrarias, ordens terceiras, recolhimentos e a Santa Casa de Misericórdia seriam como uma espécie de “associadas” ao novo campo santo, já que participariam com o capital necessário para a construção. Cada uma destas deveria pagar 10% de sua renda anual para a edificação, com exceção da Santa Casa de Misericórdia que por ser mais rica e contar com apoio do Estado daria 12% anualmente. Em troca deste “empréstimo”, essas entidades teriam assegurado a todos os seus irmãos uma sepultura gratuita no lugar determinado a pertencer a cada uma delas e ao final do “empréstimo”, não precisariam pagar nada para enterrarem seus filiados¹⁰⁶, continuando a receber as taxas relativas ao serviço funerário explicitadas em seus estatutos. Configurava-se, portanto, apenas numa espécie de transferência de local de sepulturas: de dentro das igrejas para um cemitério a céu aberto, respeitando-se a autoridade das irmandades e confrarias nesse assunto. Já as pessoas que não pertencessem a nenhuma dessas associações continuariam a pagar o mesmo que dariam caso fossem enterradas em qualquer igreja da cidade.

No entanto, devido à negação das religiosas e a demora no trâmite legal da desapropriação do terreno esse parecer pouco caminhou no sentido prático de sua concretização, sendo o assunto do cemitério esquecido por um longo período. Ao que tudo indica a demora das autoridades municipais foi algo recorrente e uma atitude não exclusiva da Câmara paulistana. Desde 1829 o assunto vinha sendo discutido, mas ainda em 1836, quase nada tinha sido realizado. Essa letargia provinha da falta de recursos. Como o governo provincial não enviava dinheiro para a construção de cemitérios, cada vila procurou obtê-lo através de seus meios. A Câmara de Porto Feliz, por exemplo, estipulou a quantia de \$160 réis por habitante acima de dez anos, pagos pelo espaço de quatro anos, para a construção de um cemitério e de uma cadeia naquela vila¹⁰⁷. Já o prefeito de Franca apelou para a caridade e benevolência da população, mas nada conseguiu, apesar de ter contado com o apoio do pároco local.

¹⁰⁴ Registro Geral da Câmara Municipal de São Paulo, Ofício de 27/04/1836. Volume 26, p. 110.

¹⁰⁵ Atas da Câmara Municipal de São Paulo, Sessão extraordinária de 10/12/1836, Volume 29, p. 128.

¹⁰⁶ Parecer aprovado pela Câmara Municipal desta cidade em sessão de 10/12/1836. *O Paulista Official*, 24/12/1836.

¹⁰⁷ *O Paulista Official*. São Paulo, 26/03/1836.

As Câmaras não tinham rendas suficientes. A população, em geral, não contribuía para que os cemitérios ao ar livre fossem construídos, apesar dos esforços de prefeitos e vereadores, pois estes iam contra as crenças populares da Boa Morte. A Igreja, apesar da simpatia de parcela dos clérigos na defesa do fim desse costume, não tinha interesse em despendar seus poucos recursos nessas obras, e as irmandades, por sua vez, já possuíam seus jazigos próprios. Muito ainda precisaria ser feito para que os cemitérios saíssem do campo das ideias.

Novas tentativas (1849-1850)

Somente em julho de 1849¹⁰⁸ é que o tema dos enterramentos nas igrejas vai voltar à tona. Nessa data o vereador Gabriel José Rodrigues dos Santos propôs a nomeação de uma comissão para informar à Câmara se existiam cemitérios apropriados nas diversas paróquias da cidade e, em caso negativo, quais os lugares mais adequados para sua edificação. Todavia, com a suspensão da Câmara Municipal no dia 13/09/1849, devido ao não cumprimento das ordens do Governo, as discussões terminaram precipitadamente.

Apesar da dissolução, o tema não sairia mais de pauta, voltando a carga no ano seguinte e ganhando cada vez mais destaque a partir de então. Acontece que ao contrário do ocorrido na década de 1830 quando o Brasil e São Paulo foram ameaçados pela febre amarela e o cólera-morbo, mas não diretamente atingidos, os anos de 1850 foram palco das primeiras grandes epidemias que atingiram o império e geraram medo entre os legisladores e o povo, impulsionando-os a agir.

Já em dezembro de 1849, a febre amarela irrompeu no país. Foi trazida a Salvador por um brigue norte-americano que transportava amarelentos contaminados de Nova Orleans. Em dezembro tinha se transportado para o Recife, local onde teriam falecido quase três mil pessoas. No Rio Grande do Norte, somente em Natal e em São José do Mipibu houve cerca de 200 vítimas fatais. No Ceará, o primeiro surto perdurou por dois anos, e em Belém aproximadamente 4% da população teria morrido em algumas semanas. Em janeiro ela chegava a São Luís do Maranhão e Maceió.

No Rio de Janeiro, os primeiros casos apareceram em fins de dezembro de 1849 nos tripulantes de uma pequena embarcação norte-americana, o *Navarre*, vinda de Salvador. O barco não se submeteu a quarentena porque não se tinha notícias confirmadas da epidemia na Bahia, e quando o médico alemão Robert Christian

¹⁰⁸ Atas da Câmara Municipal de São Paulo, Sessão Ordinária de 05/07/1849. Volume 37, p. 179-180.

Berthold Avé-Lallemant diagnosticou os primeiros casos, era tarde demais. A doença alastrou-se, e em pouco tempo prostrou dez mil pessoas na capital, das quais faleceram duas mil, aproximadamente. Destes, os estrangeiros eram os mais atacados.

Particularmente intenso, o surto apavorou os habitantes da Corte, que abandonaram a cidade e refugiaram-se nos seus morros e subúrbios. Também o jovem imperador D. Pedro II, acompanhado de toda a sua família, partiu para Petrópolis. Entre os caídos figuraram vítimas de renome, como Bernardo Pereira de Vasconcellos¹⁰⁹ e Manuel Antônio Galvão¹¹⁰. Do Rio, a febre propagou-se para o Sul, devastando o porto de Santos e manifestando-se em outras vilas costeiras de São Paulo e Paraná.

Esse primeiro surto da febre amarela serviu de aviso para as autoridades imperiais, que passaram a se preocupar mais detidamente com as questões de saúde pública. Em fevereiro de 1850, o Ministro do Império, José da Costa Carvalho, nomeou uma Comissão Central de Saúde Pública, incumbida de propor ao Governo providências para prevenir o progresso da doença. Para além da recomendação de medidas preventivas um pouco tardias, como a quarentena dos navios, essa Comissão Central daria origem em setembro daquele ano à Junta Central de Higiene Pública, instituição que centralizou todos os aparelhos de saúde do império: a Provedoria de Saúde do Porto, o Instituto Vacínico, e as recém-criadas Comissões Higiênicas Provinciais. Ademais, em setembro de 1850, a Câmara Geral e o Senado aprovavam um crédito extraordinário, no valor de 200:000\$000 de réis, para a realização dos melhoramentos do estado sanitário da capital e de outras províncias afetadas pela epidemia.

O medo causado pela febre amarela não passou incólume pela Câmara Municipal de São Paulo. Em 17/05/1850, o vereador Dr. Silveira Mota propunha uma postura vetando de imediato os enterramentos nas igrejas¹¹¹ e concedendo às fábricas eclesiásticas, irmandades e ordens terceiras um prazo de três meses para requerer à

¹⁰⁹ Nascido em Vila Rica, em 27/08/1795, faleceu no Rio de Janeiro em 01/05/1850. Foi um político, jornalista, parlamentar, administrador e legislador. Ocupou sucessivamente como ministro as pastas da Fazenda (1831), Justiça e Império (1837). Foi dos mentores e fundadores do Partido Conservador, depois de ter militado nas alas liberais. Dentre as suas contribuições à política nacional estão: o Ato Adicional e os Códigos Civil e Criminal. Foi fundador do Arquivo Nacional e do Colégio Pedro II, e autor de diversos artigos para *O universal* (1825), em Ouro Preto, *o Sete de Abril* (1833 a 1837) e a *Sentinella* (1842), no Rio de Janeiro.

¹¹⁰ Nasceu em Salvador em 03/01/1791 e faleceu em 21/03/1850 no Rio de Janeiro. Foi presidente das províncias de Alagoas (1829-1830), Espírito Santo (1830), Minas Gerais (1831), Rio Grande do Sul (1831-1833 e 1846-1848) e Bahia (1835). Foi também deputado provincial, deputado geral, ministro do Supremo Tribunal e Senador do Império entre os anos de 1844 e 1850.

¹¹¹ Atas da Câmara Municipal de São Paulo, Sessão Extraordinária de 17/05/1850. Volume 38, p. 46-47; e Sessão Extraordinária de 10/06/1850, Volume 38, p. 54-55.

Câmara a aprovação de terrenos para a fundação de seus cemitérios próprios, findo este prazo, os sepultamentos se fariam unicamente no cemitério dos Aflitos.

Em 28/05/1850¹¹², oficiava-se ao vigário capitular Lourenço Justiniano Ferreira, informando que uma comissão formada pelos vereadores Jose Inácio Silveira da Mota e Antonio Jose Ribeiro da Silva havia sido designada para indicar o lugar mais adequado para a construção de um novo cemitério. Alguns dias mais tarde, em sessão do dia 10/06/1850¹¹³, a comissão indicava um terreno fronteiro ao largo do Arouche e com face para a travessa do Campo Redondo para o estabelecimento do cemitério municipal.

Devido à epidemia, os sepultamentos estavam na ordem do dia, e em 17/06/1850, concluíam-se as discussões sobre a postura do vereador Jose Inácio Silveira da Mota citada anteriormente, e que ficou aprovada nos seguintes termos:

Artigo 1º. – Logo que esteja concluído o cemitério municipal ficam proibidas as inumações nas Igrejas desta cidade.

Artigo 2º – As Fabricas das Matrizes Irmandades, Ordens Religiosas, Recolhimentos, e Ordens Terceiras, que quiserem ter cemitérios especiais, ficam obrigadas a requererem á esta Câmara a designação de lugar próprio ou aprovação do terreno que indicarem, ouvindo a Câmara a competente autoridade eclesiástica.

¹¹² Atas da Câmara Municipal de São Paulo, Sessão Extraordinária de 28/05/1850. Volume 38, p. 47-50.

¹¹³ Atas da Câmara Municipal de São Paulo, Sessão Extraordinária de 10/06/1850. Volume 38, pp. 54-55.

Artigo 3º – A Câmara poderá arrendar perpetua, ou temporariamente a indivíduos, ou Corporações Religiosas, cada braça quadrada do terreno do cemitério a 1\$000 rs. por ano para estabelecimento de sepulturas ou catacumbas exclusivas para suas famílias ou membros das ditas corporações.

Artigo 4º – Os indivíduos, ou corporações que quiserem remir-se deste foro pagarão por cada braça quadrada 20\$000 rs.

Artigo 5º – Por cada inumação no terreno do cemitério que não for arrendado, se pagará o que for marcado nos Regulamentos; para os pobres serão as sepulturas gratuitas, apresentando-se atestados dos respectivos vigários.¹¹⁴

Nessa mesma sessão foi recebido um parecer da comissão especial apontando que após conferência com o vigário capitular, este teria se mostrado satisfeito, pedindo somente que o cemitério fosse “todo murado, o terreno limpo e edificada uma pequena capela de um só altar; assegurando Sua Reverendíssima que mandaria santificar o lugar logo que a Câmara lhe comunique a conclusão das obras”. Bastante animados, os edis determinaram que o Capitão José Jacques da Costa Ourique procedesse com uma planta e orçamento, e que se comunicasse ao Governo provincial solicitando auxílio financeiro para a realização de uma obra de “tão transcendente utilidade pública”¹¹⁵. Já na sessão de 14/08/1850, após quase dois meses de trabalho, o orçamento ficou pronto e foi aprovado. Sua despesa total ficara orçada em 4:809\$200 réis, a saber:

Importância dos muros, 3 taipas de altura, e meio de alicerce	1:092\$000
11 milheiros de telhas a 30\$ rs	330\$000
240 taipões sapata a \$480 rs	115\$000
1 pedreiro em 40 dia a 1\$000	40\$000
2 serventes em dito tempo a \$400	32\$000
Reboque e caiação dos muros	400\$000
Portão de ferro e colunas	800\$000
Capela como ficou dito	2:000\$000 ¹¹⁶

Dessa forma, em 14/08/1850, era encaminhado um ofício¹¹⁷ para o presidente da Província, o sacerdote Vicente Pires da Mota, para que auxiliasse com a quantia necessária, devido aos gastos serem muito grandes para os rendimentos municipais. De fato, o orçamento do campo santo representaria aproximadamente 27% de todo o rendimento municipal previsto para aquele ano fiscal, um total de 17:636\$774¹¹⁸.

É interessante perceber que nesse momento as percepções e atitudes da população em relação aos cemitérios estavam mudando. Prova disso aparece em 1851. Em julho deste ano, vem a público um abaixo assinado, contendo firmas de dezenove

¹¹⁴ Atas da Câmara Municipal de São Paulo, Sessão Extraordinária de 17/06/1850. Volume 38, pp. 56-59.

¹¹⁵ Idem.

¹¹⁶ Atas da Câmara Municipal de São Paulo, Sessão Ordinária de 14/08/1850. Volume 38, pp. 72-73.

¹¹⁷ Idem.

¹¹⁸ Coleção das leis promulgadas pela Assembleia da Província de São Paulo. São Paulo: Tipografia a Vapor de Jorge Seckler, 1835-1889.

moradores do entorno do cemitério dos Aflitos, que pediam a mudança deste para outra localidade, visto serem os “cemitérios em geral foco de miasmas que desenvolvem muitas enfermidades que atacam a vizinhança”¹¹⁹. Nesse mesmo ano, o delegado de polícia enviava o seguinte ofício ao Presidente de Província:

Illmo. Snr.

Sou informado por pessoa fidedigna, que nas igrejas do Convento e Ordem 3ª de São Francisco, Terceira do Carmo, Rosário dos Homens Pretos, São Gonçalo, estão as sepulturas cheias e, como não recusam aceitar cadáveres, abrem aquelas fora de tempo e fazem inumações em lugares que não são próprios, desenterrando corpos muitíssimo extemporaneamente, e sepultando novos quase a flor da terra em covas que a pouco foram ocupadas e que ainda o estão.

Não está nas minhas atribuições entender nestes fatos pela falta de posturas que de a longo tempo por diversas vezes se tem solicitado da Câmara Municipal por intermédio de V. Sa. E do Governo da província havendo-se proposto para maior facilidade a adoção das Posturas da Corte em que esta matéria suficientemente se acha providenciada, por isso não podendo o atual estado de semelhantes coisas continuar sem graves prejuízos da saúde pública, principalmente agora que entra o verão, apresento a V. S. as reflexões acima para que se digne solicitar as providências em tal caso necessário.¹²⁰

Também Francisco de Assis Vieira Bueno, nascido em 1816, e, portanto, contemporâneo dessas mudanças, observou em suas memórias o hábito anti-higiênico dos enterros nas igrejas. O autor relatou que as ordens terceiras tinham jazigos mais decentes, pois suas catacumbas eram fora do recinto dos templos e hermeticamente fechadas, no entanto, o hábito “horroroso” continuava nas igrejas das irmandades. Vieira Bueno creditava inclusive ter contraído uma cefalalgia na igreja da Sé pelo excesso de contato com os miasmas de uma das sepulturas.

O maior desacato, que naqueles tempos se praticava nas igrejas, aliás inconscientemente, sem intenção irreverente, ao contrário, com a prática de abrigar em lugares sagrados os restos mortais dos que faleciam, era o de converta-las em cemitérios; focos imundos de pestilência, sem a mínima preocupação de higiene. Somente os conventos e as Ordens Terceiras tinham jazigos mais decentes, anexos às respectivas igrejas, mas fora de seus recintos, que consistiam em fileiras superpostas de carneiros, feitos dentro de grossas paredes, os quais, depois de depositados os cadáveres, eram hermeticamente fechados com tijolos e cal. Mas em tais tijolos eram sepultados somente os frades dos respectivos conventos, ou os terceiros das respectivas Ordens, a cujo grêmio pertencia a maioria da gente mais grada. A gente do meio, geralmente agremiada nas irmandades religiosas, era sepultada dentro das igrejas, a elas pertencentes. Isso então era um horror. No desconjuntado soalho (quando havia soalho) divisavam-se fileiras de sepulturas, assinaladas por campas feitas de tábuas. Levantadas estas, cavava-se a terra já saturada de podridão, e mesclada de ossos, e abrindo-se uma cova, que nem sempre era profunda, ali depositado o cadáver, que geralmente não tinha caixão mortuário, punha-se por cima a mesma terra cavada, que era socada com pilões iguais aos que serviam para socar taipas. Imagine-se que ar metífico enchia tais igrejas, e a que perigo de infecção se expunham as mulheres, passando horas sentadas sobre o

¹¹⁹ Arquivo Municipal Washington Luís, Coleção Papéis avulsos, volume 157, 1851, Abaixo assinado pela mudança do cemitério dos Aflitos e do local da Força.

¹²⁰ Arquivo Municipal Washington Luís. Coleção Papéis Avulsos, volume 157, 1851, doc 118.

pavimento, pois naquele tempo não havia assentos . Eu, quando menino, sofri terrível cefalalgia contraída na Igreja da Sé, por ter estado algum tempo debruçado sobre a balaustrada lateral, vendo abrir-se ao pé uma das tais sepulturas.¹²¹

Segundo Luís Soares de Camargo um dos fatores para essa mudança de atitude foi a aumento demográfico da cidade. Enquanto que a população das freguesias centrais, Sé, Santa Ifigênia e Brás, mais que dobrou entre os anos de 1822 e 1854, passando de 6.920 para 14.891 pessoas¹²², não houve um acompanhamento no crescimento do número de templos que pudessem receber os paulistanos, o que resultou na sobrecarga das igrejas antigas como pode ser observado no relato do delegado de polícia citado acima, causando concomitantemente o aumento dos abusos, com enterros de corpos em covas muito recentes, a saturação do solo, etc.¹²³

Podemos afirmar, assim, que na metade do XIX, o discurso médico já havia penetrado entre parcelas significativas da população, que com o perigo eminente das epidemias passavam a temer a proximidade dos cemitérios. Apesar disso, e do empenho e rapidez com que os vereadores trataram a questão, os recursos requeridos não vieram novamente, e projeto ainda não seria realizado.

Medidas Práticas (1854-1858)

Em 1854, o tema dos sepultamentos dentro das igrejas volta à cena. Em matéria do dia 03/08, um articulista do *Correio Paulistano*, autodenominado o-Z, pregava o fim dessa prática, bem como o fim dos repiques de sinos e das procissões solenes, “porque aos mortos nada disso aproveita”. Entre outras coisas, o-Z alegava:

Há certas tradições que vão de pais a filhos, cada vez arraigando-se mais na imaginação dos povos, de maneira que há uma impossibilidade em fazer desaparecê-las. Entretanto são erros crassos, e muitas vezes prejudiciais.

Uma dessas tradições que existem entre nós enraizadas ainda bem fortemente pela crença religiosa, são os enterramentos nas igrejas. Essa ideia seria talvez muito boa nos bons tempos do Portugal velho (que nos mandou mais esse costume). Então pensavam nossos avós que seria sacrilégio o enterrar-se um corpo cristão fora de uma igreja – e essas vozes ainda amaldiçoaram esses *pedreiros livres* que tiveram a ousadia de lembrar-se dos cemitérios – e por isso justificada estava essa errônea opinião.

Mas hoje que já não se acredita em bruxas, hoje que a higiene tem provado exuberantemente que é mui prejudicial á saúde dos povos o enterramento nas igrejas, no interior das povoações, é um erro ainda progredir-se em semelhante prática.

¹²¹ BUENO, Francisco de Assis Vieira. Op. cit., p. 168.

¹²² 1822 - AESP, Maços de População 1822/1823. 1836 e 1854 - Quadro Estatístico da População da Província de São Paulo Recenseada no Anno de 1854. Documentos com que o Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Dr. José Antonio Saraiva Presidente da Província de S. Paulo instruiu o Relatório de Abertura da Assembléa Legislativa Provincial do dia 15 de fevereiro de 1855. São Paulo: Typographia Dous de Dezembro de Antonio Louzada Antunes, 1855.

¹²³ CAMARGO, Luís Soares de. Op. cit., p. 97.

Não se pense que o nosso belo clima nos ponha ao abrigo de alguma invasão pestilencial. Por muito tempo se acreditou que a febre amarela não viria ao Brasil, e quando menos se esperava Ela aí se apresentou assolando tudo! Então lembraram-se os homens das leis higiênicas, e os cemitérios extraurbanos se criaram, mas depois do mal chegado. Assim, nem tanta fé, e principalmente porque as leis higiênicas hoje reprovam semelhante uso; - cuide-se quanto antes deste melhoramento que a prudência recomenda tão altamente. É mais claro que a luz do dia a inconveniência que há em amontoar-se cadáveres em igrejas, tais como a Misericórdia, a Capela do Santíssimo, etc.¹²⁴

Isso gerou uma pequena polêmica, e em 04/09/1854¹²⁵, era publicado outro artigo no *Correio Paulistano* rebatendo o primeiro. Neste, o articulista concordava que as construções dos cemitérios extramuros eram necessárias, mas pensava que o-Z errava ao lançar ao ridículo o desejo natural dos cristãos de que seus mortos descansassem em local sagrado. O autor defendeu que enquanto não fossem criadas garantias da inalienabilidade dos cemitérios e que estes fossem ornamentados com aparatos cristãos, não se deveria esperar que o povo os aceitasse de bom grado. Se o-Z queria convencer o povo, deveria fazê-lo com argumentos sérios, mostrando como essa prática era prejudicial à saúde, tornando os templos em depósitos de carnes pútridas, mas também que um cemitério benzido era igualmente solo sagrado e que nele os corpos dos cristãos seriam mais respeitados, acabando-se de vez com os constantes abusos.

Assomado à repercussão do tema na imprensa, em 31/10/1854¹²⁶, a Câmara Municipal de São Paulo se reuniu em sessão secreta para discutir uma portaria do Governo da Província instando-a a tomar as providências necessárias para o asseio e a salubridade pública da cidade, tendo em vista o perigo da chegada do cólera-morbo no país. Dentre outras tantas medidas preventivas aprovadas pela casa, figurou a proposta do vereador Carlos José da Silva Telles sobre a conveniência de se estabelecer um cemitério público geral, de maneira que sendo este concluído, fossem proibidos os sepultamentos dentro das igrejas, “uma das mais poderosas causas de infecção”.

As medidas adotadas foram enviadas ao Presidente de Província José Antonio Saraiva, que, em resposta, aplaudiu a lembrança sobre a construção de um cemitério e informou que auxiliaria na sua execução, caberia à Câmara nomear uma comissão e se entender com os engenheiros da província sobre o local mais apropriado para a sua edificação¹²⁷. Dessa forma, em 06/11/1854 eram escolhidos os vereadores Inácio Araujo,

¹²⁴ *Correio Paulistano*, 03/08/1854, Ano I, número 33.

¹²⁵ *Correio Paulistano*, 04/09/1854, Ano I, número 59.

¹²⁶ Atas da Câmara Municipal de São Paulo, Sessão Ordinária de 31/10/1854. Volume 40, p. 200-201.

¹²⁷ Atas da Câmara Municipal de São Paulo, Sessão Ordinária de 06/11/1854. Volume 40, p. 205.

Luiz Antonio Gonçalves e Gabriel Marques Ribeiro Coutinho para compor a dita comissão, à qual se juntaria o médico Ernesto Benedito Ottoni e o engenheiro Porfírio.

Poucos dias depois, em 18/11¹²⁸, atendendo a um parecer do médico Ottoni era indicado um terreno no Campo Redondo, como a melhor opção, sendo necessário desapropriar um terreno pertencente a Vicente de Souza Queiroz. Por sua vez, em 25/11¹²⁹, os vereadores João Dabuy d'Avellar Brotero e José Joaquim Luz, entendiam que deveriam ser dois os campos santos, pois assim se evitaria um longo processo de desapropriação. Um deles seria construído no campo Redondo, no local designado, para servir aos habitantes do norte da Sé e Santa Ifigênia, e outro, em local a ser determinado, para os habitantes do sul da Sé e freguesia do Brás, o que foi aprovado.

Em ofício de 01/12/1854¹³⁰, José Antonio Saraiva aprovava a ideia e informava que esperava da Câmara a planta e o orçamento logo que estivessem prontos. Em razão disso, foi deliberado que se fizesse com urgência o plano, nivelamento e fecho do terreno e que se oficiasse ao Diretor da Academia de Belas Artes no Rio de Janeiro requisitando um plano da capela e fachada do cemitério¹³¹. Com tudo caminhando, em dezembro de 1854 oficiou-se ao bispo Antonio Joaquim de Melo (1851-1861) para que desse seu parecer, o qual concordou com tudo que foi deliberado.¹³²

O orçamento e planta ficariam prontos somente para a sessão do dia 13/02/1855¹³³. Essa demora era explicada pelo vereador Luiz Antonio Gonçalves a uma série de problemas, a doença de um dos membros da comissão, a ausência de outro, mau tempo e a falta de um engenheiro a serviço da Câmara. Por essas razões, Luiz Antonio Gonçalves teria pedido ao arruador e fiscal do distrito que marcassem o terreno, e que pessoas profissionais fizessem o orçamento e o esboço da planta. Independentemente da demora na conclusão desse parecer, na abertura dos trabalhos da Assembleia Legislativa Provincial de 1855, José Antonio Saraiva requeria a esta casa o auxílio na aprovação de verbas para o cemitério da cidade de São Paulo:

A higiene pública, que nestes últimos anos tem ocupado a atenção das maiores ilustrações médicas do Império, se declara de uma maneira a mais decisiva contra as inumações feitas nos Templos, e aconselha o estabelecimento de cemitérios extramuros

¹²⁸ Atas da Câmara Municipal de São Paulo, Sessão Ordinária de 18/11/1854. Volume 40, p. 210.

¹²⁹ Atas da Câmara Municipal de São Paulo, Sessão Ordinária de 25/11/1854. Volume 40, p. 211 e AESP. Ofícios diversos. Ofício ao Presidente de Província José Antonio Saraiva, 25/11/1854.

¹³⁰ Atas da Câmara Municipal de São Paulo, Sessão Ordinária de 05/12/1854. Volume 40, p. 215-216.

¹³¹ Idem.

¹³² Atas da Câmara Municipal de São Paulo, Sessão Ordinária de 15/12/1854. Volume 40, p. 227 e Sessão Ordinária de 05/01/1855, Volume 41, p. 6.

¹³³ Atas da Câmara Municipal de São Paulo, Sessão Ordinária de 13/02/1855. Volume 41, p. 30.

como um dos maiores preservativos contra as moléstias, que aparecem, ou se desenvolvem pela ação deletéria dos miasmas produzidos por focos pestilências. Não tenho necessidade de cansar a vossa paciência com a demonstração das vantagens, e mesmo da urgente necessidade dessa medida reclamada pela civilização, e já adotada na mor parte daquelas de nossas Cidades importantes, que tem aprendido no infortúnio a verdade do que acabo de expender.

Quero somente despertar a vossa atenção a respeito desse objeto e dizer-vos também, que a Municipalidade desta Cidade resolveu a edificação de dois cemitérios, e aguardo o auxilio poderoso do Corpo Legislativo para a realizar.

Oxalá, Srs., que os recursos da Província vos permitam encetar esse melhoramento da saúde pública, e que o vosso patriotismo estenda semelhante beneficio a todas as povoações do litoral.

Conviria que as fábricas das matrizes recebessem uma subvenção sempre que tivessem alguns recursos para a construção de cemitérios.

Vossa sabedoria fará mais do que poder-vos-ia lembrar.¹³⁴

Novamente esbarrando na falta de recursos da Câmara e na não concessão destes pela Assembleia Provincial, a ideia da edificação do cemitério dava a entender que ficaria abandonada outra vez. No entanto, em agosto de 1855, irrompeu no país novo surto epidêmico, desta feita era o cólera-morbo. Seus efeitos foram devastadores e todas as províncias do império foram atingidas em alguma medida. A epidemia perdurou por dois anos (1855-1856) e teria acarretado a morte de mais de duzentas mil pessoas¹³⁵. Somente no Rio Grande do Sul faleceriam mais de 2.500 habitantes. Médicos e acadêmicos das duas Faculdades de Medicina foram distribuídos pelas localidades mais atingidas, principalmente nas Províncias do Norte e a Junta Central de Higiene Pública, criada em 1850, ordenou a execução de várias providências preventivas, vedando todos os sepultamentos nas igrejas. Conselhos, avisos e instruções foram expedidos.

Assim, em 11/08/1855¹³⁶, diante do perigo do ingresso do cólera-morbo em São Paulo, o vereador Gabriel José Rodrigues dos Santos, o mesmo que havia levantado a questão dos cemitérios em 1849, propunha que se voltasse a oficial ao presidente de província para que este auxiliasse ao menos na construção do cemitério do Campo Redondo, orçado em 6:960\$600 réis, assim divididos:

Orçamento para a Capela do Cemitério

114 Taiparos	6\$400	729\$600
Para alicerce		20\$000
84 Telhas	60\$000	480\$000
18 Vigas	4\$000	72\$000
24 Vigotas para enchimento de suplementos	2\$000	48\$000
Para madeiras, caibros, ripas,e pregos sortidos		340\$000
Mão de obra de Carpinteiro		<u>400\$000</u>
Soma		2:089\$000

¹³⁴ *Discurso com que o illustrissimo e excellentissimo senhor dr. José Antonio Saraiva, presidente da província de S. Paulo, abriu a Assembleia Legislativa Provincial no dia 15 de fevereiro de 1855.* S. Paulo, Typ. 2 de Dezembro de Antonio Louzada Antunes, 1855.

¹³⁵ FILHO, Lycurgo de Castro Santos. Op. cit. p. 209, volume 2.

¹³⁶ Atas da Câmara Municipal de São Paulo, Sessão Ordinária de 11/08/1855. Volume 41, p. 118.

Orçamento para fecho e nivelamento de um Cemitério com 80 braças de frente e 120 de fundo, que deve ser colocado no lugar denominado Campo Redondo

400 Braças de muro dão 160 Taiparos de 25 palmos de comprimento e 3 de grandura e 4 taipares de altura, inclusive o alicerce:

640 taipares	3\$200	2:120\$000
de abrir 400 braças d'alicerce	\$320	128\$000
16 Telhas para coberta	60\$000	960\$000
50 Cargueiras de Cal	3\$500	175\$000
2 Oficiais de Pedreiro a 50 dias	1\$000	100\$000
4 Serventes a 50 dias	\$540	128\$000

Para roçar, carpir, nivelar, e arruar do terreno

40 Trabalhadores em 40 dias	\$640	1:024\$000
1 Administrador em 40 dias	2\$000	80\$000
1 Portão Provisório		60\$000
1 Telheiro para abrigo dos trabalhadores		<u>100\$000</u>
		4:875\$000 ¹³⁷

O vereador justificava o seu pedido, afirmando que era “certo que a Câmara não tem os meios para as avultadas despesas que é mister fazer para edificação”¹³⁸. De fato, todo o orçamento municipal aprovado para o ano de 1856 era de apenas 12:278\$266 réis¹³⁹, sendo que grande parcela dele já estava destinado a gastos com funcionários e serviços. Sendo assim, para os vereadores era impossível levar a cabo a construção sem contar com o apoio financeiro do caixa provincial.

Tabela 15: Despesas da Câmara Municipal de São Paulo (1856)		
Discriminação	Valor	%
Gratificação ao secretário, com obrigação de pagar um amanuense	800\$000	6,5%
Dita ao fiscal	600\$000	4,9%
Dita ao porteiro e ajudante	400\$000	3,3%
Ordenado ao cirurgião de partido	400\$000	3,3%
Salário ao caseiro do matadouro	100\$000	0,8%
Luzes para a cadeia	650\$000	5,3%
Aferições e conserto de pesos para as casinhas da Câmara	40\$000	0,3%
Ferro para a cadeia e galés, e outros gêneros	170\$000	1,4%
Marcação de carros que pagam a taxa	40\$000	0,3%
Expediente do júri e custas de processos por parte da justiça	1:000\$000	8,1%
Custas nas execuções e causas judiciais por parte da Câmara	500\$000	4,1%
Despesas eventuais	800\$000	6,5%
Extinção de formigueiros	50\$000	0,4%
Obras Públicas	6:728\$266	54,8%
Total	12:278\$266	100,0%
FONTE: Coleção das leis promulgadas pela Assembleia da Província de São Paulo. São Paulo: Tipografia a Vapor de Jorge Seckler, 1835-1889.		

¹³⁷ AESP. Ofícios Diversos. Ofício ao Presidente de Província Dr. Antonio Roberto de Almeida, 13/09/1855.

¹³⁸ Atas da Câmara Municipal de São Paulo, Sessão Ordinária de 11/08/1855. Volume 41, p. 118.

¹³⁹ Coleção das leis promulgadas pela Assembleia da Província de São Paulo. São Paulo: Tipografia a Vapor de Jorge Seckler, 1835-1889.

Pelo contexto em que o país se encontrava, ou seja, com uma epidemia do cólera flagelando as províncias do nordeste, o pedido foi prontamente atendido pelo Presidente de Província Antonio Roberto de Almeida, que abriu, inclusive, um crédito extraordinário no valor total da obra em 10/09/1855¹⁴⁰. Com o dinheiro em caixa, são iniciadas as providências para o início das obras, mas ainda em setembro de 1855 a Câmara sofre contestações sérias sobre a escolha do terreno.

Um abaixo assinado somando onze firmas foi enviado à municipalidade contra o estabelecimento no Campo Redondo. Os moradores da região advogavam que o terreno ficava na cidade nova, talvez o único ponto em que a capital poderia se estender, e preocupavam-se com a depreciação da vizinhança, afinal “qual será o proprietário que se arriscará a fundar um estabelecimento nas proximidades de um cemitério, lugar naturalmente infectado?”. Ademais, alegavam que dali os ventos N.O. sopravam frequentemente em direção à capital levando-lhe os miasmas¹⁴¹.

Não bastasse isso, foi publicado no *Correio Paulistano*, um artigo no qual se reiteravam os pontos acima, acrescentando-se ser o terreno muito seco para esse fim¹⁴². Contudo, a censura mais pesada viria de uma memória entregue à Câmara Municipal pelo engenheiro alemão Carlos Rath, segundo a qual:

O Campo redondo, lugar que me foi indicado como definitivamente destinado ao futuro cemitério desta cidade, não me parece próprio para isso, por causa do noroeste que quase constantemente reina, e que acarretará sobre a maior parte da cidade, colocada na mesma altura, exalações cadavéricas. Quase por 8 meses no ano temos este vento, um mês o norte, e os outros três o sul e raras vezes o leste. O lugar mencionado parece-me mais apropriado à edificação para o futuro aumento desta cidade.

Os terrenos altos acima da Consolação, e os mais elevados da chácara da Glória ao lado direito da estrada, são as mais convenientes a este fim. Os primeiros ficam próximos à cidade, pouco mais distantes que o Campo redondo; e já que falo em distancias deverei lembrar, que os antigos paulistas enterrarão os cadáveres dos bexiguentos a mais de 800 braças ainda distante da Consolação, no meio do mato, e a respeito dos ventos direi que o lugar que eu indico é tão alto que o seu nível passa acima de 400 palmos sobre as torres mais altas desta cidade, sendo tal a sua colocação que o noroeste, que é como disse, o vento que mais constantemente reina dá contra o morro do Caaguaçu, e o sul passa de alto sobre os terrenos do lado esquerdo do Campo redondo e da Luz, o norte dá contra o mesmo morro, e o leste sobre os terrenos por onde atualmente passa a estrada de Jundiaí¹⁴³.

¹⁴⁰ AESP. Ofícios Diversos. Ofício dos vereadores da Câmara Municipal de São Paulo ao Vice-Presidente da Província, de 10/09/1855.

¹⁴¹ Arquivo Municipal Washington Luís. Coleção Papéis Avulsos, volume 172, 1855.

¹⁴² *Correio Paulistano*, 14/09/1855, Ano II, número 320.

¹⁴³ Arquivo Washington Luís. Coleção Papéis Avulsos, volume 175. Memória sobre os cemitérios e sobre o uso de enterros nas igrejas e suas origens.

Como consequência os vereadores, por indicação de Gabriel José Rodrigues dos Santos, decidem em sessão do dia 13/09/1855¹⁴⁴ mudar o local do cemitério para o terreno apontado pelo engenheiro, no alto da Consolação, incumbindo este da edificação dos muros e do plano do cemitério e capela. Nessa sessão decidiu-se que se tratasse com o proprietário Marciano Pires de Oliveira sobre a cessão de parte de seu pasto, terreno necessário para dar ao cemitério uma forma retangular. Essa mudança não foi vista como um problema pelo presidente de província Antonio Roberto de Almeida e nem mesmo pelo vigário geral do bispado. Assim, em 20/09/1855¹⁴⁵, o governo provincial lembrava aos edis para que conduzissem as obras com presteza, e que tratassem desde aquele momento da discussão de um regulamento para a administração do campo santo e de uma postura proibindo os sepultamentos nas igrejas.

Entretanto novas dificuldades apareceram entre setembro e outubro de 1855. Para que a construção fosse realizada no alto da Consolação seria necessário o fechamento da rua da Alegria, que ligava o tanque do Arouche até a estrada de Pinheiros. Contra isso se levantaram cinco moradores das proximidades que se utilizando do discurso médico, tal qual fizeram os habitantes das proximidades do Campo Redondo, tentaram alterar a localização do cemitério municipal. Afirmavam que o terreno era seco demais e que facilmente se tornaria um foco de infecção por sua facilidade de fender-se e pela batida do vento S.O. que lançaria uma grande porção de miasmas sobre a cidade, principalmente sobre a parte em que moravam os assinantes, tornando o bairro, até então um dos mais salubres da capital num foco de epidemias¹⁴⁶.

Tendo em vista o exposto pelos moradores, a Câmara tenta a mudança para outro terreno não muito distante do anterior, porém pela negativa de Hermenegildo José dos Santos, de vender parte de sua chácara, decidiu-se que este fosse erguido no local anteriormente marcado pelo engenheiro Carlos Rath, o alto da Consolação, pois um processo de desapropriação demandaria muito tempo, o que faltava à Câmara¹⁴⁷.

Em sua negativa, o proprietário Hermenegildo José dos Santos alegava que um cemitério inutilizaria sua água, fecharia seu caminho e que arruinaria seu prédio. Vê-se assim, pela manifestação dos moradores das circunvizinhanças dos terrenos escolhidos, Campo Redondo e Consolação, que a mentalidade sobre a morte vinha mudando. Cada vez que era escolhido um novo terreno, os moradores da região reclamavam da escolha.

¹⁴⁴ Atas da Câmara Municipal de São Paulo, Sessão Ordinária de 13/09/1855. Volume 41, p. 140.

¹⁴⁵ Atas da Câmara Municipal de São Paulo, Sessão Ordinária de 20/09/1855. Volume 41, p. 142.

¹⁴⁶ Arquivo Municipal Washington Luís. Coleção Papéis Avulsos, volume 173, 1855.

¹⁴⁷ Atas da Câmara Municipal de São Paulo, Sessão Ordinária de 10/10/1855. Volume 41, p. 158.

Província Antonio Roberto de Almeida criou então em 03/10/1855¹⁴⁹ uma Comissão Sanitária. Diversas foram as medidas preventivas defendidas para a cidade: a demarcação de locais para despejos do lixo e para o enterro de animais, emprego de carroças para a limpeza da cidade, tapamento de uma vala do Tamanduateí, mudança do matadouro e proibição imediata dos sepultamentos nas igrejas. Em 15/10/1855¹⁵⁰, o médico Benedito Ottoni, um dos membros da comissão sanitária, chegou a recomendar que em caso de epidemia fosse adotado um cemitério provisório fora da cidade. E em 20/10¹⁵¹, chegavam as seguintes recomendações para à municipalidade:

A comissão julga conveniente proibir desde já os enterros nas igrejas do recinto da cidade, como são a Misericórdia, Rosário e Boa Morte, podendo-se enterrar provisoriamente nas catacumbas do cemitério municipal e mesmo no novo cemitério independente da cerca provisória de madeira.

A comissão julga conveniente mandar desinfetar estas igrejas, mandando lavar o assoalho e portais com uma solução de cloreto de cal ou de água de labarraque e caiar as paredes.¹⁵²

Pelo exposto pela comissão sanitária, a Câmara Municipal determinou que os fiscais de todas as freguesias informassem com urgência se havia ou não cemitérios nestas¹⁵³. Ademais, solicitou ao governo provincial, em 10/11/1855¹⁵⁴, os recursos necessários para as obras nas diferentes freguesias, por se tratar de um assunto que carecia de urgente solução, e para o qual tanto a municipalidade não tinha os meios financeiros como não se poderia esperar o auxílio do povo, visto que a medida vinha para extirpar uma prática muito em conformidade com as crenças populares.

As respostas dos vigários e fiscais nos dão uma ideia da situação dos cemitérios de São Paulo nesse período. Na freguesia da Conceição dos Guarulhos existia um, pequeno, antigo e arruinado cemitério de 5 a 6 braças¹⁵⁵. Nas da Penha e do Ó, nada havia que pudesse ver aproveitado¹⁵⁶. Já nas de Cotia e São Bernardo eles se localizavam dentro das povoações “com grave detrimento da salubridade pública”¹⁵⁷. Por fim a freguesia de Juqueri apresentava o quadro mais assustador, ali os enterros

¹⁴⁹ Arquivo Municipal Washington Luís. Coleção Papéis Avulsos, volume 173, 1855.

¹⁵⁰ Idem.

¹⁵¹ Atas da Câmara Municipal de São Paulo, Sessão Ordinária de 20/10/1855. Volume 41, pp. 164-165.

¹⁵² Arquivo Municipal Washington Luís. Coleção Papéis Avulsos, volume 173, 1855.

¹⁵³ Atas da Câmara Municipal de São Paulo, Sessão Ordinária de 10/11/1855. Volume 41, pp. 180-181.

¹⁵⁴ Idem.

¹⁵⁵ Braça: medida de superfície, ainda usada em algumas regiões do Brasil, equivalente a 3,052 m². Apud Dicionário Houaiss da língua portuguesa. São Paulo: Objetiva, 2009.

¹⁵⁶ Atas da Câmara Municipal de São Paulo, Sessão Ordinária de 10/11/1855. Volume 41, pp. 180-181.

¹⁵⁷ Atas da Câmara Municipal de São Paulo, Sessão Ordinária de 30/11/1855. Volume 41, p. 189.

ocorriam dentro da igreja matriz, que já se encontrava cheia, e por vezes se fazia sepultura em lugar muito novo, exalando podridão por toda a vizinhança¹⁵⁸.

Entre novembro e de dezembro, os orçamentos e informações solicitadas foram chegando. Reunidos, os gastos com as edificações e reformas nas diferentes freguesias orçaram em 3:698\$960 réis. No entanto, os vereadores pediram ao governo apenas 2:248\$560 réis, referente aos cemitérios das freguesias do Ó, Brás, Juqueri e Guarulhos, ordenando aos vigários das demais localidades que construíssem seus cemitérios às custas de suas fábricas eclesiásticas, por estas terem meios suficientes¹⁵⁹.

Tabela 16: Orçamento dos Cemitérios em São Paulo (1855)	
Freguesia	Valor
Brás	615\$600
Juqueri	602\$000
Penha de França	550\$000
Cotia	530\$400
Guarulhos	500\$960
Freguesia do Ó	500\$000
São Bernardo	400\$000
Total	3:698\$960
Fonte: Atas da Câmara Municipal de São Paulo, 53ª Sessão Ordinária aos 31 de Dezembro de 1855, volume 41, p. 206.	

Estas últimas, Penha, Cotia e São Bernardo, seja pela falta de recursos ou pelo não comprometimento com a obra, não deram prosseguimento ao pedido. Também os cemitérios das demais freguesias não tiveram andamento. Em fevereiro de 1856, Antonio Roberto de Almeida, em meio a uma enxurrada de pedidos dos municípios paulistanos, assustados com os efeitos do cólera-morbo, informava não ter quota suficiente para a assistência de todos, satisfazendo-se em auxiliar São Roque, Bela da Princesa e a Capital, nesta unicamente no terreno da Consolação, cuja verba já havia disponibilizado.¹⁶⁰

Ainda em finais de 1855 ficam aprovados na Câmara o regulamento do cemitério e uma nova postura sobre os enterros na cidade, como solicitado pelo governo provincial. Estes são aprovados em janeiro de 1856 pelo Presidente de Província, e em maio pela Assembleia Legislativa Provincial. Fica decretado dessa forma:

Postura

Artigo 1º - Ficam proibidos os enterros dentro das Igrejas, Capelas, Sacristias, Corredores, e quaisquer outros lugares no recinto das mesmas. Exceto:

¹⁵⁸ AESP. Ofícios Diversos. Ofício ao Presidente de Província Antonio Roberto de Almeida, 15/11/1855.

¹⁵⁹ Atas da Câmara Municipal de São Paulo, Sessão Ordinária de 31/12/1855, Volume 41, p. 205-207.

¹⁶⁰ AESP. Relatório dos Presidentes de Província. Discurso com que o Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Doutor Antonio Roberto de Almeida, Vice Presidente da Província de São Paulo, abriu a Assembleia Legislativa Provincial, no dia 15 de fevereiro de 1856.

§1º - Os Bispos Diocesanos que podem ser sepultados na Catedral, ou em outras Igrejas por eles designada.

Artigo 2º - Em quanto se não abrirem cemitérios públicos municipais, ou paroquiais, e não por outra coisa ordenada em Edital da Câmara Municipal, os enterros poderão ser feitos nas respectivas Paróquias, nos lugares não proibidos pelo artigo 1º com as condições seguintes.

§1º - Em covas em lugar descoberto, ou nos jazigos existentes nas quais serão para os adultos de sete palmos de profundidade; para os menores de doze anos de seis palmos, e de cinco palmos para os menores de sete anos, todas com o comprimento e largura suficientes, e com o intervalo de dois palmos por todos os lados entre elas. A terra que se lançar sobre os caixões, ou corpos será socada de quatro palmos para cima.

§2º - Em carneiros ou catacumbas que deverão ter a capacidade necessária para que os corpos que houverem de receber sejam fechados em caixões de chumbo soldados e encerrados em outros de madeira. É proibido o enterramento em carneiros que não tenham a indicada capacidade, ou em caixões que não sejam feitos pela forma prescrita.

§3º - Nas covas ou carneiros que atualmente contiverem cadáveres, não é permitido enterramento de outros se não quando tiverem passado três anos da data do enterramento daqueles.

§4º - Em caso algum se farão enterramentos senão vinte e quatro horas depois do falecimento, salvo se os corpos apresentarem claros sinais de dissolução ou a morte tenha provindo de moléstias contagiosa ou epidêmica, declarada competentemente e com atestado de Facultativos.

Artigo 3º - Logo que estiverem em estado de servir os cemitérios municipal e paroquial e for declarado em Editais ficam absolutamente proibidos os enterramentos em qualquer outro lugar que não sejam os mesmos cemitérios, salvas as exceções seguintes: 1º - Ad. §1º do artigo 1º - 2º - Os corpos das recolhidas de Santa Teresa, e de Nossa Senhora da Luz, desta Cidade, os quais poderão ser sepultados nos respectivos jazigos, fora do recinto dos templos, e com as condições exigidas no Regulamento dos cemitérios municipais.

Artigo 4º - Os Párocos, Autoridades, Administradores das Igrejas, ou Capelas, Sacristães, Coveiros, ou quaisquer outros empregados que infringirem as disposições dos artigos 1º e 3º sofrerão a pena de oito dias de prisão, e multa de dezesseis mil reis, e o duplo nas reincidências. Os infratores do artigo 2º sofrerão as penas seguintes: sendo dos §§ 1º e 3º de cinco a vinte mil reis de multa; sendo do §2º e 4º cinco dias de prisão, e multa de doze mil reis, e o duplo nas reincidências. Paço da Câmara Municipal de S. Paulo 22 de Dezembro de 1855. – Anacleto José Ribeiro Coutinho – Luiz Antonio Gonçalves – Ignácio José de Araujo – Carlos José da Silva Telles – Gabriel Marques Cantinho – Gabriel José Rodrigues dos Santos – Francisco José de Azevedo Junior – Luiz Antonio de Souza Barros – Está conforme. Secretaria da Câmara Municipal de S. Paulo 17 de Janeiro de 1856. – O Secretario Joaquim Roberto de Azevedo Marques. – Secretaria do Governo de S. Paulo 31 de Janeiro de 1856. – Francisco José de Lima.¹⁶¹

Enquanto isso, as obras no terreno da Consolação avançavam lentamente. Em julho de 1856¹⁶², se oficia às ordens terceiras e irmandades da cidade, ao abade de S. Bento e prior do Carmo avisando-lhes que o cemitério estava quase finalizado e que estes deveriam tomar as providências necessárias para mudar os seus jazigos para o novo campo santo. Contudo, os trabalhos são interrompidos no final de agosto desse ano pelo esgotamento do crédito. Decide-se então solicitar ao governo mais 3:000\$000 réis para a

¹⁶¹ Registro Geral da Câmara Municipal de São Paulo, Ofício de 13/02/1836. Volume 37, pp. 137-150.

¹⁶² Atas da Câmara Municipal de São Paulo, Sessão Ordinária de 30/06/1856. Volume 42, p. 70, e Registro Geral da Câmara Municipal de São Paulo, Ofício de 13/07/1856. Volume 37, pp. 159-160.

conclusão da obra, “visto estar em estado de não se poder abandonar e ter sido mandado fazer por conta da Província, na ocasião em que se receava a invasão do cólera”¹⁶³.

Devido a negativa do presidente de província, o Dr. Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos, que declarou não haver quota no orçamento vigente, oficia-se novamente a ele em 25/09/1856. Em longa carta, os vereadores falam da importância da continuidade das obras e informam que estas foram seguidas com a maior atividade possível e estavam em fase de conclusão. Defendem que a Câmara não tem os meios para concluir uma obra tão dispendiosa, e caso sejam suspensas elas iriam deteriorar-se infalivelmente, removendo para época remota a finalização de uma “obra tão urgentemente reclamada pela salubridade pública e decoro dos templos”¹⁶⁴.

Considerando o inconveniente da perda do investimento feito e o adiantado dos trabalhos, Diogo de Vasconcellos aprovou um novo crédito extraordinário de 2:035\$400 réis em 10/11/1856¹⁶⁵. Com a continuidade dos trabalhos, alguns meses após a liberação voltava-se a oficializar às irmandades para que pedissem os terrenos que julgassem necessários¹⁶⁶, porém, em 01/08/1857 as obras eram interrompidas pela segunda vez, novamente pelo esgotamento do orçamento¹⁶⁷.

Somente em novembro de 1857¹⁶⁸, por indicação do vereador Leandro de Toledo, voltava-se a requerer nova quantia do governo provincial, a saber: 1:2000\$000 para o portão de ferro e 2:800\$000 para o seu nivelamento e arruamento, totalizando 4:000\$000. Em resposta, o presidente de província, José Joaquim Fernandes Torres, declarou não existir quota prevista, mas estando próxima a reunião da Assembleia Provincial, apresentaria nessa casa uma requisição nesse sentido¹⁶⁹, o que de fato fez na abertura dos trabalhos em 08/02/1858¹⁷⁰. Outras solicitações por parte dos vereadores foram feitas diretamente à Assembleia, em 23/02 e 17/03/1858¹⁷¹.

¹⁶³ Atas da Câmara Municipal de São Paulo, Sessão Ordinária de 28/08/1856. Volume 42, p. 88.

¹⁶⁴ AESP. Ofícios Diversos. Ofício dos vereadores da Câmara Municipal de São Paulo ao Presidente de Província Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos, 25/09/1856.

¹⁶⁵ AESP. Ofícios Diversos. Portaria do Presidente de Província Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos, 10/11/1856.

¹⁶⁶ Atas da Câmara Municipal de São Paulo, Sessão Ordinária de 16/07/1857. Volume 43, p. 82, e Registro Geral da Câmara Municipal de São Paulo, Ofício de 23/07/1857. Volume 38, pp. 19-20.

¹⁶⁷ Registro Geral da Câmara Municipal de São Paulo, Ofício ao Administrador das Obras do Cemitério e ao Procurador, de 02/08/1857, Volume 38, p. 21.

¹⁶⁸ Atas da Câmara Municipal de São Paulo, Sessão Ordinária de 20/11/1857. Volume 43, p. 151.

¹⁶⁹ Atas da Câmara Municipal de São Paulo, Sessão Ordinária de 28/11/1857. Volume 43, p. 154.

¹⁷⁰ Relatório com que o Ilustríssimo e Excellentíssimo Senhor Senador José Joaquim Fernandes Torres, Presidente da Província de São Paulo abriu a Assembléa Legislativa Provincial no dia 3 de fevereiro de 1858.

¹⁷¹ Atas da Câmara Municipal de São Paulo, Sessão Ordinária de 23/02/1858. Volume 44, p. 48, e Sessão Ordinária de 17/03/1858, Volume 44, p. 74.

Com esse orçamento aprovado pela Assembleia Provincial, as obras voltaram a caminhar em seu ritmo lento, a ponto de, em maio de 1858, a epidemia de varíola encontrar o cemitério da Consolação ainda inconcluso. Em meio à pressa e o medo causado pela doença, o presidente de província, José Joaquim Fernandes Torres, mandou que a engenheiro provincial, Gil Florindo de Moraes, despendesse 120\$000 réis no fechamento do cemitério com um portão provisório de madeira, mas seguro¹⁷².

Finalizado às pressas em finais de maio, faltava-lhe unicamente a benção religiosa, que teve lugar em 30/06/1858¹⁷³, após uma comissão ter realizado os melhoramentos pedidos pelo vigário geral Anacleto José Ribeiro Coutinho. A partir daí, mais especificamente no dia 03/07 o cemitério começou a receber os cadáveres dos variolosos, sendo inaugurado para o uso de toda a população no dia 15/08/1858, quando cessaram definitivamente os enterros dentro das igrejas das freguesias da Sé, Santa Ifigênia e Brás.

Algumas considerações

Como pudemos observar houve um longo trajeto entre o início das discussões em 1829 e a concretização do cemitério público da Consolação em agosto de 1858. Dentre as discussões nestes quase trinta anos podemos fazer algumas considerações.

A princípio, antes da década de 1850, o tema não aparenta ter tido grande relevância na documentação, proveniente talvez da falta de vontade política dos vereadores e de uma mentalidade que ainda não via grandes problemas nos sepultamentos dentro das igrejas. Essa relação parece se alterar bastante a partir da década de 1850, momento em que o Brasil e a província de São Paulo, passaram a sofrer com o constante problema das epidemias de febre amarela, tifo, cólera-morbo, etc.

Observa-se nesse momento uma maior mudança de mentalidade que, se não atingiu todos os habitantes de São Paulo, ao menos influenciou no pensamento da classe mais instruída e bem situada economicamente. Contribuiu nesse processo a divulgação das ideias higienistas através dos periódicos e pelos médicos paulistanos. Contudo, a transferência dos enterramentos das igrejas continuaria a ser uma proposta de ordenamento do urbano defendida principalmente por grupos de elite. A maioria da população prosseguiria a não ver com bons olhos a medida, não auxiliando na construção dos cemitérios, pois estes vinham contra suas crenças religiosas. Ao mesmo tempo, a câmara municipal, não detinha recursos suficientes para uma obra de tal

¹⁷² AESP. Ofícios Diversos. Ofício ao Presidente de Província José Joaquim Fernandes Torres, 03/05/1858.

¹⁷³ Atas da Câmara Municipal de São Paulo, Sessão Ordinária de 05/08/1858. Volume 44, p. 118.

monta. Se somarmos todos os gastos com a construção do cemitério da Consolação, entre os anos de 1854 e 1859, foram despendidos 18:000\$000 réis, quantia muito além das possibilidades do município, como podemos constatar no gráfico abaixo:

FONTE: Coleção das leis promulgadas pela Assembleia da Província de São Paulo. São Paulo: Tipografia a Vapor de Jorge Seckler, 1835-1889.

Entre 1837 e 1858, sua receita mais alta pouco ultrapassou os 18:000\$000 réis. A Câmara, portanto, tinha poucos recursos, muitos deles já destinados para serviços e pagamento de funcionários, sendo dependente do auxílio provincial nas mais variadas áreas. Para se ter ideia, muitas das obras de melhorias ocorridas na capital durante a década de 1850 foram financiadas pela Província:

Tabela 17: Investimentos do caixa provincial na cidade de São Paulo		
Descrição	Período	Total investido
Gastos com iluminação Pública, funcionamento de cerca de 200 lampiões a gás.	1850-1860	154:884\$000
Encanamento de água para os chafarizes	1850-1851	8:000\$000
Abertura de uma rua comunicando as ruas do Acu e a do Piques	1850-1851	1:600\$000
Paredão do Carmo	1852-1858	22:000\$000
Teatro Municipal	1853-1855	48:266\$666
Calçamento da Capital	1855	20:000\$000
FONTE: Coleção das leis promulgadas pela Assembleia da Província de São Paulo. São Paulo: Tipografia a Vapor de Jorge Seckler, 1835-1889.		

Sendo assim, somente quando os presidentes de província resolveram investir financeiramente na questão dos sepultamentos é que os cemitérios começaram a sair do

papel. Nesse sentido, pode-se enxergar uma nítida relação entre a criação dos cemitérios públicos, a ocorrência das epidemias, e uma maior mudança de mentalidade da população em relação aos sepultamentos. Apesar de o discurso médico ter feito seus adeptos, principalmente entre a elite letrada, das autoridades terem legislado a respeito, e do apoio de elementos da hierarquia eclesiástica, seria apenas com as epidemias, com suas temíveis implicações e o consequente auxílio do caixa provincial, que medidas práticas seriam adotadas. As epidemias forçaram os diferentes governos a agir, e enxergarem nos cemitérios uma questão de salubridade a ser resolvida. Mais importante do que o debate médico se configurou o medo das epidemias. Segundo João José Reis:

“Os mortos, contados aos milhares e espalhados entre todas as categorias sociais, já não podiam receber os cuidados que até então os sobreviventes lhes dedicavam para que desfrutassem de uma boa morte. Aquela convivência pacífica e solidária entre vivos e mortos ruiu em face da desordem instalada pela epidemia. Já não se gastava tempo com os mortos, porque eles passaram a ser temidos instrumentos dessa desordem. Em primeiro lugar ficava agora a saúde física dos vivos, não a saúde espiritual dos mortos. Entre as primeiras providências figurava a expulsão destes da cidade dos vivos, das igrejas e cemitérios intramuros.”¹⁷⁴

Essa ligação entre as epidemias e a tomada de atitude quanto aos cemitérios pode ser acompanhada também em várias localidades do império. A Câmara do Rio de Janeiro¹⁷⁵ aprovou seu código de posturas em 1832, proibindo os enterros nas igrejas e conventos quando fosse estabelecido um cemitério ou um local para enterros. Apesar das deliberações e pedidos para que a obra fosse levada adiante, somente com o aparecimento da epidemia de febre amarela em 1850, é que ele começou a ser edificado.

Em São Salvador dos Campos dos Goitacases¹⁷⁶, província do Rio de Janeiro, o cemitério público demorou a entrar em funcionamento. A Câmara instituiu em 1835 uma lei aprovando a escolha do terreno, entretanto, apenas com a epidemia do cólera-morbo, em 1855, que a planta e o orçamento das obras foram apresentados. Em Recife¹⁷⁷, foi em 1850, com a febre amarela, que se iniciou o seu cemitério.

¹⁷⁴ REIS, João José. “O cotidiano da morte no Brasil oitocentista” In SOUZA, Laura de Mello e. *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, volume II, p. 140.

¹⁷⁵ RODRIGUES, Cláudia. Op. Cit., 1997, p. 104.

¹⁷⁶ Idem.

¹⁷⁷ Idem. Para saber mais sobre o caso recifense ver: SIAL, Vanessa de Castro. *Das igrejas ao cemitério: políticas públicas sobre a morte no Recife do século XIX*. Dissertação de Mestrado, IFCH-UNICAMP, Campinas, 2005; e SANTOS, Manuela Arruda dos. *Recife: entre a sujeira e a falta de (com)postura, 1831-1845*. Dissertação de Mestrado em História Social da Cultura Regional, Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2009.

Por fim, em Salvador¹⁷⁸, a postura proibindo os enterramentos foi aprovada em 1829, tendo sido o cemitério construído em 1836 através de um acordo da Câmara com alguns empresários. Não fosse esse acordo, provavelmente teria sido edificado por volta da década de 1850. No entanto, apesar de já estar pronto, os sepultamentos nas igrejas continuavam, sendo proibidos somente após a epidemia do cólera-morbo em 1855.

Mesmo com o medo causado pelas epidemias, a inauguração dos campos santos não foi realizada sem críticas e resistências. A abertura do cemitério da Consolação, em 1858, despertará uma grande discussão pela imprensa paulistana e por parte de alguns segmentos da população, em destaque para os membros das irmandades religiosas. Discussão que abordaremos no capítulo seguinte.

¹⁷⁸ RODRIGUES, Cláudia. Op. Cit., 1997, p. 104.

Capítulo 4: Resistências ao novo cemitério

A Câmara Municipal desta Imperial Cidade de S. Paulo faz saber a todos seus habitantes que desde o dia 15 do corrente fica aberto o novo cemitério da Consolação, e proibidos absolutamente os enterramentos em qualquer outro lugar que não seja no mesmo, salvas as exceções do art. 1º §1º do Regulamento de 3 de maio de 1856. E para que chegue a notícia de todos será este afixado nos lugares do costume e publicado pela imprensa. Paço da Câmara Municipal de S. Paulo de 1858 – *Francisco José de Azevedo Junior*, Presidente. – *Manoel José Clarampio Carneiro* servindo de secretário.¹

No dia 09/08/1858 era publicada na imprensa o edital acima, informando a todos os paulistanos que a partir do dia 15 daquele mês o cemitério municipal da Consolação seria aberto ao público e proibido todos os enterramentos em qualquer outro lugar.

Sua inauguração não foi recebida favoravelmente por parcelas significativas da população. Frente à imposição da Câmara Municipal, levantaram-se vozes discordantes. Nos primeiros meses que se seguiram à inauguração, artigos de periódicos e abaixo assinados circularam pela cidade exigindo o fim do exclusivismo, a conservação dos antigos cemitérios, melhorias no da Consolação, entre outros assuntos. Este quarto capítulo vem para tentarmos entender algumas das tensões presentes entre o poder público e os segmentos da sociedade que viram no novo cemitério uma ameaça à salvação de suas almas e uma ruptura com as formas tradicionais de bem morrer. Ao mesmo tempo, buscaremos perceber o posicionamento de diferentes atores sociais dentro desse contexto de reforma dos costumes fúnebres.

Os clamores populares: periódicos e abaixo-assinados

A bem dizer, as resistências ao cemitério da Consolação iniciaram-se antes mesmo deste entrar em funcionamento. Um exemplo disto ocorreu durante a sua construção. Na noite do dia 15 para o dia 16/08/1856, cerca de 100 telhas que já estavam sobre um muro recém-construído foram destruídas, acarretando um prejuízo de 60\$000 réis à municipalidade². No entanto, as maiores tensões vão se concentrar nos primeiros meses que se seguem ao início de suas atividades, como podemos constatar no grande número de artigos publicados no *Correio Paulistano*³ e no

¹ *Correio Paulistano*, 09/08/1858, Ano V, número 720.

² Atas da Câmara Municipal de São Paulo, Sessão Ordinária de 18/08/1856. Volume 42, p. 87.

³ O *Correio Paulistano* foi o primeiro jornal diário de São Paulo, criado em 1854 por Joaquim Roberto de Azevedo Marques, foi durante muito tempo o principal jornal de São Paulo. Em 1858, subscrevia-se na tipografia imparcial a 12\$000 réis ao ano ou 6\$000 réis por semestre.

*Publicador Paulistano*⁴ entre os meses de agosto de 1858 e maio de 1859, momento em que o assunto perde sua evidência na imprensa.

Tabela 18: Número de artigos publicados na imprensa sobre o cemitério da Consolação (agosto/1858 a maio/1859)			
Período	<i>Correio Paulistano</i>	<i>Publicador Paulistano</i>	Total
Agosto/1858	8	0	8
Setembro/1858	2	2	4
Outubro/1858	1	0	1
Novembro/1858	2	0	2
Dezembro/1858	2	0	2
Janeiro/1859	0	0	0
Fevereiro/1859	2	0	2
Março/1859	1	3	4
Abril/1859	1	1	2
Maio/1859	0	1	1
Soma	19	7	26
Fonte: <i>Correio Paulistano</i> e <i>Publicador Paulistano</i>			

Dentre as principais demandas da população, estava a conservação do antigo cemitério da Glória e dos cemitérios das irmandades, visto que a partir do dia 15/08/1858, o terreno da Consolação foi único local aprovado pela Câmara para o sepultamento de todos os corpos das freguesias da Sé, Santa Ifigênia e Brás.

Desde a aprovação da postura sobre os sepultamentos, em janeiro de 1856, que os enterros dentro das igrejas tinham sido proibidos, mas fruto do convencimento da população sobre os efeitos insalubres dos miasmas e do medo causado pelas epidemias, essa medida não sofreu forte contestação, pois, enquanto o cemitério municipal não fosse inaugurado, os cemitérios contíguos às igrejas das irmandades e os cemitérios paroquiais seriam mantidos. Com a conclusão das obras e início de seu funcionamento, a Câmara resolve executar a postura, restringindo os enterros para o recém-inaugurado cemitério municipal. Contra isso, a reação foi imediata. Já em agosto de 1858, antes do início das atividades, o presidente de província José Joaquim Fernandes Torres recebia uma carta do cidadão Manoel Alves Alvim, um reconhecido beato⁵, solicitando a

⁴ Era publicado duas vezes por semana na tipografia Dois de Dezembro, e subscrevia-se a 5\$500 réis por semestre. Até o dia 28/08/1858 não estampava o nome de seu redator, quando passou a declarar que o responsável por sua redação era o estudante de direito Balthasar da Silva Carneiro.

⁵ Spencer Vampré nos dá uma pequena descrição de Manoel Alves Alvim. Nascido em 1804, foi estudante da academia de direito entre 1828-1832, tendo após isso ocupado os cargos de juiz de fora em Campinas e juiz de Direito em Bananal, tendo-se aposentado em 1843. Segundo o autor “Nos seus últimos anos, viu-se o Dr. Alvim algum tanto enfraquecido de espírito. Tornou-se demasiadamente devoto”. Apud VAMPRÉ, Spencer. *Memórias para a história da Academia de São Paulo*. São Paulo: INL, Conselho Federal de Cultura, 1977, volume um, p. 129.

conservação do cemitério dos Aflitos e defendendo a existência de cemitérios dentro das cidades, como havia sido decidido em Londres.

Não é desarrazoado, que um afeiçoado sincero faça um pedido em prol dos Pobres – ou em puro benefício Publico. - Vossa Excelência não consinta, que a Câmara obrigue a fechar-se o antigo Cemitério, o Cemitério dos Pobres d'esta Cidade: não é sem razão que aí ha, sobre isto, algum clamor: a odiosidade de um Contrato, e Monopólio em vasta escala – para o Cemitério novo, e parece adredi tão longe, não será oculta á Vossa Excelência, razão por que algum seu Antecessor não instou, ou sobreteve na execução disso, á que tamanha repugnância mostrava o Publico. Não é um prejuízo: o prejuízo está na opção contrária. Está hoje demonstrado, em boa Física, que ainda dentro dos Povoados os Cemitérios – esparsos – não podem inspirar receio, de coisa alguma pela Saúde Publica. Os corpos dentro do húmus; o húmus em contacto immediato com a Atmosfera – onde tudo de pronto se elabora -, sob três condições, nada há que temer dos enterramentos neles: assim se decidiu em Londres, apenas há dois anos. O nosso velho Cemitério, o Cemitério, por assim dizer, Religioso. O outro nada tem d'isto, o Cemitério dos Pobres deve ser conservado por Vossa Excelência, a quem Deus guarde e lhe dará o pagamento – por ser obra boa – por muitos anos⁶.

Após análise dos argumentos, o procurador fiscal da província Vicente José da Costa Cabral deu seu parecer ao governo no dia 16/08. Neste, rebatia as afirmações de Manoel Alves Alvim com exemplos da literatura médica francesa, demonstrando o quão prejudicial poderiam ser os miasmas cadavéricos, alertando a José Joaquim Fernandes Torres sobre as ações dos armadores e agentes das irmandades. Segundo ele:

armadores de eças, alguns agentes de irmandades e outros são os que maiores clamores tem levantado, e consta-me que se preparam para pedir a conservação de enterramentos em seus cemitérios e catacumbas particulares, e que espreitam o 1º ato de concessão a favor para requererem, a exemplo, e por isso até andam por via de outros, e por si angariando assinaturas nas repartições públicas, mas consta-me que a maior parte se tem negado, e mais se tem arrependido.⁷

No mesmo sentido da carta de Manoel Alves Alvim, foi publicado no *Correio Paulistano*, em 18 de agosto, um abaixo assinado, com 117 assinaturas, pedindo o não fechamento da necrópole dos Aflitos. Os argumentos utilizados eram praticamente os mesmos da carta precedente, ou seja, a falta de infraestrutura do novo cemitério, o exclusivismo absurdo e a afirmação de que a presença destes dentro das povoações não era prejudicial à saúde pública. Aos argumentos acima, acrescentava-se a possibilidade de ampliação do antigo cemitério da Glória para abarcar toda a população da cidade:

Illm. e exm. Sr. – Os abaixo assinados, parte do povo Paulistano, órgãos, por certo, assaz habilitados para expressarem a opinião da sua cidade, por que eles mesmo são, - povo – por que expressão suas próprias necessidades; vem a presença de v. ex., com a mais bem fundada esperança de que serão atendidos a clamar, não já sobre o absurdo do

⁶ AESP. Ofícios Diversos. Carta de Manoel Alves Alvim ao Presidente de Província José Joaquim Fernandes Torres. Provavelmente escrito entre 07/1858 e 08/1858.

⁷ AESP. Ofícios Diversos. Carta ao Presidente de Província José Joaquim Fernandes Torres, 16/08/1858.

enterramento próximo, violento, e (se dirá mesmo) bem pouco católico, dos seus mortos (os antigos pagãos lhes consagravam mais respeito...) em um campo raso, bruto, há pouco dos mesmos brutos pisado, excrementado, ainda agora mal acabado, sem uma decente capela, sem aspecto algum, exterioridade, ou aparência religiosa, daqui a meia legua de boa distancia, por subidas, descidas íngremes (desde a primeira ladeira abaixo de Santo Antonio) pelo terreno da Consolação, terra solta, barrenta, e lamosa; mas sim, para que se lhes deixe, se quer por graça, para que se lhes não vede, nem tome o seu velho cemitério, o cemitério dos pobres, bem bom cemitério, que se pequeno, se lhe pode dar um suplemento, ou num terreno em disposição, que lhe fica na frente, e se prolonga até o alto, que olha para o Lavapés, ou num campestre, em que remata a sua rua traseira (este lugar é ótimo;). Cemitério que reúne a vantagem de ficar sito num arrabalde pouco frequentado, a pequena distância, circunstancia esta muito atendível no cálculo das considerações, pró, e contra, em questões desta natureza (salvo se se quer, de um resto de acompanhamento religioso dar já cabo, totalmente, (por que se não há de andar com os mortos, caminho as léguas!)).

É inexato, que ainda mesmo dentro de povoado, os cemitérios abertos possam afetar a saúde publica. Este fato bem averiguado em Londres, quando a dois anos se pretendeu afastar da city os enterramentos. Nomeou-se então uma comissão de inquérito, composta de físicos, e pessoas outras profissionais, e se decidiu que os corpos em deposito no húmus em decomposição com ele, o húmus em contacto immediato com a atmosfera, que de pronto elabora, em beneficio das necessidades vegetais, e animais, os miasmas, que as sepulturas possam enviar-lhe; não podem inspirar receio razoável pela salubridade publica. Ora, se isto assim se decidiu (e parece, se não tratou mais da matéria) na capital do mundo científico, como é que entre nós onde a ciência não passa de um vão arremedo, e de um caricato; se há de dizer o contrário?!!

Resumem-se os petiçãoários: que seja conservado o antigo cemitério, dando-se lhe o suplemento indicado, ou mesmo sem ele: ficará assim esta cidade, hoje assaz extensa, e populosa com dois cemitérios, um, esse cemitério monstro (se é possível a sua continuação, a meia légua da cidade, e de certos pontos ainda mais) lá para esse norte, ou noroeste, este outro das velhas tradições, e da veneração publica, ao sul: assim o decidiria um presidente paulista, e v. ex. já o foi.

Receberam especialíssima e inocentíssima mercê.

S. Paulo 16 de agosto de 1858.⁸

Apresentado à Câmara Municipal⁹, o documento teve sua resposta em 09/09/1858. Em parecer da comissão permanente, os vereadores informaram não ter se surpreendido com o requerimento, pois sabiam que o povo dificilmente aceitaria de imediato uma mudança tão brutal em seus antigos hábitos, mas admiravam-se ao notar que a maior parte da população não o assinou, o que significava que estava a Câmara “habilitada para dar mais esse passo na carreira da civilização”¹⁰. Os edis entendiam que o atendimento ao requerimento seria prejudicial à saúde pública, pois o cemitério da Glória se encontrava dentro da cidade e o seu funcionamento seria um precedente para a reabertura dos cemitérios das diferentes irmandades paulistanas.

Concomitantemente à negativa da Câmara em atender essas solicitações, circularam pela imprensa constantes denúncias de abusos ocorridos no novo cemitério. Numa dessas ocasiões, um cadáver chegou para ser sepultado na Consolação, mas como

⁸ *Correio Paulistano*, 16/08/1858, Ano V, número 726.

⁹ Atas da Câmara Municipal de São Paulo. Sessão Ordinária de 28/08/1858. Volume 44, pp. 149-150.

¹⁰ Atas da Câmara Municipal de São Paulo. Sessão Ordinária de 09/09/1858. Volume 44, p. 156.

os acompanhantes não encontraram o porteiro e o portão estava fechado, tiveram que lançar o corpo por cima do muro¹¹. Em outro caso, um anjinho chegou ao cemitério dez minutos antes do seu fechamento. Interpelados pelo administrador para que fizessem o enterro, os coveiros rebateram que seu serviço era de sol a sol, retirando-se sem nada fazer. Ao pai restou sepultar sua filha com a ajuda de seus camaradas¹².

Ainda em janeiro de 1859, novos casos eram relatados. Durante o sepultamento do Coronel Bento Tomas Gonçalves, caía uma forte chuva. Por causa disso, ao chegar ao cemitério, os seus familiares e amigos quiseram depositar o seu corpo na capela, com a esperança de que a chuva parasse e se pudesse fazer o enterro decentemente. Entretanto, não sendo encontrado o administrador e retirando-se o carro que o conduzia, o cadáver foi “depositado no chão, exposto à chuva e sem decência alguma, cujo ato muito sensibilizou e revoltou os ânimos dos que sobrevivem”¹³.

Os pedidos para que o cemitério da Glória fosse mantido estavam presentes também na imprensa. Antes desprestigiado, ele era agora referido como o “cemitério do povo”, “nosso velho cemitério” ou “o cemitério das velhas tradições”. Ao lado dos pedidos para sua conservação, figuravam discursos mais exacerbados que chegaram a pregar a manutenção dos cemitérios contíguos às igrejas das irmandades:

No entretanto não consinta o governo que a Câmara – por sua violência e puro despotismo acabe com o cemitério velho do povo.¹⁴ (*Correio Paulistano*, 19/08/1858)

Logo, se uma irmandade qualquer, ou confraria, possuir já um cemitério, fora do recinto da sua respectiva igreja, (e felizmente quase todas as nossas capelas, ou já o tem, ou possuem terrenos mui aptos para o seu estabelecimento) tais irmandades podem, e devem (é dever sagrado, que não cede o passo a nem uma outra consideração, quanto mais á um abuso revoltante!) podem, e devem assim o sustentamos a face da lei; continuar a enterrar os seus mortos nesses ditos cemitérios¹⁵. (*Correio Paulistano*, 20/08/1858)

O que a lei quis e unicamente teve em vista, foi acabar com os enterramentos dentro das igrejas, logo pois que as confrarias e irmandades, de si mesmas a isso se prestem, passando as suas sepulturas para jazigos, e cemitérios, em contato com o ar atmosférico, fica satisfeita a lei; e nada mais terá de entender nisso a senhora, nossa ilustríssima¹⁶. (*Correio Paulistano*, 30/08/1858)

As nossas confrarias, quase todas, tem em suas igrejas arcas adjacentes, em que sem inconveniente se podem fazer cemitérios provisórios, e muitas já os tem nesses lugares. (*Publicador Paulistano*, 15/09/1858)¹⁷

¹¹ Arquivo Municipal Washington Luís. Coleção Papéis Avulsos, volume 180, 1858.

¹² Atas da Câmara Municipal de São Paulo. Sessão Ordinária de 16/09/1858. Volume 44, p. 159.

¹³ Atas da Câmara Municipal de São Paulo. Sessão Ordinária de 07/01/1859. Volume 45, p. 7.

¹⁴ *Correio Paulistano*, 19/08/1858, Ano V, número 729.

¹⁵ *Correio Paulistano*, 20/08/1858, Ano V, número 730.

¹⁶ *Correio Paulistano*, 30/08/1858, Ano V, número 738.

¹⁷ *O Publicador Paulistano*, 15/09/1858, número 105.

Portanto, basta que vos não oponhais, á que as diferentes confrarias, irmandades e capelas estabeleçam (como todas o querem) seus cemitérios em lugares abertos, azados e cômodos ao intento; de nenhum modo perigosos á saúde dos vivos, á juízo de pessoas entendidas, profissionais e prudentes (e também não haveis de presumir saber mais na matéria que os próprios ingleses, tão amigos dos cemitérios: foram eles que decidiram há dois ou três anos, que os cemitérios ainda contidos dentro de Londres, nem faziam, nem podiam fazer, segundo a física e leis naturais, mal algum à saúde publica¹⁸. (*Correio Paulistano*, 05/12/1858)

Inconformados com a situação e com o não atendimento de suas exigências, parte da população decidiu apelar para o presidente de província José Joaquim Fernandes Torres, enviando-lhe um abaixo assinado. Este foi entregue em setembro de 1858 e continha uma adesão maior do que o antecedente, 389 assinaturas. O seu discurso adotava uma nova estratégia, e vinha com argumentos melhor elaborados e embasados nas leis municipais. Os requerentes pediam mais uma vez a conservação do cemitério do povo, e além deste, que os cemitérios paroquiais voltassem a funcionar. Sobre o cemitério municipal, defendiam que fosse fechado até que a Câmara cumprisse com o que estava estabelecido no regulamento do cemitério, um povo católico e civilizado precisava de um cemitério decente, com capela, salas mortuárias, vigilância noturna, alfaías e demais paramentos de culto, o que não acontecia no terreno da Consolação. Segundo o documento:

Na letra e espírito das citadas disposições administrativas, exige-se que os cemitérios sejam estabelecidos por um modo decente e que convenha a um povo católico e civilizado. Esses artigos marcam algumas condições, impõe requisitos, ordenam medidas, previnem eventualidades, em uma palavra, estabelecem para tudo uma administração regular, exata, e em ordem a assegurar ao publico no tocante de seus justos temores e mui fundadas prevenções contra uma inovação de tal natureza. Hoje vistos os artigos 2º, 3º, 4º, e 24, in fine, todos eles abundam em disposições constitutivas dessa boa ordem, decência e conveniências prometidas ao publico, e que estão muito longe de serem cumpridas na forma dos artigos citados.

Naturalmente as disposições religiosíssimas do art. 5º foram postas á margem no movimento precipitado a que levou a câmara municipal á execução prematura dos seus artigos. Que é da capela com a capacidade e arranjos necessários para a celebração das missas e encomendações de sepulturas? Tudo isto importa uma tal ou qual igreja, bem que pequena, importa paramentos e alfaías para a celebração do sacrificio; nada de tudo o que se exige existe. Que é das salas mortuárias com os arranjos e aparelhos necessários de que tratam os arts. 25 §7º? Que é das casas para a residência constante dos empregados para a noturna vigilância dos corpos, de que tratam os arts. 24 e 25 §7º e todo o capítulo 3º que se inscreve = do serviço do cemitério? Por todas estas considerações, se as leis devem ser cumpridas oportunamente e com exatidão e sempre no intuito do bem geral, pensamos não haver outro expediente a tomar por parte de V. Ex. senão o que terminantemente dispõe o art. 2º, que enquanto se não abrirem os cemitérios públicos (entende-se com toda a decência prometida e afiançada, e

¹⁸ *Correio Paulistano*, 05/12/1858, Ano V, número 811.

cumpridas todas as condições determinadas) os enterros podem continuar ainda nas respectivas paróquias debaixo das condições aí exaradas.¹⁹

As irmandades

Nesse contexto, as irmandades, principais veículos do catolicismo tradicional, não ficaram paradas. Preocupadas com a perda de suas rendas e prestígio, essas associações foram as maiores opositoras dos cemitérios públicos em todo o império.

A saber, suas primeiras rugas com a Câmara paulistana ocorreram em 1857, por ocasião da aprovação do regulamento do campo santo. Acontece que seu artigo 28º estipulava que qualquer irmandade, confraria ou corporação religiosa que desejasse obter um jazigo perpétuo deveria pagar 10\$000 réis de joia por braça quadrada e um foro anual de 4\$000, sendo a concessão por aforamento perpétuo²⁰. Esse artigo resultou em “grande indisposição contra o cemitério público, principalmente da parte das irmandades e confrarias”²¹, obrigando a Câmara a reformulá-lo em 02/04/1857, reduzindo as taxas para 2\$000 de joia e \$050 anuais por braça quadrada.

As mudanças foram encaminhadas à Assembleia legislativa provincial, órgão responsável pela aprovação das posturas municipais. Nesta casa os interesses das irmandades e confrarias encontrariam respaldo no padre e deputado João Vicente Valadão, que propôs e conseguiu a aprovação de uma lei conferindo gratuitamente a elas os terrenos dos cemitérios públicos. Dessa forma, em 30/04/1857, o presidente da província Antonio Roberto de Almeida sancionava a lei nº46:

Artigo único: Os terrenos destinados para jazigos das ordens terceiras, confrarias ou irmandades religiosas nos cemitérios públicos, serão concedidos gratuitamente, revogadas as disposições em contrário.²²

Já em 1858 com a inauguração do cemitério municipal e a consequente proibição dos sepultamentos nas demais localidades da cidade, as irmandades e confrarias voltariam à carga. Entre finais daquele ano e os primeiros meses de 1859, membros das ordens terceiras do Carmo e de São Francisco e das irmandades de São Benedito, Rosário dos Homens Pretos, Santo Elesbão e Santa Ifigênia enviaram petições e abaixo assinados ao presidente de província e à assembleia legislativa provincial

¹⁹ Arquivo Municipal Washington Luís. Coleção Papéis Avulsos, Volume 180, 1858.

²⁰ ALESP. Império. Regulamento para os cemitérios da cidade de São Paulo, Typografia da Lei, Rua de traz da Cadea, nº 30, 1858.

²¹ Atas da Câmara Municipal de São Paulo. Sessão Ordinária de 02/04/1857. Volume 44, p. 156.

²² Arquivo Municipal Washington Luís. Coleção Papéis Avulsos, Volume 176, 1857.

pedindo pela manutenção dos seus cemitérios. Sobre o posicionamento dessas associações, a pacotilha, coluna político satírica do *Correio Paulistano*, relatava:

- V. S. não faz ideia o que vai por aí. As irmandades estão danadas, a ponto de quererem escangalhar os carros da empresa; ninguém quer se enterrar em um lugar tão triste, cheio de besouros e vaga-lumes, resolveram representar a ilustrada assembleia, e eu como irmão que sou de diversas irmandades tenho andado atribulado para pilhar assinaturas de quanto cristão veste opa. [...], saberá V. S. que como um dos sustentáculos de tudo que é corporação religiosa, quer de mãos mortas, quer de mãos vivas, não posso deixar de informar com todas as forças de meus pulmões, que isto de cemitério é judiaria, e vai acabando com as irmandades e confrarias, que como V. S. sabe prestam muito serviço ao país, e arranja muita gente necessitada. Eu já ouvi um andador, que se não permitissem os enterros em jazigos que se acabam festas, novenas, matinas, e manda-se reduzir todos os sinos a caldeirões.²³

Em São Paulo, as suas duas ordens terceiras, reconhecidamente as associações da classe alta, uniram-se contra o exclusivismo. Em sua petição, utilizaram-se das disposições da lei de 1º de outubro de 1828 e do Concílio de Ruão (1581), solicitando o direito de enterrarem seus membros em cemitérios adjacentes aos seus templos, em terreno alto, seco e arejado, bem como a faculdade de terem catacumbas, para uso exclusivo dos seus irmãos. Anexado à sua petição, vinha um parecer assinado por três médicos paulistanos aprovando o terreno indicado²⁴. Os irmãos de São Benedito, estabelecidos dentro da igreja da ordem terceira de São Francisco, pediam, por sua vez, para poderem ter, sob condições higiênicas, seu cemitério nos fundos da igreja e ao lado do terreno escolhido pelos irmãos terceiros de São Francisco.

Igualmente os membros do Rosário dos Homens Pretos apelaram para a Assembleia Legislativa. Em sua petição os irmãos afirmavam que estavam cientes de que os enterramentos dentro das igrejas eram indecentes e prejudiciais, e que os cemitérios públicos eram necessários e admitidos nas nações civilizadas, no entanto, defendiam que São Paulo não estava nas mesmas condições higiênicas das províncias marítimas nas quais as epidemias eram contínuas. A cidade, pelo seu clima e temperamento estava livre de epidemias, com exceção da varíola, e a confraria possuía um antigo e bom cemitério, ao lado de sua igreja. Para validar as suas afirmações, enviaram em anexo a avaliação que o cirurgião Salvador Machado de Oliveira e o doutor William Ellis tinham feito. Neste os médicos afirmavam:

Por outro lado é sabido, que somente nos lugares não ventilados, abafados, ou cobertos que se acumulam os gases mefíticos tão nocivos aos vivos o que não pode acontecer no

²³ *Correio Paulistano*, 27/02/1859, Ano V, número 878.

²⁴ ALESP. Império. Representação de diversas irmandades sobre cemitério, 1860. Número EE60.013, Caixa ESP-161, p. 17, código 39, Id. Documento 2745.

referido Cemitério, e por isso estamos persuadidos, que nele se pode fazer a inumação dos Irmãos defuntos sem prejuízo da saúde publica.²⁵

Os irmãos de Santa Ifigênia e Santo Elesbão reafirmaram saber que os sepultamentos dentro das igrejas eram nocivos à saúde pública, mas alegavam que não podiam acreditar que o mesmo ocorreria em lugar arejado e livre. Diziam temer pelo enfraquecimento da religião, cujo fervor claramente havia decaído. Cumpria fortalecê-lo novamente, através da permissão de terem um cemitério junto a sua igreja²⁶.

Juntos, esses quatro requerimentos, somavam 105 assinaturas de pessoas diferentes, todos de alguma forma associados às irmandades. Um apoio importante apareceu em finais de 1858, quando um abaixo assinado com 21 firmas de clérigos diocesanos residentes em São Paulo veio à luz. A adesão dos clérigos foi bastante significativa, se considerarmos que naquela época existiam aproximadamente setenta religiosos, entre seculares e regulares, em todo o termo da cidade de São Paulo.

Os sacerdotes pediam a revogação da lei que impedia as irmandades e confrarias de terem seus cemitérios próprios. Segundo eles, aquela situação estaria prejudicando a fé, que já se via enfraquecida, pois eram poucos os que agora procuravam as irmandades. “Hoje dizem que não tendo elas cemitério, são inúteis: erro que por outro modo não pode ser combatido senão com a instituição de cemitério como foi pedido”²⁷.

Em sua argumentação procuraram demonstrar que o campo santo havia sido construído por motivos meramente financeiros, para balancear as receitas da Câmara. Para os sacerdotes, os únicos motivos que impediam o abrandamento do exclusivismo eram as razões de salubridade pública e a do interesse. Sobre a primeira, bastaria observar o cemitério de Père-Lachaise, em Paris, e de todos os cemitérios ingleses, localizados dentro de suas povoações e que mal algum lhes fazia. Acerca da segunda alegação, asseguravam que os poucos interessados em sua manutenção eram “somente aqueles que querem deslocar as sepulturas do domínio eclesiástico, para os entregarem a direção arbitrária do poder civil, como qualquer objeto de uso exclusivamente temporal, no intuito de lucros próprios, ou vantagens de empresas de puro comércio”²⁸.

É interessante notar que em nenhum momento as irmandades e ordens terceiras defenderam a volta dos enterramentos nas igrejas. Nem mesmo os seus membros

²⁵ ALESP. Império. Representação de diversas irmandades sobre cemitério, 1860. Número EE60.013, caixa ESP-161, p. 17, código 39, Id. Documento 2745.

²⁶ Idem.

²⁷ ALESP. Império. Proibição de enterro em cemitério existente nos terrenos adjacentes aos templos, 1864. Número CJ64.019, caixa ESP-130, p. 3, código 39, Id. Documento 2143.

²⁸ Idem.

demonstraram ter dúvidas acerca do caráter insalubre daquela prática, pelo menos nos discursos da documentação oficial. Suas argumentações, apesar de haver exceções, enveredaram para o âmbito dos conhecimentos médicos e científicos e, nesse sentido, tiveram um ponto comum com a maioria dos artigos publicados na imprensa e com as arguições dos abaixo-assinados. Eles optaram por lutar através do campo médico²⁹.

Bases da crítica e encaminhamentos da Câmara

Alguns dos abaixo assinados e petições acima citados foram apresentados pelo presidente de província na abertura dos trabalhos da Assembleia Legislativa Provincial para o ano de 1859. Outros foram remetidos diretamente a ela, e posteriormente todos foram enviados à comissão eclesiástica e de câmaras. Porém, antes de adentrarmos nas discussões ocorridas na Assembleia Provincial devemos observar as atitudes da Câmara Municipal de São Paulo. Acontece que entre agosto de 1858 e maio de 1859, esta tomou uma série de medidas para aplacar os ânimos da população. Se as manifestações contrárias ao cemitério não tiveram o poder de fazê-la retroceder na questão do exclusivismo, obrigaram-na ao menos a tomar medidas para amenizar as críticas.

Embasando as manifestações contrárias ao exclusivismo estava uma série de problemas e inconvenientes que acabaram por reunir dentro de uma mesma bandeira segmentos da população com anseios e preocupações diferentes. Pelo menos num primeiro momento, tradicionalistas, defensores da volta aos enterramentos nas igrejas; membros de irmandades pregando o restabelecimento de seus cemitérios, e até pessoas com um pensamento mais liberal, favoráveis aos cemitérios afastados, mas inconformados com o descaso em que este foi entregue, uniram-se na crítica.

Enquanto as irmandades e os religiosos argumentavam que os sepultamentos nos cemitérios urbanos não seriam prejudiciais à saúde, preocupando-se principalmente com os efeitos que um cemitério afastado teria sobre a religiosidade e no ingresso de novos membros, a população tinha um leque de críticas e demandas maiores. Para as irmandades, o cemitério da Consolação representava a perda de irmãos e de receitas, visto que o desejo de um enterro cristão era uma das principais razões que levavam as pessoas a ingressarem numa dessas associações. As queixas populares revelavam outras preocupações: em alguns casos a resistência ao novo costume, mas também demandas

²⁹ Esse processo também foi percebido por CYMBALISTA, Renato. *Cidade dos Vivos: arquitetura e atitudes perante a morte nos cemitérios do estado de São Paulo*. São Paulo: Annablume, 2002.

mais reformistas, os problemas de falta de infraestrutura, o novo imposto criado sobre os enterros, a distância da cidade, entre outros assuntos.

Um cemitério “só para brutos”

A bem dizer, uma das principais denúncias presente na documentação estudada se referia à péssima infraestrutura do novo cemitério e a falta de decência nos sepultamentos ali ocorridos. Levando em conta esse aspecto, as críticas não eram infundadas. Concluído às pressas para receber os cadáveres de variolosos, o cemitério da Consolação foi entregue em condições precárias: parte de seu terreno não tinha sido nivelada e o seu fechamento havia sido concluído provisoriamente com um portão de madeira. Não bastasse isso, ele não possuía sequer uma capela com os paramentos necessários para as encomendações e ofícios divinos. Nessas condições, nada mais era do que um grande terreno mal emparedado e sem qualquer acabamento. Ao lado disso, os relatos de abusos cometidos não auxiliavam em nada na visão que a população tinha sobre ele. Era, portanto, esperado e até natural que os moradores reclamassem, apelidando-o pejorativamente de “o cemitério dos brutos”. Sobre essa questão, um articulista do *Publicador* declarava:

O Povo tem razão!

Não se despe um individuo repentinamente de seus hábitos inveterados, sem ficar entregue ao desespero. E há de um povo, apesar de sensato e bom, como é o nosso, desarraigar um habito licito, religioso, mantido sempre durante o longo período de três séculos?

Ele porém queixa-se apenas, como é seu costume, quando sofre injustamente.

Ele sensato, e bom, enobrecido por virtudes que depura com o tempo, estava acostumado a sepultar seus mortos á sombra do altar, no chão dos templos, aos pés da imagem de Deus, como um símbolo consolador do que deseja e pede para aqueles, que já não pode ter consigo sobre a terra.

Agora o obrigam a caminhar- meia légua, até onde está esse PASTO mal cercado, o qual, se é cemitério, mais parece de judeus, que de paulistas!”

Acabai esse, ou qualquer outro com um templo, que seja o oásis da morte nesse Saara inculto, que nosso povo há de resignar-se.³⁰

Faltava uma estrutura mínima para o seu funcionamento, questão em que até os vereadores concordavam em certa medida. Em 09/09/1858, chegaram a afirmar:

O novo cemitério está longe, é verdade, do estado da perfeição a que tem de ser levado, porque a falta de meios não tem permitido ainda construir-se os edifícios que constam do respectivo plano, mas a Câmara Municipal continua a empregar os de que dispõem e assegura [...]. que sejam quais forem os tropeços que se lhe queira lançar na senda que segue, não desanimará.³¹

³⁰ O *Publicador Paulistano*, 15/09/1858, número 105.

³¹ Atas da Câmara Municipal de São Paulo. Sessão Ordinária de 09/09/1858. Volume 44, p. 156.

Pensando na resolução desse problema, os vereadores tomaram medidas para minorá-lo. Em setembro³², representaram ao presidente de província sobre a necessidade da edificação de uma capela, “a fim de acalmar o clamor que se tem levantado por não se achar ainda construída”³³, solicitando para isso um empréstimo de 5:000\$000 réis. Após uma análise, José Joaquim Fernandes Torres concedeu em 24/09, a referida quantia com a condição de a Câmara ressarcir o cofre provincial com as rendas provenientes do cemitério da Consolação. Em seu parecer, o fiscal Vicente José da Costa Cabral relatava inclusive ser favorável a uma concessão maior, para “assim por-se termo as queixas que contra o mesmo há da parte de alguns”.³⁴

Com as verbas disponibilizadas, a construção se deu de forma relativamente rápida e, em 02/11/1858, a Câmara celebrava uma missa de finados na dita capela. No entanto, as obras continuaram até maio de 1859, quando a ermida seria finalmente concluída. Além dessa, outras melhorias foram aformoseando o local ao longo dos anos, a construção de túmulos e catacumbas, o calçamento das ruas principais, etc.³⁵.

Essas obras contribuíram para amenizar as críticas, visto que a partir da edificação de uma capela decente, com os paramentos necessários, ficava atendida uma parte das reclamações da população. Com o tempo, o cemitério se distanciaria daquela imagem de um pasto bruto e abandonado, que caracterizou seus primeiros meses e dessa forma, já em abril de 1859, era possível encontrar quem o defendesse:

Vão ver como ele está hoje tão soberbo e arrogante! Já não é o que foi: está todo muradinho de taipas rebocadas e cobertas de telhas: tem dentro de si uma bem começada capela, que daqui a mui pouco tempo estará concluída. Orgulha-se de esconder já em seu seio cadáveres em que estiveram almas muito nobres e ilustres. A sua área está cortada de ruas, e estas bordadas de roseiras, e de arvoredos, próprios destes sítios, e que daqui a meses lhes darão uma sombra melancólica. Oh! Se as Ordens 3ª, irmandades e confrarias desta cidade o quisessem honrar, escolhendo ali a porção de terreno necessário em que tivessem de fazer sepultar a seus irmãos, por sem dúvida que se tornaria esse sítio um jardim antes do que um ermo: ali as lágrimas se estancariam algum tanto mais, quando o coração pelos olhos sentisse alguma coisa mais consoladora, que lhe ofereceriam o alinhamento daqueles caminhos, aquelas mesmas flores pálidas e desbotadas, e o bulido monótono daqueles arvoredos!³⁶

³² Atas da Câmara Municipal de São Paulo. Sessão Ordinária de 09/09/1858. Volume 44, p. 156.

³³ AESP. Ofícios Diversos. Ofício ao Presidente de Província José Joaquim Fernandes Torres, 10/09/1858.

³⁴ AESP. Ofícios Diversos. Ofício ao Presidente de Província José Joaquim Fernandes Torres, 22/09/1858.

³⁵ Arquivo Municipal Washington Luís. Coleção Papéis Avulsos, 1960, volume 189; e Atas da Câmara Municipal de São Paulo, sessão ordinária de 23/02/1861. Volume 46, pp. 42-43.

³⁶ *Correio Paulistano*, 02/04/1859, Ano V, número 904.

A empresa de condução de cadáveres

Outro ponto que desagradou a população foi a concessão de um monopólio na condução dos cadáveres à empresa de Joaquim Marcelino da Silva.

O estabelecimento desse privilégio foi discutido na Câmara entre os anos de 1855 e 1857, e justificado pelos vereadores devido a grande distância entre o cemitério municipal e a cidade, aproximadamente 2 km a partir do largo da Sé e 4 km partindo do Brás. Segundo os vereadores, essa distância tornava necessária a fundação de uma empresa funerária, o que só poderia acontecer através da concessão de privilégios e favores, pois, pelas suas estimativas, esta teria uma despesa inicial de 5:790\$000 réis, e, em seus primeiros anos, uma despesa anual de 6:047\$000, contra um rendimento previsto na casa dos 4:600\$000 réis. Devido a esses grandes gastos e do pouco retorno que poderia trazer num primeiro momento, os vereadores alegaram que caso não fosse aprovado o monopólio, as empresas que se dispusessem a fazer a condução, o fariam sem garantir um bom serviço e com taxas elevadíssimas, o que seria uma calamidade para a população³⁷.

Dessa forma, depois de malogradas negociações com os empresários Frederico Fontaine e Candido Justiniano da Silva, se conclui em dezembro de 1856, um contrato com o empresário carioca Joaquim Marcelino da Silva, válido pelos próximos quinze anos. Neste, ficou estabelecido que a partir da inauguração do cemitério municipal, a empresa funerária teria a exclusividade na condução em carros e seges de todos os cadáveres falecidos na cidade, garantindo-se em contrapartida o transporte gratuito dos indigentes falecidos fora das casas de caridade³⁸. Não ficara, porém, vetado aos particulares a condução por qualquer outro meio, e por esse motivo, ainda em 1889, era comum observarem-se cortejos de gente humilde levando “cadáveres para o cemitério, especialmente crianças que constantemente se observam expostas ao calor do sol, conduzindo os chamados caixões de anjinhos, num percurso enorme”.³⁹

Tendo início as atividades na Consolação, o empresário principia a prestação de seus serviços. Através da observação das tabelas de preços, fica evidente que o empresário buscava atender as diferentes classes sociais. As conduções de corpos adultos, por exemplo, variavam entre 5\$000 réis para os mais pobres até 30\$000 réis para os mais privilegiados, como podemos ver nas tabelas seguintes:

³⁷ ALESP. Império. Privilégios e favores para a compra da condução de cadáveres em carros para os cemitérios. São Paulo. 1855, código 39, Id. Documento 1979.

³⁸ ALESP. Império. Contratação de serviço de condução de cadáveres. São Paulo. 1856, código 39, Id. Documento 17115.

³⁹ Atas da Câmara Municipal de São Paulo, Sessão Ordinária de 01/05/1899.

Tabela 19: Preço na Condução dos Cadáveres Adultos	
1ª Classe	
Condução do cadáver: Carro de seis colunas, guarnecido de filetes de ouro, sanefas de veludo com franja de ouro, puxado á quatro animais, ricamente ajaezados, cocheiro competetemente fardado	30\$000
Condução do pároco: Carro de quatro rodas	10\$000
2ª Classe	
Condução do cadáver: Carro de seis colunas todo pintado de preto com sanefas de belbute e franjas pretas, puxado á dois animais, cocheiro com fardamento mais inferior que o de 1ª classe	20\$000
Condução do pároco: Sege mais inferior do que a de 1ª classe	8\$000
3ª Classe	
Condução do cadáver: Sege de quatro rodas para ir o caixão atravessado, puxado a dois animais	10\$000
Condução do pároco: Sege mais inferior do que a de 2ª classe	6\$000
4ª Classe	
Condução do cadáver: Carroça toda fechada, pintada de preto, com uma cruz em cima, também pintada, e puxada por um só animal	5\$000

Tabela 20: Preço na condução dos anjinhos	
1ª Classe	
Condução do anjinho: Coche rico puxado a quatro animais	30\$000
Condução do pároco: Carro superior	10\$000
2ª Classe	
Condução do anjinho: Coche mais inferior do que o de 1ª classe, puxado a dois animais	20\$000
Condução do pároco: Carro igual ao de 2ª classe dos adultos	8\$000
3ª Classe	
Condução do anjinho: Sege de quatro rodas puxado a dois animais	10\$000
Condução do pároco: Carro igual ao de 3ª classe dos adultos	6\$000

Além dos serviços de condução dos cadáveres, no qual detinha a exclusividade, a empresa funerária de Joaquim Marcelino da Silva vendia e alugava caixões, e se responsabilizava pela armação de salas mortuárias. Todas essas atividades eram realizadas anteriormente pelas irmandades ou pessoas ligadas a elas, que viam agora um concorrente de peso dentro de seu campo de atuação. Com a empresa fúnebre elas perdiam prestígio e atribuições, bem como receitas. Ao lado das formas tradicionais de preparação para a morte, sob a alçada das irmandades, assistia-se o surgimento de novas estruturas, num processo que Pagoto denominou de privatização da morte.⁴⁰

Tabela 21: Aluguel dos caixões para adultos	
Caixão n.1	40\$000
Dito n. 2	25\$000
Dito n. 3	15\$000
Dito n. 4	8\$000

⁴⁰ PAGOTO, Amanda Aparecida. *Do âmbito do sagrado da igreja ao cemitério público: transformações fúnebres em São Paulo (1850-1860)*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004, p. 112.

Tabela 22: Preço dos caixões	
Para adultos	
Caixão n. 1 – Forrado por dentro de seda branca e por fora de veludo com galão de ouro fino da largura de 4 dedos, argolas douradas, e perfeitamente acabado	250\$000
Caixão n. 2. – Forrado por dentro de metim lavrado branco, e por fora de veludilho guarnecido de galão entre fino legitimo, com argolas amarelas, perfeitamente acabado	100\$000
Caixão n. 3 – Forrado por dentro de metim, por fora de belbutina, guarnecido de galão entre fino vulgar, argolas amarelas	70\$000
Caixão n. 4 – Forrado por dentro de morim e por fora de belbute guarnecido de galão palheta, argolas pretas	30\$000
Para anjos	
Caixão n. 1 – Forrado por dentro de seda branca, e por fora de setim encarnado, guarnecido de galão entre fino legitimo, com argolas douradas	40\$000
Caixão n. 2 – Forrado de seda branca por dentro, e de belbutina encarnada por fora, guarnecido de galão entre fino vulgar, com argolas douradas	30\$000
Caixão n. 3 – Forrado por dentro de metim branco, e fora de paninho cor rosa, guarnecido de espiguiha com argolas amarelas	15\$000

Tabela 23: Preços das armações de salas mortuárias	
1ª Ordem – Sala forrada toda de baeta preta guarnecida com sanefas de belbutina preta e galões, portas também da mesma fazenda, e sanefas nos portais igualmente guarnecidos, com armada, altar com espaldar de veludo preto, guarnecido com galão caire-fino, e sanefa com ranja de ouro fino, frontal do altar de seda preta, bordada a ouro fino, guarnecido de galão, e franja também fina, banquetta com 6 castiçais, e um crucifixo todo prateado.	60\$000
2ª Ordem – Sala guarnecida em toda a roda de sanefas de belbutina, com galão palheta, portais iguais às sanefas, as quais serão inferiores às da 1ª ordem, altar com frontal de belbutina guarnecido de galão palheta, frontal de belbutina com galão também palheta, banquetta com 4 castiçais e crucifixo mais pequeno que o da 1ª ordem.	30\$000

Essa “privatização” não foi aceita passivamente por toda a população. O ato de conceder um monopólio a um membro laico da sociedade foi considerado, por muitos, como abusivo e várias queixas foram publicadas nos periódicos. Na Pacotilha, um articulista expunha o que significava essa mudança e demonstrava a falta de respeito e caridade cristã com que os defuntos eram tratados pelo empresário:

Até aqui, sempre li nas [...] que era difícil viver em S. Paulo; pois senhor que é difícil hoje é morrer-se. Para morrer-se é preciso ter dinheiro. Dantes um pobre irmão assentava em uma irmandade, pagava os anuais ao feliz tesoureiro, e ao menos tinham cova de graça, missas, mementos, e irmãos para carregar. Hoje californicou-se tudo: morre um homem, metem-no em um carro.

- Qual carro, carroça de estrume, que custa cinco [...]

- O carroceiro o que quer é dar com a gente nos *campos elysios*. Conforme é a necessidade fica o defunto apreciando o luar por uma noite, e depois é atirado num buraco feito às pressas, plantado como um repolho, couve, ou alface, pela quantia de seis bicos. Isto não tem lugar.⁴¹

⁴¹ *Correio Paulistano*, 27/02/1859, Ano V, número 878.

Nas reclamações, persistia a acusação de arbitrariedade da Câmara ao criar um privilégio, mais uma despesa para o povo, com o único fim de enriquecer o empresário. Acusavam-na de nepotismo e favorecimento, uma atitude desonrosa e insensível, que “faz entrar para as algibeiras do privilegiado da condução dos cadáveres o suor do povo, a economia do pobre e muitas vezes o pão que arranca a seus filhos”⁴². Noutro artigo, de 24/08/1858, um colaborador do *Correio Paulistano*, exortava a população a não consentir com o monopólio e defendia que o único meio de se combater a ganância camarária seria repartir a importância dos carros fúnebres entre meia dúzia de pobres, que acompanhariam o caixão até o seu destino⁴³.

O descontentamento, porém, não era unanimidade. Exceções apareceram na documentação. O já citado fiscal provincial Vicente José da Costa Cabral era da opinião de que a empresa representava um avanço. Segundo ele:

Não há odiosidade no contrato celebrado com Joaquim Marcelino da Silva em 19 de Dezembro de 1856, e nem monopólio porque nele existem as disposições da lei número 28 de abril do mesmo ano, que faculta aos particulares a condução dos cadáveres por qualquer outro meio.

Alem disto os preços da condução em veículos são muito mais módicos do que se supunha, e tão módicos que longe de acarretarem crescidas despesas, pelo contrário trazem economias as famílias dos mortos.

A vista dos preços da tabela cada um pode calcular as suas posses, e fazer enterros muito decentes, ao mesmo passo que os enterramentos nas igrejas são exorbitantes, e clamorosos. Não há muito que o enterro de um anjo no Carmo custou perto de 400\$000 réis⁴⁴.

Também um artigo do *Correio Paulistano*, defendia a empresa funerária em abril de 1859. Segundo o seu autor, era preciso agradecer pela existência dessa empresa, pois trouxe consigo um tratamento mais decoroso para os defuntos, uma grande vantagem para ricos, remediados e pobres, equiparando nesse aspecto São Paulo à Corte:

Sr. redator, talvez V. S. me possa explicar; para que é tanto anátema contra a vida deste pai comum? Repare-se que dele precede essa decência fúnebre, que nesta capital já se vê hoje na condução de cadáveres, muito e muito preferível a esse modo de outrora, e que felizmente *abiiit excessit*...sistema que se tornou ainda mais carramendo(?) quando o mudaram para de dia, e que, em abono da verdade, além de acarretar mais despesa, despia-se daquela gravidade, que lhe devia ser própria; porquanto o cadáver estendido dentro de um caixão era conduzido a braços muitas vezes exalando um aroma de cola fresca; com o rosto ordinariamente descoberto, e, como presenciámos, trazendo pela reta quadra uma curiosa multidão de homens e mulheres, que, a sua cabeceira, lhe faziam notas bem dispensáveis, v. sg. um – que bão homem foi ele! – foi mesmo nha chará. – Que senhora impertinente! Assim mesmo... assim contam. – outras – oiai... não perdeu as feições!... Si ele mesmo era tão de estrendo! – Nhá chará, mercê está vendo o nariz? Não ficou muito comprido!... Santo Antonio! pois mercê, chará, queria que ficasse mais estendido!?... finalmente quase todos – o pobre!!! ... a coitadinha!

⁴² *O Publicador Paulistano*, 04/03/1859, número 130.

⁴³ *Correio Paulistano*, 24/08/1858, Ano V, número 733.

⁴⁴ AESP. Ofícios Diversos. Carta ao Presidente de Província José Joaquim Fernandes Torres, 16/08/1858.

Ora, Sr. redator, pelo amor de Deus! Graças mil dou ao Céu pela bendita hora em que nesta capital se abriu um cemitério publico, e muito mais por haver o Sr. Joaquim Marcelino da Silva nos proporcionado o modo mais decoroso de se levar um cadáver á seu ultimo jazigo! Sustem e se esta empresa, que sendo de grande vantagem aos ricos, e remediados, ainda de maior é aos pobres, para os quais o empresário está sempre pronto e gratuitamente. Tenha-se em vista que essa empresa, bem longe dos lucros que se lhe atribui, equiparou neste ponto desta capital á capital do império!⁴⁵

Para além desse debate, a empresa fúnebre e a Câmara Municipal tiveram que lidar com o problema dos corpos de pobres e indigentes, incapazes de arcar com os preços dos carros. Pelo acordo estabelecido com o governo em 1856, Joaquim Marcelino da Silva se comprometeu a conduzir gratuitamente os corpos dos miseráveis falecidos fora dos estabelecimentos de caridade. No entanto, em 12/08/1858⁴⁶, o provedor da Santa Casa de Misericórdia, Antonio da Silva Prado, oficiou à Câmara Municipal requerendo poder sepultar os corpos dos pobres falecidos em seu hospital no antigo cemitério da Glória, devido aos altos preços dos carros pertencentes à empresa funerária (5\$000) e porque a Santa Casa não tinha serventes suficientes para conduzi-los até o cemitério em razão da distância em que este se encontrava.

Em resposta à solicitação, os vereadores se reuniram com o empresário, que ofereceu reduzir as tarifas para 2\$000 réis, e, posteriormente, em reunião com o governo provincial aceitou estender a gratuidade aos falecidos naquele hospital⁴⁷. Ficou assim, estabelecido, logo no primeiro mês de seu funcionamento, a gratuidade de condução para todos aqueles que não tivessem os meios de arcar com os carros fúnebres.

Na mesma ocasião em que ficou acordada a condução gratuita dos pobres, o presidente de província, José Joaquim Fernandes Torres, aproveitou para convocar alguns facultativos visando organizar e melhor controlar os serviços fúnebres daquela empresa, no que se referia ao bom arranjo dos seus carros, à forma de condução, observância do serviço, e, em caso de desrespeito ao contrato, a imposição de multas; atendendo, assim, parte das queixas do povo, que reclamava contra a falta de religiosidade e decoro nas conduções. Apesar do privilégio não ter sido abolido como requeriam, o governo tomou atitudes mais sérias no sentido de controlar a empresa e de se evitar que abusos fossem cometidos.

⁴⁵ *Correio Paulistano*, 02/04/1859, Ano V, número 904.

⁴⁶ Atas da Câmara Municipal de São Paulo. Sessão Ordinária de 12/08/1858. Volume 44, pp. 135-138.

⁴⁷ Atas da Câmara Municipal de São Paulo. Sessão Ordinária de 28/08/1858. Volume 44, pp. 144-147.

Novo imposto do cemitério

A Câmara municipal recebia uma taxa por cada corpo sepultado no cemitério da Consolação. Em 1858, esta variava de acordo com a destinação do corpo, a saber: para as quadras gerais se cobrava 6\$000 réis, e caso alguém quisesse colocar túmulo se pagaria 4\$000 réis anualmente de acordo com o tempo que se quisesse conservar o jazigo. Já as sepulturas perpétuas orçavam em 50\$000 réis⁴⁸, e os pobres e indigentes que falecessem nos hospitais da Santa Casa ou do Governo, prisões e os cadáveres remetidos pela autoridade policial seriam enterrados gratuitamente.

Dentre as alegações levantadas pelos opositores ao cemitério estava a opinião de que o exclusivismo havia sido imposto unicamente para encher os cofres municipais com o dinheiro do povo através dessas cobranças. Nesse ponto, as críticas chegavam a ser bem exageradas. Em fevereiro de 1857, por exemplo, o padre e deputado provincial, João Vicente Valadão, censurava esse imposto, caracterizando-o como bastante oneroso, e que teria como resultado um rendimento anual de seis a oito contos de réis em favor da Câmara. No entanto, a análise dos seus rendimentos entre 1862 e 1863 mostra o quanto essa estimativa estava enganada ou superestimada. O cemitério representou uma despesa para a municipalidade, pelo menos naqueles primeiros anos:

Tabela 24: Orçamento do cemitério para o ano financeiro de 01/1859 a 12/1859	
Rendimento do cemitério público:	2:000\$000
Gratificação ao administrador	-400\$000
Aos dois coveiros	-400\$000
Despesas gerais	-1:200\$000
Balanço	0
Fonte: Lei nº 639 de 04 de maio de 1858	

Tabela 25: Orçamento do cemitério para o ano financeiro de 01/1860 a 12/1860	
Rendimento do cemitério público:	1:000\$000
Gratificação ao administrador	-400\$000
Aos dois coveiros	-864\$000
Aluguel das casas para os empregados	-360\$000
Balanço	-624\$000
Fonte: Lei nº 664 de 25 de abril de 1859	

Tabela 26: Orçamento do cemitério para o ano financeiro de 07/1862 a 06/1863	
Rendimento do cemitério público:	800\$000
Gratificação ao administrador	-700\$000
Aos dois coveiros	-1:080\$000
Conservação da capela, compra dos paramentos mais necessários, e para celebração de atos religiosos.	-1:000\$000
Balanço	-1:980\$000
Fonte: <i>Correio Paulistano</i> , 08/07/1862, Ano IX, número 1850	

⁴⁸ ALESP. Império. Regulamento para os cemitérios da cidade de São Paulo, Typografia da Lei, Rua de traz da Cadea, nº 30, 1858.

Tabela 27: Orçamento do cemitério para o ano financeiro de 07/1863 a 06/1864	
Rendimento do cemitério público:	1:500\$000
Gratificação ao administrador	-700\$000
Aos dois coveiros	-1:460\$000
Conservação da capela e celebração de atos religiosos.	-620\$000
Balanço	-1:280\$000
Fonte: <i>Correio Paulistano</i> , 15/02/1863, Ano X, número 2032	

Ao mesmo tempo, justificava-se que a taxa para os enterros sobrecarregava a população, principalmente aquelas pessoas que se encontravam no limiar da pobreza, não sendo tão pobre para que tivesse o direito à sepultura gratuita, mas que não tinham uma boa condição financeira. Segundo os críticos, esse grupo anteriormente conseguia adquirir suas sepulturas gratuitamente ou a preços módicos nas igrejas ou cemitérios das irmandades, e com o cemitério teriam agora que arcar com o novo imposto. Criticando isso, um artigo do *Publicador Paulistano* argumentava que nada o legitimava, “nada senão a vontade tenaz e forte de acabrunhar o povo e o desejo sórdido de ver se amontoar nos cofres da Câmara o ouro extorquido dos pobres”⁴⁹. Outro artigo questionava: Como poderia um “pobre que mendiga muitas vezes para sustentar seu pai no longo período de uma moléstia, veja-se forçado a pagar um pesado imposto para dar a cova aquele para cujo sustento recorre a caridade pública”⁵⁰.

As contas remetidas pelo administrador do cemitério, contudo, nos mostram que essas denúncias foram exageradas. Talvez fruto das críticas que recebia, a Câmara foi bastante complacente com os pobres, como o prova o número de sepultamentos gratuitos ocorridos nas quadras da Consolação. Aliás, não havia dificuldade para consegui-lo, bastava um atestado de pobreza assinado pelo pároco como se segue:

Atesto que Maria das Dores, liberta e pobre, com 40 anos de idade, e solteira, faleceu ontem de ruptura intracranial.

São Paulo, 10 de setembro de 1872

Sepulte-se como pobre.

O padre Carlos Augusto Gonçalves Benjamin

Atesto que João José de Andrade, brasileiro, de 45 anos, faleceu hoje no hospital de Misericórdia de tuberculose mesentérica.

São Paulo, 04 de setembro de 1872

Sepulte-se como pobre.

O padre Carlos Augusto Gonçalves Benjamin⁵¹

⁴⁹ *O Publicador Paulistano*, 03/03/1859, número 129.

⁵⁰ *O Publicador Paulistano*, 09/04/1859, número 135.

⁵¹ Arquivo Municipal Washington Luís. Coleção Papéis Avulsos, Caixa 26, 1872.

Para termos uma ideia mais aproximada, em dezembro de 1858⁵², dentre 46 enterros, 25 foram de pobres, ou seja, gratuitos, e 21 pagos. Se considerarmos um discurso proferido pelo deputado provincial José Martiniano de Oliveira Borges, até março de 1859, o terreno da Consolação teria recebido 475 corpos, dos quais, 335 (70,5%) foram sepultados gratuitamente. Nesse sentido, podemos dizer que o alto índice de gratuidade colaborou para o emudecimento das condenações ao imposto.

Resistência aos novos costumes

Não podemos deixar de considerar, dentre as motivações que levaram a população a ter uma resistência ao cemitério da Consolação, a própria defesa dos antigos costumes funerários. Em 30/08/1858, por exemplo, um artigo do *Correio Paulistano* classificava a lei de 1º de outubro de 1828, no que se refere aos sepultamentos fora do recinto dos templos, como uma simpatia ao culto protestante⁵³. Outra matéria, noticiada em dezembro daquele ano, reafirmava o exposto, declarando:

Ninguém ignorava, que a lei da vossa criação, no artigo 66, §2, recomendava às câmaras – o prover em posturas sobre o estabelecimento de cemitérios “de acordo com a autoridade eclesiástica principal fora do recinto dos templos”. Esta recomendação porém data de trinta anos: as câmaras, prudentes, jamais trataram de a levar a efeito, porque, bem viam, quanto isso se opunha ainda, e justamente, entre nós, ao bom instinto popular católico; não passando de uma pura enxertia de fanatismo anglicano, em voga nas crenças anti - católicas, em uma lei de municipalidades, que nada tem que entender, nem podem entender, quanto ao culto publico, e matérias religiosas... Nunca se contou com um cemitério tal, como este, único, geral, ou publico, como lhe chamam⁵⁴

As posturas mais duras sobre o tema viriam do *Publicador Paulistano*. Esse periódico tinha se mantido praticamente neutro até março de 1859, quando passou a criticar abertamente o cemitério municipal. A partir daí, seus artigos insistiram que os miasmas dos cadáveres não eram prejudiciais à saúde, chegando, inclusive, a divulgar em três números seguidos um estudo demonstrando essa afirmação. Elencaram-se diversos trabalhos científicos, a saber: Chisholm, Newmann, Warren, Duchatelet, Guersent, Labarraque, Montfalcon e Ozanam, para se deixar bem claro que os cadáveres nada podiam fazer de mal aos vivos. Por esse motivo, se afirmava:

Quanto ao mal que pode causar o enterramento nas igrejas e cemitérios intramuros, nós o havemos provado com as maiores notabilidades medicas que esse mal não existe; que a putrefação dos corpos não tem influencia alguma maléfica sobre o organismo humano, favorecendo-nos ainda quando isso não fosse verdade, que tomadas as precauções

⁵² Arquivo Municipal Washington Luís. Coleção Papéis Avulsos, volume 180, 1858.

⁵³ *Correio Paulistano*, 30/08/1858, Ano V, número 738.

⁵⁴ *Correio Paulistano*, 05/12/1858, Ano V, número 811.

necessárias, as emanções pútridas não tem lugar, podendo assim continuarem-se os enterramentos nas igrejas e cemitérios intramuros.⁵⁵

Destacando-se na defesa aos enterramentos dentro dos templos, *O Publicador Paulistano* demonstrou um pensamento mais radical, representativo de parte dos paulistanos que encaravam as novas atitudes frente à morte como manifestações do espírito irreligioso que invadia a sociedade. Em outro artigo se prognosticava:

Hoje que o espírito da descrença lavra medonho e invade todas as camadas sociais, hoje que o espírito irreligioso está em voga e adulterando tudo quanto existe de sagrado rompe os laços que ligavam a humanidade, hoje o espírito descrente do século não quer que se tribute ao morto o mesmo respeito, que os próprios bárbaros tributavam e as nações ainda na infância de sua civilização! O respeito as cinzas do cristão morto era nos tempos primitivos do cristianismo quase um dogma; hoje cínicos lançam as vistas sobre o cadáver do cristão, e os entregam às mãos do coveiro que o despe e se locupleta com os seus ornatos lançando-o em uma cova imunda, muitas vezes depois de ações ignóbeis e de dirigir-lhe palavras de escárnio e de insolência! – A humanidade caminha para uma dissolução certa se não puder parar nesse plano inclinado da corrupção que tem por base o abismo da perdição e da condenação eterna.⁵⁶

Prevvia-se assim um futuro de dissolução e abismo para a sociedade se não se desviasse do caminho que vinha seguindo: a irreligiosidade. No entanto, nesse ponto, a Câmara paulistana não fez concessões. Embasada em pareceres médicos recusou-se determinantemente a levantar o exclusivismo.

Os estrangeiros católicos e protestantes

Com a inauguração do cemitério da Consolação em 15/08/1858, os sepultamentos nos cemitérios dos alemães e dos protestantes, localizados num terreno do Recolhimento da Luz, ficaram suspensos, criando-se um problema.

Durante a construção desses dois campos-santos, os estrangeiros tinham gasto cerca de 2:000\$000 réis, e não só perdiam o investimento feito na Luz, como nada havia de concreto para o sepultamento dos protestantes falecidos na cidade.

Em 09/09/1858, Jacob Michels pedia o aforamento de 144 braças quadradas de terreno no cemitério público, para nele serem enterrados os Alemães Católicos e Apostólicos. Em novembro pedia a dispensa do pagamento, o que lhe foi negado, resultando no encerramento das discussões e de ações por parte dos católicos⁵⁷.

⁵⁵ *O Publicador Paulistano*, 11/03/1859, número 131.

⁵⁶ *Idem*.

⁵⁷ Atas da Câmara Municipal de São Paulo. Sessão Ordinária de 09/09/1858. Volume 44, p. 154, e Sessão Ordinária de 11/11/1858. Volume 44, p. 190.

Enquanto que os estrangeiros católicos podiam ser sepultados na Consolação, a situação era mais complicada para os protestantes, que viam proibidos os enterros em seu antigo cemitério e ao mesmo tempo não tinham ainda um lugar decente para o seu sepultamento. Pensando nisso, o vereador Sertório propôs em sessão do dia 17/02/1859 que se destinasse um terreno para os protestantes:

Não podendo ser inumados dentro do Cemitério da Consolação os Cadáveres dos Protestantes, e não sendo decente que o sejam em campo aberto, em lugares que podem servir de pasto aos animais, proponho que junto ao atual Cemitério se mande cercar com taipas um quadrilongo de 15 braças de frente e 35 de fundo, que deverá servir para esse efeito.⁵⁸

Aproveitando a oportunidade, luteranos, anglicanos e alguns presbiterianos, representados pelo engenheiro Carlos Rath, aceitaram a proposta da Câmara Municipal. Esta mandaria murar e fechar o terreno às suas custas, com a condição dos protestantes edificarem uma capela por sua conta, e seu cemitério ficar sujeito às posturas do regulamento do cemitério da Consolação. Com a proposta aprovada, destina-se um quadrilongo com 20 braças de frente e 33 de fundo, e se reserva cinco braças para os católicos que quisessem ser ali sepultados, como requeriam alguns estrangeiros⁵⁹. O início de sua construção marca a solução de um antigo problema e o fim da oposição desse grupo ao cemitério municipal.

O clero

Ao longo dos 30 anos de discussões e iniciativas tomadas pela Câmara Municipal, Assembleia Legislativa Provincial e pelos presidentes de Província, podemos localizar a atuação de vários religiosos, e através dela perceber qual o seu pensamento e opinião em relação ao campo santo. São ofícios, pequenos trechos de cartas, alguns abaixo assinados e requerimentos que nos apontam um direcionamento.

Ao adentrarmos nesse tema, deve-se ressaltar a heterogeneidade das posturas e a falta de um direcionamento claro por parte da Igreja enquanto instituição e representando de uma coletividade. Segundo Amanda Aparecida Pagoto:

Durante todo esse processo, entre a interdição dos ritos fúnebres tradicionais e a criação de um cemitério municipal extramuros, a Igreja Católica não apresentou diretamente a sua opinião, o que foi um pouco inusitado considerando que grande parte de sua renda provinha da venda de sepulturas e outros serviços religiosos.⁶⁰

⁵⁸ Atas da Câmara Municipal de São Paulo. Sessão Ordinária de 17/02/1859. Volume 45, p. 41.

⁵⁹ Atas da Câmara Municipal de São Paulo. Sessão Ordinária de 28/02/1859. Volume 45, p. 49.

⁶⁰ PAGOTO, Amanda Aparecida. Op. cit., p. 125.

Contudo, se não é possível enxergar uma posição definida da Igreja, o mesmo não pode ser dito acerca dos seus membros. O clero paulistano foi muito atuante nos debates que levaram a construção do cemitério público, bem como nas reações de resistências despertadas pelo mesmo, como já tivemos a oportunidade de observar.

Diversidade de pensamento

Dois importantes estudos sobre os sepultamentos na cidade de São Paulo enxergaram a Igreja católica como a principal opositora das mudanças. Uma das justificativas para essa assertiva deriva do desentendimento ocorrido entre o bispo diocesano Manuel Joaquim Gonçalves de Andrade (1827 -1847) e a Câmara Municipal em 1832⁶¹. Pressionados pelo governo provincial sobre o fim dos sepultamentos nas igrejas, os vereadores decidiram inquirir o prelado sobre quais providências este havia tomado para o fim daquela prática. A resposta teve um atraso de quase um ano e desagradou.

que nenhuma providencia temos dado acerca do estabelecimento do Cemitério público, porque em observância mesmo do §2º do Artigo 66 da citada lei de 1828 não podemos, não havemos, e por isso nem queremos ingerir-nos em um objeto, que está privativamente a cargo da Câmara Municipal, restando da nossa parte o emitir só nossa opinião a tal respeito, como já o começamos a fazer em o 1º Ofício, que dirigimos a V.V.Sas, e o faremos sempre que se exigir a nossa conferencia, e nem pareça esta nossa inteligência da Lei do 1º de Outubro estranho, e infundada, pois além da literal e óbvia é a mesma que aparece também admitida na Corte do Império como é fácil ver-se em o sábio relatório /a pag. 14/ da Comissão de salubridade geral da Sociedade de Medicina daquela Capital.⁶²

Essa resposta foi interpretada por Eduardo Rezende⁶³ e Luís Soares de Camargo, como uma resistência da Igreja. O bispo não teria interesses na construção. Nesse ponto, os próprios vereadores acusavam-no de querer paralisar a fundação do cemitério municipal sobre o pretexto de defender-se que não era de sua obrigação⁶⁴.

De fato Dom Manoel Joaquim Gonçalves de Andrade (1827-1847) não nos parece ter sido um entusiasta do cemitério municipal. Sua demora de aproximadamente um ano para dar uma resposta à Câmara demonstra que talvez fosse contrário àquela obra, no entanto, não se pode deixar de considerar que houve uma interpretação errada da lei por parte dos vereadores que acreditavam ser de sua responsabilidade somente a

⁶¹ Atas da Câmara Municipal de São Paulo. São Paulo: A Câmara, 1701-1886 e Registro Geral da Câmara de São Paulo. São Paulo. Ofícios de 11/07/1831, 24/02/1832 e 20/06/1832.

⁶² ALESP. Caixa 325, código 39, documento 11442. Solicitação de Desapropriação de terreno para a construção de cemitério, 1837. Documento anexo: Ofício do Exmo Bispo.

⁶³ REZENDE, Eduardo C. M. *O céu aberto na terra: uma leitura dos cemitérios na geografia urbana de São Paulo*. Dissertação - FFLCH/USP. São Paulo, 2006. CAMARGO, Luis S. de. *Sepultamentos na cidade de São Paulo 1800/1858*. Dissertação – PUC/SP. São Paulo, 1995.

⁶⁴ Atas da Câmara Municipal de São Paulo. Sessão ordinária de 21/08/1832, Volume 26, PP. 529-530.

confeção de leis e posturas, ficando a construção a cargo da Igreja, o que estava em desacordo com o exposto na lei de 1º de outubro de 1828, lembrada pelo prelado.

Indignados com a resposta recebida, a Câmara decide pela mudança do local destinado para a construção do cemitério, do alto do Piques, próximo à capela da Consolação, para um terreno pertencente às religiosas do Recolhimento da Luz. Todavia, ao propor às mesmas e ao bispo diocesano a construção no cercado pertencente ao Recolhimento, as religiosas se recusam a cedê-lo:

não vendo as religiosas qual a vantagem que disso lhes viria, para compensar a cessão de um pequeno terreno, quase única propriedade que o recolhimento desfrutava, e mesmo, para lhes tornar mais suscetível o vexame que viriam a sofrer com a proximidade de um estabelecimento tão incompatível com o isolamento que é da essência do seu instituto, resolverão elas de acordo com o mesmo Exmo. Diocesano, que faltariam a verdade se não declarassem francamente que ser lhes ia sobremaneira penoso anuir ao que pretende a Câmara⁶⁵

Essas duas situações nos levam a pensar que o Bispo e as recolhidas do mosteiro da Luz eram contrários ao campo-santo, no entanto, não podemos afirmá-lo com veemência, pois em nenhum momento criticaram-no abertamente. No primeiro caso, houve um evidente desentendimento sobre a função que cada poder, camarário e eclesiástico, deveria exercer. Não era de interesse da Igreja a dispendiosa construção de um cemitério afastado da povoação, sendo que as suas próprias fábricas eclesiásticas tinham poucos recursos para sua manutenção. Igualmente, não foram desarrazoados os motivos alegados pelas religiosas em sua negativa, o número de pessoas atraídas pelo cemitério não era condizente com o isolamento de um Recolhimento.

Devido a esses acontecimentos, Rezende e Camargo vão enxergar um forte antagonismo entre a Igreja e os legisladores. Segundo eles, os religiosos não viam com bons olhos a mudança do costume de se enterrar os cadáveres dentro das igrejas por estarem receosos de perder uma fonte valiosa de recursos e um símbolo de poder, e por isso, a instituição teria se colocado como opositora a toda e qualquer reforma. Entretanto, não é o que percebemos através da participação ativa de sacerdotes paulistanos favoráveis à interrupção desse costume. Uma série de documentos evidencia que se havia resistência, esta não era consenso entre os sacerdotes.

Ainda na década de 1830, dois clérigos de tendências iluministas se manifestam. O conselheiro Vicente Pires da Mota foi o primeiro. Em 30/08/1834, enquanto vice-presidente da província de São Paulo, oficiou à Câmara Municipal paulistana para que

⁶⁵ ALESP. Caixa 325, código 39, documento 11442. Solicitação de Desapropriação de terreno para a construção de cemitério, 1837. Documento anexo: Ofício de 12/12/1834.

desse a devida execução ao artigo 66, §2º da lei de 1º de outubro de 1828, sobre a construção de cemitérios extramuros. Em seu ofício, expunha o seguinte:

Não havendo até o presente a maior parte das Câmaras desta Província cumprido o que lhes determina o artigo 66 §2º da lei do 1º de 8bro de 1828, acerca do estabelecimento de cemitérios fora do recinto dos templos, este Governo recomenda a V. mcês. ajam de dar a devida execução a aquela disposição da lei, que toda ela se endereça á conservação da saúde publica, a qual deve merecer a V. mcês. a maior solicitude e deve ser o 1º, e principal objeto do zelo, e das providencias d'essa Câmara, que tanto se tem distinguido em promover o bem dos habitantes do seu Município, correspondendo á honrosa confiança que os mesmos tem nela depositado.⁶⁶

Já o Cônego Ildefonso Xavier Ferreira, deputado da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo, pediu, em sessão do dia 09/02/1835, que se solicitasse ao Presidente de Província, Rafael Tobias de Aguiar, para cobrar a Câmara Municipal no sentido de tomar providências efetivas quanto ao cemitério público, visto que:

Sendo um dos principais deveres das Câmaras Municipais o estabelecimento de cemitérios fora do recinto dos Templos como lhes incumbe a Lei de 1º de Outubro de 1828, artigo 66 §2º e com notável escândalo e desmoralizado desleixo que se observa na cidade, o enterrarem-se cadáveres dentro da Igreja. Por isso requeiro se officie ao Governo. 1º) Que faça sentir á Câmara Municipal desta cidade quanto é digno de reparo a continuação de um semelhante abuso, não só contra a Lei, mas também contra o bem ser e saúde publica. 2º) que ordene á Câmara Municipal desde já proíba tais enterros nos Templos, por meio de posturas; e quando não seja suficiente o atual cemitério, designe quanto antes outro, que possa preencher aquele fim.⁶⁷

Ildefonso Xavier Ferreira pensava ser um escândalo o que se observava na cidade, onde ainda ocorriam enterramentos dentro das igrejas. Há de se notar que ele indicou o cemitério da Glória como uma das possibilidades de resolução do problema, mostrando uma tendência que mais tarde seria seguida por parte considerável do clero paulistano. Acontece que o cemitério dos Aflitos encontrava-se dentro da cidade, não seguindo, portanto, as normas higiênicas pregadas pelos médicos higienistas, que insistiam na necessidade do afastamento em relação à urbe.

Novas manifestações favoráveis ao cemitério apareceram na década de 1850, quando o assunto voltou a ficar em evidência devido as epidemias que atingiram o país neste período. Data dessa época uma série de cartas de vigários paulistanos acerca da necessidade de se proibirem os enterramentos no interior das igrejas. Estas vinham em resposta a uma circular do presidente de Província José Thomaz Nabuco de Araujo, inquirindo sobre a existência de cemitérios nas diferentes freguesias da cidade.

⁶⁶ Registro Geral da Câmara de São Paulo. São Paulo, 30/08/1834, Volume 24, p. 184-185.

⁶⁷ ALESP, Anais da Assembleia Legislativa Provincial, de 09/02/1835, ano 1835-1836, p. 48-49.

Em resposta ao governo, outro sacerdote de tendência iluminista, o vigário colado da freguesia da Sé, Cônego Marcelino Ferreira Bueno, defendia:

o fazer-se cerrar o abuso intolerável de sepultarem-se os Cadáveres nas Igrejas, e jazigos das Irmandades e Ordens Terceiras, no Centro da Capital, em detrimento da Saúde Publica, torna-se de absoluta necessidade o estabelecimento em lugar conveniente de um Cemitério [...] com a Capacidade precisa para satisfazer a todas as necessidades da população desta Cidade.⁶⁸

Outros vigários aproveitaram a oportunidade para relatar a situação deplorável em que ocorriam os enterros dentro dos seus templos e para criticar o desinteresse da população e falta de atitude da Câmara para o fim desse costume:

Finalmente não ha Cemitério, os corpos são sepultados nos corredores e pátio da Igreja, entretanto o 1º Fiscal Manoel Rodriguez de Barros, a muito falecido, querendo fazer um Cemitério, mandou pelos seus escravos destocar um terreno atrás da Capela mor desta Igreja Matriz, e convidando a algumas pessoas que tinham meios para o ajudar, quase todos se recusaram, e por esta causa largou ele mão da Obra começada, e ficou esta Freguesia, até o presente sem cemitério, que tanto precisa, visto que muitos tem repugnância de sepultar seus parentes no pátio da Igreja onde passeiam todos os animais.⁶⁹ (Thomaz Inocêncio Lustosa – Vigário Encomendado de São Bernardo)

Tem um lugar no fim da povoação dessa Freguesia, onde se pode fazer um cemitério decente para ali se fazerem os enterros. Tenho representado a Câmara que a Matriz, sendo tão antiga, ali se enterram os corpos, e por isso deve estar infeccionada, pois os povos não querem enterrar os corpos de seus parentes, senão na Igreja, o que disso resulta enfermidades, e muito mal para a saúde geral. Nenhuma só providencia tenho conseguido dos meus clamores.⁷⁰ (José Manoel de Oliveira, vigário colado de Cotia)

Em 1855, quando nova quadra epidêmica atinge o país, o vigário da freguesia de Juqueri⁷¹, Joaquim José da Silva, encaminhou para o Presidente de Província e para a Câmara Municipal de São Paulo, um pedido de providências para o estabelecimento de um cemitério extramuros em sua freguesia:

até o presente se tem enterrado os Corpos dentro da Matriz e esta já se acha cheia, e o pátio onde servia de Cemitério alem de ser muito pequeno tão bem se acha cheio e como é lugar onde transita o povo, e animais não é possível estar [...] e por isso muitas vezes acontece fazerem sepultura em lugar muito novo e que exala a podridão por toda a Freguesia.”⁷²

⁶⁸ AESP, Ofícios Diversos. Ofício de 20/03/1852 ao Presidente de Província Jose Thomaz Nabuco de Araujo, remetido pelo Vigário Colado Marcellino Ferreira Bueno, em resposta a circular de 28/02/1852.

⁶⁹ AESP, Ofícios Diversos. Ofício de 13/03/1852 ao presidente de província Jose Thomaz Nabuco de Araujo, remetido pelo Vigário Encomendado Thomas Innocencio Lustosa, em resposta á circular de 28/02/1852.

⁷⁰ AESP, Ofícios Diversos. Ofício de 06/04/1852 ao presidente de província Jose Thomaz Nabuco de Araujo, remetido pelo Vigário Colado José Manoel de Oliveira, em resposta á circular de 28/02/1852.

⁷¹ Na antiga freguesia de Juquery, hoje se localizam os municípios de Caieiras, Francisco Morato, Franco da Rocha e Mairiporã, sendo que o núcleo mais antigo de povoação é Mairiporã.

⁷² Atas da Câmara Municipal de São Paulo, 45ª Sessão Ordinária de 08/11/1855. Volume 41, p. 176-177 e AESP, Ofícios Diversos. Ofício de 12/11/1855 ao Presidente de Província Antonio Roberto de Almeida.

Em resposta ao exposto por Joaquim José da Silva e pelas recomendações da comissão de salubridade geral, a Câmara municipal decide, em novembro de 1855, oficial aos fiscais e vigários das diferentes freguesias da cidade para que procedessem a um orçamento das quantias necessárias para a construção de cemitérios. A julgar pela rapidez com que estas chegaram, podemos asseverar que as diferentes igrejas paroquiais tinham interesse no seu estabelecimento. Em pouco mais de um mês, a Câmara já tinha todos os orçamentos fechados, num total de 3:698\$960 réis:

A rapidez com que chegaram os orçamentos foi motivada pela expectativa da concessão de verbas. Se concluídas, as diversas obras representariam uma benfeitoria às freguesias, e os cemitérios ficariam ao encargo dos párocos, por isso o grande interesse na sua realização. Como essas verbas não chegaram, os cemitérios paroquiais não saíram do papel, seja pelo desinteresse dos párocos ou pela falta de meios para que pudessem construí-los com as rendas de suas fábricas eclesiásticas.

Verifica-se, portanto, que as maiores resistências aos cemitérios não vieram dos sacerdotes paulistanos. É evidente que segmentos importantes do clero, tal qual o bispo diocesano, Manoel Joaquim Gonçalves de Andrade (1827-1847), não foram grandes entusiastas das mudanças ou mesmo se colocaram contrários a elas, mas estes não foram os únicos a se posicionar, outros sacerdotes apareceram defendendo a premência de sua construção e pregando o fim do “bárbaro” costume dos enterros nas igrejas.

A questão financeira

Um ponto levantado por Rezende e Camargo para a oposição do clero ao cemitério municipal era o fator econômico. Esses autores alegaram que os sepultamentos eram muito importantes no sustento material das paróquias, e por esse motivo não seria do interesse dos párocos a sua construção. Nesse ponto, o exame das contas das fábricas eclesiásticas demonstra uma dependência de algumas delas às taxas de covagem, como era, por exemplo, o caso das freguesias de Santa Ifigênia, Cotia, Juqueri e Guarulhos, situação atestada por seus fabriqueiros e vigários.

Ao 2º Informa que esta Fabrica não tem renda alguma, mais do que algumas esmolos que os paroquianos dão por sepulturas, repiques e dobres de sinos, e cruz quando vai acompanhar algum enterro, cujo rendimento anda por trinta a quarenta mil reis mais ou menos por ano.⁷³

Fabriqueiro José Leandro de Toledo, 11/03/1852 (Santa Ifigênia)

⁷³ AESP, Ofícios Diversos. Ofício de 11/03/1852, Ofício ao Presidente de Província Jose Thomaz Nabuco de Araujo, remetido pelo Fabriqueiro José Leandro de Toledo, em resposta a circular de 28/02/1852.

A renda da mesma consiste em cobrança de cada corpo sepultado dentro a quantia de oito centos reis, e dos corpos sepultados no adro ou Cemitério a quantia de trezentos e vinte reis, e de algum sepultado por cima das gradas a quantia de um mil duzentos e oitenta reis, em cujo costume achei quando fui nomeado Fabriqueiro desta Matriz⁷⁴

Fabriqueiro Francisco Galvão de França, 18/03/1852 (Juqueri)

Que a renda da Fabrica consiste unicamente nas sepulturas da Matriz, pagando se pelos corpos que nela são enterrados desde 800rs pelas sepulturas de baixo até 4\$000rs pelas de cima e que alem disto percebe mesma a Fabrica 320 de cada corpo que He sepultado dentro da Freguesia regulando tudo no decurso do ano de renda para á Fabrica 50 até 60\$000 rs.⁷⁵

Vigário Colado, João Vicente Valadão, 20/03/1852 (Guarulhos)

Essa dependência, contudo, não impediu que os vigários dessas mesmas freguesias defendessem a criação de cemitérios, como vimos nos relatos de Joaquim José da Silva, da freguesia de Juqueri e de José Manoel de Oliveira, de Cotia.

Ao mesmo tempo, dentre as três freguesias centrais, que ficariam sob o raio de atuação do cemitério da Consolação, apenas a Santa Ifigênia aparenta ter tido uma forte dependência financeira com os enterros realizados em sua igreja. Entre 1850 e 1854, suas receitas com as covas representaram entre 45% e 72% das receitas anuais. Em contrapartida, as igrejas paroquiais da Sé e do Brás conseguiam parcelas significativas de suas receitas através do aluguel de casas possuídas pelas suas fábricas eclesiásticas. Na do Brás, os alugueis chegaram a representar 96% de sua verba. Já a freguesia da Sé, além dos alugueis de casas próximas, era provida pelo cabido da Sé episcopal⁷⁶.

Tabela 28: Rendimentos e Despesas da Igreja do Bom Jesus do Brás						
Período	Receita			Despesa	Saldo	Em caixa
	Covas	Aluguéis	Outros			
09/1840 a 12/1841	1\$640	60\$000	317\$234	909\$403	-530\$629	42\$842
01/1852 a 09/1852	2\$640	400\$800	10\$460	155\$860	258\$040	524\$440
Fonte: Arquivo Municipal Washington Luís. Coleção de Papéis Avulsos, Volume 169, documento 26.						

Tabela 29: Rendimentos e Despesas da Igreja de Santa Ifigênia (1850 a 1854)						
Ano	Receita			Despesa	Saldo	Em caixa
	Covas	Sinos	Cruz			
1850	41\$200	32\$000	1\$280	32\$600	13\$080	115\$530
1851	36\$480	29\$500	3\$840	34\$100	35\$720	150\$290
1852	28\$960	37\$500	2\$880	119\$560	-50\$228	100\$070
1853	35\$560	13\$500	\$320	50\$150	-\$770	99\$300
1854	30\$560	18\$500	1\$280	7\$760	42\$580	141\$880
Fonte: Arquivo Municipal Washington Luís. Coleção de Papéis Avulsos, Volume 169, documento 26.						

⁷⁴ AESP, Ofícios Diversos. Ofício de 18/03/1852, em resposta ao Presidente de Província Jose Thomaz Nabuco de Araujo, remetido pelo Fabriqueiro Francisco Galvão de França, em resposta a circular de 28/02/1852.

⁷⁵ AESP, Ofícios Diversos. Ofício de 20/03/1852, em resposta ao Presidente de Província Jose Thomaz Nabuco de Araujo, remetido pelo vigário colado João Vicente Valadão, em resposta a circular de 28/02/1852.

⁷⁶ Segundo a Lei nº 23, de 30/03/1838, o cabido episcopal tinha uma dotação de 1:600\$000 e outros 200\$000 para gastos com música e outros paramentos. Apud Coleção das leis promulgadas pela Assembleia da Província de São Paulo. São Paulo: Tipografia a Vapor de Jorge Seckler, 1835-1889.

Dessa forma, fica-nos evidente que para duas das três freguesias afetadas, a construção do cemitério municipal, não representaria um grave problema financeiro. Acreditamos que se a edificação dos cemitérios demorou a acontecer, isso se deve à falta de recursos da municipalidade, à resistência da população e desinteresse ou falta de recursos dos religiosos para construí-los com capital próprio.

Administração do cemitério

A constatação de que parte significativa do clero concordava com os cemitérios extramuros, não significa que suas relações com a Câmara será ausente de resistências e atritos. Nesse sentido, um dos principais pontos de discussão foi a questão da administração do cemitério municipal. Ser favorável ao seu estabelecimento, não significava dizer que aprovavam a gestão municipal sobre o terreno.

Um exemplo desse pensamento se manifesta em maio de 1856, durante as discussões sobre o regulamento do cemitério público. Nessa ocasião, o vigário e deputado provincial João Vicente Valadão ofereceu uma emenda ao regulamento, no qual defendia que a direção do cemitério ficasse nas mãos de alguém da confiança da autoridade eclesiástica e da policial.

O Sr. Valadão: [...] Tenho de oferecer outra emenda, art. 23 que trata da administração do cemitério. Diz este artigo que haverá um administrador, coveiro, etc. que serão nomeados pela câmara. Não acho a câmara própria para essas nomeações; por quanto ela não tem ingerência nos enterros, mas sim a autoridade eclesiástica ou a autoridade policial, esta, quando acontecendo qualquer desastre, [...] e a autoridade eclesiástica, porque V. Ex. e a casa sabem perfeitamente que o pároco na sua paróquia é responsável não só pela celebração dos ofícios divinos, como pelos enterramentos nos casos em que tem de negar sepultura a aqueles que estão compreendidos nas disposições de direito.[...] Eu desejaria que o administrador fosse uma pessoa da confiança do pároco e da policial, porque estas duas autoridades é que tem verdadeira ingerência no cemitério. A câmara deve somente zelar na fiscalização e na arrecadação dos dinheiros, etc.⁷⁷

Pelas declarações do vigário João Vicente Valadão, a municipalidade não tinha autoridade sobre os enterramentos. Cabia aos párocos a celebração dos cultos divinos e a negação de sepultura aos não católicos, sendo assim, o administrador deveria ser alguém da confiança do pároco. No entanto, a emenda foi rejeitada, ficando os vereadores livres para escolher como quisessem um administrador para aquela necrópole.

Novas tentativas dos religiosos para trazer os sepultamentos sob a sua alçada tiveram lugar em 1856. Candidataram-se para o cargo de administrador os sacerdotes

⁷⁷ *Correio Paulistano*. 03/05/1856. Ano III, número 417.

Luís Antonio de Alvarenga (11/06/1856)⁷⁸ e Antonio Joaquim de Santana (16/06/1856)⁷⁹, ambos oferecendo seus serviços gratuitamente. Apesar disso, em 05/08/1858, era indicado para aquele cargo João Nepomuceno de Almeida⁸⁰, um leigo, o que desagradou os clérigos, pois vinha contra uma tradição mantida até então.

Em contrapartida, a Câmara municipal tentou agir de forma conciliatória. O conceito dos vereadores acerca do que seria público, era ainda um público eminentemente católico. Durante a construção do cemitério municipal, as autoridades eclesiásticas foram ouvidas e consultadas, ficando garantida a benção do terreno, a separação entre católicos e protestantes, e a construção de uma capela com os paramentos necessários para missas e encomendações dos corpos. Também a empresa fúnebre garantia a condução do cadáver de sua casa até a igreja onde seria encomendado e depois remetido ao campo santo. Por fim, para o sepultamento nas quadras da Consolação era necessária um atestado assinado pelo pároco. Todas essas medidas mantinham a autoridade da Igreja Católica sobre os sepultamentos paulistanos e serviram, como veremos adiante, para ganhar o apoio de parcela do clero.

Religiosos contrários ao cemitério

Como pudemos ver, a relação dos sacerdotes com a municipalidade não foi ausente de atritos. O próprio Ildefonso Xavier Ferreira que, em 1835, pedira o fim dos sepultamentos dentro dos templos iria requisitar à Assembleia Provincial, em fevereiro de 1857⁸¹, a manutenção do cemitério dos Aflitos.

Outros religiosos assinaram os abaixo assinados e as petições contrárias ao cemitério da Consolação. Oito deles aparecem como assinantes das petições das irmandades e ordens terceiras. Ao menos os cônegos José Custódio de Siqueira Bueno, professor de latim, e Joaquim do Monte Carmelo assinaram a representação enviada ao governo provincial pedindo o fechamento do cemitério público até que ele estivesse em condições de receber decentemente os corpos que fossem ali remetidos⁸².

No entanto, o documento mais importante elaborado pelos religiosos foi o já citado abaixo assinado dos clérigos diocesanos em finais de 1858, e que continha 21 assinaturas, adesão bastante expressiva. Neste documento os sacerdotes relatavam seu apoio às petições das irmandades e ordens terceiras contra o exclusivismo e sua

⁷⁸ Atas da Câmara Municipal de São Paulo, Sessão Ordinária de 11/06/1856, volume 42, p. 55-57.

⁷⁹ Atas da Câmara Municipal de São Paulo, Sessão Ordinária de 16/06/1856, volume 42, p. 61-62.

⁸⁰ Atas da Câmara Municipal de São Paulo, Sessão Ordinária de 05/08/1858, volume 44, p. 117-119.

⁸¹ *Correio Paulistano*, 19/02/1857. Ano IV, número 497.

⁸² *Correio Paulistano*. 18/09/1858. Ano V, número 753.

preocupação com o enfraquecimento da fé e com o futuro das irmandades, que vinham perdendo adeptos, pois muitos acreditavam que sem os cemitérios elas eram inúteis.

Assinaram-no padres de tendência iluminista como Ildefonso Xavier Ferreira e José Custódio de Siqueira Bueno, e outros ligados às irmandades e ordens terceiras, como Antonio Augusto de Araujo Muniz, Manoel Emygdio Bernardes e Thomaz de Molina. Este último inclusive, se destacou tanto na defesa das irmandades que ganhou uma caricatura na coluna *Pacotilha do Correio Paulistano*⁸³.

O que a maioria desses padres temia não era a falta de recursos das fábricas eclesiásticas das igrejas paroquiais e nem a perda de seu poder simbólico, como vimos já garantido pela Câmara. Sua preocupação estava com o enfraquecimento da fé, e com o prejuízo que as irmandades estavam tendo com o fim dos sepultamentos em suas igrejas. É claro que alguns destes, como Thomaz de Molina e Antonio Augusto de Araujo Muniz recebiam seus salários pelas funções desempenhadas nessas associações, e por isso agora temiam pelo destino de seus cargos.

Em contrapartida, mesmo nessa situação foi possível encontrar adeptos do cemitério entre os religiosos. A saber, o padre e deputado provincial Scipião Goulart Junqueira, um maçom, figurou entre os grandes defensores do cemitério municipal durante as discussões que se travaram na Assembleia entre março e abril de 1859. Em seus discursos alegou que as irmandades agiam por interesse e não por fé, e que a construção de um cemitério enfraqueceria a fé do povo.

Os ultramontanos

Um fato notável durante os anos de 1858 e 1859 foi a falta de qualquer posicionamento por parte do bispo diocesano, o ultramontano Dom Antonio Joaquim de Melo (1851-1861). Omissão percebida pela imprensa da época, que o acusou de ser omissor. No *Correio Paulistano* do dia 24/08/1858 era publicada a seguinte crítica:

Não sabemos se a autoridade eclesiástica foi ouvida para consentir no estabelecimento do famigerado cemitério: dizemos consentir, pois tanto importa a expressão – conferindo as câmaras a esse fim com a principal autoridade eclesiástica do lugar, - que se lê no §2º do art. 66 da lei de 1º de outubro de 1828; - e já a benção só dele um tal

⁸³ Seus assinantes eram o arcipreste Joaquim Anselmo de Oliveira, Ildefonso Xavier Ferreira, Manoel Emygdio Bernardes, Joaquim Manoel Gonçalves de Andrade, Jose da Terra Pinheiro, Francisco Hermenegildo de Camargo, Casimiro Antonio de Mattos Salles, Joaquim José da Silva, Antonio Augusto d'Araujo Muniz, Thomaz de Molina, Fidelis Alvares Sigmaringa de Moraes, José Custodio de Siqueira Bueno, Maximino Jose Correia da Silva, João Baptista de Oliveira, Joaquim José da Silva Lisboa, Claro Francisco de Vasconcellos, Frei Vicente Ferreira Alvarez do Rosário, o abade de São Bento frei João de São Bento, frei Antonio de Jesus Maria Gomes, João Jacinto Gonçalves de Andrade e Miguel Ribeiro Mendes.

direito lhe conferia. O caso é, que o povo católico desta cidade luta – ele só – com o mal... Se pois a autoridade eclesiástica principal consentiu (em tais termos) conveio, ou aprovou, de qualquer modo, um tão péssimo cemitério; cemitério tal, que o mesmo é, não tê-lo (e fora o melhor) pois que por sua enorme distancia, péssimo transito, e ainda maior indecência, se torna absolutamente imprestável ao fim; e se agora, sabendo-o, não trata de remediar o mal; não faz intervir a autoridade, de que está abundantemente revestida, para remover, por todos os meios ao seu alcance, um escândalo tal; ela é grandemente responsável por tão repreensível omissão; omissão, que nada menos importa que – estar o povo católico desta cidade, na atualidade, sem ter um jazigo para os seus mortos!!...⁸⁴

É interessante notar que o bispo, representante máximo da Igreja paulistana, não tomou nenhuma atitude para impedir ou dificultar a construção do cemitério e nem teceu críticas à forma este como foi edificado e inaugurado.

Nesse ponto, seus trabalhos pela concretização e organização do seminário episcopal, inaugurado em 1856 e principal obra de seu bispado; bem como suas visitas pastorais em março e abril de 1859; poderia nos dar alguma justificativa, no entanto, como explicar o não aparecimento de críticas por parte de outros religiosos de tendência ultramontana, em destaque para os freis capuchinhos Eugenio de Rumelli; Firmino Sentelhos e o padre Joaquim José Gomes de Santana, professores do Seminário Episcopal, ou por parte do vigário geral Anacleto José Ribeiro Coutinho.

Como ultramontano Dom Antonio Joaquim de Melo (1851-1861) defendia um maior alinhamento com a ortodoxia romana e, nesse ponto, os cânones e dogmas da igreja persistiram durante séculos na proibição dos enterramentos dentro das igrejas, sob a reserva de algumas exceções. Disposições desse tipo foram decretadas nos concílios de Braga (563), Mayence (813), Tribur (895), Nantes (900), Ruão (1581) e Reims (1683)⁸⁵, mostrando que o costume estava vinculado mais com as tradições e crenças populares do que de acordo com os dogmas pregados pela Igreja Católica. Sobre esse assunto, Richard Morse afirmou que o bispo opunha-se aos sepultamentos na igreja, devido a ameaça que esta prática representava à “pureza da fé”⁸⁶.

Ao mesmo tempo, num discurso proferido, em 07/08/1858, em visita pastoral à freguesia do Bom Jesus da Cana Verde, atual Batatais, o prelado demonstrou ser partidário do fim dos enterramentos nas igrejas, mas contrário aos cemitérios remotos, afastados. Em seu discurso declarava:

⁸⁴ *Correio Paulistano*, 24/08/1858, ano V, número 734.

⁸⁵ ARIÈS, Philippe. *O Homem diante da morte*. Tradução de Luiza Ribeiro. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989, p. 51-52.

⁸⁶ MORSE, Richard. *Formação Histórica de São Paulo (de comunidade à metrópole)*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1979, p. 143.

Se não aprovamos as sepulturas dentro da Igreja, não apreciamos os cemitérios remotos. Nesta paróquia abastada não há de nenhum modo cemitério, e sepultam os corpos no Pátio aberto e exposto a toda falta de respeito para com os corpos dos cristãos, que são ou devem ser, o templo do Espírito Santo. Portanto mandamos, que quanto antes se conclua o cemitério já começado.”⁸⁷

Esse posicionamento nos deixa uma séria dúvida: Se Dom Antonio Joaquim de Melo (1851-1861) era contrário aos cemitérios distantes, por que não se manifestou em relação ao cemitério público da Consolação? Por que não tomou nenhuma atitude?

Acreditamos que o seu silêncio é revelador de uma clara postura política e representativa do pensamento ultramontano. Dentre os principais objetivos de seu bispado estava a adoção do catolicismo tridentino em São Paulo, e a “cristianização” da religiosidade paulista, muito influenciada pelas práticas do catolicismo tradicional. A realização desses objetivos passava inevitavelmente pela questão da moralização e formação do clero e pelo enfraquecimento das irmandades e ordens terceiras.

Nesse sentido, Renato Cymbalista defende que o seu bispado apoiou a construção dos cemitérios extramuros na província para contrapor-se às irmandades religiosas, cujo poder independente representava uma ameaça ao poder centralizador do Vaticano⁸⁸. Também, a Câmara optando pela conciliação teria angariado a simpatia dos ultramontanos ao manter a autoridade eclesiástica e seu poder sobre o campo santo.

Os ultramontanos teriam apoiado os cemitérios extramuros com o objetivo de enfraquecer as irmandades religiosas, associações que exerciam grande influência sobre os ritos fúnebres, e que tinham características eminentemente populares e festivas, em flagrante contraste com o que desejavam os reformadores, “civilizar” a religiosidade do povo, afastando-o das “superstições” e do “paganismo” reinante em suas celebrações.⁸⁹

Esse apoio dos ultramontanos à criação de cemitérios não ocorreu apenas em São Paulo, podendo ser percebido em diversas localidades do império.

O Arcebispo da Bahia, Dom Romualdo Seixas (1827-1860) apoiou e defendeu as medidas de criação de cemitérios públicos durante todo o seu arcebispado. Auxiliou na redação do projeto de lei provincial nº 17, que determinava a criação dos cemitérios públicos na Bahia, com a condição de que os empresários executariam o regulamento

⁸⁷ 2º Livro de Tombo da Matriz de Batatais, folhas 47-49.

⁸⁸ CYMBALISTA, Renato. Op. cit., p. 56.

⁸⁹ TAVARES, Mauro Dillmann. *Irmandades religiosas, devoção e ultramontanismo em Porto Alegre no Bispado de Dom Sebastião Dias Laranjeira (1861-1888)*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Orientado por Eliane Cristina Deckmann Fleck, São Leopoldo, 2007.

que lhes fosse dado pela autoridade eclesiástica⁹⁰. Não bastasse isso, o arcebispo apoiou o Governo baiano no caso da Cemiterada, revolta popular ocorrida em Salvador no dia 25/10/1836 contra uma postura que proibia os enterros no interior das igrejas e dava a uma companhia privada o monopólio dos enterros por trinta anos.

No Rio de Janeiro, o bispo Dom Manuel do Monte Rodrigues Araújo (1840-1863), amparou o projeto de lei que criava cemitérios públicos na Corte, afirmando que não apresentava ideias contrárias à religião, e apontava a necessidade de acabar com uma prática tão contrária à salubridade pública⁹¹. Segundo Rodrigues, a igreja carioca não tinha motivos para interferir nas medidas governamentais. Apesar de o cemitério ter-se deslocado das proximidades dos templos para fora dos limites da cidade, ele permanecia um espaço sagrado, controlado pela Igreja. Tinha-se mantido as mesmas características e fundamentos do cemitério eclesiástico. Ainda que se tornasse um espaço público, era destinado ao “público” da religião oficial do Estado.⁹²

Maria Aparecida Rocha, ao estudar a construção dos cemitérios públicos de Cuiabá, indica que a Igreja romanizada buscava afirmar o seu poder, enquanto diminuía, de forma sutil, o poder das irmandades⁹³. Procurava assim desmobilizar e submetê-las, diminuindo-lhes os encargos sociais e religiosos, enquanto fragmentava a sua autonomia, com o objetivo de mantê-las submissas. A esse respeito, Raul Barros, pesquisador sobre as reformas sanitárias na cidade de São Luís do Maranhão, afirma que as reformas nas práticas católicas, impulsionadas pelos ultramontanos apontaram para um catolicismo centrado no padre, e ajudaram a montar o cenário das forças sociais que construirão toda uma argumentação contrária às práticas religiosas tradicionais⁹⁴.

Constatamos, portanto, que a Igreja não foi a maior opositora da concretização do cemitério público. A análise dos discursos dos párocos e as atitudes de membros da alta hierarquia eclesiástica nos mostra que sua estrutura estava dividida.

⁹⁰ RODRIGUES, Cláudia. *Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1997, p. 132.

⁹¹ RODRIGUES, Cláudia. Op. Cit, 1997, p. 130-131.

⁹² RODRIGUES, Cláudia. Op. Cit. 1997, p. 133.

⁹³ ROCHA, Maria Aparecida Borges de Barros. *Igrejas e cemitérios: as transformações nas práticas de enterramentos na cidade de Cuiabá (1850-1889)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em história do Instituto de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Federal de Mato Grosso. Orientado por Maria Adenir Peraro. 2001, p. 63.

⁹⁴ BARROS, Raul Marcel Ribeiro. *A Desterritorialização funerária: Da inumação no interior das igrejas aos enterramentos em cemitério públicos entre os séculos XVIII e XIX*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Letras, da Universidade Federal do Piauí. Orientação Pedro Vilarinho Castelo Branco. P. 121.

De um lado estavam religiosos de tendência tradicional e iluminista que defendiam as irmandades por sua função na propagação da fé, organização das procissões, manutenção das igrejas e nos rituais fúnebres. Não chegavam a defender os enterramentos dentro das igrejas, fato indiscutível, porém, isso não se estendia aos cemitérios contíguos aos templos, demonstrando um esforço na conciliação entre ciência e as crenças religiosas tradicionais do catolicismo brasileiro. Do lado oposto, figuraram os sacerdotes de tendência ultramontana, reformistas, desejosos por trazer o catolicismo tradicional para mais perto da ortodoxia católica. Estes viram na mudança a possibilidade de afastar as suas maiores opositoras, as irmandades, principais veículos do catolicismo tradicional. Ao passo que a Câmara garantiu a manutenção do seu domínio religioso sobre os sepultamentos, com o exclusivismo, os ultramontanos conseguiram o enfraquecimento das irmandades e ordens terceiras. Sem elas, o catolicismo passaria a ser cada vez mais centrado na figura do padre, sem grandes espaços para a atuação dos leigos.

As ações na Assembleia Provincial (1859-1862)

Tendo em vista toda a repercussão e posicionamentos contrários ao cemitério público, a Assembleia Legislativa Provincial resolve legislar a respeito. Parte dos requerimentos e abaixo assinados do povo lhe foram encaminhados pelo Presidente de Província, e outras petições chegaram diretamente. Sob os cuidados dos membros da comissão eclesiástica e de câmaras inicia-se a sua análise em fevereiro de 1859.

Em março, a comissão eclesiástica e de câmaras dá um parecer favorável aos requerimentos das irmandades e ao fim do exclusivismo. Seus membros, apesar de considerarem que os sepultamentos deveriam ser proscritos de dentro dos templos, acreditavam que o cemitério da Consolação era um serviço mal feito, que pecava na falta de decência e veneração aos mortos, “prestável só em uma quadra epidêmica”⁹⁵. Como solução, os deputados daquela comissão eram favoráveis a conceder permissão para que as irmandades e ordens terceiras tivessem seus cemitérios próprios.

Após esse parecer é apresentado na Assembleia um projeto de lei, de autoria de Pedro Taques de Almeida Alvim, permitindo às ordens terceiras do Carmo e de São Francisco que tivessem seus cemitérios contíguos. Em um discurso o deputado Pedro Taques de Almeida Alvim reforçava a situação deplorável em que se encontrava o

⁹⁵ *Correio Paulistano*, 26/03/1859, Ano V, número 898.

cemitério da Consolação, e argumentava que as ordens terceiras tinham provado que seus terrenos não representavam nenhum problema de salubridade pública. Ademais, justificava o seu projeto, anunciando que se não fosse aprovado, as ordens terceiras fechariam suas portas, pois elas não teriam outros meios de se manterem.⁹⁶

As discussões que se seguiram são muito interessantes. Os liberais eram minoria naquela legislatura (1858-1859), mas debateram fervorosamente contra o projeto de lei. Destacaram-se dentre eles, o padre Scipião Ferreira Goulart Junqueira, Américo Brasiliense de Almeida Melo e Martin Francisco Ribeiro de Andrada. Do lado conservador não parecia haver consenso, o deputado José Martiniano de Oliveira Borges colocou-se contrário à postura, que por outro lado era defendida por Pedro Taques de Almeida Alvim e por Rodrigo Augusto da Silva.

Enquanto os defensores do projeto elencavam diversos pontos já citados: a falta de infraestrutura e decência do cemitério, o efeito desagregador que teria sobre a religiosidade, o monopólio e privilégio da empresa fúnebre e a criação do imposto sobre os enterros, os seus combatentes rebatiam defendendo-o:

O Sr. S. Junqueira: Disse mais o nobre deputado que o culto religioso parece com o sistema de enterramento atualmente seguido.

Protesto aqui mui solenemente contra esta proposição do nobre deputado que, a ser verdadeira, o que se seguia era que as irmandades querem fazer o enterramento em jazigos seus, não por piedade para com os seus irmãos falecidos, mas sim por interesse particular pecuniário que pode resultar desses enterramentos. [...] Como pároco de uma localidade distante desta cidade, devo ainda protestar contra semelhante proposição, porque nessa localidade e em outras de que tenho conhecimento os enterramentos são feitos extramuros, mas nem por isso as crenças religiosas tem arrefecido nos corações dos fiéis.⁹⁷

O Sr. Martiniano: Sr. Presidente, o perigo que os nobres deputados enxergarão para o culto publico na continuação da existência do cemitério fora dos muros da cidade não existe, o argumento dos nobres deputados neste sentido não procede de maneira alguma. O culto não se alimenta com os enterramentos (apoiados), o culto tem por elementos outras coisas que não o simples enterramento, a simples cerimônia ou as honras fúnebres que se prestam aos mortos.⁹⁸

O Sr. Martiniano: - [...] quando mesmo o serviço fosse ali mal feito, por certo que um projeto da ordem desse que os nobres deputados apresentaram não era o meio mais próprio para melhorar esse serviço, não era matando a ideia principal que os nobres deputados conseguiriam o fim que desejam.

E demais, como se pode pretender que o cemitério, uma instituição nascente entre nós e com as bases com que se acha, apresente um serviço tão perfeito como em muitas cidades da Europa, e mesmo no Rio de Janeiro? Não é possível.

⁹⁶ *Correio Paulistano*, 30/03/1859, Ano V, número 901.

⁹⁷ *Correio Paulistano*, 07/04/1859, Ano V, número 908. Assembleia Legislativa Provincial, sessão de 31/03/1859.

⁹⁸ *Correio Paulistano*, 08/04/1859, Ano V, número 909. Assembleia Legislativa Provincial, sessão de 01/04/1859.

É necessário dar tempo ao tempo para que com as obras que se forem fazendo, também se vá melhorando o serviço: tanto mais que o serviço hoje já presta todas as vantagens desejáveis às pessoas que tem de enterrar ali um membro de sua família ou um amigo.⁹⁹

O Sr. R. de Andrada: - É por que os homens da ciência tem compreendido que os cemitérios no meio das povoações são verdadeiros focos de infecção, é por que aqueles mesmos que são encarregados do desempenho das funções sagradas, compreenderam que não deviam insistir em uma questão de detalhe por certo muito importante em relação a religião (apoiados) que se estabelecerão os cemitérios extra muros.

E perguntarei eu, em que os cemitérios extra muros prejudicam a religião? Por ventura não são eles abençoados, não se enterram aí os cadáveres em terreno sagrado como nas igrejas! Certamente que sim. Logo, em que esses cemitérios, assim cumpridas as formalidades religiosas, prejudicam a religião? É o que eu não posso compreender.

Tem-se levantado uma grande calúnia contra o cemitério da capital. Fui vê-lo e não achei razão para isso, mas em todo caso, senhores, é fazer a questão mudar de terreno, é sofismar confundindo o exame de uma questão com o exame de outra ocupar-se com este incidente.

Se por ventura se verificar pelo exame oficial que aquele cemitério não está bem colocado, ou que não está em estado de receber os cadáveres, nesse caso muda-se o cemitério, na primeira hipótese, ou melhora-se na segunda.

Mas será consequência que, por que o cemitério atual seja mau, se deva estabelecer cemitérios dentro da povoação? Não, absolutamente não.¹⁰⁰

Segundo os opositores ao projeto, o embate era travado entre as irmandades e ordens terceiras contra a municipalidade. Os seus defensores, porém, afirmavam que o cemitério era condenado e odiado por todo o povo. Nesse ponto, é difícil estimar como essa questão foi vista pela arraia miúda, pobres, miseráveis e escravos. Suas vozes pouco chegaram à imprensa, local de debate de uma minoria letrada, mas fica claro ao longo de nossa documentação que o povo não colaborava com a sua construção.

Sobre esse ponto, Luís Soares de Camargo acredita que a concessão da gratuidade na condução e sepultamento dos pobres contribuiu para a sua adesão ao recém-inaugurado cemitério. Como vimos anteriormente, não eram todos que conseguiam um enterro decente, os pobres eram destinados ao cemitério dos Aflitos ou aos cemitérios adjacentes aos templos das irmandades, locais desprestigiados. Contra isso, a municipalidade oferecia em 1858 a garantia de um enterro minimamente decente e gratuito. Ao mesmo tempo, no novo cemitério todos teriam lugar, independentemente de sua cor ou classe social. “No mesmo espaço delimitado pelos muros do cemitério jaziam nobres e criminosos que numa igreja, certamente não estariam juntos”¹⁰¹.

Entre os remediados e ricos não havia ainda um consenso, como ficou demonstrado nos embates ocorridos entre liberais e conservadores na Assembleia Legislativa e na publicação de artigos pela imprensa. Podemos ponderar que uma parcela

⁹⁹ *Correio Paulistano*, 08/04/1859, Ano V, número 909. Assembleia Legislativa Provincial, sessão de 01/04/1859.

¹⁰⁰ *Correio Paulistano*, 11/04/1859, Ano V, número 912. Assembleia Legislativa Provincial, sessão de 04/04/1859.

¹⁰¹ CAMARGO, Luis S. de. Op. cit., p. 142.

considerável dos paulistanos letrados não colaborou com os abaixo assinados contrários ao cemitério municipal. Daniel Pedro Muller já estimara em 1836, que 1.009 pessoas do termo eram capazes de ler e escrever, sendo de se esperar que esse número tivesse ao menos se mantido até 1858¹⁰², ao passo que o maior requerimento apresentado ao poder público tinha somente 389 firmas. Ademais, foi feito durante o mês de setembro de 1858, um mês após a inauguração da necrópole, no calor das discussões.

Até março de 1859, muita da oposição presente na imprensa tinha perdido intensidade devido às ações da Câmara e do governo provincial, que tomaram medidas efetivas para a melhoria dos serviços prestados: maior controle sobre a empresa fúnebre, início da construção de uma capela com os seus paramentos, garantia de gratuidade na condução e sepultamento dos pobres, etc. Ações que serviram para acalmar os ânimos de parte da população que inicialmente tinha se colocado contra o campo santo.

Ao mesmo tempo, a aquisição de terrenos no novo cemitério trouxe duas grandes novidades às classes médias e altas: a reunião de vários membros de uma mesma família num único local e a possibilidade do morto deixar uma marca, uma memória, estampada em sua lápide ou túmulo perpétuo. Essas práticas vinham em consonância com os novos padrões burgueses em surgimento, e seriam, anteriormente, inimagináveis no contexto dos sepultamentos nos templos.

O novo cemitério trazia consigo a manutenção, em certa medida, da memória do morto, de seus feitos e o culto ao seu local de sepultamento. Em 30/09/1858, dava-se a primeira compra de um jazigo perpétuo, feita pelo vereador Antonio Joaquim Tavares Rodovalho, e, com o tempo, os espaços da Consolação seriam preenchidos com os mausoléus, capelas e lápides de grandes nomes da elite paulistana, como o Brigadeiro Bernardo José Gavião Peixoto e D. Domitila de Castro Canto e Melo.

Tudo isso, contribuiria para o emudecimento das críticas. Prova disso virá a partir de abril de 1859. Apesar de serem minoria, os liberais conseguiram barrar o referido projeto de lei, concedendo as ordens terceiras o direito de terem seus cemitérios em terrenos contíguos às suas igrejas. Segundo eles, era de atribuição da Assembleia Provincial a aprovação de posturas feitas e encaminhadas pelas Câmaras municipais, mas não detinha o direito de revogar posturas que não tivessem sido dirigidas a ela pelas municipalidades. Portanto, a sanção de uma lei possibilitando às ordens terceiras terem seus cemitérios próprios seria inconstitucional.

¹⁰² MULLER, Daniel Pedro. *Ensaio d'un quadro estatístico da provincia de São Paulo*. São Paulo: Typ. De Costa Silveira, 1923, p. 242.

Ante esse fato, houve pouca repercussão na imprensa, nem apareceram outros abaixo assinados, provando que o cemitério já se encontrava em boas graças com uma parcela significativa da população. As únicas instituições que continuaram a lutar contra o exclusivismo foram as irmandades e ordens terceiras, que, por um momento, tiveram um vislumbre de vitória. Em 1862, os deputados da assembleia provincial aprovaram a lei nº 33, concedendo às ordens terceiras do Carmo e São Francisco e à irmandade de São Benedito o direito de terem cemitérios próximos às suas igrejas.

Projeto N. 31

A assembleia legislativa provincial decreta:

Artigo Único: É permitido às ordens terceiras de N. S. do Carmo e de S. Francisco, e à confraria de S. Bendito desta cidade de S. Paulo, estabelecerem cemitérios cercados e ao ar livre nos terrenos adjacentes nos fundos das igrejas em que são eretas, nos quais só poderão ser sepultados os respectivos irmãos.

§Único. As disposições do regulamento do cemitério da Consolação a respeito do seu regimento interno, à exceção do pessoal ficam extensivas á estes cemitérios. Revogadas as disposições em contrário.

Paço da assembleia provincial aos 22 de Abril de 1862. – Andrada Machado. – Jacinto de Andrade. – Santos Lopes. – Souza Carvalho. – João Theodoro.¹⁰³

Cientes da ilegalidade dessa postura, os vereadores recorreram em 08/05/1862 ao presidente de Província João Jacinto de Mendonça e em junho daquele ano ela era suspensa¹⁰⁴. Dessa forma, restaria às ordens terceiras e irmandades acatarem as disposições camarárias. Desde 1857 que elas eram autorizadas a requererem gratuitamente terrenos no cemitério da Consolação, no entanto, precisariam despende com o levantamento de muros e demais construções necessárias. Dessa forma, apenas aquelas mais ricas e influentes irão conseguir ter suas necrópoles. Em 1868, a Ordem Terceira do Carmo inaugura o seu junto ao da Consolação. A irmandade do Santíssimo Sacramento fará o mesmo em 1899, em terreno adjacente ao cemitério do Araçá¹⁰⁵.

Consequências do exclusivismo sobre as irmandades

Ao se levar em conta o exposto na imprensa nos anos que seguiram à inauguração do cemitério da Consolação, temos a impressão de que o seu impacto sobre foi tremendo. Em dezembro de 1859, um artigo do *Correio Paulistano*, afirmava que com o cemitério, as irmandades quebraram, não havia cera nem pra uma urgente necessidade¹⁰⁶.

¹⁰³ *Correio Paulistano*, 07/05/1862, Ano V, número 1799. Assembleia Legislativa Provincial, sessão de 22/04/1862.

¹⁰⁴ AESP. Offícios Diversos. Carta ao presidente de província João Jacinto Mendonça, 08/05/1862.

¹⁰⁵ CYMBALISTA, Renato. Op. cit., p. 59.

¹⁰⁶ *Correio Paulistano*, 18/12/1859, Ano VI, número 1104.

Em novembro de 1863, o cônego Ildefonso Xavier Ferreira reclamava em artigo do *Correio Paulistano* da falta de irmãos durante as procissões que tomavam lugar na cidade. Para se carregar os andores era preciso pedir o auxílio de pessoas que não pertenciam a nenhuma confraria, de tão poucos irmãos que havia. Nem os sacerdotes os acompanhavam mais, e, descrente, concluía “nossos atos religiosos vão de dia a dia perdendo muito do seu antigo prestígio e respeito devido a tão santo culto”¹⁰⁷.

É difícil mesurar, contudo, o quanto dessa situação advinha da inauguração do cemitério da Consolação. Este era ao mesmo tempo causa e consequência. Sua construção só foi possível devido ao aparecimento e circulação de novas ideias e conhecimentos científicos, bem como da perda gradativa do conteúdo social e simbólico das principais demonstrações do catolicismo tradicional. Como enxergado por Ernani da Silva Bruno, no século XIX, as cerimônias religiosas já vinham perdendo parte de sua importância e significação¹⁰⁸. Novas formas de divertimento aportavam na cidade, juntamente com os primeiros estrangeiros luteranos e anglicanos.

Uma nova configuração cidadina surgia. Ao mesmo tempo em que a construção do cemitério da Consolação era discutida na Câmara municipal, esta se arrogava no direito de legislar sobre o que considerasse um excesso de fé. Os toques de sinos são um exemplo, posturas contra os abusos em seus sinais seriam aprovadas em 1830 e 1858.

Fruto da penetração do iluminismo e de ideologias seculares nas estruturas eclesiásticas, a Igreja claramente perdia poder político e intelectual. Até mesmo os conventos tinham decaído de seu prestígio de outros tempos. O dos jesuítas era agora o Palácio do Governo e o dos Franciscanos se tornou a sede do Curso Jurídico. Ante essa desmoralização e decadência, aparecem os reformistas ultramontanos, que pregarão a moralidade do clero, um catolicismo centrado na figura do padre, e o afastamento das práticas tradicionais e populares e o respeito aos dogmas do catolicismo tridentino.

As irmandades e confrarias, até então, mantinham parte de seu prestígio e importância. Apesar de suas procissões virem perdendo seus traços coloniais e significado, elas ainda conservavam seu esplendor. Com a fundação do cemitério da Consolação, a sua decadência se acelera. Sem os seus cemitérios próprios, a maioria das associações entraria em declínio, recebendo cada vez menos membros e recursos. Além disso, com o avanço do ultramontanismo as irmandades seriam postas sob a vigilância

¹⁰⁷ *Correio Paulistano*, 20/11/1863, Ano X, número 2036.

¹⁰⁸ BRUNO, Ernani da Silva. Op. cit., 1984, p. 753.

da Igreja, não mais experimentariam a autonomia de antes. Mantiveram-se, enfim, as mais importantes associações para a elite, como a Ordem Terceira do Carmo e a irmandade do Santíssimo Sacramento, mas não com a mesma importância.

Aperta-se o coração do verdadeiro católico ao contemplar o estado deplorável de abandono e indiferentismo a que se acham reduzidos o culto e festividades religiosas desta capital, outrora tão notavelmente afamadas pelo espírito de devoção e de fervorosa religiosidade de seus habitantes¹⁰⁹

Dois momentos distintos para a Igreja

A aliança entre ultramontanos e o poder político não vai durar muito tempo. Se numa primeira fase observou-se uma aliança entre esses dois segmentos, ela será rompida alguns anos depois. Entre 1836 e 1869, foram fundados cemitérios extramuros com o objetivo de melhorar a salubridade das povoações, pois a teoria dos miasmas pregava que o enterramento dentro das cidades era algo prejudicial à saúde. Dentre as ações levadas a cabo nesse período, se destacam as construções de cemitérios nas cidades mais populosas do império: Rio de Janeiro, Salvador, Recife, São Paulo, São Luís, etc.

Como vimos, esses cemitérios não representaram uma ruptura com a Igreja. A própria lei de 1º de outubro de 1828¹¹⁰, obrigava as Câmaras municipais a construí-los, com a anuência da autoridade eclesiástica. Da mesma forma, para entrar em funcionamento os campos santos precisavam ser benzidos e os enterros só eram autorizados mediante a apresentação de uma declaração emitida pelo pároco. Medidas que asseguraram a manutenção da jurisdição eclesiástica sobre as novas necrópoles.

Se os enterramentos nas igrejas e suas adjacências ficaram vetados por questões médicas, mantinha-se a autoridade eclesiástica, marcando certa continuidade com a tradição anterior. Por essa razão, as construções não despertaram muitas reações contrárias da alta hierarquia eclesiástica, formada por religiosos de tendência ultramontana.

A partir de 1869, essa situação muda. Aos argumentos higiênicos e ordenadores, somam-se outros. O Brasil do último quartel do século XIX era muito mais diverso. Houve o surgimento de novas classes sociais; a chegada de milhares de imigrantes; o desenvolvimento de ideias republicanas; etc. É um momento de profundas transformações, no qual o caráter público dos cemitérios e sua secularização entraram

¹⁰⁹ *Correio Paulistano* de 23/09/1860

¹¹⁰ IMPÉRIO. Lei de 1º de outubro de 1828. Dá nova forma às Camaras Municipaes, marca suas atribuições, e o processo para a sua eleição, e dos Juizes de Paz. Título III – Posturas Policiaes.

como alguns dos temas de discussão. A chegada ao Brasil de grandes contingentes de imigrantes, muitos deles protestantes, colocou esse problema em evidência.

Data desse período uma série de repercussões na opinião pública sobre as negações de sepultura à maçons e protestantes nos cemitérios públicos. Setores da sociedade passaram então a pregar a secularização destes. Foi nesse segundo momento que se deram os maiores desentendimentos entre a Igreja católica e o Estado imperial brasileiro. Um problema que só seria resolvido definitivamente com a separação do Estado e a Igreja na recém-proclamada República.

Considerações Finais

O século XIX foi um tempo de grandes mutações no Brasil. Foi nesse período que tomaram forma diversas transformações no campo político, econômico e cultural. Em 1808, o Brasil recebia a Corte portuguesa, tornando-se praticamente a sede de um império europeu, do qual se desligaria 15 anos depois para tornar-se independente. Conflitos regionais ameaçaram a sua integridade territorial, e o país conheceu um conflito de grandes proporções: a guerra do Paraguai. Em 1850, era aprovada a lei de terras, e na segunda metade da centúria, sucessivos decretos aboliram o tráfico internacional de escravos e a escravidão. Com o declínio desta, tomou impulso a imigração europeia, redesenhando o perfil étnico de nossa população. Ao mesmo tempo, o Brasil se urbanizava com grande velocidade, e várias de suas cidades alcançaram mais de cem mil habitantes no final do século. Também o seu espaço econômico foi redistribuído, transferindo o centro econômico do país, do Nordeste para o Centro-sul.

Ao lado de mudanças tão significativas ocorriam outras menos perceptíveis, situadas no âmbito dos comportamentos, dos usos e costumes, das opções de lazer e divertimento. O que esse trabalho tentou abordar foram as modificações nas atitudes diante dos mortos e da morte na cidade de São Paulo, através das discussões sobre a construção de cemitérios extramuros, ou seja, afastados da cidade.

Ao longo da primeira metade do século XIX, predominava no Brasil e em São Paulo, a morte barroca ou tradicional, modelo próximo ao da “morte domesticada” caracterizada por Ariès¹. Prevalencia ainda uma convivência íntima, festiva e cotidiana entre os vivos e os mortos. A morte, seus rituais, o destino da alma, etc., eram todas questões sobre as quais muito se pensava, falava e escrevia. Ante a sua possibilidade, as pessoas preparavam-se com antecedência, escrevendo seus testamentos, filiando-se à irmandades ou ordens terceiras, escolhendo suas mortalhas, etc.

Essa atitude mais próxima se dava porque a morte era vista unicamente como o fim do corpo, pois a alma seguiria rumo ao outro mundo. Nessa passagem espiritual figuravam como de grande relevância os ritos que se desenvolviam em torno do cadáver, garantidores da salvação das almas, e dentre esses, ocupava um papel de destaque os sepultamentos dentro das igrejas, um dos pilares da Boa Morte cristã.

¹ ARIÈS, Philippe. *O Homem diante da morte*, tradução de Luiza Ribeiro. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990, Volumes 1 e 2.

Como pudemos ver, essa relação se dava de maneira diversa entre os vários segmentos da população. Brancos, pardos, negros, livres, libertos e escravos seguiam para o Além de acordo com as suas possibilidades. Eram sepultados em igrejas e cemitérios distintos, ou em locais diferentes dentro dos mesmos templos.

Fruto da crescente secularização da sociedade brasileira e do desenvolvimento dos conhecimentos médicos e científicos, essa prática, bem como outras consideradas anti-higiênicas ou supersticiosas passaram a sofrer críticas. Embasados na teoria dos miasmas, legisladores e médicos defenderam a construção de cemitérios extramuros.

Porém, muito haveria de ser feito desde as primeiras discussões médicas até a construção efetiva dos cemitérios nas diferentes cidades do império. Em São Paulo, os debates iniciaram-se em 1829, mas somente em agosto de 1858 o cemitério público da Consolação foi inaugurado. A própria demora da Câmara em construí-lo deve ser entendida como consequência da resistência da população ante as mudanças, pois estas vinham contra um costume profundamente arraigado. A isso, se somava a falta de recursos da municipalidade que, por vezes, defendeu que o novo campo santo fosse feito à custa da Igreja, ou em parceria com as irmandades e ordens terceiras.

Com o caminhar do tempo, o discurso médico fez cada vez mais adeptos, principalmente entre a elite letrada. O cemitério seria necessário “em nome do progresso”. O catolicismo tradicional, por sua vez, estava em crise, perdia lentamente parte de sua influência e referencial simbólico. As ideologias seculares haviam penetrado inclusive na estrutura eclesiástica e novas maneiras de se lidar com o sagrado apareciam, assim como expresso no testamento de Luiz Barbosa da Silva, em 30/10/1840:

Quero ser sepultado sem pompa alguma e enterrado nu sem lençol, caso seja proibido queimarem o meu cadáver como desejo, lançadas as minhas cinzas em terreno de cultura agrícola. Proíbo que se digam missas por minha alma e que se me façam encomendações ou obséquios religiosos em que não creio e que condeno como superstição ímpia e esbanjamento de dinheiro que se pode aproveitar em esmolas que peço aos que se lembrarem de mim depois de minha morte, as façam em meu nome ou intenção como se diz vulgarmente.²

Uma nova configuração citadina se constituía. Em São Paulo, foi fundada a imprensa e a Faculdade de Direito, ademais, novas opções de lazer e diversão apareciam, e gradativamente tomavam parte do terreno ocupado pela religiosidade.

Apesar da crescente secularização e do discurso médico terem avançado consideravelmente durante as décadas de 1820, 1830 e 1840, somente com as epidemias

² Testamento do Dr. Luiz Barbosa da Silva, 30/10/1840. Apud RIBEIRO, José Jacinto. *Cronologia Paulista*. São Paulo: Diário Oficial, 1899-1904. Volume dois, II parte, p. 281.

de febre amarela e do cólera-morbo, que assolaram o império em meados do século, que os adeptos do cemitério municipal tiveram forças para levá-lo adiante.

Mesmo assim, a sua abertura em agosto de 1858, não foi vivenciada de forma pacífica. Apesar da existência de uma epidemia de varíola na cidade naquele período, diversas vozes discordantes se levantaram. Os principais questionamentos se revelaram sob os argumentos da incapacidade da Câmara em garantir um enterro decente no seu cemitério, evidenciando-se a sua ganância com a criação do imposto dos enterros e do privilégio da condução dos cadáveres, em flagrante contraste com o espírito cristão e a decência dos antigos sepultamentos nos cemitérios das irmandades.

Os pedidos da população se concentraram a favor da revogação do exclusivismo do cemitério municipal. Por trás disso, se traduz um embate pela própria sobrevivência das irmandades e ordens terceiras, face à evasão de recursos que o fim dos sepultamentos em seus cemitérios vinha lhes causando. Por esse motivo, essas instituições foram as principais opositoras das mudanças, e resistiram o quanto puderam.

Interessantemente o discurso médico foi intensamente utilizado. Tanto defensores como detratores do cemitério público fizeram uso do saber médico. Em poucos momentos se defendeu a volta aos enterros dentro das igrejas, mas sim o direito das irmandades terem seus cemitérios próprios, adjacentes aos seus tempos, e dentro da cidade.

Em resposta à série de críticas lançadas, a Câmara e o governo provincial tomaram atitudes conciliatórias. Se não acabaram com a imposição do exclusivismo, tomaram decisões no sentido de melhorar a infraestrutura e os serviços prestados no cemitério. Através destas, parte dos clamores populares perdeu intensidade. Contribuiu também nesse caminho a possibilidade da manutenção de certa memória com a concessão de jazigos perpétuos e familiares, situação impossível até então, e um dos fatores de convencimento das classes altas e médias em sua adesão ao novo campo santo.

Ao mesmo tempo, o cemitério da Consolação foi marcado por rupturas e continuidades. Quebrava com a tradição dos enterros dentro das igrejas, primeiro cemitério público da cidade, recebendo cadáveres dos mais diferentes segmentos sociais. Porém, e pelo menos num primeiro momento, foi mantida a autoridade eclesiástica sobre a morte. Protestantes e católicos ficaram divididos, o terreno foi benzido e nele foi levantada uma capela para as missas, com todos os paramentos necessários. Além disso, para que qualquer sepultamento fosse realizado nas quadras da Consolação era necessário um atestado conferido pelo pároco. Deliberações que garantiram o apoio de parte significativa do clero, em destaque para os ultramontanos.

É difícil mensurar, contudo, o quanto que a construção do cemitério público atingiu os demais costumes fúnebres da cidade. Como constatamos, São Paulo vinha se secularizando, e o catolicismo tradicional perdia forças desde o princípio do século XIX. Novas formas, não religiosas, de cultivo do espírito e de associação estavam tomando parte do terreno antes ocupado quase que inteiramente pelas rezas, procissões, igrejas e irmandades. Nesse sentido, as epidemias de meados do século e a construção do cemitério, serviram como catalisadores de mudanças que já vinham trabalhando a mentalidade dos paulistanos no que diz respeito ao modo de morrer.

Por um lado, o enfraquecimento das irmandades estava ligado ao movimento de romanização da Igreja, que ganhou vulto durante a segunda metade do XIX, e desestimulou as devoções tradicionais e populares. O ultramontanismo vinha contra o crescimento das ideologias seculares e a perda de influência da Igreja, optando por um catolicismo centrado na figura do padre. Por outro, a inauguração da necrópole da Consolação auxiliou o seu enfraquecimento, pois, sem os seus cemitérios, as irmandades e ordens terceiras perderam uma fonte valiosa de recursos e entraram em decadência.

Como consequência se observou um esvaziamento lento e progressivo dos cortejos fúnebres e das procissões, bem como um aumento do controle dos religiosos sobre essas instituições. Não eram apenas as irmandades que perdiam terreno na segunda metade do século XIX: em 1858, uma nova postura contra o abuso dos dobres de sino foi aprovada. As mortalhas de santos, antes expressão de devoção, eram cada vez menos utilizadas e os testamentos passaram gradativamente a dispor apenas dos bens materiais, perdendo sua dimensão religiosa. Concomitantemente, no cemitério, longe da casa e da paróquia, os mortos e os vivos ficaram separados. Se até então se rezava e conversava por cima das campas, numa convivência pacífica e cotidiana, com a construção do campo santo instaurou-se um estranhamento entre esses dois mundos, o dos vivos e o dos mortos, ruptura que foi se alargando com o passar do tempo e foi acompanhada de um esfriamento das relações com o sagrado.

Todo esse processo, no entanto, ocorreu lentamente e, a bem dizer, ainda se processa nos dias atuais. Expressão da crescente secularização da nossa sociedade, a morte “outrota tão presente, de tal modo [...] familiar, vai desvanecer-se e desaparecer. Torna-se vergonhosa e objeto de um interdito”³.

³ ARIÈS, Philippe. *História da morte no ocidente: da idade média aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982, p. 55.

Fontes:

Arquivo Histórico Municipal de São Paulo “Washington Luís”

Série (Coleção) Papéis Avulsos: Fundo CMSP/INTM/PMSP

Vols. 148 a 152 – 1850	Vols. 169 a 174 – 1855
Vols. 153 a 157 – 1851	Vol. 175 – 1856
Vols. 158 a 161 – 1852	Vols. 176 a 177 – 1857
Vols. 162 a 164 – 1853	Vols. 178 a 180 – 1858
Vols. 165 a 168 – 1854	Vols. 181 a 1857 - 1859

Arquivo da Cúria Metropolitana “Dom Duarte”

- Compromisso da Irmandade de São Miguel e Almas (1730)
- Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento (1736).
- Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora dos Homens Pretos (1778).
- Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora das Dores (1780)
- Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte (1813).
- Livros de Óbitos da freguesia da Sé (1765-1766, 1816, 1836-1837).
- Livros de Óbitos da freguesia de Santa Ifigênia (1836-1837).
- Livros de Óbitos da freguesia do Bom Jesus do Brás (1836).
- Livros de Óbitos da freguesia da Penha de França (1836).

Acervo Histórico da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

Anais da Assembleia Legislativa Provincial

Documentos diversos:

- Indicação de terrenos para criação de cemitérios fora da cidade, 1829. Número FCGP-PP29.001, caixa C-29, código 39, Id. Documento 23340.
- Solicitação de desapropriação de terreno para construção de cemitério público, 1837. Número IO37.008, caixa 325, código 39, Id. Documento 11442.
- Privilégios e favores para a compra da condução de cadáveres em carros para os cemitérios, 1855. Número IO55.009, caixa ESP-117, código 39, Id. Documento 1979.
- Proposta de serviços de enterro em cemitérios, 1856. Número EE56.015, caixa ESP-159, código 39, Id. Documento 2717.
- Posturas Municipais/Regulamento do cemitério, 1856. Número CP56.027, caixa 280, código 39, Id. Documento 10675.

- Representação de diversas irmandades sobre cemitério, 1860. Número EE60.013, caixa ESP-161, código 39, Id. Documento 2745.
- Permissão de enterros em catacumbas e cemitérios, 1860. Número PR60.047, caixa 562, código 39, Id. Documento 17443.
- Estabelecimento de cemitérios pelas ordens terceiras e confrarias, 1862. Número PR62.021, caixa 563, código 39, Id. Documento 17501.
- Autorização de verba para melhoramentos e embelezamento do cemitério público, 1862. Número PR62.045, caixa 563, código 39, Id. Documento 17525.
- Proibição de enterro em cemitério existente nos terrenos adjacentes aos templos, 1864. Número CJ64.019, caixa ESP-130, código 39, Id. Documento 2143.
- Pedido de privilégio para uso de carros fúnebres para o transporte de corpos para o cemitério, 1868. Número CJ68.024, caixa ESP-132, código 39, Id. Documento 2225.
- Pedido da irmandade de Nossa Senhora dos Aflitos para o restabelecimento do cemitério da rua da Glória, 1874. Número CJ75.012, caixa 370, código 39, Id. Documento 13071.

CEDHAL, Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina

Os testamentos e inventários utilizados foram recolhidos no acervo do CEDHAL, onde se encontram microfilmados e impressos. A documentação original está atualmente no Arquivo do Estado de São Paulo, tendo pertencido até 2011 ao Arquivo do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Testamentos citados:

Data	Testador	Processo	Localização
27/07/1800	Mathias Teixeira Chaves	1035	Caixa 01, nº 009
21/08/1810	Clara de Souza	935	Caixa 01, nº 012
11/09/1810	Efigênia Maria do Rosário	1011	Caixa 01, nº 013
24/05/1819 e 26/05/1819	Luís Antonio de Souza	907	Caixa 01, nº 024
15/10/1838	Manuel da Cunha de Azeredo Coutinho Souza Chichorro	1033	Caixa 01, nº 052
27/06/1840	Ana Bernardina de Araujo	s/ número	Caixa 01, nº 058
12/02/1841	José Maria da Conceição	944	Caixa 02, nº 060
20/04/1842	Lourenço Justiniano Ferreira	s/ número	Caixa 02, nº 066
17/07/1848	Domingos José de Oliveira Guimarães	825	Caixa 02, nº 086
11/08/1849	Francisco Gomes Neto	612	Caixa 02, nº 093
12/09/1854	Maria Clara de Souza	698	Caixa 03, nº 148
20/05/1858	André da Cunha	644	Caixa 05, nº 265

Inventários citados

Data	Inventariado	Processo
07/04/1855	Antonio Barbosa	2256
16/08/1855	Manoela da Piedade Soares	309
10/10/1855	Maria Bernarda Leite Penteado	5012
19/05/1856	Manoel Ribeiro da Silva Porto	929
19/05/1856	Maria Antonia Conceição de Andrade	1370
14/08/1856	Jacques Gil La Tour	629
19/10/1856	Gertrudes Maria de Oliveira	137
17/01/1857	Joaquim Paes da Silva	1393
19/02/1858	Maria Izabel da Silva Bueno	327
26/05/1858	Antonio Joaquim da Silva	041
25/05/1860	Ana Margarida de Toledo Arouche	701
25/05/1860	Ana Joaquina Galvão de Moura Lacerca	71
12/10/1862	Francisco Xavier de Oliveira	40
19/08/1863	Ana Francisca da Anunciação Alvarenga	2019

Arquivo do Estado de São Paulo

- Coleção “Documentos interessantes para a História e costumes de São Paulo”
- Maços de População da Capital, 1836, lata 42.
- Recenseamento Geral do império: 1872. Quadros da Província de São Paulo.
- Almanak Administrativo, mercantil e Industrial da Província de São Paulo para o anno de 1858. Organizado e redigido por Marques e Irmão, 2º anno. São Paulo: Typ. Imparcial de J. R. de Azevedo Marques, rua do ouvidor, nº 46, 1857.
- Coleção ofícios diversos.

Periódicos

- *O Farol Paulistano*, 1830-1831
- *O Paulista Oficial*, 1836
- *O Correio Paulistano*, 1854-1862
- *O Publicador Paulistano*, 1858-1859

Center for Research Libraries

Discursos dos presidentes de província de São Paulo, dentre os anos 1840-1860. Disponível pelo endereço eletrônico http://www.crl.edu/brazil/provincial/são_paulo, último aceso em 20/05/2013.

Fontes impressas da Câmara Municipal de São Paulo

Atas da Câmara Municipal de São Paulo; Documentação transcrita e publicada pela Prefeitura do Município de São Paulo, inicialmente sob a responsabilidade do Arquivo Municipal e, a partir da década de 1930, do Departamento de Cultura.

Vol. XXIII	1822 a 1826	Vol. XXXVI	1846 a 1847
Vol. XXIV	1826 a 1829	Vol. XXXVII	1848 a 1849
Vol. XXV	1829 a 1830	Vol. XXXVIII	1850 a 1851
Vol. XXVI	1831 a 1832	Vol. XXXIX	1852
Vol. XXVII	1832 a 1834	Vol. XL	1853-1854
Vol. XXVIII	1835	Vol. XLI	1855
Vol. XXIX	1836	Vol. XLII	1856
Vol. XXX	1837	Vol. XLIII	1857
Vol. XXXI	1838	Vol. XLIV	1858
Vol. XXXII	1839	Vol. XLV	1859
Vol. XXXIII	1840 a 1841	Vol. XLVI	1860
Vol. XXXIV	1842 a 1843	Vol. XLVII	1861
Vol. XXXV	1844 a 1845	Vol. XLVIII	1862

Registro Geral da Câmara Municipal de São Paulo. Documentação transcrita e publicada pela Prefeitura Municipal de São Paulo, inicialmente sob a responsabilidade do Arquivo Municipal e, a partir da década de 1930 do Departamento de Cultura.

Vol. XIX	1826 a 1828	Vol. XXIX	1839 a 1840
Vol. XX	1829 a 1830	Vol. XXX	1841
Vol. XXI	1830 a 1831	Vol. XXXI	1842
Vol. XXII	1832	Vol. XXXII	1843
Vol. XXIII	1833	Vol. XXXIII	1844 a 1845
Vol. XXIV	1834	Vol. XXXIV	1846 a 1851
Vol. XXV	1835	Vol. XXXV	1852
Vol. XXVI	1836	Vol. XXXVI	1853
Vol. XXVII	1837	Vol. XXXVII	1854 a 1856
Vol. XXVIII	1838	Vol. XXXVIII	1857 a 1860

Legislação

Ordenações Filipinas Livro IV. (Edição fac-simile da edição feita por Candido Mendes de Almeida, Rio de Janeiro, 1870). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985.

VIDE, Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, feitas e ordenadas pelo ilustríssimo e reverendíssimo D. Sebastião Monteiro da Vide*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2007.

Constituição Política do Império do Brasil.

Lei de 1º de outubro de 1828

Decreto nº 265, de 17/011/1825. Manda remover o cemitério da Matriz da Villa de Campos de Goytacazes para logar fora da mesma Villa

Coleção das leis promulgadas pela Assembleia da Província de São Paulo. São Paulo: Tipografia a Vapor de Jorge Seckler, 1835-1889.

Trabalhos Estatísticos

GODOY, Joaquim Floriano de. *A província de São Paulo: trabalho estatístico, histórico e noticioso*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: FUNDAP, 2007.

MULLER, Daniel Pedro. *Ensaio d'um quadro estatístico da Província de São Paulo*. São Paulo: Governo do Estado, 1978.

Viajantes e memorialistas

ALMEIDA, Aluísio de. "Vida Cotidiana da Capitania de São Paulo (1722-1822)" In MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de (org.). *Vida Cotidiana em São Paulo no século XIX: memórias, depoimentos, evocações*. São Paulo: Ateliê, 1999.

ARAGO, M. J. *Souvenirs d'un aveugle. Voyage au tour du monde*. 3ª Edição. Paris: Gayer et Lebrun, 1840, volume I.

BARROS, Maria Paes de. *No tempo de Dantes*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

BUENO, Francisco de Assis Vieira. *A Cidade de São Paulo: recordações evocadas da memória, notas históricas*. São Paulo: Academia Paulista de Letras, 1976.

CANSTATT, Oscar. *Brasil, Terra e Gente (1871)*. Coleção Temas Brasileiros, São Paulo: Conquista, 1975.

D'ALINCOURT, Luiz. *Memória sobre a viagem do Porto de Santos à cidade de Cuiabá*. São Paulo: Martins Fontes, 1953.

DENIS, Jean Ferdinand. *Brasil*. Belo Horizonte: EDUSP/Itatiaia, 1980, vol. 46.

DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*. Belo Horizonte, São Paulo: Itatiaia: EDUSP, 1989. Coleção Reconquista do Brasil.

- EWBANK, Thomas. *Vida no Brasil ou Diário de uma visita à Terra do Cacaueiro e da Palmeira*. São Paulo: Edusp Belo Horizonte: Itatiaia, 1976.
- KIDDER, Daniel Parish. *Reminiscências de viagens e permanência no Brasil: Rio de Janeiro e Província de São Paulo*. Brasília: Senado Federal, 2001.
- _____. *Reminiscências de viagens e permanências nas províncias do Sul do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1980.
- LINDLEY, Thomas. *Narrativa de uma Viagem ao Brasil*. São Paulo: Companhia Nacional, 1969.
- LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Tradução do Prof. Milton da Silva Rodrigues. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Belo Horizonte: Livraria Itatiaia Editora Ltda., 1973, vol. 21.
- MAWE, John. *Viagens ao interior do Brasil*. São Paulo: Livraria Itatiaia Editora, 1978.
- MORALES DE LOS RIOS, Adolfo. *O Rio de Janeiro imperial*. Rio de Janeiro: A Noite, 1946.
- POHL, Johann Emanuel. *Viagem ao interior do Brasil*. São Paulo: EDUSP/Itatiaia, 1976.
- SAINT HILAIRE, Auguste de. *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo*. Traduzido por Affonso E. Taunay. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1946.
- _____. *Viagem à Província de S. Paulo e resumos das viagens ao Brasil, Província Cisplatina e Missões do Paraguay*. Trad. Rubens Borba de Moraes. São Paulo: Martins, USP, 1972.
- TOUSSAINT-SAMSON, Adèle. *Uma parisiense no Brasil*. Tradução do original Maria Lucia Machado. Rio de Janeiro: Editora Capivara, 2003.
- TSCHUDI, J. J. Von. *Viagem às províncias do Rio de Janeiro e São Paulo*. Traduzido por Eduardo de Lima Castro. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1953.
- WALSCH, Robert. *Notícias do Brasil*. Tradução Regina Régis Junqueira. Belo Horizonte/São Paulo: Editora Itatiaia Limitada/EDUSP, 1985.
- ZALUAR. Augusto Emílio. *Peregrinação pela província de São Paulo: 1860-1861*. Belo Horizonte São Paulo: Itatiaia: Edusp, 1973.

Literatura

- ALMEIDA, Manuel Antonio de. *Memórias de um Sargento de Milícias*. Cotia: Ateliê Editorial, 2011.
- ASSIS, Machado de. *Dom Casmurro*. Objetivo: CERED, s/d.

AZEVEDO, Álvares de. *Cartas de Álvares de Azevedo*. Comentários de Paulo Vicente de Azevedo. São Paulo: Academia Paulista de Letras, 1976.

_____. *Macário, Noite na taverna*. São Paulo: Editora Globo, 2007.

CERVANTES Saavedra, Miguel de. *O engenhoso fidalgo Dom Quixote de La Mancha*. São Paulo: Martins, 2005.

SCHMIDT, Afonso. *A Sombra de Júlio Frank*. São Paulo: Associação dos Antigos Alunos da Faculdade de Direito da Universidade de Direito de São Paulo, 2008.

Bibliografia

ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org). *História da vida privada no Brasil. Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Cia das Letras, 1997. (Coleção dirigida por Fernando Novais, v. 2).

AMARAL, Antonio Barreto do. “O cemitério dos Aflitos – a Capela dos Aflitos”, In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, volume LXXIII, 1977.

ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros. *Os caminhos da riqueza dos paulistanos na primeira metade do oitocentos*. Tese de Doutorado em História, FFLCH/USP, 2003.

ARIÈS, Philippe. *História da morte no ocidente: da idade média aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

_____. *O Homem diante da morte*. Tradução de Luiza Ribeiro. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990, Volumes 1 e 2.

ARROYO, Leonardo. *As Igrejas de São Paulo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954.

AZZI, Rioldo. “Elementos para a História do Catolicismo Popular”. In *Revista Eclesiástica Brasileira (REB)*, volume 36, março de 1976.

_____. *O catolicismo popular no Brasil*. Petrópolis, Editora Vozes, 1978.

_____. *O Episcopado do Brasil frente ao catolicismo popular*. Petrópolis, Editora Vozes, 1979.

BARROS, Raul Marcel Ribeiro. *A Desterritorialização funerária: Da inumação no interior das igrejas aos enterramentos em cemitério públicos entre os séculos XVIII e XIX*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Letras, da Universidade Federal do Piauí. Orientação Pedro Vilarinho Castelo Branco.

BEOZZO, José Oscar. *Irmandades, Santuários e Capelinhas*. Revista Eclesiástica Brasileira, volume 37, dezembro de 1977.

_____. *História da Igreja no Brasil*. Petrópolis, Editora Vozes, 1980. Tomo 2: A Igreja no século XIX.

- BIVAR, Vanessa dos Santos Bodstein. *Além das Fronteiras: O cotidiano dos imigrantes na São Paulo oitocentista: vestígios testamentais*. São Paulo: Humanitas, 2008.
- BOA-NOVA, Antônio Carlos. *Clero e Povo. O Catolicismo na América Latina nos anos 60*. São Paulo: Ceru e FFLCH/USP, 1981.
- BOSCHI, Caio C. *Os leigos no poder: irmandades legais e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986.
- BRUNO, Ernani Silva. *História e tradições da cidade de São Paulo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953. v. 1, 2 e 3. (Coleção Documentos Brasileiros, 80).
- BURKE, Peter. *Cultura Popular na Idade Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- CAMARGO, Luis Soares de. *Sepultamentos na cidade de São Paulo: 1800/1858*. Dissertação de Mestrado PUC-SP, São Paulo, 1995.
- _____. *Viver e morrer em São Paulo: A vida, as doenças e a morte na cidade do século XIX*. Tese de Doutorado em História Social PUC-SP, São Paulo, 2007.
- CAMARGO, Monsenhor Paulo Florêncio da Silveira. *A Igreja de São Paulo*. São Paulo: Cúria Metropolitana, 1953, volumes VI e VII.
- CAMPOS, Adalgiza A. *Considerações sobre a pompa fúnebre na Capitania das Minas - o século XVIII*. Revista do Departamento de História da UFMG, número 4 (1987), 3-24.
- _____. *A presença do macabro na cultura barroca*. Revista do Departamento de História da UFMG, número 5 (1987), 83-90.
- _____. *Notas sobre os rituais de morte na sociedade escravista*. Revista do Departamento de História da UFMG, número 6 (1988), 109-122.
- CAPUTO, Rodrigo Feliciano. "O Homem e suas representações sobre a morte e o morrer: Um percurso histórico". In *Revista Saber Acadêmico*, número 6, Dez 2008. Revista multidisciplinar da UNIESP.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *Anubis e outros ensaios*. 2ª Ed. Rio de Janeiro, Funarte/INF/Achiamé/ UFRN, 1983.
- CATROGA, Fernando. "Descristianização e Revolução dos Cemitérios em Portugal", In COGGIOLA, Osvaldo (org.). *A Revolução Francesa e seu Impacto na América Latina*. São Paulo: Nova Stella: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília, DF: CNPq, 1990.
- CHANON, Sérgio. *Aos pés do altar e do trono: as irmandades e o poder régio no Brasil, 1808-1822*. Dissertação de Mestrado FFLCH/USP, São Paulo, 1996.
- CHALHOUB, Signey. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

- CHAUNU, Pierre. *La mort à Paris: 16e, 17e 18e siècles*. Paris: Fayard, 1978.
- COMAR, Michelle. *Imagens de ébano em altares barrocos: as irmandades leigas de negros em São Paulo (século XVIII-XIX)*. Dissertação de Mestrado FFLCH/USP, São Paulo, 2008.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo, Difel, 1966.
- _____. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. São Paulo: UNESP, 1999.
- _____. “Alguns aspectos da influência francesa em São Paulo na segunda metade do século XIX”, In *Revista de História*, nº 142-143, 2000.
- COSTA, Fernanda Matos da. *A Morte e o morrer em Juiz de Fora: Transformações nos costumes fúnebres, 1851-1890*. Dissertação de Mestrado em história social pela Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas, sob orientação de Alexandre Mansur Barata, 2007.
- COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- CYMBALISTA, Renato. *Cidade dos Vivos: arquitetura e atitudes perante a morte nos cemitérios do estado de São Paulo*. São Paulo: Annablume, 2002.
- DEAECTO, Marisa Midore. *No império das letras: circulação e consumo de livros na São Paulo*. Doutorado, FFLCH/USP, 2005.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- EUGÊNIO, Alisson. *Reforma dos costumes: elite médica, progresso e o combate às más condições de saúde no Brasil do século XIX*. Tese de doutorado, FFLCH/USP, 2008.
- FALCI, Miridan B. K. “História e Cultura Médica: uma abordagem para o estudo de escravos”. In: SANTOS, Cláudia A. dos ET. AL. (org). *Especialidades: espaço e cultura na história*. Vassouras: Universidade Severino Sombra, 2004.
- FARIA, Sheila de Castro. “A morte de livres e escravos em registros católicos, séculos XVIII e XIX”. In *Revista População e Família*. São Paulo, número 3, pp. 181-206.
- FAUSTINO, Evandro. *O Catolicismo em São Paulo no Segundo Império e o Dilema da Modernidade*. Dissertação de Mestrado FFLCH/USP, 1991.
- FERREIRA, Luiz Otávio. “Os periódicos médicos e a invenção de uma agenda sanitária para o Brasil (1827-43). In *História, Ciências, Saúde*. Manguinhos, Volume VI(2), pp. 331-51, jul-out 1999.
- _____. “O Viajante estático: José Francisco Xavier Sigaud e a circulação das ideias higienistas no Brasil oitocentista (1830-1844)”, In BASTOS, Cristiana; BARRETO, Renilda (org.). *A circulação do*

- Conhecimento: Medicina, Redes e Impérios*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2011.
- FILHO, Lycurgo de Castro Santos. *História da medicina brasileira*. 2ª Ed. volume 2, São Paulo: Hucitec, 1991.
- FLORES, Ana Paulo Marquesini. *Descanse em paz: testamentos e cemitério extramuros na Santa Maria de 1850 a 1900*. Dissertação de Mestrado em História das sociedades ibéricas e americanas da PUC/RS, Porto Alegre, 2006.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.
- FREITAS, Affonso Antonio de. *Tradições e reminiscências paulistanas*. Belo Horizonte: Itatiaia/EDUSP, 1985.
- _____. “A imprensa periódica de São Paulo”, In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, vol. XIX, 1915.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala. Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1977.
- FURTADO, Júnia Ferreira. “Transitoriedade da vida, eternidade da morte: Ritos fúnebres de forros e livres nas Minas setecentistas”. In: JANCSÓ, Istvan e KANTOR, Íris (orgs). *Festa: Cultura e sociabilidade na América portuguesa*. São Paulo: Hucitec: Edusp: Fapesp: Imprensa Oficial, 2001.
- GLEZER, Raquel. *Chão de Terra e outros ensaios sobre São Paulo*. São Paulo: Alameda, 2007.
- GÓES, José Roberto e FLORENTINO, Manolo.” Crianças Escravas, Crianças dos Escravos”. In DEL PRIORE, Mary. *História das Crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2007.
- GONDRA, José Gonçalves. *Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte imperial*. Rio de Janeiro: Ed UERJ, 2004.
- GUEDES, Sandra Paschoal Leite. *Atitudes perante a morte em São Paulo (séculos XVII a XIX)*. São Paulo: Dissertação de Mestrado, FFLCH/USP, 1986.
- HAUCK, João Fagundes. *História Geral da Igreja na América Latina*, tomo 2; História da Igreja no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Vozes Ltda, CEHILA, 1980
- HOBBSBAWM, Eric J. *A Era das revoluções: Europa 1789-1848*, tradução de Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2007.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 5ª Ed., São Paulo, Companhia das Letras, 1997.
- HOORNAERT, Eduardo. *Formação do Catolicismo Brasileiro, 1550-1800*. Petrópolis, Editora Vozes Limitada, 1978.

- JORGE, Karina. *Urbanismo no Brasil império: a saúde pública na cidade de São Paulo no século XIX (Hospitais, lazaretos e cemitérios)*. Dissertação de Mestrado na área de Arquitetura e Urbanismo, PUC/Campinas, 2006, p. 87.
- KUZNESOF, Elizabeth Anne. “A família na sociedade brasileira: parentesco, clientelismo e estrutura social (São Paulo, 1700-1980)”. In *Revista Brasileira de História*, São Paulo: Anpuh, v. 17, p. 37-63, 1989.
- LAGO, Pedro Corrêa do. *Iconografia Paulistana do século XIX*. São Paulo: Metalivros, 1998.
- LE GOFF, Jacques. *As doenças tem história*. Lisboa: Terramar, 1997.
- _____. *O nascimento do Purgatório*. Lisboa: Estampa, 1981.
- LOPES, Eliane Cristina. *O revelar do pecado: Os filhos ilegítimos na São Paulo, século XVIII*. Dissertação de Mestrado FFLCH/USP, 1995.
- LOUREIRO, Maria Amélia Salgado. *Origem Histórica dos Cemitérios*. São Paulo: Secretaria de Serviços e Obras da Prefeitura do Município de São Paulo, 1977.
- LUNA, Francisco V.; COSTA, Iraci Del N. Posse de escravos em São Paulo no início do século XIX. In *Estudos Econômicos*, 13 (1), p. 211-21, jan./abr. 1983.
- LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. “Situação religiosa da Capitania de São Paulo na palavra de seu bispo, Dom Frei Manoel da Ressurreição (1777)”. *Revista de História*, v. LII, n. 104, Ano XXVI. São Paulo, 1985.
- MACHADO, Alcântara. *Vida e Morte do Bandeirante*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1943.
- MACHADO, Roberto. *A Danação da norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. *A cidade de São Paulo, Povoação e População 1750-1850*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1974.
- MARQUES, Gabriel. *Ruas e tradições de São Paulo, uma história de cada rua*. São Paulo: Conselho Estadual de cultura, 1966.
- MARTINS, Antonio Egídio. *São Paulo Antigo: 1554-1910*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1973.
- MARTINS, José de Souza (org). *A morte e os mortos na sociedade brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1983.
- MARTINS, Lilian Al-Chueyr Pereira; MARTINS, Roberto de Andrade; FERREIRA, Renata R e TOLEDO, Maria Cristina F. *Contágio: história da prevenção das doenças transmissíveis*. São Paulo: Moderna, 1997.
- MATOS, Henrique Cristiano José. *Introdução à História da Igreja*. Belo Horizonte: O lutador, 1997.

- MATTOSO, Katia. “Testamentos de escravos libertos na Bahia no século XIX: uma fonte para o estudo das mentalidades”. Publicações do Centro de Estudos Baianos, UFBa, 85, Salvador, CEB, 1979.
- MEGALE, Nilza Botelho. *O livro de ouro dos Santos*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.
- MELLO, Zélia Cardoso de. *Metamorfoses da riqueza, São Paulo 1845-1895*. São Paulo: Hucitec, 1985.
- MORENO, Tânia Maria. *A Ordem Terceira do Carmo na cidade de São Paulo (1860-1880): um estudo sobre sua participação social e religiosa*. Dissertação de mestrado, PUC-SP, São Paulo, 1992.
- _____. *O sagrado e o profano: o cemitério na cidade de São Paulo*. Cordis: NEHSC-PUC/SP, número 1, 2009.
- MORSE, Richard. *Formação Histórica de São Paulo (de comunidade à metrópole)*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1979.
- MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de (org.). *Vida Cotidiana em São Paulo no século XIX: memórias, depoimentos, evocações*. São Paulo: Ateliê, 1999
- MOURA, Denise Aparecida Soares de. “De uma freguesia serra acima à costa atlântica: produção e comércio de aguardente na cidade de São Paulo (1765-1822)”. *TOPOI*, v. 13, jan-jun 2012, p. 73-93.
- NASCIMENTO, Mara Regina do. *Irmandades Religiosas na cidade: entre a ruptura e a continuidade na transferência cemiterial em Porto Alegre, no século XIX*. Estudos Ibero-Americanos. Porto Alegre, no século XIX. Estudos Ibero-Americanos. Porto Alegre: PUC-RS, v. XXX, n.1, p. 88-91, jun. 2004.
- NAVA, Pedro. *Bau de Ossos*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1974.
- NOZOE, Nelson; COSTA, Iraci del Nero da. “Achegas para a Qualificação das Listas Nominativas”. In *Revista Estudos Econômicos*, São Paulo, volume 21. número 2, págs. 271-284, 1991.
- OLIVEIRA, Anderson. “Os bispos e os leigos: Reforma Católica e irmandades no Rio de Janeiro Imperial”. In *Revista de História Regional*, volume 6, número 1, p. 147-160, 2001.
- OLIVEIRA, Inês. *O liberto: o seu mundo e os outros, 1790-1890*. São Paulo: Corrupio, 1988.
- OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. *Entre a casa e o Armazém*. São Paulo: Alameda, 2005.
- OLIVEIRA, Pedro Ribeiro. “Catolicismo popular e romanização do catolicismo brasileiro”. In *Revista Eclesiástica Brasileira*, volume 36, fasc. 141m p. 131-141, 1976.

- PAIM, Antonio. *História das ideias filosóficas no Brasil*. São Paulo: Edusp/Grijalbo, 1974.
- PAGOTO, Amanda Aparecida. *Do Âmbito do sagrado da igreja ao cemitério Público: transformações fúnebres em São Paulo (1850-1860)*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.
- PAULA, Leandro Silva de. *Higiene, educação e cuidados com a infância: o discurso médico nas teses da faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1840-1882)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011.
- PEREZ, Lea Freitas. “Breves notas e reflexões sobre a religiosidade brasileira”, In *Brasil 500 anos*, Belo Horizonte: Imprensa Oficial dos Poderes do Estado, Junho de 2000.
- PORTA, Paula (org.). *História da cidade de São Paulo*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1969.
- _____. *A cidade de São Paulo, geografia e história*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- PRIORE, Mary Del. *Ritos da vida privada*. IN: *História da Vida Privada no Brasil*, volume 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- QUINHÃO, Antonia Aparecida. *Irmandades negras: outro espaço de luta e resistência (São Paulo: 1870/1890)*. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2002.
- RAMON V. Garcia Fernandez. *A consistência das Listas Nominativas de Habitantes da Capitania de São Paulo: Um Estudo de Caso*” *Revista Estudos Econômicos*, São Paulo, volume 19, número 3, pág. 477-496, 1986.
- REALE, Miguel. *A filosofia em São Paulo*. São Paulo: Edusp/Grijalbo, 1976.
- REIS, João Jose. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- _____. *O cotidiano da morte no Brasil oitocentista*, IN SOUZA, Laura de Mello e. *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, volume 2.
- REIS, João José e SILVA, Eduardo - *Negociação e conflito: A resistência negra no Brasil escravista*, São Paulo, Companhia das Letras 1999.
- REZENDE, Eduardo C. M. *O céu aberto na terra: uma leitura dos cemitérios na geografia urbana de São Paulo*. Dissertação - FFLCH/USP. São Paulo, 2006.
- RIBEIRO, Evanice Maria Högler. *Os alemães dos núcleos coloniais de Santo Amaro e Itapeverica da Serra (1831-1914)*. Tese de Doutorado FFLCH/USP, São Paulo, 2002.

- RIBEIRO, José Jacinto. *Cronologia Paulista*. São Paulo: Diário Oficial, 1899-1904. Volume dois, II parte, p. 281.
- RIBEIRO, Josefina Eloína. *Escultores italianos e sua contribuição à arte tumular paulistana*. Tede de doutorado, FFLCH/USP, São Paulo, 1999.
- ROCHA, Maria Aparecida Borges de Barros. *Igrejas e cemitérios: as transformações nas práticas de enterramentos na cidade de Cuiabá (1850-1889)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em história do Instituto de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Federal de Mato Grosso, 2001.
- RODRIGUES, Cláudia. *Lugares dos Mortos na cidade dos Vivos: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1997
- _____. *Nas fronteiras do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro (Séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- ROSEN. George. *Uma História da Saúde Pública*. São Paulo: Editora UNESP, 1994.
- SANT'ANNA, Sabrina Mara. *A boa morte e o bem morrer: culto, doutrina, iconografia e irmandades mineiras (1721 a 1822)*. Dissertação de mestrado, FAFICH/UFMG, Belo Horizonte, 2006.
- SANTOS, Manuela Arruda dos. *Recife: entre a sujeira e a falta de (com)postura, 1831-1845*. Dissertação de Mestrado em História Social da Cultura Regional, Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2009.
- SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulheres, o poder e a família, século XIX*. São Paulo: Marco Zero/Secretaria do Estado da Cultura, 1990.
- _____. *A família brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- SETUBAL, Maria Alice (coord.). *Terra Paulista: histórias, arte, costumes. Modos de vida dos paulistas: identidades, famílias e espaços domésticos*. São Paulo: CENPEC/Imprensa Oficial, 2004.
- SEVCENKO, Nicolau. "A cidade metástasis e o urbanismo inflacionário: incursões na entropia paulista", In *Revista USP*, São Paulo, nº 63, p. 16-35, setembro/novembro 2004.
- SGARBOSSA, Mario. *Um santo para cada dia*. São Paulo: Paulus, 2005.
- SPALDING, Walter. *Tradições e Superstições do Brasil Sul*. Rio de Janeiro: Edição da Organização Simões, 1955.
- SIAL, Vanessa de Castro. *Das igrejas ao cemitério: políticas públicas sobre a morte no Recife do século XIX*. Dissertação de Mestrado, IFCH-UNICAMP, Campinas, 2005.

- SILVA, Erika Amorim da. *O cotidiano da Morte e a secularização dos cemitérios em Belém, na segunda metade do século XIX(1850-1891)*. Dissertação de mestrado defendido PUC/SP, São Paulo, 2005.
- SILVA, Luiz Geraldo. “Da festa barroca à intolerância ilustrada: irmandades católicas e religiosidade negra na América portuguesa (1750-1815)”. Disponível em: <http://georgetown.edu/sfs/programs/clas/Brazil/LuizGeraldoSilva.pdf>.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da(org). *História de São Paulo colonial*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- SIRIANI, Silvia Cristina Lambert. *Uma São Paulo alemã: Vida quotidiana dos imigrantes germânicos na região da capital(1827-1889)*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2003.
- SLENES, Robert. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.
- SOUZA, Fabio William. *Fronteiras Póstumas: A morte e as distinções sociais no cemitério Santo Antonio em Campo Grande*. Dissertação de Mestrado pela Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados(UFGD), 2010.
- SOUZA, Laura de Mello. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz*. São Paulo, Companhia das Letras, 1986.
- SOUZA, Marina de Mello e. *Reis Negros no Brasil escravista: história da festa de coroação de Rei Congo*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.
- SOUZA, Ney de (org). *Catolicismo em São Paulo: 450 anos de presença da Igreja Católica em São Paulo: 1554-2004*. São Paulo: Paulinas, 2004.
- TAUNAY, Affonso de E. *História da cidade de São Paulo no século XIX*. São Paulo: Divisão do Arquivo Histórico, 1959.
- TAVARES, Mauro Dillmann. *Irmandades, Igreja, devoção no sul do império do Brasil*. São Leopoldo: Oikos, 2008.
- TELAROLLI JUNIOR, Rodolpho. *Poder e saúde: as epidemias e a formação dos serviços de saúde em São Paulo*. São Paulo: Editora da Unesp, 1996.
- TIMPANARO, Mirtes. *A morte como memória: imigrantes nos cemitérios da Consolação e do Brás*. Dissertação de mestrado em História social da FFLCH/USP. São Paulo, 2006.
- VAILATI, Luiz Lima. “Os funerais de “anjinho” na literatura de viagem”. In: *Revista Brasileira de História*, volume 22, número 44. São Paulo, 2002.

- _____. *A morte menina: práticas e representações da morte infantil no Brasil dos oitocentos (Rio de Janeiro e São Paulo)*. Tese de Doutorado, FFLCH/USP, São Paulo, 2005.
- VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos Pecados, moral sexualidade e inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.
- VAINFAS, Ronaldo. *Brasil de todos os santos*. 2ª Edição, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.
- VALLADARES, Clarival do Prado. *Arte e sociedade nos cemitérios brasileiros*. Rio de Janeiro: MEC, 1972.
- VAMPRÉ, Spencer. *Memórias para a história da Academia de São Paulo*. São Paulo: INL, Conselho Federal de Cultura, 1977, volume um.
- VILHENA, Maria A. e PASSOS, João Décio (orgs.). *A Igreja de São Paulo: presença católica na história da cidade*. São Paulo: Paulinas, 2005.
- VOUVELLE, Michel. *Mourir autrefois. Attitudes collectives devant la mort aux XVIIe et XVIIIe siècle*. Paris, Gallimard, 1974.
- _____. *La mort et l'Occident: de 1300 à nos jours*. Paris: Gallimard, 1983.
- WERNET, Augustin. *A Igreja Paulista no Século XIX: A reforma de D. Antonio Joaquim de Melo (1851-1861)*. São Paulo, Ática, 1987.
- _____. “As irmandades e novas associações”. In *Revista da SBPH*, Curitiba, 1992.
- _____. “Crise e definhamento das tradicionais ordens monásticas brasileiras durante o século XIX”, In *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo, volume 42, 1997.
- WILLEK, Frei Venâncio. “Origem da Devoção a São Francisco das Chagas de Canindé”, IN *Revista do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico)*, 1959.
- WISSENBACH, Maria Cristina Cortez, *Sonhos Africanos, Vivências Ladinhas. Escravos e Forros em São Paulo(1850-1880)*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- ZANON, Dalila. A missa e a fábrica: tentativas de controle dos espaços das igrejas pelos bispos coloniais paulistas (1745-1796). In *Revista História*, São Paulo, número 28(2), 2008, p. 79- 106.
- ZENHA, Edmundo. “A colônia Alemã de Santo Amaro, sua instalação em 1829”. In *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*. São Paulo: Departamento de Cultura. Divisão do Arquivo Histórico, 1950, volume CXXXI, pp. 93-96.